



NEGRAS MEMÓRIAS

PERCURSOS E VIVÊNCIAS DE NEGROS E NEGRAS DO TRT₄

Negras memórias

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Negras memórias

Percursos e vivências de negros e negras do TRT4

Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Gestão 2019/2021

Presidente Desa. Carmen Izabel Centena Gonzalez
Vice-Presidente Des. Francisco Rossal de Araújo
Corregedor Regional Des. George Achutti
Vice-Corregedor Regional Des. Raul Zoratto Sanvicente

Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade

ALESSANDRA PEREIRA DE ANDRADE, servidora indicada pelo SINTRAJUFE/RS;
BIBIANA NODARI BORGES, servidora representante dos(as) servidores(as) LGBTI;
GABRIELA LENZ DE LACERDA, Juíza do Trabalho indicada pela Presidência
(Coordenadora);
JULIANO MACHADO DOS SANTOS, servidor representante dos(as) servidores(as)
com deficiência;
MÁRCIO MEIRELES MARTINS, servidor indicado pela Diretoria-Geral;
MARIA ILDA DOS SANTOS CEZAR, servidora representante das servidoras mulheres;
MARIANA PICCOLI LERINA, Juíza do Trabalho representante dos(as) magistrados(as);
MATEUS CROCOLI LIONZO, Juiz do Trabalho indicado pela AMATRA IV;
ROBERTA LIANA VIEIRA, servidora representante dos(as) servidores(as) negros(as);
THAIS HELENA KRAMER PEREIRA, servidora representante da Ouvidoria.

NEGRAS MEMÓRIAS

Percursos e vivências de negros e negras do TRT4

Gabriela Lenz de Lacerda
Marcio Meireles Martins
Roberta Liana Vieira
(organizadores)
Edição: Flávio Ilha
Projeto gráfico: Studio I
Desenho de capa:
Leonardo Fialho Eleutherio
Mateus Antonio Abreu da Silva

N385 Negras memórias: percursos e vivências de negros e negras do TRT4
/ organizado por Gabriela Lenz de Lacerda, Marcio Meireles Martins,
Roberta Liana Vieira. - Porto Alegre : Diadorim Editora, 2021.
288 p. ; 16cm x 23cm.
ISBN 978-65-995463-1-0
1. Literatura brasileira. 2. Entrevistas. 3. Memórias. I.
Lacerda, Gabriela Lenz de. II. Martins, Marcio Meireles. III. Vieira,
Roberta Liana. IV. Título. CDD 869.8992/CDU 821.134.3(81)



nunca é tarde pra voltar e apanhar aquilo que ficou pra trás
Sankofa

Às pessoas negras, trazidas de África,
e aos seus descendentes, que construíram
e constroem o Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	
Carmen Izabel Centena Gonzalez	9
Mensagem do Comitê de Equidade	
Gabriela Lenz de Lacerda	12
Agradecimentos	16
Prefácio	
Karen Luise Vilanova Batista de Souza	17
Introdução	
Roberta Liana Vieira	23
ENTREVISTAS	
Selma Canabarro	31
Luiz Antonio Chagas da Silva	38
Alan Carlos Dias da Silva	45
Jorge Cidade Pires	53
Eglia Maria Beck Silva	61
Celsa Ferreira de Souza	68
Luiz Antônio dos Santos Pinto	76
Marco Antônio Correa Oliveira	84
Marco Aurélio Abenserrage	92

Gilberto Souza dos Santos	100
Jesus Samuel Rocha da Silva	109
Eliane Margarete da Silva Abreu	117
Gladis Cárita Marques	125
Paulo Rogério Barbosa Vargas	133
Vania Teresinha Oliveira Soutinho	141
Ana Lúcia Moreira	150
Gerson Moraes da Silva	159
Vladimir do Nascimento Rodrigues	168
Alexandre Modesto Farias	177
Milena de Cássia Silva de Oliveira	186
Elaine Lídia de Souza Craus	194
Fabiano Moreira Corrêa	201
Carlos Alexsandro Silva da Costa	210
Cesar Augusto de Arruda Regis	219
Roberta Liana Vieira	227
Douglas Antônio da Silva	236
Patrícia Antunes Farias	245
Posfácio	254

APRESENTAÇÃO

Tenho a honra e a alegria de fazer a apresentação de *Negras memórias: percursos e vivências de negros e negras do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região*. Trata-se de um projeto apresentado em 2020 pelo Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, cujo desdobramento é a confecção deste livro. Temos, aqui, entrevistas realizadas para que os servidores, as servidoras, os magistrados e as magistradas autodeclarados/as pretos/as ou pardos/as contassem suas vivências, memórias e o percurso de sua vida profissional no nosso Regional.

Como é do meu feitio, entusiasmei-me com o projeto do livro e também com a possibilidade de ser realizado um curta ou um média metragem contando as histórias de servidores/as e magistrados/as negros/as da nossa instituição, pessoas invisibilizadas pela sociedade e pelo Sistema de Justiça. Esse entusiasmo decorre da compreensão de que é necessário que as instituições públicas assegurem um espaço de escuta das pessoas que integram minorias políticas, estigmatizadas pela sua cor de pele e historicamente silenciadas nos espaços institucionais, compostos majoritariamente por pessoas brancas e de um determinado perfil socioeconômico.

Tenho convicção de que as ações afirmativas, como o sistema de cotas, para o acesso tanto ao ensino superior quanto a empregos privados ou públicos, têm impacto positivo e importante para as pessoas que têm direito a essas políticas e para as instituições que as recebem. Cabe sempre ressaltar que as políticas de ações afirmativas buscam reparar as barreiras que historicamente impediram a entrada de pessoas pretas e pardas em espaços de aprendizado, no caso do ensino superior ou da pós-graduação, e de emprego, seja no setor público, seja em empresas privadas. Tais políticas implicam também em valorização étnica e cultural que deve ser observada para minorar o largo período de invisibilidade a que foram e são submetidas as pessoas negras em nosso país.

As desigualdades racial e socioeconômica andam lado a lado, e ações para diminuí-las beneficiam o país e a sociedade como um todo. Desde a denominada abolição da escravidão, pessoas pretas e pardas viveram diferentes processos de violência e exclusão. Para além das mencionadas desigualdades, há de se ressaltar a invisibilidade de suas

trajetórias. Nesse sentido, não há dúvida de que o TRT4, ao abrir espaço, por meio de seu Comitê de Equidade, para ouvir as pessoas negras que compuseram e compõem o seu quadro funcional, está cumprindo um dever, fazendo uma verdadeira aliança, na busca sincera da promoção da equidade de raça. Visibilizar esses percursos, essas vivências e essas memórias traz mais cor e vida à nossa instituição, transpondo os muros de nossos edifícios e contribuindo também para a promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre. Saber de suas histórias, enfim, enriquece a história de nosso Tribunal, que só tem a aprender com a diversidade e inclusive com os conflitos que podem vir dela.

Nesse sentido, afirmo que não estamos fazendo um favor, ou simplesmente cedendo um espaço, mas cumprindo a promessa da Constituição de 1988, que garante a igualdade entre as pessoas que compõem o mosaico da sociedade brasileira. Pensar em recortes de raça, assim como de classe e gênero, não diz respeito a atentar o olhar para fragmentos da sociedade, mas perceber como todas e todos somos atravessados por privilégios e desigualdades, e como agir frente a isso. Este olhar mais completo e complexo nos auxilia a fomentar a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros e todas as brasileiras, notadamente das pessoas que, por razões históricas, sempre foram vistas como subalternas e não capazes de realizar trabalhos intelectuais.

Em nosso Tribunal, temos apenas 6% de servidores/as autodeclarados/as negro/as, e somente 2% de magistrados/as, a ampla maioria concursados/as a partir de 1988. Nos tribunais superiores, tivemos um ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa; dois ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Alberto Reis de Paula e Horácio Raymundo de Senna Pires; e um ministro no Superior Tribunal de Justiça, Benedito Gonçalves. Conforme consta em pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA), intitulada *A desigualdade racial no judiciário brasileiro*, os percentuais de magistrados/as pretos/as e pardos/as atinge o percentual de 15,6% do total, muito longe do percentual desses grupos na sociedade brasileira, que passa dos 50%.

Não resta dúvida que avançamos nos últimos anos. Mas é preciso avançar mais. Esse avanço pode ser visto em, no mínimo, dois sentidos: o primeiro é a ampliação do acesso à educação e a postos de trabalho, isto é, ter cada vez mais pessoas negras em espaços de privilégio e poder. O segundo diz respeito à melhoria das condições, uma vez que essas pessoas estão dentro das instituições. Políticas

de permanência, no caso das universidades, são importantes para que estudantes negros/as possam finalizar os estudos, por exemplo. Espaços de diálogo e reflexão, como é o nosso Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade corroboram neste sentido. Vejo este livro como um importante avanço. Um passo em uma ainda longa caminhada em nosso Tribunal e em nossa sociedade.

Desejo que todas e todos tenham uma excelente leitura. Essas entrevistas foram um espaço de fala e agora, nessas páginas, são um espaço de escuta. Escutemos essas histórias.

Carmen Izabel Centena Gonzalez

Presidenta do TRT4 (2019-2021)

MENSAGEM DO COMITÊ DE EQUIDADE

O livro que você tem nas mãos é muito precioso. Foi necessário um longo processo de amadurecimento institucional para que ele chegasse até você. Trate-o com carinho. É um projeto inédito dentro do Poder Judiciário: contar os percursos, vivências e memórias de servidore/as e magistrado/as negro/as. Nestas páginas destinadas ao Comitê de Equidade, optamos por contar um pouco do processo que nos trouxe até aqui.

Para isso, é sempre importante lembrar que os debates sobre questões raciais dentro do Poder Judiciário somente tiveram início a partir de muita pressão social vinda do lado de fora.

O Movimento Negro, como ensina Nilma Lino Gomes (2020), é o principal protagonista para que as ações afirmativas e políticas públicas de correção de desigualdades tenham se transformado em questão social, política, acadêmica e jurídica em nossa sociedade. Nascido na luta de homens e mulheres negro/as pela superação do racismo e pela construção da emancipação social, o Movimento Negro educa a sociedade brasileira, transmitindo a sabedoria ancestral herdada de seus antepassados.

Ao questionar os processos de colonização do poder, do ser e do saber presentes na nossa estrutura e no imaginário social, o Movimento Negro – assim como os movimentos feministas, de mulheres negras, LGBTQI+, de Trabalhadores Sem Terra, indígenas, dentre outros – nos impulsiona a repensar a organização social, o formato das instituições e as nossas próprias subjetividades.

Se a instituição, portanto, se abre para ouvir as vozes de pessoas negras que integraram e integram seus quadros funcionais, é porque foi educada e pressionada para tanto pelos movimentos organizados que, por muitos séculos, se viram dela excluídos.

No caso do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), foi a servidora e militante lésbica feminista Ana Naiara Malavolta quem apresentou, em 2017, a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade para a então Presidenta do Tribunal, desembargadora Beatriz Renck, e para a Juíza Auxiliar da Presidência, Andrea Nocchi. Prontamente acolhida por aquela Administração, em março de 2017, a Política foi aprovada pelo Órgão Especial do TRT4, por meio da Resolução Administrativa 03/2017.

A política foi um marco importante porque representou a assunção de um compromisso público da instituição com a busca da promoção da equidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracional e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho no âmbito e na competência do TRT4.

Decorre da Política, também, o estabelecimento do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade (Comitê de Equidade). Composto por 10 membros, dentre os quais representantes eleitos entre o/as servidore/as com deficiência, negro/as, LGBTQI+ e mulheres, o Comitê de Equidade reúne-se periodicamente para debater, propor e encaminhar soluções que visem dar concretude à política de equidade institucional.

Nesse período de quatro anos, as atividades e ações promovidas pelo Comitê Gestor em parceria com outros setores do Tribunal (Escola Judicial, Secom, Comissão de Cultura, Memorial, etc) mudaram o perfil da instituição ao resgatar vozes historicamente silenciadas, colocando em pauta temas pouco debatidos até então. E aí ganha destaque as vozes de pessoas negras que, sob o manto do “mito da democracia racial”, têm sido sistematicamente excluídas de espaços de poder institucionais desde as origens desta fração de terras que se convencionou chamar de Brasil.

Já no ano de 2017, a primeira representante eleita pelo/as servidore/as negro/as no Comitê, Eliane Margarete da Silva Abreu, propôs a realização da Semana da Consciência Negra. O lançamento da exposição “Orgulho Negro” reuniu uma imensa quantidade de servidore/as e magistrado/as, em sua maioria negro/as, no saguão do TRT. Ao som de um grupo musical formado pelos servidores Vladimir Rodrigues, Leonardo da Silva, Edson Rodrigues e Marcio Bandeira, pelo trabalhador terceirizado Maurício Colina, e pelos servidores aposentados Jorge Cidade e Maria do Carmo Carneiro, e tendo como mestre de cerimônias o servidor Alexandre Modesto Farias, o dia 6 de novembro de 2017 representou um importante passo para a ruptura do pacto de silêncio, trazendo para a cena institucional a negritude e a temática racial.

Para a organização desta primeira Semana da Consciência Negra, o Comitê contou com o apoio do recém formado Coletivo Negros do TRT4, iniciando uma parceria, marcada por apoio e respeito mútuo, que se repete e se renova até os dias de hoje. A “Semana da Consciência Negra”, já no ano seguinte, passou a ocupar todo o mês de novembro, com exposições, eventos culturais e atividades de capacitação. Em 2018, quando o Comitê passou a ser integrado pela segunda representante

eleita pelo/as servidore/as negro/as, Roberta Liana Vieira, foi realizado o 1º Encontro de Servidore/as Negro/as; e no ano de 2019, ocorreu o 1º Fórum de Educação Antirracista, em parceria também com o Sintrajufe.

O Fórum Antirracista que, em 2021, vai para a sua terceira edição, se consolida, ano após ano, como um espaço de encontro de pessoas dispostas a assumir o compromisso com a equidade racial, ultrapassando as fronteiras institucionais para alcançar não apenas servidore/as e magistrado/as, mas também suas famílias, trabalhadore/as terceirizado/as e o público externo. A amplitude do evento de 2020, que teve como temática “O mundo racializado: reflexões acerca da branquitude e da negritude”, contando com a presença do Rapper Emicida, é bastante representativa das mudanças ocorridas nestes quatro anos.

A partir deste longo processo de amadurecimento da cultura institucional, em meados de 2020, o projeto “Percursos, Vivências e Memórias de Servidore/as e Magistrado/as Negro/as do TRT4”, elaborado pelos servidores Márcio Meireles Martins e Roberta Liana Vieira, ambos integrantes do Comitê de Equidade, foi apresentado para a Administração do Tribunal.

O amplo acolhimento que o projeto teve pela Presidenta do TRT, desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, e pelo Diretor da Escola Judicial, desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa; assim como pela Comissão Coordenadora do Memorial e pela Comissão de Cultura, demonstra como uma instituição, mesmo sendo composta por servidore/as e magistrado/as majoritariamente declarado/as branco/as, pode assumir o compromisso da luta antirracista.

Também foi fundamental o apoio dos desembargadores João Paulo Lucena e Gilberto Souza dos Santos, assim como o auxílio do/as demais integrantes do Comitê de Equidade do biênio 2020/2021 – Thaís Helena Kramer Pereira, Juliano Machado dos Santos, Maria Ilda dos Santos Cézar, Bibiana Nodari Borges, Mariana Piccoli Lerina, Alessandra Pereira de Andrade e Mateus Crocoli Lionzo –, da Milena de Cássia Silva de Oliveira, do Diogo de Seixas Grimberg, do Gleidson Renato Martins Dias, da Juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza e de muitos outros servidore/as e magistrado/as do Tribunal.

Cito nomes de algumas das muitas pessoas que contribuíram para este projeto não para que criemos heróis ou heroínas. Ao contrário. É para que nós lembremos que a história é construída por pessoas comuns, como eu e você. E se, por um lado, a história das relações raciais no Brasil é marcada por pactos firmados entre pessoas brancas

para se manter no poder, cuja principal característica é precisamente não falar sobre as situações de desigualdade geradas pela raça; por outro, sempre está aberta a possibilidade de rompermos com estes pactos e propormos novas alianças. Afinal, como nos lembra Emicida, nós somos os “ancestrais de quem está por vir”.

Por isso, com muita alegria, convidamos vocês a exercer uma escuta ativa. A ouvir e aprender com estas 27 histórias, de homens e mulheres, que generosamente compartilharam conosco um pouco de suas trajetórias, de seus saberes e de suas experiências. Pessoas que, com sua riqueza humana, engrandecem a nossa instituição e nos lembram que a pluralidade de representatividade é pressuposto da própria democracia. É um orgulho para nós, do Comitê de Equidade, contribuir para que suas vozes ecoem. Boa leitura!

Gabriela Lenz de Lacerda

Coordenadora do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e
Diversidade do TRT4

AGRADECIMENTOS

Este projeto foi construído a muitas mãos, mentes e corações. Verdadeiramente abraçado por esta Instituição. Por aqui cabe registrar o nosso agradecimento a algumas pessoas que, mesmo não integrando nenhum dos distintos setores do Tribunal diretamente envolvidos no projeto, foram essenciais na sua construção.

Por isso:

Às 27 pessoas entrevistadas, por confiarem a nós suas ricas histórias, compartilhando sorrisos, lágrimas e momentos que jamais serão esquecidos;

À inspiradora Karen Luise Vilanova Batista de Souza, por tão gentilmente, desde o início, ter participado do projeto e, ao final, enriquecido esta obra com o seu Prefácio;

Aos criativos e talentosos Leonardo Fialho Eleutherio e Mateus Antônio Abreu da Silva, por prontamente, e com alegria, aceitarem o desafio e nos entregarem esta linda capa cheia de significados e beleza; e

Ao Coletivo Negros TRT4 pela parceria de sempre, em especial à servidora Milena de Cássia Silva de Oliveira, por auxiliar nas entrevistas; e ao servidor Paulo Rogério Barbosa Vargas, por contribuir com suas potentes palavras para a contracapa deste livro;

Ao Welligton Luan Porto, por seu olhar atento e cuidadoso tão importante para a finalização deste livro;

O nosso muito obrigado!

PREFÁCIO

Eu conheci o Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no ano de 2017, quando fui convidada a falar sobre racismo aos servidores e magistrados. A memória daquele encontro guarda caráter afetivo, pois se tratou da primeira oportunidade na qual expus publicamente um pouco da minha história pessoal e profissional.

Confesso que naquele momento ainda não tinha a dimensão da grandeza do trabalho que estava sendo realizado pelo Comitê. Contudo, não tenho dúvidas de que chegar ali foi muito importante e transformador. Colocar luz sobre uma trajetória de exceção, visibilizar uma experiência vivida por poucas pessoas negras e expor a problemática da inclusão racial nas carreiras jurídicas não se tratava apenas de um desafio, mas também de um ato de coragem. Eu estava ali contando um outro lado de uma história.

Segundo os dados do Departamento de Pesquisas do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil possui hoje aproximadamente 18.091 juízes e 276.331 servidores, em todos os ramos do Poder Judiciário. Destes, de acordo com o Censo de 2018, apenas 18,1% são negros na magistratura. Por outro lado, quanto à Justiça do Trabalho, conforme o Censo de 2014, somente 24,9% dos seus serventuários eram negros em 2013, ano da pesquisa. Os dados da magistratura já contam com o incremento que essas carreiras tiveram depois da implementação da política de cotas por meio da Resolução 203/2015.

Por outro lado, segundo dados da PNAD – Pesquisa Anual de Domicílios- o Brasil conta hoje com 211.755.692 habitantes¹, sendo que 56% destes são pessoas negras, o que evidencia a sub-representação no Poder Judiciário.

Muito embora sejamos poucos magistrados e servidores nesse espaço que socialmente não foi projetado para nós, estamos nele inseridos, integrados - uns mais e outros menos- e temos nossas histórias para contar. Histórias do antes, histórias do percurso, histórias de existência dentro de uma instituição do sistema de justiça,

1 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020>

que geralmente apenas nos enxerga nas ocupações subalternas e no banco dos desafortunados reclamantes ou dos réus.

Nesse sentido, o projeto *Percursos, Vivências e Memórias de servidores/as e magistrados/as negros/as do TRT4* vem contar um pouco das vidas de pessoas negras que superaram barreiras, transpuseram obstáculos, derrubaram muros e a cada dia resistem. São homens e mulheres pertencentes a um grupo racial que até pouco tempo atrás estava no rol de bens dos inventários de senhores de escravos, mas que hoje são a justiça encarnada em uma humanidade que se insiste em negar.

Nesta obra encontrei um pouco de tudo o que já vivi e ouvi. Cada história contada aqui carrega um pouco da minha e das de todos os que nos antecederam. Nesses percursos diversos aspectos relevantes são apresentados. A família como espaço seguro e referência; as mulheres negras como potência em si, a escola como primeiro espaço onde as relações sociais se intensificam e o racismo ganha expressão; o primeiro emprego, com o ingresso prematuro no mercado de trabalho.

Conhecendo cada percurso senti novamente as emoções que marcaram minha vida, tais como as aprovações nos concursos públicos e os desafios dos primeiros passos nas carreiras. Descobri-las fortalece ainda mais minha negritude e fazem perceber que não ando só.

São caminhos de exceção que carregam potência e colaboram para que se abram espaços, rompendo com a essencialização de pessoas negras, reconstruindo-se a ideia de humanidade a partir de outros olhares: os nossos olhares.

Sem embargo, embora o ideal de liberdade, em alguma medida os relatos trazidos demonstram a sensação da escravidão presente, pois o coração, a alma, os pensamentos e os sentidos de cada um dos protagonistas dessas histórias, bem como seus antepassados, sempre estiveram presos às mesmas correntes que os aprisionaram nos porões dos navios que realizaram o percurso pelo Atlântico. Esta nação que escravizou nunca conferiu dignidade necessária às existências negras, as quais sofrem em seu dia a dia os efeitos presentes de uma abolição passada, mas inconclusa, já que não houve ações concretas a dar condições humanas iguais a todas as pessoas que vivem neste país.

Encontrei nos relatos a presença marcante das mulheres negras: trabalhadoras desde sempre, elas foram as escravizadas, as lavadeiras, cozinheiras, as domésticas. Sempre aparecem como pilares de sustentação de muitos grupos familiares, sendo responsáveis por perseguirem a emancipação com seus exemplos, ensinamentos e

aspirações. A vida sempre foi dura com elas, que até os dias atuais relatam experiências análogas as da escravidão.

Não me surpreenderam os indicativos de busca por relacionamentos afetivos interracialis nas famílias como forma de embranquecimento das gerações futuras. Esse achado evidencia a política do Estado Brasileiro que pretendia eliminar totalmente a presença de pessoas negras neste solo ainda no século XX. A ideia do sujeito branco como mais capaz intelectualmente e também mais saudável, belo, mais desejado aparece como o modo de gerar rejeição à própria cor e à estética, uma das expressões mais perversas do racismo.

A educação e trabalho dignos como condições para a liberdade aparecem de modo forte nessas histórias negras. Afinal, como refere Angela Davis², o anseio pelo conhecimento sempre foi feroz por parte de pessoas negras. Não fosse assim, não teria sido necessário proibi-las de estudar, fato este que aconteceu no Brasil, assim como nos Estados Unidos, deixando marcas indelévelis em suas populações que apresentam um abismo social entre os grupos raciais de brancos e negros.

Nesse ponto, as narrativas denotam o quanto permanecer no ambiente escolar representou um grande desafio para muitos entrevistados. Por um lado, as demandas de sobrevivência obrigavam ao ingresso prematuro no mercado de trabalho. Por outro, os ambientes hostis, nos quais evidentemente as questões de classe se apresentavam, demonstram muito como a escola, por mais que possa ser vista como um ambiente democrático, como afirma bell hooks³, nem sempre se apresenta como um ambiente igual e justo para todos.

No ambiente educacional muitas vezes ocorre o primeiro encontro com o racismo: os apelidos referentes à raça e as acusações sobre os infortúnios cotidianos recaem sobre o sujeito negro (são os meninos e as meninas, negros e negras, os apontados como responsáveis por atos de indisciplina e até mesmo como autores de pequenas infrações – nesses contextos o lápis e a borracha perdidos, transformam-se nos objetos furtados principalmente por crianças negras). Na escola também as demandas do mercado comercial mostram para uma criança negra que ela não pode ter a roupa, o sapato, a viagem, a festa. Diferentes mundos que se confrontam e vão constituindo subjetividades marcadas por ideias de lugares sociais distintos para brancos e negros.

2 Davis, Angela, *Mulheres, Raça e Classe*, Boi Tempo, 2016, p.109.

3 hooks, bell, *Ensinando a Transgredir: a Educação como prática da liberdade*, 2017, p235

Os estudos conciliados com o ingresso no mercado de trabalho e a constituição de famílias prematuramente apontam como as vidas de pessoas negras apresentam contornos muito distintos de outros grupos raciais.

Sobressaem as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, e os limites estéticos entram novamente como expressão do racismo cotidiano em contratações (cor da pele, cabelo trançado ou alisado são questões relevantes apenas para pessoas negras quanto estão em busca de um meio de vida).

Como ensinou Lélia Gonzales⁴,

“O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção, que recebem seus dividendos do racismo, quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis de todos os diferentes segmentos sociais. O que existe no Brasil, efetivamente é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” sem serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc”.

Essa a razão pela qual a aspiração pelo acesso às carreiras públicas aparece de modo preponderante nas vidas negras, como uma esperança de emancipação. Existir no serviço público representa estar em um espaço que materializa a imparcialidade, a transparência e a impessoalidade. No serviço público seria possível não ter a cor da pele como obstáculo à progressão social; seria possível ver realizado o princípio da igualdade nas relações de trabalho.

Compartilho com esses servidores e magistrados dos mesmos sentimentos vividos durante o concurso público, aprovação, posse e primeiros dias de trabalho. As sensações de liberdade e

4 Gonzales, Lélia, Por um Feminismo Afro Latino Americano – A juventude negra brasileira e a questão do desemprego, editora Zahar, 2020, p.46

independência aparecem acompanhadas da alegria e ao mesmo tempo de necessidade de integração.

Nesse contexto, a integração em ambientes que não esperam por pessoas negras, e que não foram projetados para suas existências, com frequência acaba por exigir que pessoas negras renunciem à sua estética, seus hábitos, comportamentos modos de pensar, sentir e agir, levando à morte de toda uma história, inclusive ancestral.

Por isso o Comitê, que agora consolida essas histórias de vida, é tão valioso. Além ser um espaço que fomenta as discussões acerca de questões de gênero, raça e diversidade e combate práticas discriminatórias no serviço público, o comitê fortalece os coletivos de servidores para que essas existências possam estar acolhidas no ambiente de trabalho⁵ e aquilombadas em suas trajetórias. Trata-se de um modo de viabilizar encontros gerar pertencimento, propiciando que pessoas negras se enxerguem ao olharem para o espaço onde passam boa parte de suas vidas.

Não é demais dizer que ao colocar em evidência as vidas de magistrados, magistradas, servidores e servidoras negras e negros, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região contribui para que a história do Poder Judiciário Brasileiro comece a ser recontada. Afinal, uma história que é escrita apenas a partir de uma visão, nunca será uma história completa. Essa a razão pela qual este trabalho apresenta-se para reafirmar que uma mesma história pode ser contada a partir de muitos olhares, uma mesma história contém muitas verdades, uma mesma história tem mais de um lado.

Trata-se também de um tributo a essas negras e negros que superaram obstáculos, fizeram e fazem de suas vidas verdadeiros atos de resistência em espaços brancos e adversos. Cada um do seu modo, com visões e compreensões diferentes sobre o mundo, por meio de suas caminhadas vêm ensinando outras negras e negros a transgredir, a não aceitar o lugar social projetado em subalternidade e subordinação, rompendo com a essencialização de pessoas negras.

Também um ato de generosidade que destaca importância desses homens e mulheres, que inicialmente solitários nesse lugar existencial que é o sistema de justiça, passam a perceber a relevância de seus percursos individuais e de suas compreensões sobre o mundo – que possuem como fio condutor único a cor da sua própria pele.

5 Oliveira, Robson, Os Desafios da Inclusão Racial no Mercado de Trabalho, <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/os-desafios-da-inclusao-racial-no-mercado-de-trabalho/>, consultado em 31/05/2021

Negras memórias

Essa a razão pela qual esse trabalho vem para dizer que nós, pessoas negras, somos passado, somos presente e somos futuro; que somos resistência; que somos a Justiça deste país.

Acima de tudo, esse trabalho vem dizer: somos poucos, mas somos!

Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Membro da Coordenação do Enajun e do Fórum de Juízas e Juizes contra o Racismo e todas as Formas de Discriminação, membro do Instituto de Acesso à Justiça.

INTRODUÇÃO

Qual a importância de contarmos nossas histórias? Era final de 2019, estávamos num restaurante muito próximo ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Um lugar comum para nossos colegas e também para quem costuma (ou costumava) frequentar o bairro Praia de Belas e seus arredores. Era meio dia e nos servíamos no buffet quando conversamos pela primeira vez sobre fazermos um livro e um documentário que contasse as histórias das pessoas negras que trabalharam ou trabalham na Justiça do Trabalho. A ideia era muito boa. Contar histórias talvez seja a prática mais antiga de troca de experiências entre os seres humanos e imaginar o que aquelas pessoas iriam dizer já despertava a nossa curiosidade.

Em fevereiro de 2020, começamos a pensar em escrever o projeto para apresentarmos à Administração e ver se conseguiríamos concretizá-lo. Pretendíamos entrevistar servidores/as e magistrados/as negros e negras do TRT4 a respeito de suas trajetórias de vida e trabalho. Estávamos empolgados. A ideia era falar com a Secretaria de Comunicação, preparar cenários, captar as melhores imagens e organizar um belo documentário e um importante livro.

Começamos a escrever.

Pensar historicamente a importância de um projeto como esse para a Justiça do Trabalho era fácil: a história do trabalho no Brasil passa necessariamente pela história de trabalho de africanos escravizados trazidos à força para cá e de seus descendentes. O trabalho não assalariado e forçado está na origem deste país que, por quase 400 anos, encontrou no regime escravocrata a mão de obra necessária para a construção de uma nação emergente.

A história oficial, que aprendemos na escola, dá a ideia de que, ao libertar as pessoas negras da condição de escravizadas, a sociedade brasileira instantaneamente migrou para uma forma de organização racionalizada e humana de trabalho denominada trabalho livre. Mas a história real não foi bem assim. Com o advento do trabalho assalariado, as pessoas negras, antes escravizadas, foram marginalizadas, lhes sendo reservado o ócio ou o subemprego.

A Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, continha apenas dois artigos. O primeiro artigo previa: “é declarada

extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil”; o segundo dispunha: “revogam-se as disposições em contrário”. Nenhuma política de reparação humanitária para população negra foi editada, tampouco foram pensadas ações estatais para integração dessas pessoas. No máximo, discutiu-se a possibilidade de indenização para os antigos proprietários de escravizados.¹

Por outro lado, o governo brasileiro incentivou e financiou a imigração de pessoas brancas europeias para o Brasil na condição de “mão de obra qualificada”, mesmo quando essas pessoas não possuíam nenhuma qualificação. Foi-lhes garantido o acesso à terra e à ocupação das posições de trabalho que foram sendo criadas na indústria, no comércio e no serviço público.

De 1888, ano da abolição da escravidão, até 1995, o Estado Brasileiro ignorou as necessidades da população negra, sendo que, nesse ano, em razão da realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, organizada pelo Movimento Negro, o governo brasileiro reconheceu a sua responsabilidade na criação de ações afirmativas para lidar com a exclusão da população negra. No entanto, somente no ano de 2014 foram criadas as cotas raciais para ingresso no serviço público federal. Em todos os anos que antecederam as ações afirmativas, a representatividade de pessoas negras no serviço público era bastante baixa.

O único estudo realizado, e não publicado, do IPEA/OIT/PNUD, datado de julho de 2004, e denominado Raça e gênero no serviço público civil², indicou que nos cargos superiores havia 18% de homens negros e 5% de mulheres negras. A pesquisa destacou ainda a impossibilidade de acesso às informações acerca de como as pessoas negras estavam distribuídas pelos órgãos, funções e cargos federais. Também não continha informação sobre o seu nível de escolaridade, já que não se exigia dos servidores a autoidentificação de cor, mesmo

1 A palavra “escravo” sugere uma característica e/ou condição inerente à pessoa. Por isso, segundo Kabengele Munanga, o correto é o uso da palavra “escravizado”, pois assim indica que foi uma situação pela qual a pessoa passou que a colocou nesta posição. Fonte: MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira[S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/001413002>>. Acesso em 05-03-2020.

2 Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/650/1/G%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%20e%20compet%C3%A2ncias%20de%20dire%C3%A7%C3%A3o%20no%20Servi%C3%A7o%20P%C3%BAblico%20Federal.pdf> – Acesso em 05-03-2020.

após a instituição do Programa Nacional de Ações Afirmativas por meio do Decreto 4.228 de 2002.

Em 2014, então, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) apurou que pessoas negras ocupavam menos de 30% dos cargos do serviço público. E, considerando a distribuição dos cargos que exigem níveis de escolaridade para a sua ocupação, as disparidades eram ainda maiores: pessoas negras tinham sua participação aumentada nos cargos de nível auxiliar (50,7%) e nível intermediário (31,9%), enquanto no nível superior o quantitativo ficava em torno de 20%³. A ciência desses dados nos ajudou a justificar este projeto que hoje se tornou o livro que vocês têm em mãos agora.

A Justiça do Trabalho da 4ª Região, desde sua criação, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, sempre contou com a mão de obra de pessoas negras⁴, embora até o presente momento só tenha tido um único concurso público⁵ com reserva de 20% das vagas para pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

Mas por que esse livro é só sobre pessoas negras? Não poderia ser só sobre serviço público? Refletimos e conversamos bastante sobre isso quando nos preparávamos para apresentar e defender o projeto para a Administração do Tribunal e para os setores que queríamos que fossem nossos parceiros. Percebemos que as histórias de pessoas negras no serviço público nunca foram contadas, apesar de existirem diversos livros a respeito do serviço público de forma geral. Foi com muita alegria que, em junho de 2020, ouvimos a presidenta do Tribunal, com grande entusiasmo, dizer que se encantou com o projeto e que teríamos todo o apoio institucional para torná-lo realidade.

A emoção daquela notícia vem ao nosso rosto em forma de sorriso até hoje. Passada aquela parte, era hora de começar a trabalhar.

O TRT4 atualmente conta com aproximadamente 6% de servidores/as negros/as e 2% de magistrados/as negros/as. Por isso, a expectativa sobre o número de interessados nos preocupava. Através do portal de comunicação interna do Tribunal, lançamos a chamada para inscrição, divulgamos o projeto e tivemos 28 inscritos/as – 27 servidores/as e um magistrado. Convidamos outras pessoas negras, dentre juizes/izas

3 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35009 - Acesso em 05-03-2020.

4 Negros assim considerados os sujeitos autodeclarados pretos e pardos, em consonância com o art. 1º, § único, inciso IV, da Lei 12.288/10.

5 Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal Edital Nº 01/2015 e Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto Edital Nº 01/2016.

e servidores/as que foram indicados/as por colegas para participar do projeto. No entanto, muitos não responderam. Alguns agradeceram, e informaram que, por motivos pessoais, preferiam não se expor. Outros não quiseram mesmo. Tivemos inclusive uma desistência pós-inscrição.

O que leva uma pessoa a recusar participar de um livro? O que a leva a não querer contar a sua história? Os motivos são diversos e, na verdade, jamais saberemos ao certo. A razão pode estar relacionada, direta ou indiretamente, com o silenciamento histórico da população negra, que teve início ainda antes da travessia do Atlântico, quando pessoas negras africanas eram violentamente forçadas a dar voltas na “árvore do esquecimento”, e teve seu ápice com o apagamento intencional de sua história, como no caso da queima dos arquivos nacionais relativos à escravidão, determinada pelo então ministro da Fazenda Ruy Barbosa em 1890. Ainda assim, não sabemos.

O que sabemos, na verdade, é que o racismo é uma experiência visceral que bloqueia cérebros, quebra ossos, faz jorrar sangue e causa a morte. E, de repente, relembrar essa experiência pode ser muito doloroso. Por isso, a não participação de alguns e algumas não deve nos levar a investigar a razão para isso, e sim, a refletir: como é viver dentro de um corpo negro? Quais são as formas que pessoas negras encontram para lidar com as consequências do mais perverso e mais longo crime contra a humanidade, que foi a escravização de seus ancestrais por mais de três séculos?

Este livro, entretanto, não é sobre racismo. Se fosse, teríamos de falar sobre a história da Europa, branquitude, processos de colonização, colonialidade e relações de poder.

Este livro é sobre pessoas negras.

No fim, foram mais inscritos do que o planejado e pensamos em como essas pessoas seriam selecionadas. Sem dúvida, estaríamos atentos para a igualdade de gênero, para a representação de pessoas com deficiência, de pessoas LGBTQIA+⁶, de aposentados e ativos, de cotistas e não cotistas. Não obstante, entre pretos e pardos, quem teria preferência? Pessoas com mais melanina teriam preferência em relação a pessoas com menos melanina?

6 Cada letra da sigla LGBTQIA+ significa, respectivamente, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexo e assexual. Trata-se de um movimento político e social que defende a diversidade sexual, luta pelos direitos da comunidade e busca maior representatividade.

Não sabíamos. Fizemos algumas reuniões. Chamamos pessoas que estudam o assunto para conversar e estudamos. Concluímos que não excluiríamos ninguém e aumentaríamos o número de vagas. De todo o modo, podemos adiantar que, assim como no Brasil, nas páginas seguintes vocês vão encontrar variados tons de preto. E isso não ocorre por acaso.

Diferentemente dos Estados Unidos da América que, após a abolição da escravidão, adotou uma política de segregação institucionalizada, o Brasil após 13 de maio de 1888 adotou políticas de embranquecimento da população. E isso ocorreu, por exemplo, através do incentivo de imigração europeia e a concessão de auxílios a essa população, da ausência de incentivo para o desenvolvimento físico, psíquico, intelectual e social de pessoas negras, pelo genocídio do povo negro e pela ausência de punição contra as violações aos corpos das mulheres negras por homens brancos. Tudo isso sob o manto do discurso da ‘democracia racial’, romantizada pelo sociólogo Gilberto Freyre no livro *Casa-Grande & Senzala*.

Fato é que o Brasil nunca quis ser negro, embora tenha sido o país que mais recebeu pessoas escravizadas do mundo e o último a abolir a escravidão. As políticas de branqueamento que mencionei anteriormente, pautadas pelos “ideais arianos”, chegaram a ser referidos expressamente nos documentos oficiais. Abdias do Nascimento, no seu livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, nos informa que o governo brasileiro tinha estimativa de que entre um e três séculos a raça negra se extinguiria. O autor nos informa ainda que a eugenia foi prevista expressamente na Constituição de 1934 e que, nos últimos anos do seu governo ditatorial, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945, regulando a entrada dos imigrantes de acordo com a “necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência europeia”⁷.

Em março de 2020, infelizmente, fomos surpreendidos com a pandemia de Covid 19. Por isso, nosso sonho de gravar em estúdio não deu certo. Não foi dessa vez que brinquei de Oprah Winfrey. Fizemos todas as entrevistas on-line e tivemos a sorte de entrar na casa de cada entrevistado/a e, a começar pelo cenário, conhecê-los e conhecê-las ainda mais. Foram seis meses de audições, tentávamos conversar com uma pessoa por semana. As sessões duravam em média de quatro a seis horas. Uma delas durou mais de nove horas e teve de ser fracionada em três dias. Escolhemos como metodologia a ‘história oral’⁸, que se caracteriza

7 NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016, p. 86-87.

8 ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

por entrevistas produzidas a partir de um estímulo, que são as provocações feitas pelos entrevistadores possibilitando o resgate da memória pelo/a entrevistado/a. Elaboramos um roteiro de questionamentos para facilitar o diálogo e o alcance dos objetivos do projeto. As perguntas iniciavam pela infância, passavam pela adolescência e chegavam à fase adulta do indivíduo. Abordavam temas como família, educação, experiências profissionais, relações sociais, terminando com o percurso do/a entrevistado/a dentro do TRT4.

Apesar disso, o roteiro servia apenas como base nas sessões de entrevista, já que a intenção do projeto era que a trajetória dos/as entrevistados/as fosse registrada espontaneamente a partir da sua própria perspectiva. É por isso que, talvez, vocês se surpreendam com alguma palavra ou expressão que vão ler. O primeiro contato com os textos pode ainda causar estranheza pelo formato não convencional da narrativa, mas tanto em respeito à pessoa como à reconstrução da sua memória, optamos por não corrigir ou alterar seus conteúdos para manter a originalidade da comunicação oral.

Faz quase um ano que iniciamos as entrevistas. Coincidência ou não: dois dias após a data oficial da abolição da escravidão no Brasil demos por terminado o trabalho editorial. Nós seguimos em isolamento, as dependências da Justiça do Trabalho permanecem fechadas e o número de pessoas mortas pelo vírus Covid 19 segue crescendo.

No entanto, em tempos pandêmicos e de esperanças frustradas, temos a sorte de poder ler as histórias dos Marcos, das Milenas, das Anas, dos Gilbertos, das Elaines, das Vânicas, das Églis, dos Carlos, e compreender o poder da História sobre nossas histórias. Não podemos ainda voltar a viver a vida lá fora, mas com essas pessoas vocês terão boas companhias para olhar a vida pelo lado de dentro.

Há muito acontecendo nessas páginas, vocês vão ver. Há ponderações sobre o passado. Esperanças para o futuro. Mas, em especial, há a maior das experiências: existir.

Será essa a importância de contarmos nossas histórias?

Boa leitura.

Roberta Liana Vieira

Representante dos Servidores e das Servidoras Negros e Negras
no Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4
(Gestão 2020/2022).

ENTREVISTAS

NASCIMENTO: 21/06/1940
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 16/08/1962
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: SERVIDORA APOSENTADA



SELMA CANABARRO

Nasci em Porto Alegre, em 1940. Eu me criei entre os bairros Petrópolis e Chácara das Pedras, tive uma infância normal porque éramos pobres. Brinquei muito, fiz muitas coisas a que eu tinha direito como uma criança inocente. Não tinha maldade. Fomos crescendo, estudando quando deu. Viramos adultos, trabalhei naquela casa boa que é o Tribunal Regional do Trabalho que garante meu sustento hoje. Casei, tive dois filhos, abençoados por Deus. Meu filho se formou advogado. A minha menina é contadora. Sou feliz porque consegui vencer, quase que sozinha. Criei meus dois filhos sozinha. E não foi fácil. Se tivesse que fazer tudo de novo, faria – claro que, agora, aprimorado aqui e ali. Trabalhei 20 anos no Tribunal. Entrei em 1973 e saí em 1995. Entrei pela junta de Bagé. Naquela época entrava pelo interior, fazia um estágio e vinha para Porto Alegre. Trabalhei na Praça Rui Barbosa, depois trabalhei na Praia de Belas. Me aposentei no Tribunal.

Éramos cinco filhos, dois irmãos já faleceram, ficaram as três mulheres, todas na casa dos 80 anos, cada uma em sua casinha, todas com saúde. Tenho muito orgulho de dizer que meu pai era de origem portuguesa, um super pai. Minha mãe era africana e eu conheci a avó dela, que a criou pois a mãe havia morrido. A avó da minha mãe era negra mina, morreu bem velhinha, com 93 anos. Tenho orgulho de dizer que as minhas raízes são europeias e africanas.

Meu pai era branco, bem branco, e minha mãe, bem preta. Era lavadeira e cozinheira. Depois trabalhou como servente em uma escola, até quando se aposentou definitivamente. O pai era estivador, capitão no porto, no cais. Não teve estudo, acho que fez o primeiro grau da época,

mas ele tinha muita inteligência. Ele fazia qualquer obra, qualquer coisa que tivesse que consertar ele consertava. Ele fazia nossos sapatos, fazia bem direitinho. Se tivesse nascido hoje, seria engenheiro, arquiteto. O pai mantinha a casa, a mãe vestia os filhos. Tinha, tinha; não tinha, não tinha. A gente se conformava. A gente era muito feliz com o nosso pouquinho, no nosso mundo.

Nunca sentimos esse problema de racismo. Claro, a minha mãe sentiu muito isso quando os dois quiseram se casar. A família do pai não aceitava a mãe porque era preta. Então, não tínhamos muito contato com eles. Fomos ter contato com nossos 15 anos. Um tio apareceu, o outro também e assim a gente os conheceu. Mas a gente não teve a infância com eles. Também não fez falta, poderia ter sido melhor, mas não fez falta.

Estudo era sagrado. Não tínhamos recursos. Quando a gente comia o pão, o pai desamassava bem o papel e fazia a gente escrever ali como se fosse o caderno porque o caderno do colégio era só para o colégio. A ponta do lápis era feita no domingo e tinha que durar até a sexta-feira. Era tudo na economia mesmo, mas era bom aquilo. Eu tinha facilidade para aprender as coisas, aí eu não parava na aula. Minha primeira escola foi o Santa Inês, eu ficava interna da manhã à noite. Era um colégio de freiras, eu tinha seis anos. Fiquei só um ano ali. Não sei se meu pai não teve dinheiro para pagar ou porque eu incomodei demais as freiras. Eu saí dali e fui estudar no Rio Branco. Depois eu fui para o Instituto de Educação, numa seleção de admissão da quinta para sexta série, e eu passei.

Na minha época se trabalhava em fábrica ou ia para uma casa de família, como doméstica. Na fábrica não tinha essa de ter horas para estudar. Não tinha. Porque, para nós, era tudo mais difícil: ia ver um emprego, sabia que minhas qualidades condiziam com o que estava no edital, mas quando chegava na hora não dava. Porque era preto. Eu nunca fui declaradamente discriminada porque eu sempre tomei a iniciativa de rebater. Eu nunca deixei que as coisas me prejudicassem ou a quem estivesse do meu lado. Eu comprava as brigas por causa de raça, brigas que nem eram comigo. Porque eu não achava que éramos diferentes. Por que seríamos? Tínhamos dois braços, uma cabeça, pensávamos. Só por causa da nossa cor seríamos diferentes? Não. Eu toda minha vida, com 80 anos, nunca senti discriminação. Não por que tivesse que se impor. Se falasse de negro, eu já ficava na ponta da cadeira esperando que falasse mais alguma coisa, pronta para a briga. Porque eu pensava assim, que se todos negros pensassem em si e no seu vizinho, a gente vencia. Mas não era assim, até hoje não é assim.

Nós não tivemos adolescência. Passamos de criança para adulto. Não teve essa coisa de ter vontades. Não teve nada disso. Quem conseguiu trabalhar, trabalhou. Meu primeiro emprego, eu tinha uns 14 anos. Era costureira. A gente aprendia a costurar e pra não se machucar, naquela época já existia essa coisa de acidente de trabalho. Eu trabalhei bastante

lá, até acho que os meus 18 anos quando eu comecei a tomar ciência da função pública. Porque na função pública ninguém te descrimina entre aspas, ninguém te põe pra rua, a não ser que cometesse uma falta muito grave. Na minha época era o roubo e a bebida alcoólica. Depois eu comecei no governo, como faxineira no Hotel Rosa, que tinha na Independência. Depois no Leopoldo Rossi e depois na Prefeitura, fiz um concurso e passei também como faxineira na escola Leopolda Alcaraz Gomes. Depois da prefeitura eu entrei na previdência no IAPC.

No IAPC sempre fiquei como atendente. A carreira era grande, tinha vários níveis e a concorrência, enorme; a promoção, então, era muito restrita. Na pirâmide, embaixo, na base, eram negros. O porteiro, quem servia o cafezinho, serventes, eram todos negros. Depois vinham os brancos. Só tinha um senhor que era negro bem colocado no IAPC, que era contador. Era da minha cor e o único lá em cima de negro. Lá eu fui discriminada. Ficava na contabilidade e na fiscalização. A maioria era fiscal e, como eu já cursava o segundo grau e estudava, queria ser juíza, ser advogada, então estava sempre com os livros para ler quando desse tempo. O meu serviço era aparar os erros dos fiscais, imagina. Então, quando os valores não batiam, apresentava para eles e eles não gostavam. Uma atendente vai querer se bater com os fiscais? Às vezes eles nem queriam me passar o trabalho, mas o coordenador insistia. Eu já estava com o segundo grau pronto. O meu desejo era ser juíza. A ideia era ser juíza para mudar as leis, olha que loucura. Muita coisa a gente achava que estava errado e a gente achava que estudando dava para mudar. Mas não deu.

A gente achava que ia mudar o mundo. Um dia nos denunciaram que a gente fazia festa na casa do meu pai. Mas todos os filhos dele eram funcionários públicos. A gente fazia uma festinha junto com o pai e eles diziam que tinha fundo político e um dia a mãe me liga e me diz, “olha, os homens do DOPS estiveram aqui e revistaram a casa”. Deram uma intimação nela mas não levaram nada, até porque uma dia a gente queimou todos materiais que eu tinha. A gente agitava. Um dia até a Brigada Militar entrou ali atrás de nós, na escadaria da Borges. Eu fui agitadora. Por dez anos eu tive meus direitos retidos, só não perdi a função, mas não tive nada, não tive avanço, nada. Quando o [ex-governador Leonel] Brizola foi anistiado [em 1979], a gente voltou porque anistiaram todos. Aí eu não recebi nada de volta, mas aqueles dez anos contaram. Fui agitadora. Graças a Deus nenhum filho meu entrou para a política.

Era muita perseguição. Era a ditadura. Tu podias ouvir, mas não podia falar. E eu achava que não podia ser assim, achava que tinha que pelo menos ter um debate e não tinha. Era aquilo ali e acabou. É cadeia e xilindró e era pra lá que as pessoas iam. Depois eu conheci muitos advogados que a gente descobriu que também faziam parte desses movimentos. O Carlos Araújo era um que sofreu muito. Ele também acreditou nas pessoas

e elas não eram tudo isso que diziam. Teve outros. O pessoal não se conformava, mas ficava quieto porque sabiam que o castigo era pior. Muitos se separavam da família e a gente não ficava mais sabendo de ninguém. Era essa a nossa revolta.

Comecei na função pública por volta de 1963. Fiquei 11 anos, quando fiz concurso para o Tribunal já tinha o meu guri mais velho. Foi em 1973, no dia 12 de dezembro eu entrei. Era junto com a Procuradoria do Trabalho, no mesmo prédio. Depois fomos para a Praia de Belas e ali eu me aposentei. Depois que voltei de Bagé, fiquei trabalhando na distribuição. Eu fiquei na 6ª Junta. E, como eu vinha do interior, a gente sabe manusear muita coisa. Ficha que vem da audiência, ficha que vem com processo. A gente aprende muita coisa. Eu atendia no balcão, ali conheci muito advogado, muito negro advogado que eu sentia muito orgulho deles.

Conheci um único juiz negro, mas ele não se assumia negro, tanto que a filhas e a esposa eram brancas. Até hoje eu não sei se tem juiz preto. Eu me indignava com isso. Mas acho que era da lei, das normas dos tribunais não aceitar negro. Não sei se agora. Não sei se tem.

Quando o Tribunal me chamou, fui a última candidata a entrar. Levei uns quatro anos para ser chamada, nem esperava mais. Fui designada pra Bagé. Foi uma surpresa. Eu morava em Alvorada, na Estrada do Cocão, e recebi uma carta do Tribunal, fui chamada para fazer uns testes e exames. Era uma diferença de uns 200 reais na época entre o que eu ganhava na Previdência e o que ia ganhar no TRT. Mas teria despesa, tinha que pagar uma pessoa para cuidar do meu filho. Eu acho que eu fiz uma coisa muito certa, graça a Deus. Eu vinha para Porto Alegre na sexta-feira e ia embora de volta para Bagé na segunda-feira. Foi uma experiência meio chata no começo, porque eu fiquei meio mãe e pai do meu filho. Ele era pequeno. Foi uma jogada arriscada que eu fiz.

Apreendi a viver sozinha lá. Não tinha pai, mãe, não tinha marido. Aí levei meu filho depois, ele era pequenininho, tinha um ano e cinco meses. Consegui uma creche e um colégio para quando ele ficasse maior. Fiz concurso para atendente, mas logo em seguida, uns seis meses depois, passei de assistente A para assistente B. Depois de um ano e meio eu adoeci, o juiz me liberou e eu voltei para Porto Alegre. Aí engravidei da minha filha e não voltei mais para Bagé.

Uma vez meu menino adoeceu e eu havia ido ao Correio; quando voltei, as colegas disseram que ligaram da escolinha e levaram o Humberto para a Santa Casa. Ele tinha comido um pouquinho de chocolate demais e ficado com alergia. Quando cheguei lá já estava tudo resolvido. Elas foram muito minhas amigas. Me levavam para as estâncias, nos finais de semana.

Na Junta tem que fazer requerimento, petição. Trabalhava bastante. Naquela época não tinha computador, era máquina elétrica. A pesquisa era manual, ficha por ficha. Não podia ter erro. Qualquer erro, tinha que

responder lá na frente. Era muito trabalho e responsabilidade, em tudo era colocada a nossa rubrica. Eu vim para Porto Alegre e fiquei na distribuição. Foi muito bom. Era processo do governo, interno, das Juntas. Tudo era protocolado na distribuição. A recepção foi muito boa. Quando o Tribunal foi para a sede da Praia de Belas, eu ainda estava na distribuição. Depois voltei para as Juntas, agora se chama Vara.

Eu tinha 50 anos e meu filho tinha 17 anos quando eu comecei a estudar para o vestibular. Primeiro fiz o supletivo, depois vestibular para Direito na UFRGS, passei, mas tinha um limite de vagas e eu não consegui entrar. Então fiz Administração na Ulbra e acabei na São Judas Tadeu. Porque eu tinha um filho e uma filha, então eu precisava dar para eles estabilidade, para que eles andassem pela vida sem sentir falta de mim.

Também tentei Psicologia, não consegui. Voltei para o Tribunal, para trabalhar na telefonia porque ali eu tinha menos horas. Eu fazia quatro horas e ia embora para Canoas. Eu não terminei porque éramos pobres e a minha filha também estava na faculdade, na PUC. Então eu optei por deixar ela fazer. Faltou meu trabalho de conclusão, faltou um ano. Eu parei por causa dela, agradeço porque ela se formou. Trabalha na profissão dela. Fez 20 anos de formada. Com a nossa pele, conseguir um diploma, um certificado, é uma vitória. Quando ela recebeu o certificado, eu podia morrer naquele mesmo dia. Minha missão estava cumprida. Valeu a pena eu ter parado porque eu não ia ter uma progressão financeira muito grande.

Na Ulbra, eu saía do Tribunal e ia para Canoas estudar às 22h, às vezes voltava duas da manhã para casa. Acordava às 5h, deixava comida pronta para os filhos e ia trabalhar. Mas foi maravilhoso. Não me arrependo de todo esse esforço, valeu a pena, eu cresci como gente. Me meti em vários movimentos negros, depois saí porque não era o que eu queria. Mas sempre apoiei e sempre vou olhar para a minha raça porque eu sou negra, com muito orgulho.

No meu caso, eram eu e mais dois negros na sala na faculdade de Administração. A organização foi o que eu mais amei: se queres vencer, tem que estar tudo organizado. Teu capital, teu capital de giro, as tuas mercadorias, teus recibos, teus livros, teus funcionários, teus direitos. Tem que estar tudo organizado e tudo pré-elaborado. No tribunal, eu sabia que não usaria para muita coisa porque já faltava pouco para me aposentar. Naquela época, o que mais contava era o curso de Direito. A faculdade foi boa, colegas novos, com ideias revolucionárias, mais que as minhas, e eu tendo que me conter porque o meu tempo já havia passado.

Na minha época, o único negro que eu conhecia em cargo de chefia no Tribunal era o Hermes Fraga. E ele nunca conseguiu ser juiz, nunca foi homologado, quando foi homologado ele rodou na sentença. Quantos anos na secretaria, pegando os erros de todo mundo. Fraga era negro, o resto tudo era branco. Eram 17 ou 18 Juntas aqui em Porto Alegre, eu

trabalhei muito tempo na 6ª. O único chefe que tinha era ele, Hermes Fraga. Muita coisa que eu falei sobre racismo imperou e impera ainda. A nossa pirâmide vai ser sempre, baseada nos negros. É o porteiro, é o motorista, é o guardador de carros, é o almoxarife, vai ser assim porque eles, os brancos, têm condições de estar em cima. Eu tenho orgulho de ser negra.

Fiquei bastante tempo no Tribunal. Era muito bom o convívio. Eu era a pacificadora da turma. Depois que saí, as colegas me telefonavam, diziam que o fulano tinha feito isso ou aquilo e eu dizia, “gurias, agora é com vocês, vão ter que se resolver aí dentro, se ajeitem”. A amizade continuou aqui fora.

Uma das coisas que mudou na minha vida com o Tribunal foi a liberdade de tomar decisões. Porque, quando fui para Bagé, as decisões foram minhas. Financeiramente, tudo o que eu tenho na minha casa foi o Tribunal quem me deu, por conta do meu trabalho. Meus filhos estão bem na vida. No tribunal eu tenho mais alegrias do que mágoas. As mágoas foram normais, mas as alegrias foram muitas. Foi uma escola, a gente nunca está preparada, sempre vai acontecer alguma coisa nova. São experiências que vão ficar quando eu for embora, para os meus filhos, meus netos.

Eu tive muita ajuda. Pessoas que me ajudaram quando eu precisei. Minha filha quase morreu e eu pude ficar em casa 30 dias, depois entrei em licença. Perdi meu pai, tive que parar de estudar para ficar no hospital com ele. Tive muitas alegrias. Uma alegria grande foi quando eu estava operada, no hospital, e queria ver meu filho formado. Eu estava no hospital sem poder e sair e estava triste e o doutor me perguntou o que havia. E a minha filha respondeu: meu irmão vai se formar e ela não pode ir. Eu estava operada do coração. Vou te arrumar uma cadeira de rodas e uma licença pra ir e voltar, disse o médico. Mas vai ser assim: tu vai sair e te arrumar, vai para a festa do teu filho meia-noite tu tem que sair de lá. Eu vou me responsabilizar. Eu fiz tudo o que ele me disse e assistia à formatura do meu filho.

No movimento negro, na universidade, a gente fazia muita passeata. Num determinado dia começaram a separar as pessoas alegando que os universitários tinham que ter tratamento diferente, mais qualificado. Eu disse que não! Não vim buscar isso. Vim buscar integração, e não separação. Se as pessoas que não puderam entrar na universidade ficarem abaixo de nós, porque não trazer elas para cima, por que não ajudá-las a estudar, a crescer? A sentir o valor da vida? Ah, isso demora, me diziam, então eu saí. Foi essa a decepção, a separação entre os negros. E tinha muito brancos entre nós. Eu tenho duas sobrinhas no movimento negro. A mente delas é outra, mais moderna. Mas acho que fiz o certo. Se não vou poder revolucionar, modificar a cabeça dessas outras pessoas, para que ficar? Porque a gente sabe como é difícil chegar numa faculdade, 20 pessoas numa sala e só tu de negro. Se for pago, pior ainda.

Já falei do negro que não tem acesso a promoções. Tanto que me fala-

ram de dois negros que estão na chefia, mas e os outros? Nós não temos pessoas habilitadas? Temos em quantidades. Podem não ter dinheiro, mas têm habilidades estão dispostos a vencerem essas barreiras. Tem que aparecer mais gente. No meu tempo só tinha um. Tem negros bons, com capacidade, com vontade de prosseguir, mas que não tem acesso. Eu senti e vivi isso.

Eu acho que estamos bem, estamos lutando. Esse processo tem que se abrir para todo mundo tomar conhecimento. Porque eu acho que as pessoas têm que crescer e mostrar a que vieram, mostrar o seu espaço. Não tem lugar determinado, todo mundo tem que chegar aonde quiser. Então, vamos deixar todos chegarem. Principalmente essa classe que está mais pra baixo, que é a nossa classe. Tem muitas pessoas que não querem saber, não querem estudar. Mas tem os que querem e não podem. Quantos gostariam de estar aqui no Tribunal e não conseguem chegar lá porque a condição de chegar lá é estudar? Porque, além de tudo, o nosso negro economicamente é o mais pobre. Os negros de privilégios e que têm fortuna são muitos poucos.

Tanto para os magistrados quanto para os atuais funcionários, e os que virão, que todos lutem. Que esse projeto vá adiante e que outras pessoas que virão depois de nós possam usufruir disso, possam lutar por isso. Porque é uma luta, é preciso para conseguir, mas todas as barreiras vão ser vencidas se nós tivermos unidos pelo mesmo objetivo. Que os magistrados não sejam tão duros, tão rígidos. Que olhem como e por que aconteceu isso ou aquilo. Como a pessoa estava quando aconteceu alguma coisa. É futuro, mas acho que vale a pena tentar e vamos tentar. Eu acho que, se não tentarmos, nunca vamos saber se deu certo ou não.

NASCIMENTO: 24/07/1950
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 28/05/1987
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: SECRETARIA DE APOIO
ADMINISTRATIVO



LUIZ ANTONIO CHAGAS DA SILVA

Eu sou Luiz Antonio Chagas da Silva, negro, estou com um casaco amarelo, estou com a minha comenda que com muito prazer recebi, indicado pelos funcionários e pelos demais amigos que eu considero. Também tenho a minha família que é descrita de filhos, genros e esposa. O Adonias [genro] é o mais claro da família, o resto são pessoas de cor, o que é um prazer. Estou usando óculos preto.

Morávamos na Castro Alves, junto com a minha avó, depois fomos para o Partenon. Não foi fácil porque dependíamos do trabalho do pai e da mãe e, como eu era o mais velho, cuidava de todos os irmãos. Imagina, trocava fralda, preparava a comida deles, foi um período bem difícil. Teve uma época em que eu ia com as panelas pegar comida no restaurante da UFRGS, a mãe tinha amigos que trabalhavam na cozinha, porque o pai e a mãe não conseguiam dar conta da alimentação de todos. A gente tinha muita vontade de viver e de crescer, então o mais velho cuidava dos outros com amor.

A maternidade Mário Totta, da Santa Casa, era o “QG dos pobres”, todos nós nascemos lá. Nasci em 1950. Eu lembro que nessa época o pai trabalhava numa empresa que fazia os encanamentos de Porto Alegre. A gente viu a construção da cidade na qual a gente vive hoje. Lembro que a minha mãe morou ali onde era o Pão dos Pobres, onde não tinha nada do que tem hoje, era só a Ponte de Pedra. Ela trabalhou para uma família e depois a minha avó veio para Porto Alegre. Essa família cuidou da minha mãe e depois ela trabalhou numa casa na José do Patrocínio [Cidade Baixa]. Minha mãe trabalhou na casa de várias pessoas naquela região, no Areal da Baronesa, até moramos por ali durante um período. Lembro quando o pessoal começou a comprar terrenos e houve uma pressão para

que saíssemos. Via muitas famílias negras ali, eram um reduto negro, não sei se havia um Quilombo, ali na região da Ilhota, mas todos tiveram que sair dali e nós retornamos para o Partenon.

O pai saía de casa cedo, a mãe um pouco depois. Tinha a responsabilidade de preparar as crianças, a mãe já deixava as escovas de dente prontas, dava o banho às vezes no dia anterior e aí tinha que cuidar para ir não ir mijado à escola. Depois tinha que mostrar o que fez, o que deixou de fazer. A mãe era bastante rigorosa nesse sentido. O pai, nem tanto. Dona Ingrácia era uma mãe muito amável, gostava de trabalhar, tinha cuidado com os filhos. Tinha muito cuidado com a gente. Eu lembro que estudava no Grupo Escolar Travassos Alves, quarta ou quinta série, e achei uma tesoura que alguém havia perdido. Cheguei com a tesoura em casa e mostrei para a mãe: ela me fez voltar, me fez colocar a tesoura onde eu havia achado, levei “um laço” e voltamos para casa. Os meus irmãos brincaram mais, tiveram mais tempo. Eu e a Rosa, minha irmã quatro anos mais nova que eu, já fomos mais no tranco mesmo, ela também cuidava da casa, limpava a louça, foi me aliviando, mas até a terceira série foi bastante pesado.

Sempre estudei. Fiz todo o primeiro ano aqui no Travassos Alves, depois, quando comecei a trabalhar, estudei à noite no Grupo Escolar Uruguai e depois vim estudar no Cruzeiro do Sul. Gostava da escola, até certo ponto, depois comecei a levar na brincadeira, tinha que apanhar para fazer as lições, mas também tinha uma coisa: quando eu inventava de fazer trabalho, maquete. Nesse ponto eu era muito criativo; quando era matemática, aí não. Eu gostava muito de português. Nas maquetes usávamos isopor ou madeira, fazia casas, árvores, usava papel celofane, eu gostava disso. E de plantar também. As escolas tinham as hortas, porque a gente preparava tudo, a professora trazia os pacotes de semente e semeava e colhia, depois começou a fazer a comida na própria escola, era criativo e prático, disso eu gostava.

A partir dos 12 anos eu já tive contato com a justiça pois fui trabalhar em um escritório de advocacia no Centro. Estudava de tarde e de manhã eu ia para lá, abria o escritório, recebia as pessoas com as suas reclamações, anotava os nomes. Foi minha primeira convivência com a área jurídica. Eu não sei por que não fiz Direito se eu tive cedo contato com essa área, fiquei um ano nesse trabalho. Ali começou minha fase na Justiça do Trabalho: levava os processos no Fórum, levava as petições e depois ia para a escola. Já não cuidava dos meus irmãos, os outros já davam conta e eu precisava trabalhar para ter as minhas coisas, minhas vaidades. Ali foi o primeiro contato. Com 13 anos eu fui vender jornal. Achei mais prático, eu saía da escola e ia para a rua Uruguai, pegar o material para vender. Nessas andanças fui parar na Justiça do Trabalho, ali na sede da avenida Julio de Castilhos: levava um pacotão de jornais e revistas, largava na entrada e ia em todos os andares, oferecendo pras pessoas. Ali comecei a fazer amizades, entrando nas Varas e conversando com as pessoas.

Comecei a fazer amizades no Tribunal, fiz muitas compras e entregas para juízes e funcionários. Muitos me pagavam comida. Então, já chegava lá e tinha o meu prato para comer. Desde essa época já tive meus benefícios na Justiça do Trabalho, não fui discriminado, fui bem tratado, recebi muito cuidado. Quando fiz 15 anos, uma funcionária do arquivo me adotou e fui morar na casa dela. Fui morar com eles, com o casal, e trabalhar também. Meus 15 anos foram lá no Tribunal, angariaram fundos, todo pessoal ajudou lá no arquivo, compraram um bolo azul e uma bicicleta. O que eu recebi de dinheiro e roupa! Ganhei calça, camisa, meia, para eu ir bonito ao Tribunal. Nessa época todo mundo me conhecia, deixava os jornais com nome, nem me preocupava em pegar dinheiro e aí comecei a estudar. E também ajudava a minha mãe.

Estudei em escola pública no primeiro grau e no segundo grau foi particular, era uma bolsa no Colégio Cruzeiro do Sul. Foi uma época muito boa, o primeiro grau. O segundo grau foi mais difícil, tinha que estudar no horário de almoço. A bolsa veio pela inscrição em um programa que tinha na época, fui sorteado e me avisaram que havia conseguido a vaga. Foi muito bom, produtivo, mas cansativo para quem tinha que trabalhar. A Corália, que me adotou, deu suporte material, me ajudou financeiramente. Eu chamo ela de mãe e minhas filhas chamam ela de vó, por tudo o que ela representou para mim. Eu viajava com eles, me davam roupas, material escolar, eles me adotaram mesmo, muito me ajudaram. Depois do quartel, voltei a morar com eles, até os vinte e poucos anos. Se tenho alguma coisa hoje, devo a ela. A carreira como servidor foi a Corália que incentivou.

Aí veio o primeiro concurso, eu já tinha terminado o segundo grau, mas tive que servir ao Exército, no 6º Batalhão de Combate, aqui no Pertenon, foi quando me distanciei do Tribunal. O Batalhão foi transferido para São Gabriel, onde eu fiquei por quatro anos. Naquela época não havia concurso as pessoas eram indicadas então eu perdi aquela oportunidade. Em São Gabriel fiz o curso de técnico de enfermagem, estudava à noite na Escola XV de Novembro. Foi bem desgastante, sentia falta da família, pedi o meu desligamento. Mas foi ali que se deu minha ida para a enfermagem, porque quando vim para o Tribunal eu trabalhava no Hospital de Clínicas, trabalhei 16 anos lá, na enfermagem.

Foi quando abriu concurso para a Justiça do Trabalho, eu nunca estudei tanto na vida. A vontade era de passar era muito grande. Na hora da prova, me arrepiei, mas fiz o que sabia e o que eu não sabia. No primeiro [concurso] eu não passei, mas no segundo, no dia 5 de agosto de 1987, me classifiquei como auxiliar de limpeza, carregava carta, como faz hoje o pessoal das terceirizadas. Foi um momento muito feliz, porque me tornei funcionário do Tribunal. Foi uma época maravilhosa. Fui estudando e adquirindo conhecimento.

Foi bastante difícil me preparar para o concurso, chegar ao Hospital, e com aquela correria toda, estudar muitas vezes na hora do lanche. Gastei muitas noites. Acho que foi o último concurso para essa vaga de auxiliar.

Muitas vezes tinha que ler a questão duas ou três vezes e, claro, aí o problema era de tempo. E tinha o pessoal fazendo a prova, um tossindo, outros mexendo o pé, a gente tinha que estar muito concentrado. No segundo concurso, já pela experiência, estava mais tranquilo. Eu trabalhava à noite, chegava em casa, dormia, almoçava e, às vezes, a Eva [minha esposa] me acordava para estudar. E ainda tinha o filho chorando, tinha conta para pagar, o salário vem tal dia. Aquelas coisas no meio da preparação.

Quando fui aprovado, meu sentimento foi de muita alegria: ia viver outra realidade, estava saindo daquela vivência de preocupação que tinha no Clínicas. Teria mais tempo para me dedicar às ações sociais com as crianças aqui no bairro, para tirar eles das drogas.

Quando me chamaram, coloquei um terno bonito, perfume francês e cheguei no Tribunal, na sala de recrutamento. Todos vestidos de roupa esportiva e eu de terno e gravata. Depois, fiquei uma semana recolhendo documentos para a minha admissão e, no dia 28 de maio, entrei oficialmente para o Tribunal.

Meu cargo era de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos: limpeza, entregas de processos, correspondências, material para o protocolo, petições. Os primeiros foram colocados para fazer esse trabalho mais interno, os demais foram para a limpeza, eu cheguei já estava tudo ocupado, me colocaram para controlar o livro ponto. Foram cinco anos nesse setor. Depois, alguns que sobraram foram para as recepções de gabinetes, levavam os processos de gabinete para gabinete, naquele momento em que o Tribunal já estava terceirizando esse setor.

Depois passei em um concurso interno de técnico judiciário. Todo mundo queria fazer pra auxiliar judiciário, decidi fazer para técnico e passei. Foi diferente, pois já tinha que andar mais arrumado, lá no operacional podia fazer de manhã ou de tarde e, como eu trabalhava à tarde no Hospital de Clínicas, ficava de manhã no Tribunal. Depois eu tive que escolher entre um e outro e escolhi o Tribunal. Na sala de sessões comecei a ter contato com advogados e desembargadores. Foi totalmente diferente, tive que mudar minha postura, tratando com os desembargadores e aprendendo com os secretários. Muitos advogados e desembargadores ainda se lembravam da época em que eu era guri, vendendo jornais.

A escolha pelo TRT foi natural: eu já tinha aquele vínculo da época em que vendia jornais e conhecia praticamente todo mundo no Tribunal. Quando fui confrontar os dados, órgão federal tinha mais estabilidade. Quando saiu o concurso a minha madrinha Corália me avisou e fez a inscrição, paguei o boleto. Até na época tiraram sarro de mim no Hospital de Clínicas, disseram que eu ia para a limpeza, mas depois que eu ganhei o primeiro salário mostrei a eles que estava ganhando mais e que trabalhar nos serviços gerais não diminuía ninguém. Em primeiro lugar, é um serviço público de um órgão federal. Até houve uma vez que alguém achou

que eu tivesse entrado por indicação, “tu entrou pela janela”, me disseram. “Tu acha que eu entrei pela janela porque sou negro?”, respondi. Aí essa pessoa me pediu perdão e fizemos uma amizade maravilhosa.

A presença negra no Tribunal sempre foi muito reduzida, eu acho que o negro não é muito interessado em concurso. Na época em que eu vendia jornal, lembro de apenas duas pessoas negras, funcionárias da limpeza. Também tinha os negros que eram motoristas, um que trabalhava na sala de sessões, que veio de Pelotas. Eu não me lembro de mais funcionários, quanto mais de magistrados. Tinha um que trabalhava na gráfica, também. Outro na marcenaria. Nas secretarias eu não me lembro. Teve um aumento da presença negra no concurso que eu fiz, houve uma avalanche. A gente começou a ver a raça negra buscando o seu espaço. Eu lembro de ouvir “negro gosta muito de samba” e realmente, nos sambas, era só a nossa raça. Então aí que a gente pode ver que a raça negra começou a se expandir, a buscar o seu espaço, tanto que a gente vê um progresso do negro na justiça, na medicina, na psicologia, na pedagogia, porque parece que abriu a mente da raça.

Lembro que na época em que nós chegamos nas salas de sessões recebemos um manual com as atribuições do meirinho. A gente tinha que pegar os processos, separar, numerar com o mesmo número na sustentação oral. Ou quando entrava no protocolo e ainda não chegava na secretaria, ligavam para o protocolo para ver se a procuração havia chegado. Hoje é totalmente diferente. A gente tinha todo esse trabalho e ainda se tinha o pensamento que íamos servir lanche. Hoje é mais fácil. Tentaram três ou quatro vezes que virássemos copeiro. Então, a gente sabia postura, tratamento. Depois se estabeleceu que era para abrir a sala, meia hora antes, já com tudo pronto, só esperando os desembargadores chegarem. Tinha que ligar os computadores e testar todos os microfones. Às vezes a gente tinha que pegar um processo e sair correndo pela escada, tudo isso era um exercício, depois tinha que levar processos grandes.

Somos sete meirinhos. Uma vez saiu uma portaria, algo assim, orientando que nós cuidássemos da barba, da roupa, e que tomássemos banho. Fui falar com quem tinha reclamado: isso aqui para nós não serve, eu sou companheiro dos meus colegas de trabalho, todos vêm barbeados, cheirosos, nossas camisas não são encardidas, nossas roupas são lavadas e tanto os negros quanto os brancos são cheirosos. Eu fui na presidência e falei que eles nunca iam poder reclamar que um de nós estava com cheiro ruim.

O Tribunal mudou minha vida, tanto profissionalmente quanto materialmente e até intelectualmente. A gente vai aprendendo o palavreado, vai ouvindo, vendo o comportamento, o que tenho quer guardar, o que tenho que falar, também o que tenho que falar com os magistrados. Eu acredito que seja amado no Tribunal, só por ter recebido esta comenda. No Tribunal teve muitas histórias, muitas glórias e muitas tristezas. Colegas que se foram, que perderam parentes. Nem tudo foram rosas. São

coisas que a gente sentiu bastante, mas a vida continua.

Eu fui me casar com 33 anos, achava já que nem ia casar. O meu envolvimento com escolas de samba, quartel, estudo, família e vivendo lá com a Corália nem tinha o pensamento em casamento. Já estava velho vou pegar jeito na vida, até que a dona Eva resolveu me assumir. Até aconselho os jovens a não casarem cedo. Aproveitei bastante.

Este quadro foi a comenda que eu recebi do Judiciário. Fiquei muito feliz que eu fui escolhido por unanimidade. Quando falaram os nomes dos homenageados, casualmente eu estava ali servindo; quando fui citado, a presidente do Tribunal disse, “o seu Luís está aqui”, e aí eu comecei a chorar. Todos os desembargadores começaram a aplaudir e aí sim eu chorei mais ainda. Foi muito lindo. Mais lindo só quando nós tiramos essa foto e recebemos a comenda. E aqui está ela, não vejo a hora de a colocar num quadro de vidro aqui na minha sala. Foi muito maravilhoso esse dia. Recebi a comenda no dia 20 de novembro de 2015.

Não posso me queixar do tratamento que recebo nas salas de sessões. Tenho ido para o interior, nossas audiências nas faculdades, já fomos em diversas cidades do interior. Uma vez chegamos em Pelotas quando fui prepara a sala de seção o Desembargador falou “te prepara que tu vai subir na tribuna diante dos alunos e explicar o que tu faz na sessão”. Imaginem vocês... Setecentos alunos na plateia, mais prefeito, mais advogados, mais órgão público, apresentei, expliquei desde a organização das seções a organização das togas antes das seções ... e no final o Desembargador disse “pois é o seu Luís e o Cassio foram aplaudidos mais que nós que somos desembargadores” aí veio mais uma salva de palmas dos alunos. A gente recebeu lembranças da faculdade e a gente fica feliz porque a acaba dando e recebendo os mimos deles.

Acho válidos todos os movimentos, defesa da mulher, do adolescente, creio que devemos ter esse tipo de movimento, pacífico, para tratar os interesses da classe negra. Mas sem criar atrito. Para mim, é motivo de alegria porque nunca se ouve esse tipo de trabalho, de assunto. Uma iniciativa nova e para deixar nos anais, para deixar gravado para as pessoas que vão iniciar no Tribunal. Daqui a pouco eu já estou indo, já passo para o outro lado, mas alguém vai saber que existiu o Luiz Antônio, o Jair da Contabilidade, uma Carlota, a Eronita, o seu Vinícius e tantos outros negros que trabalharam no Tribunal, iniciaram naqueles tempos. Assim como houve os negros do passado, que nós vemos as histórias nos livros e vemos fotografias.

Minha mensagem para os que estão e os que vão ingressar é seriedade, compromisso, fidelidade, carinho e ser uma pessoa expansiva, que consiga fazer amizades, consigam interagir tanto com os negros quanto os brancos. Isso deve ter no nosso meio, principalmente para os que vão entrar: sinceridade.

Eu tenho uma referência de vida muito grande que é a minha avó, antes da Corália. Foi a pessoa que me cuidou. Entre os 16 e 17 anos, sempre

tive o apoio dela, às vezes ia passar um tempo lá, estudar. A vó morava no Sarandi e foi uma referência para mim. No Tribunal, minha referência sempre foram as pessoas que me ajudaram. Não posso dizer que fui discriminado, apesar de ser aquele menino que não andava muito bem arrumado. Apesar de o meu cargo ser um dos menores, as pessoas confiam em mim. Me perguntam como estou, eu vejo o carinho que têm por mim.

Faço trabalho social em uma igreja evangélica, com crianças aqui na vila. Muitas pessoas desempregadas, é muito triste. Nesse momento de pandemia, a gente vê as crianças pedindo dinheiro, os pais com tristeza no rosto porque não tem emprego. Cada membro coopera com arroz, massa, legumes. Sábado, ao meio-dia, abrimos a porta da cozinha para a fila de crianças que buscam comida. Temos o trabalho bíblico dominical, que vai de crianças a idosos. Com apresentações artísticas. Também rola papo com meninas, para elas se cuidarem. A gente vê tanto caso de estupro. A igreja também é cultura e faz esse trabalho. Nesse trabalho a gente faz pedidos de doação aos funcionários do Tribunal e o pessoal nos ajuda bastante.

Numa dessas apresentações sobrou para mim representar Jesus. Eu trabalhava à noite e foi aquela correria, um desafio para decorar as falas. Representar é difícil. Até já tentei fazer curso de teatro e de manequim. Mas, como é apresentação na igreja, eu me jogo e nessa acabei sendo Jesus. Foi difícil porque a gente sempre teve aquela coisa de que Jesus era banco, mas verdade ele era da minha cor. Na história que aprendemos, Jesus viveu na Palestina. Então, não podia ser branco! Quando fiz essa apresentação, um senhor que viu e me disse: “você fizeram como está na palavra [da Bíblia], por que na verdade Jesus não era branco, era queimadinho”. O pessoal começou a rir.

Quero deixar uma palavra final para vocês: Eclesiastes, capítulo três do versículo 1º ao 8º, que diz assim: “Tudo neste mundo tem o seu tempo, cada coisa tem sua ocasião. Há tempo de nascer, e tempo de morrer; há tempo de plantar, e tempo de arrancar Tempo de matar, e tempo de curar; tempo de derrubar, e tempo de construir; Há tempo de ficar triste, há tempo de se alegrar; tempo de chorar e tempo de dançar; Tempo de espalhar pedras, e tempo de ajuntá-las; tempo de abraçar, e tempo de afastar. Tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de economizar, e tempo de dispensar; Tempo de rasgar, e tempo de remendar; tempo de estar calado, e tempo de falar; Tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz”.

Quero dizer com essas palavras que chegou o meu tempo agora diante de vocês e dar o meu depoimento. A gente às vezes quer correr na frente, mas tudo tem um tempo determinado. No Tribunal não tenho nenhum inimigo, só amigos, só fui amado, não posso dizer que fui discriminado, que alguém me barrou. Tem vezes que tem que ser meio firme mas isso nunca aconteceu. Agradecer a essa oportunidade, que a nossa Instituição possa crescer, que possa continuar sendo essa instituição que tem nome, gente capacitada, gente que trabalha e querem ver o engrandecimento do Direito e das pessoas.

NASCIMENTO: 26/01/1954
LOCAL: SANTA MARIA/RS
INGRESSO: 01/02/1983
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: SEÇÃO DE PROTOCOLO
DO 1º GRAU



ALAN CARLOS DIAS DA SILVA

Eu sou Alan Carlos Dias da Silva, sou negro, uso barba e tenho cabelos crespos. Eu nasci no interior do interior de Santa Maria. A minha infância foi muito difícil, sou filho único porque, após meu nascimento, minha mãe não pôde mais ter outros filhos. A nossa situação econômica era muito cruel, difícil, até que o meu pai resolveu estudar, fez concurso público e conseguiu ingressar no Daer. Fomos residir em Santa Maria mesmo. Eu era muito pequeno, de três para quatro anos, fomos para a casa da minha avó paterna. Com o falecimento dela, fomos morar em Lajeado, ficamos um ano e seguimos para Porto Alegre, onde moramos na garagem do meu avô materno. Dali passamos ao Partenon e depois ao Cristal, próximo à Vila São Gabriel, onde passei grande parte da minha infância, até ingressar na adolescência.

Essa região da cidade é muito racista, tem histórico. Vivi até os 18 anos ali e fui imensamente discriminado. Não tinha clube de negros na região e nós, negros, éramos impedidos de participar de clubes de brancos, só tínhamos direito de jogar futebol. Aos 12 anos, sofrendo com essa opressão toda, eu encontrei as escolas de samba. Com aquele sentimento juvenil de muita angústia. Um vizinho era da Praiana e me levou em um ensaio da escola e de várias outras, entre elas a Imperadores do Samba. Quando cheguei na sede, disse que ali era a minha escola, daqui ninguém me tira, eu não saio mais daqui. Fui ritmista mas, com 17 anos, enjoei da bateria porque todo mundo namorava, menos o batuqueiro. Nós tocávamos das oito da manhã às oito da noite. E eu jogava futebol. Meu pai tinha sido jogador e eu herdei essa característica, joguei no Internacional dos 11 aos 18 anos. A questão de estudar e a faculdade me deixaram sem

opção: ou joga futebol ou vai estudar. Eu escolhi estudar.

Minha juventude, então, foi isso, com requintes de crueldade do meu maravilhoso pai, que era um monstrengo. Casualmente, desde os 14 anos eu militei no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o meu pai na Arena [partido conservador que deu sustentação ao regime militar entre 1964 e 1985]. Fui expulso aos 15 anos de casa com uma surra daquelas, que nem o aparato da repressão dava em alguém. A partir daí, andei com as minhas próprias pernas. Fui para casa da minha vó, fiquei uns dez dias até lambar as feridas e depois comecei a trilhar a minha vida sozinho. Passei por todas as dificuldades, mas venci. Quando eu passei no vestibular, era um *office boy* que ganhava um salário mínimo e morava numa pensão. O meu salário mal custeava a pensão, a fome era grande, frio, sapatos furados, duas mudas de roupa, quando chovia eu não podia colocar a outra porque no outro dia não ia ter o que colocar. Quando eu passei no vestibular, um banco me “caçou” para trabalhar lá e aí eu enriqueci. Ganhava dez salários mínimos, em três meses eu virei chefe de carteira, ganhando 20 salários mínimos. Em um ano, fui cooptado por outro banco para ganhar 30 salários mínimos. Estudar, lutar, trabalhar.

Por querer ser comunista desde a adolescência eu participei de todos os processos, inclusive aquela passeata em frente a UFRGS, que era a Carris do outro lado, aos 14 anos quando eu tomei a primeira surra da policia fazendo movimento contra a ditadura em 1968. A partir dali participei de todas, tive cinco prisões. Quando ingressei no TRT, fui processado criminalmente 10 vezes por defender interesses de trabalhadores. Fui absolvido em nove processos, o décimo foi arquivado porque eu nem estava no Rio Grande do Sul quando os fatos ocorreram. Eu acho que foi o primeiro concurso do TRT, porque antes os servidores eram contratados e efetivados pelo Estado. Eu sofri muito, éramos oito lá na Praça Rui Barbosa, no edifício Protetora, foi lá que eu iniciei a minha carreira. Após o processo político da Constituinte, nós tivemos direito a um sindicato. Nós fundamos o primeiro sindicato no dia 5 de outubro de 1988. Fui eleito vice-presidente.

Meus pais são pessoas negras, mestiços. A minha mãe é filha de índia com negro, já estava misturado. O meu pai é filho de negro com uma senhora italiana branca, do interior de Santa Maria. Eu cursei Letras na UFRGS, Ciências Contábeis na FAPA e Direito na UniRitter. Na UFRGS eu entrei com 17 para 18 anos. Lutei para sobreviver. Eu não tive essa coisa da diversão. Com oito anos fui trabalhar numa fábrica de confecções, a minha mãe era amiga da dona e eu queria porque queria trabalhar, me levaram, me ensinaram a forrar botões, no tempo em que se forravam botões, tinha uma maquininha e uma técnica e me ensinaram. Eu ganhava uma mesada semanal e eu entregava inteirinha para minha mãe, nós já não tínhamos quase nada. Com 14 anos, tive meu primeiro registro em carteira. Eu assinei minha carteira como *office boy* na rodoviária de Porto Alegre. Dali fui es-

criturário, *office boy* de novo, mas tudo com relações de emprego curta porque onde pagava mais eu estava saltando para o outro lado, óbvio. Depois como bancário, bem novinho, eu tinha 17 anos, “rico”, imagina. Aí mudou completamente a minha situação, o alimento ficou farto, a roupa também. Eu tinha um apartamento que o gerente do banco alugou pra mim, porque eu era menor, ali na Salgado Filho, onde hoje é um hotel. Fui morar ali e ele descontava do meu salário no fim do mês. Quando completei 18 anos, a primeira coisa que fiz foi comprar um fusca. Nem sabia dirigir.

Depois fui trabalhar na Febem, de monitor. Trabalhei em banco até os 23 anos, aí já estava fazendo Contábeis e prestei meu primeiro concurso. Fui porque era concurso público e porque eu não aguentava mais: eu tinha tudo, mas ao mesmo tempo não tinha nada, aquele não era meu mundo, não significava nada para mim. Eu trabalhava para uma ideologia que não era a minha. Essa parte da minha vida foi muito boa, nós tínhamos uma equipe, éramos 11 monitores que entraram inovando. Descobrimos que nós íamos ser uma equipe, nos reuníamos e fizemos um exercício nosso, uma proposta construída de remodelar aquele sistema do nosso jeito. Porque nós fomos lá e conhecemos a casa, o Instituto Central de Menores, a Febem. Era um prédio dos horrores, um Presídio Central de hoje, e nós decidimos mudar aquilo lá. Os meninos todos abraçaram a ideia conosco e nós reformamos fisicamente todo o Instituto Central de Menores, criamos equipes e competições, a competição deles era da higiene e da perspectiva da mudança. Conseguimos roupas para eles, arrumamos todo o encanamento, tudo, parede, do teto ao chão. Fizemos uma cancha de futebol, tudo com eles ajudando. Nós éramos os engenheiros e eles, os mestres de obras. Criamos um vínculo muito grande. Quando as famílias foram lá e viram aquela transformação, foi uma esperança que se abriu.

Depois, fiz concurso para Secretaria dos Transportes do Estado, passei por “infelicidade”, tirei primeiro lugar e fui trabalhar com um dos agentes da ditadura de Santa Cruz do Sul, me botaram como secretário dele. A minha função era tomar uísque e jogar xadrez com ele, porque sequer sabia o que era aquilo. Aí eu enjoei, fiz concurso para a Justiça do Trabalho e estou aqui desde os 28 anos. Porque eu comecei a me dar conta que a Justiça do Trabalho era a justiça dos hipossuficientes. Abriu o concurso e eu percebi logo que era o lugar onde eu gostaria de trabalhar. Na época, só tinha um cargo, de atendente judiciário. Tinha 11.300 inscritos para oito vagas, eu fui um dos oito. Por sorte minha e para azar de alguns, eu fui um dos oito. Houve algumas questões maiores da Justiça do Trabalho que eu ajudei a construir que não foi só a questão salarial, sindical, assistencial de trabalhador, tem a própria estrutura do poder. A questão do INSS e do Imposto de Renda, a competência nas ações trabalhistas, foi competência de um anteprojeto que fiz e passou para o presidente do Tribunal. Ele adorou, aperfeiçoou, levou adiante e acabamos com a com-

petência para essa questão previdenciária e essa tributária do imposto de renda. Foram alguns avanços que a gente teve. A defesa da competência da Justiça do Trabalho se deu lá no início dos anos 1990, que queriam passar para a Justiça Federal.

Fui para o protocolo e, de imediato, me mandaram para o porão, para a seção de expedição do TRT. Eram três negros ali. Um ficava escondido na gráfica, o outro era motorista, que ficava no outro prédio, e eu cheguei e me jogaram para o porão. Trabalhei dois dias no protocolo onde eu estava lotado e me jogaram para o porão. Fiquei na expedição um ano. Pedi remoção, lá era o inferno e fui para a sétima junta, fiquei muitos anos, mais de dez. Fiz tudo, atendia balcão, fazia execução, fazia inicial, notificação, secretário de audiência, fui diretor de secretaria por dois meses e instituí um regime que não tinha horário. Era a junta mais atrasada, com centenas de processos naqueles armários. Em um mês, a galera pegou das sete da manhã à meia-noite, muitas vezes, e zeramos. Aí veio a corregedoria do TST e nós fomos considerados a melhor junta do país, zerada. Não tinha um ofício, uma notificação, nada para fazer. Foi a primeira vez que a quarta região ganhou. Depois, me transferei para a décima nona, recém-inaugurada. Fui liberado para o Sindicato, fiquei um ano fora e perdi minha lotação. Voltei para a vigésima terceira, depois na vigésima quinta, uns dez anos, saí dali também para um ano de mandato sindical. Fiquei fora aquele ano e quando voltei fui pra central de mandados. A partir do sindicato, em 1988, a gente começou a trilhar um novo caminho. Eu fui da direção de 1988, ano da fundação, até 2007. Fiquei bastante tempo, já fiz a minha parte, ninguém me coloca mais lá dentro. A fila anda, os jovens têm que construir sua história junto com a categoria. Tem muita gente nova.

O Sindicato foi a partir de 1988, 5 de outubro desse ano foi que fizemos a primeira assembleia na Federação dos Bancários, atrás do IPE, porque nós não tínhamos onde fazer, não tínhamos nada, fizemos a assembleia e fundamos o sindicato. Primeiro ato da direção foi comprar a sede que era no Quilombo do Sopapo, adquirimos em três vezes sem ter um tostão em caixa e fizemos acordo com a categoria de fazer chamada extra em três meses e aí liquidamos. A segunda sede foi na 17 de junho, que era alugada, e a terceira é a que está ali, que era a sede do MDB, nós compramos aquela sede ali.

A Justiça do Trabalho tem um papel fundamental, é a justiça dos desempregados, cada vez mais. Processo de terceirização é o maior crime que existe no Estado brasileiro. Mas eu não vejo, não consigo ver alguém trabalhando profundamente isso no TRT. No próprio TRT, o pessoal da limpeza e conservação, era concursado. Sai mais caro? Não, não é verdade. Qual é o problema? Ideológico. Qual é o fundamento da terceirização? É querer dizer que eu não tenho compromisso com A ou com B? Não, não é. É favorecer o que não presta. Neste Tribunal, o pessoal de limpeza

e da conservação eram servidores de carreira. Um monte de colega que era operacional. Por que isso?

A vida sindical de todos nós que trilhamos esse caminho foi excepcional. Agora é um momento de crise, um momento conjuntural totalmente desfavorável. E também há uma falta de tenacidade, de protagonismo intenso, falta hoje aos nossos sindicalistas aquela garra, porque o povo, em relação ao seu sindicato, ele não espera fazer uma tese e entrar com uma ação judicial. O povo espera uma ação que venha a ser uma atitude de correção aos desmandos, às injustiças, à falta de responsabilidade com os trabalhadores. Ele não quer saber se a instituição tem departamento jurídico, se tem comissão disso ou daquilo outro, ele não quer saber. Quer firmeza e convicção quando o direito dele, constituído, for atacado. É tenacidade na defesa da classe.

Nós precisamos melhorar isso, nós precisamos ser mais autênticos, mais agressivos, nós somos muito educados, a educação demais atrapalha na luta política. Temos de ser mais autênticos na defesa dos interesses dos direitos dos trabalhadores. Eu não participo de nenhuma Comissão porque tenho convicção de que não é o meu lugar. E não gosto, politicamente eu não admito associações com patrão, entidades de classe com entidade patronal, eu não consigo. Quantos negros têm na direção do sindicato? São 28 no total, 30% quanto que é? Oito. Porque não tem oito negros lá na diretoria? Porque eles são santinhos? Eu não tenho mais o que fazer em relação a isso. Fiz o que deu. E a outra luta, é a principal que eu tenho, eu tenho que conseguir as cotas nos acordos e dissídios coletivos. Se eu conseguir 20% eu resolvo os nossos problemas.

O TRT mudou a minha vida pelo seguinte: me coloquei num setor que faz um trabalho social e humano muito forte, que sei que não é o ideal, todos nós sabemos, é um amortecedor da luta de classes, mas ainda assim acaba se tornando útil e necessário para reparação de injustiças. Ela é fundamental para que a sociedade busque reparações. Eu entendo que nós poderíamos ter evoluído muito mais, muito mais mesmo. Mas a vida é dos homens e todos nós somos políticos, todos. A figura do isentão foi derrotada, não existe mais, todo mundo tem lado. E nós poderíamos ter melhorias profundas na Justiça do Trabalho que viessem a cumprir com mais rigor e precisão a sua função social. Eu acho que as eleições para administração do Tribunal deveriam ser feita por todos, trabalhadores, servidores, juízes, procuradores do trabalho, esse mundo que é vinculado à institucionalidade, não um profissional liberal, um advogado, esse não. Ele vive na sua categoria profissional que é a OAB, que é o seu ente. Nós ali temos uma situação diferenciada, eu acho que a gente poderia discutir também a questão do poder dentro do judiciário, dentro da Justiça do Trabalho. Começar a discutir e plantar essa ideia. Porque se nós queremos uma democracia, nós queremos uma justiça democrática, nós temos que instrumentalizar para ser assim. Certamente não vai ser por decreto

isso, vai ser uma luta muito grande.

O racismo estrutural é uma realidade. Ele existiu, existe e continuará existindo nesta cidade. Nós não vamos acabar com o racismo por decreto. O racismo só vai ser derrotado no dia em que o ser humano, no dia em que a sociedade evoluir, intelectualmente e moralmente. Ele é da estrutura do Estado, de todos os estados. Fui numa convenção nacional em defesa de Cuba e El Salvador, lá no Centro de Eventos, um auditório imenso onde cabem umas 5 mil pessoas. Fui convidado da Associação Cultural José Martí como delegado para a convenção em defesa de Cuba. Lá perguntei por que nunca havia visto nenhum representante negro de Cuba em lugar algum. O embaixador de Cuba me respondeu: “Camarada Alan, tens toda a razão, nós conseguimos erradicar todos os males em Cuba, menos o racismo. Isso é uma luta secular nossa e nós não estamos conseguindo erradicar e é isso mesmo que está sendo mostrado na minha cor branca representando uma terra de negros”. Ponto, isso é racismo estrutural.

Minha mãe é a minha maior inspiração. Primeiro por ser minha mãe, segundo pela proteção que ela me deu a vida inteira, pelo ensinamento, pela educação e por ser mulher, porque todas as mulheres são maravilhosas. Eu não sei quem disse isso: metade da humanidade é mulher e a outra metade é homem, mas se não existisse essa metade de mulheres não existiriam os homens, não é? O que sobrou da minha família, dos antigos, sou eu e a minha mãe. Um é esteio do outro, um é a segurança do outro. Não tem como não ser.

A minha militância dentro do Movimento Negro Unificado (MNU) é de uma singeleza, de uma tranquilidade absoluta. Primeiro, eu estou ao lado dos meus pares. Segundo, as divergências são pontuais e raras. Agora, o que nós não conseguimos? Nós não conseguimos entrar ainda na favela. Nós precisamos disso. Nós precisamos ter uma inserção maior na nossa classe operária e nos excluídos, onde está a maioria dos negros. Isso nós não conseguimos. Tratar com esse povo é tratar com iguais e quase todos ali pensam da mesma forma. A gente toca a vida. Nós fizemos a campanha das cotas da Lei Aldir Blanc e fomos bem sucedidos, enormemente bem sucedidos. Setores que jamais seriam contemplados, no Nordeste do Brasil, que é o local de maior carência e negritude que tem nesse país, tiveram acesso aos recursos. Nós conseguimos, politicamente com gente que também é do nosso campo, nunca esquecendo isso. O governo de Aracaju foi o primeiro a declarar 50% de cotas raciais na Lei Aldir Blanc. Depois conseguimos em Salvador. E por aí vai.

O MNU serve pra isso e pra muitas outras coisas, para a nossa clareza. Para nossa origem, para “neguinho” aprender quem ele é. Não dá para ir pra lá querendo ser “doutore”, “doutore” não dá para nós. Isso é uma coisa que a gente se adapta, eu reproduzo isso para sobreviver nessa selva liberal, capitalista, racista, fascista, reacionária que é esse país, que é a

nossa verdade. Não dá para ficar varrendo para debaixo do tapete o que é a nossa verdade. Mas o MNU é tudo de bom, luta bem.

Eu acho que o Comitê ajuda em todas essas questões. É um órgão auxiliar que a gente pensa em relação a isso. Tem algumas coisas que eu não me conformo. A regulamentação da Comissão de Cotas do TRT diz exclusivamente o seguinte no seu artigo sexto do seu último inciso que “as decisões de rejeições de pessoas por não serem negros tem de ser unânime”. Eu digo isso há cinco anos com esse comitê. Então não dá pra gente dizer que é bom, se fosse bom atacava os problemas, resolvia os problemas, nos ajudava nesses problemas, construía. Fazer isso é construir junto uma jornada de humanidade, de humanismo, de liberdade de verdadeira democracia. Porque aquilo que tá ali não é democrático. Mas que democracia é essa que um é quatro? Resolve pelo não pelo sim. Mas que é isso? O que me cabe ali que é a questão do negro não é contemplado, nunca foi. Inclusive tu sentiste minha ausência na semana da consciência negra que foi unificada. E tu sabes por quê? Porque eu sou contra. Sindicato tem uma função, instituição, Tribunal é poder. É outra instituição, é outro local e é outra natureza. Não tem como o trabalhador abdicar da sua função e ser substituído por outro que não é da sua natureza, então não... Eu nem sei como foi, deve ter sido normal e eu acho que outras questões ele toca muito bem mas essa questão minha de negro, eu não tive retorno.

Quero que no momento em que a geração futura ler, não existam mais os problemas que nós passamos e as lutas que nós estamos construindo e executando. Tomara que não tenha mais, mas se tiver ajam. Não sejam espectadores, sejam atores das suas próprias vidas, da sua própria sociedade. Lutem pela liberdade e direitos coletivos de todos, sejam parceiros, sejam amigos. Amem a humanidade, a humanidade precisa ser amada pra ela distribuir amor. Rezem para os seus deuses, cada um tem o seu, rezem. Lutem por isso, mostrem que não somos insensíveis, mostrem que somos feitos da mesma massa que nem uma construção. A construção é a mesma. Sejam bem sucedidos, não levem as chagas como o seu dia a dia tratem elas como excepcional. O normal é ser feliz, lutar, compreender e vencer.

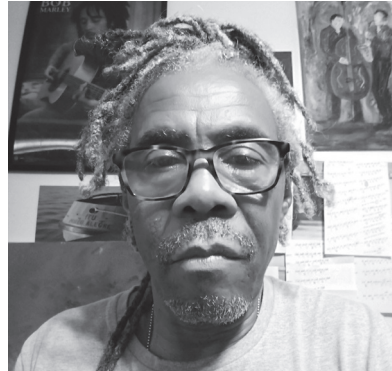
Esse projeto é uma oportunidade de nós contarmos pras pessoas quem nós somos. Uma grande oportunidade de passar coisas pras pessoas que são nossas convicções, que certamente são as deles e que não instrumentalizam, não executam as lutas pra elas por conta de às vezes acharem que estão sozinhos. Nunca se está sozinho. Não pensem que individualmente tu vais ser um Robin Hood, mesmo o Robin Hood tinha a turma da pesada que ajudava ele. Então, nunca se está só. Você nunca vai estar sozinho em situação nenhuma de reparação, de justiça social e de avanço humanitário, vai estar sempre junto.

Eu falei tudo aqui com vocês do coração. Falei muito politicamente,

Negras memórias

pouca coisa politicamente, mas do coração pra colegas pra pessoas de uma comissão que eu entendo que sejam pessoas bem intencionadas que estão com o aparelho nas mãos a disposição e que estão se solidarizando e socializando esse aparelho com os demais colegas. Parabenizar vocês por essa iniciativa, que se perpetue que seja a primeira de muitas. Devem continuar fazendo isso. É isso.

NASCIMENTO: 17/03/1954
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 21/10/1981
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE
ARTES GRÁFICAS
LOTAÇÃO: SERVIDOR APOSENTADO



JORGE CIDADE PIRES

Meu nome é Jorge Cidade Pires, sou um afrodescendente brasileiro. Filho de Eroíde Cidade Pires e Nicolau Pires, duas pessoas de Rio Pardo, cidade do nosso querido João Cândido. A minha mãe veio novinha para Porto Alegre, tentando movimentar a vida dela, crescer, se desenvolver e criar os filhos. Nasci no Menino Deus, mas com um ano e meio fomos morar na Auxiliadora, na Colônia Africana, como se chamava na época, era um local onde os afrodescendentes, os negros gaúchos, se reuniam, tinham sua vivência, sua cultura, seus costumes. Aos seis, sete anos, meu pai morreu. Ele trabalhava em navegação, era da Mariinha Mercante. Traziam alimentos para Porto Alegre, da plantações do interior, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, tudo vinha de lá, Rio Pardo também, e eles traziam esses alimentos pra Porto Alegre, para negociação em feiras e no Mercado Público.

A minha mãe era lavadeira, passadeira e cozinheira. Fazia limpeza também e era costureira, a dona Didi. Morei um ano com a minha vó em Rio Pardo, a dona Clarinda Costa Cidade. A vó era de casa, só administrava os netos, os filhos, tinha 12 filhos, mas isso em Rio Pardo. A minha mãe teve quatro, somos quatro irmãos. O meu pai era bem pretinho, bem escuro, mas criado por uma família branca, os Pires, de Rio Pardo. A minha mãe era cabocla, ela tinha uma mescla de índio com branco e negro. Eu tenho as três etnias na minha família. Há algum tempo a família Cidade fez um encontro, metade negão, metade branco, metade índio. É o Brasil, uma loucura isso.

Estudei no Colégio Pão dos Pobres. Era uma espécie de orfanato, fui estudar lá, gurizão, tinha oito anos. Fiz o meu primário e o ginásio no Pão dos Pobres. Em 1970 eu saí de lá. Fiz as oficinas também, para aprender uma

profissão, um ofício. Fui para a tipografia, gráfica, aprender a fazer talão, impressão. Saí de lá com 16 pra 17 anos e participei da banda da escola, lá aprendi a tocar clarinete. Ali aprendi os meus primeiros passos no clarinete, aprendi flauta, as primeiras notas na flauta. Comecei ali, clarinete 15 chaves chamado Pica-pau. Eu morava lá e ia para casa só nos finais de semana.

Fui da seleção de futebol do colégio também, perna direita, perna esquerda. Era o que tinha para o garoto pobre da redondeza; jogava futebol e fazia um som. Era o que tinha. Por aí vai, começou a minha história, comecei a jogar pela várzea da vida, em tudo que era campo de futebol eu ia jogar a minha bola. Era convidado, iam me buscar em casa, diziam que eu tinha uma intimidade com ela, deu para fazer umas coisas boas, fui feliz nesse aspecto. Conheci muita gente, fiz muitas amizades. Comecei a trabalhar nessa época, em gráficas. Indo para uma delas, um dia, li um anúncio de concurso público, gráfico, no TRT da 4ª região. Era artífice de artes gráficas e continuava estudando de noite. Também tinha namorada, festas, trabalho, família, todas essas coisas ao mesmo tempo, não consegui coordenar tudo. Era muita vida social, muita coisa boa acontecendo, anos 1970, 1971, era o *boom*, Brasil explodindo com as novidades, a cena *hip*, a cena *black power*, James Brown, a gurizada daqui, *Pau Brasil*, *Airton*, *Samba Oito*. Tinha muita coisa acontecendo. *Impulso Setenta*. Vilson Nei, Bedeu, Zê, Alexandre, Leleco Teles, Paulinho Romeu e por aí vai, eu não consigo me lembrar de todos.

Tinham dois clubes ali na minha vizinhança, um dos brancos e outro dos negros – esse Casemiro de Abreu com a Miguel Tostes. Morava naquela zona depois que eu saí do colégio, na minha juventude. Jogava futebol e entrei no TRT em 1981. Aí eu já estava tocando meu clarinete, comecei a trabalhar e vi que a minha história tinha que continuar com som. Eu não ia aguentar aquela loucura só do trabalho, do aspecto que o trabalho nos colocava. Só ganhar o pão nosso de cada dia. Tinha de ter algo mais, tinha de ter cultura junto, porque o berço de onde vim me mostrava isso. Eu fui para essa história, minhas amizades e meus irmãos, todo mundo que viveu essa época sabe do que eu estou falando.

Eu passei para gráfica, mas já me colocaram direto no “xerox”, na época não tinha computador, não tinha celular e as fotocópias dos documentos eram todas feitas na copiadora. Nós fazíamos cópias dos acórdãos, das pautas da semana, das notas fiscais, tudo que entrava no Tribunal passava pelo xerox, todos os documentos. Fazia a fotocópia para o advogado ou para as partes inerentes, as certidões, tudo. Tive essa felicidade de conviver e fazer esse trabalho ali. Começou minha caminhada, a minha trilha. Conheci grandes cabeças, personagens do Tribunal, tanto da cultura como do direito, da mente e da filosofia.

Conheci um cidadão extraordinário chamado Nelson Fachinelli, ele era poeta e dirigia a casa do poeta Rio-grandense, a Casa Castro Alves e ele fazia um apanhado daquelas pessoas que gostavam de produzir uma

poesia e ele levava, dava oportunidade para os poetas iniciantes. Eu tive a felicidade também de fazer algumas poesias com ele e com outras pessoas, o Sérgio Borja, professor de Direito Constitucional, me ensinou muita coisa. Depois me sindicalizei, teve um período do Tribunal que tinha torneios de futebol de salão, as famosas Olimpíadas do Tribunal, e nós formamos um time para jogar esse torneio, nosso time era o Quilombo, só negão. Me sindicalizei na época que a associação virou sindicato, existia necessidade de virar sindicato para trabalhar a luta, as reivindicações das equiparações salariais, da nossas pautas. Era necessário, já naquela época, organizar melhor.

A minha família não falava sobre raça, não tinha isso, não tinha tempo. A minha mãe não colocava isso para nós, só dizia “anda bem limpinho, não anda amassado para ter oportunidade. Seja um cara educado”. Eu fui aprender essa coisa de classe, raça, negro, branco e índio, na rua. Com meus amigos, na luta do dia a dia. Na Auxiliadora, na época das discotecas, fizemos o grupo *Soul Independente*. Eu tinha 19 anos. No IAPI tinha o *Magia*, em várias partes da cidade havia grupos que colocavam som nas festinhas de aniversário, era uma época em que ainda existia isso. A gente começou a conhecer a música norte-americana, que nos influenciou muito naquela época. Depois, a gente conheceu o *boom* da música no Brasil, BR-3 com Toni Tornado, a *black music* brasileira. Dessa convivência eu fui parar no Quilombo do Pernambuco. O Pernambuco tinha um grupo, ele tem ainda, um grupo chamado Quilombolas, e ali eu tive contato com as primeiras ideias de Abdias do Nascimento, que fez o primeiro teatro negro experimental, no Rio.

O que me chamava muito atenção era música e poesia. Teve uma época que escrevi muito. Foi quando eu ganhei um livro de presente, sobre os poetas da África: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau. Me impressionei muito com aquela literatura, e com os poetas também. Eu lia os franceses e os ingleses, os românticos, e comecei a ler também os românticos brasileiros, aquele período. Os caras morriam tuberculosos aos 19, 20, 21 anos. Então, eu lia também esses caras e aí eu comecei a escrever. Comecei a sentir necessidade de produzir o som e a palavra. Um pouco eu escrevia, um pouco eu tocava o meu clarinete. Ali começou a minha trilha, andei por tudo que é parte de Porto Alegre, tocando e escrevendo.

A Colônia Africana era o seguinte: a maioria era de afrodescendente, negros, a gente jogava bola, muita gente simples, humilde. Quando chegava dez, onze horas da noite, cavaquinho começava a comer, a surda, o pandeiro, trago rolando, cerveja, mais a caipirinha, o samba pegando e a gente aprendendo ali. Mas a repressão sempre existiu. As pessoas não entendiam a nossa cultura e não a entendem ainda, embora hoje esteja um pouco melhor. Antigamente era muito estigmatizado, produzir cultura e exercitar a cultura no teu bairro, no meio da tua gente, não era fácil. A

repressão sempre viveu com a gente nesse aspecto, a gente até tirava de letra. Hoje eu tenho consciência disso, mas na época não pensava assim. Temos uma cultura forte que não está representado nas rádios, na TV. Então, produzia na rua mesmo, samba de rua.

Depois eu fui para o [colégio] Tubino Sampaio, fazer o Científico. Depois fui para Belém Novo, fazer o segundo ano. Quando eu fui fazer o terceiro ano, já estava no Tribunal e aí formei a banda, a Produto Nacional. Eu tinha me casado, primeira relação, primeira vivência a dois, tive uma filha. Vivi 20 anos de música. Toquei com um monte de gente. Também tentei articular uma associação de músicos afro-gaúchos porque a gente via pouca organização. Depois do Bedeu, do Luís Vagner, da Pau Brasil e do Lupicínio, a expressão da nossa negritude tinha muita dificuldade de acessar o mercado, circular os seus produtos. Eu já tinha aprendido um pouco com o Pernambuco, com o Bedeu, com a rapaziada que estava na cena. Isso foi entre 1997 e 1998, a gente tentou fazer a cooperativa afro-brasileira regional gaúcha, para trabalhar a ideia de propaganda, marketing, colocação no mercado, produto de vídeo, clip, técnica de estúdio, de gravação, de selo, de manager. Os músicos gaudérios tinham três ou quatro rádios que os tocavam, nós queríamos também uma rádio, produzir uma música do nosso povo, da nossa gente, mas não conseguimos.

Eu vi o TRT como uma oportunidade, como um lance de ocasião. Eu tinha lido alguns materiais, estava estudando não sei bem para quê. Eu estava lendo bastante material, com a cabeça boa e aproveitei para fazer as provas e deu gol do Brasil! Não lembro mais. Foi uma coisa assim, fiz a prova e deu uns 15, 20 dias entre a prova e o resultado. Houve várias provas, pois eram vários cargos em disputa, teve uma curadoria, um grupo que fez as provas, eram provas escritas e de trabalho, trabalhando na gráfica, as provas práticas foram feitas lá no Senai. Fiquei muito feliz quando saiu no Diário Oficial. Fiquei muito feliz porque é outro status. A verdade tem que ser dita: naquela época, passar em concurso público, no Brasil, dava um *up* na tua vida legal mesmo. Tu te organizavas, começava a estudar de novo, pensar na tua vida, ver o que fazer. O mercado pagava muito mal, os salários eram muito baixos, insalubre. Então, o concurso público dava uma luz nesse quesito.

No “xerox” era alto astral sempre. Passaram vários funcionários por ali. No Tribunal, teve um período em que pessoas que não se adaptavam eram experimentadas no xerox. Às vezes estava atulhado, encosta esse cara, essa menina, essa senhora, vamos aprender, vamos fazer juntos. Muita gente itinerante também. Era uma coisa do ser humano mesmo, aqui eu consigo trabalhar. Era um lugar público, internamente, era muito difícil trabalhar no Tribunal e não passar no xerox. Tinha que tirar cópia dos processos, tudo. Se é auxiliar, se é técnico, se é juiz, procurador. Foram 15 anos. Como eu era multifacetado, também fora eu fui levando, literatura, música, mas trabalhei bastante tempo naquela secção.

Sempre trabalhei com a arte, eu nunca abandonei a arte. Era uma coisa espiritual. A filosofia, a literatura, a poesia e a música. Eu tinha que transcender assim, eu tinha que viver assim, isso me deu esse estilo, esse jeito de viver. Da música eu nunca larguei, e o sindicato eu senti necessidade de me reciclar politicamente: saber os meus direitos, saber o que tinha de novidade, aprender a se organizar como categoria. O sindicato foi a minha escola de organização política. Como é que se escuta o outro, como que para, a escuta, as opiniões totalmente diferentes. Porque as pessoas não se escutam mais. Eu senti necessidade disso, o sindicato me ajudou muito como pessoa, em tudo.

Depois do “xerox” eu fui para a gráfica, voltei para as minhas origens. Fui me reciclar, imprimir na offset, cortar na guilhotina, furar papel, fazer os talões, imprimir. Eu fiquei mais 15 anos. Foram os dois setores em que trabalhei, sou artífice. O Tribunal tinha esse aspecto, concurso de artífices: artes gráficas, mecânica, almoxarife, pavimentação e construção, segurança. Esse era o grupo de apoio à atividade-fim, que era a jurisprudência, o processo legítimo e legal. Tinha bastante serviço na gráfica, muita coisa, os formulários, nós abastecíamos todas as Juntas do interior, tínhamos três impressoras. Fazíamos as capas dos processos também: as verdes, que é quando a pessoa entra na Justiça e forma o processo; as azuis, que é quando o processo já está no julgamento final; e as amarelas. Tinha todas as capas. Tinha os impressos, talões, notas, cartões, os juízes precisavam de cartões, livros. Impressos em geral, tudo que se fazia numa gráfica nós fazíamos lá.

Sempre fui um cara simples, um funcionário simples, um operário. E agradeço pela oportunidade, espero que os funcionários-operários, os funcionários simples, sejam sempre bem valorizados porque a gente trabalhou muito tempo na base e trabalhamos muito. Meus primeiros 15 anos no Tribunal foram de um leão, trabalhei muito. A única coisa que lamento é que não estudei mais no Tribunal, não fiz curso, não me atualizei, estudar Direito, é uma coisa que eu poderia ter me esforçado um pouco mais.

Tocar um instrumento talvez tenha me modelado a ser um homem público. Eu era famoso, aparecia na televisão, uns amigos me diziam “tu não pode tirar por ti, tu és um cara público, todo mundo te conhece”, mas aí veem o cara simples, aí é que está, o tal lugar de fala. Não sei se é por causa da minha mãe, que dizia “te comporta”, mas a verdade é que eu não sou um radical. Mesmo sabendo de política, nunca fui um cara radical, eu sempre coloquei isso na arte, nessa pegada do meu jeito. Agora eu tenho consciência da urgência da luta, olha a meninada, olha o mundo novo, não dá. Hoje a ignorância nos assola, sem palavras para dizer, é necessária outra postura e a legislação tem que avançar.

Quando algumas cabeças me convidaram para fazer grupos de discussão da causa negra dentro da Justiça, eu fui lá para participar. As cor-

rentes dentro dos partidos e dos sindicatos também eram muito fortes. A luta sindical era mais forte no sindicato do que a luta racial. Era uma disputa política e num preâmbulo muito tênue. Mas existia uma luta muito forte, muita gente consciente do nosso povo, mas não era a grande maioria, era minoria. Não era fácil introduzir uma questão negra na ordem do dia. Pairava sobre nós a democracia racial. Era um fetiche, não se discutia isso ainda, mas nós tentamos fazer várias discussões. Fizemos vários grupos de discussões, tivemos algumas coisas, mas não conseguimos amadurecer, de fato.

Na verdade, os sindicatos também são modelos de escolas políticas. Quando não existe um novo movimento de escola política tentando amalgamar outras vertentes de ideias humanas de outras expertises, de outras etnias, é muito difícil quebrar a lógica dessas escolas políticas. E o sindicato reproduz um pouco esse tipo de organização, por isso era difícil olhar para a mulher, para o negro, para o LGBT. Agora, com a internet, com essa possibilidade da rede e de trocas mais intensas, se chegou à conclusão de que realmente precisa trazer algo novo, que já estava aí, mas estava adormecido. Hoje podemos falar sobre sexo, sobre mulher, sobre androide, sobre híbrido.

Essa ideia de ter sucesso, progresso, que progresso? Se o progresso não humanizar, que valor tem? Se o progresso desumanizar, para aonde nós vamos? Se tivermos o último foguete da hora, o último canal, *the best*, mas se formos pessoas desumanizadas, qual é a luz que vai ascender para o futuro? Quem vamos ser? Essa é a grande pergunta. Estuda cinco, dez anos na faculdade e não consegue olhar para os nossos irmãos? Os caras estudam, estudam, estudam mas querem tudo para eles. Quem somos nós? Homo sapiens? Essa é a pergunta.

O racismo estrutural está aí, no inconsciente de todos, porque fomos estigmatizados, uns mais outros menos, mas como essa minha passagem foi baseada muito na diplomacia, na arte, na música e na cultura, ela me passa um verniz em cima. Mas eu queria saber se aquele cara simples, negro, sem ser músico, trabalhasse como funcionário direto, objetivo, sabe, aquele cara de carteirinha, o funcionário simples. Como é que ia ser a vida dele? Então, eu tive esse passaporte para transitar.

Tem outra coisa: essas três raças dentro da minha família mexeram muito comigo. Tinha uma hora que eu ficava em cima do muro, olhando e perguntando: “para que lado eu vou?” Não que eu não me sentisse negro e não tomasse lenha do racismo nas instituições, preconceito na rua, no shopping, numa fila, isso é todos os dias. Na fila do táxi, na fila do ônibus, num departamento, na espera de alguma coisa ou na madrugada, chegando em casa. Mas no Tribunal... De repente, eu estava numa mesa e ninguém sentava comigo, isso aconteceu bastante. Um mundo solitário, o racismo é um mundo solitário. O racismo estrutural sempre existiu.

“Quem é esse cara? Ninguém conhece não”. Eu não tinha toda essa formação, toda essa visão, se eu fui ou não discriminado estruturalmente, eu não tinha consciência disso. Eu não sei o que se passava nos meandros do poder e da política. Agora não sei se o Tribunal já tem um percentual para negros. Na verdade, como etnia, nós precisamos de muita coisa, muita reparação.

Os *dreads*, na verdade, eu não tive muita escolha. Era uma escolha de identidade. Eu tinha que escolher uma identidade. Fazia parte de uma banda de reggae e tinha toda a caminhada que eu comecei, eu não me sentia bem não ter *dreads*. Eu tinha que pagar o preço. Eu vou para o Tribunal, eu vou com *dreads*, é assim que eu sou. Isso me veio muito forte sempre, mesmo não tendo consciência de muita coisa, mas a imagem eu vi que tinha de ser assim. O que eu acho dos *dreads*? Eu acho os *dreads* o maior legado da história do negro nas Américas. O cabelo negro pixaim, para mim, é um diamante. Ele tem função de contar história, a nossa história vem junto, o primeiro sofrimento, tudo. Quando se é obrigado a cortar para pegar o primeiro emprego, aí é triste. Já vi muita gente chorando por isso. Não é só o negro, claro, mas principalmente nós. Os *dreads*, para mim, não falo com orgulho com vaidade do ego, falo com o lance espiritual, os *dreads*, eu queria falar para cada criança que cada trança tem sua história, muita história de amargar. O Camará, o besouro, besouro cordão de ouro. Mestre Bimba, Pastinha, Mandela, Bob Marley, os Rasta. A nossa história é tão linda que quando vem esse cabelo a gente vê a expressão, mas aí a mente tem que estar livre porque é lindo demais.

Sempre existiu um silêncio, dentro da Justiça, sobre as relações interpessoais e dos seres que fazem justiça. O que essas pessoas pensam? O que elas fazem, como elas vivem? A gente chegava, trabalha e ia embora, teve um tempo que era assim. Tinha essa relação. De repente, tem muita gente que conviveu comigo que vai saber mais sobre mim por causa desse trabalho. Claro que todo mundo tem seus cronogramas, suas responsabilidades. Eu gostava quando havia as bienais e as Olimpíadas. Mas eu acho assim, foi um grande passo o Comitê de Equidade ter se configurado da forma que se configurou, é um elo. É uma humanização dentro do Tribunal, no qual as pessoas lançam um olhar do qual elas jamais tiveram. São pessoas com seus defeitos, com suas virtudes, que estão ali vivendo e fazem a justiça do dia a dia. Daí pode vir uma cooperação mais profunda, a humanização da própria sociedade a respeito de vários quesitos que a gente está discutindo agora. Por exemplo, esse passo que a negritude deu foi fundamental para o Judiciário estar com a gente. Da lei, do respeito às leis e discriminação, preconceito, violência, a cidadania, a desmitificação da democracia racial.

Espero que nossos colegas nunca duvidem do potencial deles. Mesmo que haja vários tipos de obstáculos na caminhada, que nunca duvidem do potencial que eles têm. Que eles são seres humanos e todos nós me-

Negras memórias

recemos um lugar de fala, um lugar de brilho, um lugar na felicidade, que nós fazemos parte dessa grande irmandade do universo e, não é à toa que nós estamos aí. Assim como nossos ancestrais passaram por aqui e tiveram a caminhada deles, nós tivemos a nossa e eles com certeza terão a deles e serão muito felizes, com algumas pedras no caminho, o que é inerente. Que as minhas palavras sejam só brisa, uma melodia, no ouvido deles. Que seja uma coisa boa, que não seja uma pretensão, seja uma brincadeira e um acalanto na hora em que se precisar. Então, por isso falei algumas coisas que sinto no meu coração. E eu me sinto muito feliz pela minha jornada.

NASCIMENTO: 28/06/1956
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 07/06/1984
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: SERVIDORA APOSENTADA



EGLIA MARIA BECK SILVA

Sou uma mulher negra, com muito orgulho, porque é muito difícil ser negro num país como o nosso. Um dos países que mais discrimina, um país hipócrita, na verdade, que finge que aceita as diferenças de cor mas não aceita coisa nenhuma. Tenho 64 anos. Prendi o cabelo, coloquei uns brincos, botei uma roupa direitinha.

Eu nasci em Porto Alegre, uma criança pobre, mas muito pobre, paupérrima. Hoje eu cheguei ao status de pobre, mas já fui paupérrima. Eu tenho muito orgulho disso, muito orgulho. E naquela época eu não entendia o que era racismo, hoje em dia sim, custei a entender. Passei tudo o que uma pessoa pode passar. Quando a minha mãe não me batia, a vida me batia. Então, eram duas coisas: o ser amado da minha mãe e a vida me batendo. Mas quando a vida me batia, eu levanta mais forte. A minha mãe não deveria ter me batido porque não adiantou nada me bater. Ela batia em mim, eu batia nas outras crianças na escola, aí a chamavam na escola. Era ruim, claro, eu era um mau exemplo. Eu não sei por que os pais antigos eram assim, porque hoje em dia não é assim, ninguém mais bate em criança. Mesmo porque não adianta, a criança não aprende assim, ela aprende pelo exemplo. Eu sei por causa da minha neta.

Eu passei fome, frio, ganhava roupa dos outros. O meu pé é deformado porque eu ganhava sapatos dos outros. E a minha mãe me dizia que pé de pobre não tem tamanho. Hoje em dia eu me vinguei disso. Eu tenho tanto sapato que eu acho que é para essa vida e para as outras, de tudo que é cor. Quatro sapatos verdes, sapatos rosas. Tudo para me vingar daquela época. Outra coisa que eu não tinha. Eu encho a boca de orgulho pra dizer, eu não tinha, hoje graças a Deus eu tenho, lápis, caderno. Eu tinha um caderninho sem espiral, se tirasse uma folha o caderno se

despedaçava. Eu lembro uma vez que a professora levou meu caderno lá na frente, meu caderno todo desgrenhado, para servir de exemplo. Mau exemplo. E o lápis, era o chamado de pau-brasil, muito vagabundo, pequeninho. Nem a minha neta, que é pequenininha, tem lápis desse tamanho. Era pequeninho porque a gente não tinha dinheiro para comprar. Hoje em dia também, já me vinguei de tudo. Lápis, caneta, cadernos, livros, meu Deus. O que eu não podia ter, hoje eu tenho. Acho que dei uma volta por cima e tanto. Tenho muito orgulho, porque é bonito tu poder te levantar, eu consegui.

Brincava na rua, jogava sapata, andava de bicicletinha, eu não tinha, mas pegava emprestado. Eu tinha uns sete anos quando nos mudamos para uma casa própria, uma casa de madeira com telhado de zinco. Não tinha luz e nem água, eu que buscava água para tudo, limpar a casa, fazer comida. Moravam eu, a minha mãe e meu pai biológico. Depois a minha mãe casou e o meu padrasto é que foi realmente meu pai, o Beck, alemão. Esse foi um pai, um achado que eu ganhei. Pra mim, pra mãe não, ela tinha problema de violência doméstica com ele, comigo não. Ele gostava de mim, porque eu era muito estudiosa, e ele admirava isso, já que não teve estudo, ele e a minha mãe não tiveram estudo. Ele era motorista e a mãe, empregada doméstica. Eu até queria trocar o nome somente para Eglia Beck. Tirar o Maria e o Silva que é sobrenome de escravo, não quero saber de escravidão. Queria só o Beck em homenagem a ele, que realmente foi meu pai.

Quem eu considero meu pai mesmo era o meu padrasto. O meu pai mesmo, biológico, que se dizia meu pai, não era. Nem sabia lidar com criança. Imagina eu, quando criança, não ligava pra isso, agora eu vejo. Não sabia lidar, uma ignorância total.

Eu tinha uns oito anos e meu pai não queria que eu trabalhasse. Ele ganhava muito pouco, de motorista. Eu dizia que queria trabalhar, queria o meu dinheiro. Comecei a trabalhar, mas sempre estudando.

Quando era criança eu gostava de escola pública porque davam comida, não que eu não tivesse, eu tinha, a mãe trabalhava com família e a gente tinha comida. Eu sempre gostei de estudar. Minha mãe dizia que quando eu era criança queria comprar um colégio. E eu lembro que, quando era criança, não tinha condição de comprar livro, aí eu ia para a biblioteca. Era uma ratinha de biblioteca. Duas coisas que a minha mãe deixou para mim: me induziu a gostar de leitura e a não ter preguiça. Às vezes começo uma coisa e não paro mais, isso era coisa dela. Não tem nada o que fazer, vai varrer o pátio, vai buscar água, vai buscar lenha, e se eu não ia o pau comia.

A minha mãe era empregada doméstica, mãe solteira e morava no bairro Rio Branco na casa dos patrões. Eu morava junto. Brincava com as crianças dos patrões, mas nos dias de festa eu não podia aparecer. Aquela humilhação, filha da empregada é filha da empregada. Eu acho que a empregada doméstica é um resquício da escravidão. Hoje em dia eu tenho

condições de pagar uma pessoa, mas eu não pago. Eu chamo alguém para limpar a minha casa só eu estiver doente. Por que eu acho assim, pagar alguém para limpar a nossa casa, é uma coisa muito... Eu sou contra. Para mim não serve. Tenho saúde para fazer e adoro limpar minha casa.

Estudei em escola pública. No ensino médio consegui uma bolsa e já comecei a trabalhar. Faculdade foi particular, na Unisinos. Aí não sobrava dinheiro pra roupa. Tinha que ter dinheiro pra passagem, e comida eu levava marmita. Eu fiz Direito, mas deveria ter feito Filosofia e Letras porque gosto muito de línguas e Filosofia é o pensamento. Tem um filósofo chamado Schopenhauer, que é um filósofo pessimista, e eu sou pessimista em relação à humanidade. Embora eu goste da humanidade. Tem gente que vem pra cá e está perdendo tempo. Porque tu tens a obrigação moral de fazer o bem e não faz, faz até o mal. Veio fazer o quê, então?

Com 14 anos fui trabalhar na casa de uma professora. E ela dizia “estuda que é o que vai fazer diferença”. Eu acho que ser empregada doméstica é resquício da escravidão, então eu sou contra. Eu estudava, trabalhava de dia e estudava de noite. Eu fazia todo serviço da casa e o tempo que sobrava ainda cuidava da guriazinha da minha patroa. E aí eu ouvia ela falando de mim pra uma tia dela: “não pode deixar parar, né?” Como assim, não pode deixar parar? Tem que ficar inventando serviço? Isso eu não gostava, mas adorava a guriazinha, era grudada em mim. Chegava do colégio, às vezes ela ficava dormindo no chão, me esperando. Mas eu gostava dela.

Não era uma coisa muito boa, assim como criança, ser criada tipo como uma escravinha. Eu não comprei ainda mas vou comprar o *Casa Grande & Senzala* [Gilberto Freyre, 1933] e vou me revoltar, eu sei que vou. Eu vou enfrentar esse livro, que é difícil de ler. As coisas que as mulheres brancas faziam com as escravas. Dizem que quebravam os dentes com os sapatos. Tinham ciúmes porque as negras africanas são lindas. Têm beijo, as mulheres tem bumbum grande. Eu quero conhecer a África, porque eu conheço a Europa branca, é muito estranho. Era eu e os negros africanos. Só que eu, como turista, era uma coisa, eles estavam lá como refugiados.

Depois eu fui trabalhar em hospital, no Cristo Redentor, gostava muito. Minha chefe até brigava com a gente, porque conversávamos com os pacientes. A gente ficava com pena de ver as pessoas sofrendo. Às vezes morriam famílias inteiras de acidente. Final de ano tu trabalhava ou Natal ou Ano Novo. Eu cansei de trabalhar nessas datas, era meio escravo. Eu comparo tudo com escravidão, se eu fosse escrava com essa cabeça de hoje. Tive a minha filha com 26 anos, estava no hospital.

Eu convivo com muitos empregados, moro num condomínio e vejo essas pessoas cabisbaixas, eu cumprimento todas que eu vejo. Eu sou capaz de não cumprimentar um condômino e cumprimentar todas as empregadas porque elas têm a autoestima muito baixa, eu também tinha, agora não tenho mais. Tu limpa teu chão, limpa teu vaso sanitário, nada disso

é ofensa, não é vergonha, mas na casa dos outros é. Na casa dos outros é humilhação. Quem eram os patrões? Banqueiros, bancários, professores, eu tive um uma vez um patrão que era engenheiro. Outra era professora, ela me incentivou bastante, disse para eu estudar. A ela eu agradeço. “Estuda que tu vai vencer na vida”. Ela, sendo patroa, podia ficar quieta.

Eu tive uma colega de trabalho que dizia “faz um concurso”, mas eu sou péssima em matemática, sempre achava que ia rodar em matemática de novo, porque sempre fui bem em português e péssima em matemática. Português e outras línguas sempre tive facilidade. Estou aprendendo árabe agora. Quero aprender árabe, grego e russo. A escrita árabe é difícil, mas pra falar é fácil. A gramática é pobre, eles não tem o verbo *ser/estar*.

Passei para Novo Hamburgo. Foi maravilhoso entrar no serviço público. Mas fiquei até chateada, porque mais duas colegas tinham feito o concurso e eu cheguei toda feliz, depois de estar sempre com a autoestima lá embaixo, dizendo que tínhamos passado, e elas não tinham passado coisa nenhuma. Fiquei com muita vergonha porque achei que se eu tinha passado, elas tinham passado também. Na época era com máquina de escrever e elas trabalhavam em secretaria, sabiam mexer, e eu não.

Acho que tinha duas vagas, não me lembro. Fiquei pouco tempo em Novo Hamburgo, um meio ano. Morava em Porto Alegre. Era bom. As pessoas eram afetivas. Traziam doces, faziam café colonial e a gente servia. E às vezes a gente pegava carona, poupando a passagem, mesmo sem lugar a gente voltava de qualquer jeito. Tive colegas meus que depois se tornaram juizes.

Em Novo Hamburgo eu comecei como atendente e depois fiz concurso para auxiliar. Era melhor para mim ficar em Porto Alegre. Eu entrei na 1ª Vara, depois fui para outra e depois para o Tribunal. Aí trabalhava nos gabinetes, não gostei. Apesar de ganhar gratificação, que para mim não é tudo. Essa história de ficar se arrastando aos pés do diretor, isso não é comigo. Mas fiquei um pouco, depois fui pros Recursos Humanos, depois pro Acórdãos.

La fazer Letras e meu chefe me aconselhou, já que eu estava na Justiça do Trabalho, a fazer Direito. Eu fiz, querendo fazer Filosofia, e só não fiz porque o curso iniciava de noite. É mais difícil. Eu levei anos fazendo Direito. Era pague pra entrar, reze para sair. Eu tinha a minha filha pequena, era dona de casa, tinha que trabalhar, então ia fazendo como dava. Uma cadeira, duas cadeiras. Tinha os professores de penal que adoravam rodar a gente. Civil era legal.

No TRT mudou tudo, porque no hospital a gente trabalhava com o coração na mão, no dia ou no dia seguinte podem te demitir. E no serviço público, agora até mudou, mas na época não era assim para demitir, somente algo muito grave. Nunca pedi a Deus essa vida que eu levo hoje, porque trocou do saco pra mala. Melhorou bastante. Eu tenho muito orgulho de mim, porque o que eu passei... O passado é um alicerce. Procurar sempre melhorar e evoluir.

Eu gostava das festas de fim de ano, do pessoal reunido, das festas de aniversário. No Acórdãos eu era a primeira a chegar: chegava e já ia fazer cafezinho porque o pessoal gostava, às vezes até falavam pra me incomodar mesmo, “o café não tá pronto, Eglia?”, aí dava briga e tudo. Mas eu considerava todos como irmãos que eu não tive. Vivia às turras com as chefes, até pedia desculpas, e elas me pediam também. Era uma reação de causa e efeito. Elas queriam mostrar autoridade e eu nunca aceitei autoridade. Eu gostei muito de trabalhar na 14ª Vara. Depois gostei do Acórdãos.

O racismo existe, mas eu nunca achei que tinha sofrido racismo. Meu líder era Che Guevara. Só agora percebo que tudo é mais difícil para nós. Tem uma música da Elza Soares que diz que o negro é a carne mais barata do mercado. Reis e rainhas africanos vieram para cá, ser escravos. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão.

Eu não entendo até hoje o racismo. Sou casada com um homem branco, é só cor, é o ser humano. Eu não consigo acreditar que o ser humano discrimine o outro pela cor da pele. Eu não consigo acreditar. E dos dois lados, porque também existem negros racistas, e seu eu falo para os brancos tenho que falar para os negros também. Não gosto de racismo. Até essa coisa de Jesus ser loiro. Como é que vai ser loiro naquela região onde ele nasceu? Não tem isso aí. Mas talvez, se Jesus fosse negro, seria difícil pra alguns amá-lo, não é?

A força é em Deus, São Francisco, Xangô. Eu não tenho religião, então me dou o direito de gostar de várias. Gosto do budismo. Religião tem ser pro bem, se for pro mal não me serve.

Sou contra as políticas de cotas. Sou contra porque eu acho que a gente tem capacidade de conseguir as coisas sem essa proteção. Ah, porque eles não têm remorso do que fizeram com os escravos, problema é deles... Nós temos capacidade. Não precisamos de esmola e eu acho isso esmola. Onde tu está querendo proteger alguém tu está querendo dizer que essa pessoa é fraca, eu penso assim. Cor da pele não significa nada. Se acontecesse alguma coisa com a Justiça do Trabalho eu podia fazer qualquer coisa.

O trabalho me proporcionou tudo. A gente é privilegiado ainda, embora andem mexendo no nosso bolso não sei por quê. Esses dias eu fui numa loja e até fiquei com vergonha, a menina disse que eu era uma privilegiada e eu disse que não, que batalhei para isso. Assim como eu fiz tu pode fazer também, disse a ela. Acho que se um consegue fazer, o outro também consegue. Não caiu do céu para mim, eu era de família paupérrima. Meu pai era motorista, minha mãe era empregada. Criada sem televisão, sem carro, sem geladeira. Meu marido é funcionário público também, então a gente consegue as coisas. Não dá pra viver na riqueza, mas tem conforto. Eu agradeço muito, tenho apreço por esse trabalho.

Eu gosto de música. Sou alucinada pela Alcione, adoro ela. Fui num show dela uns anos atrás, quando ela começou a cantar, ainda com as

cortinas abertas, me deu uma emoção tão grande! Ela tem um temperamento forte. Tem que ser assim, tem que dizer a verdade, pode até doer às vezes. Ela, Zeca Pagodinho, Beth Carvalho também. Gosto muito do Martinho da Vila, gostava do Agepê, que já se foi. Acho que nós temos muito ritmo, a nossa raça tem isso, trouxe isso de lá.

Ser mulher é um desafio, negra então... Porque a mulher até hoje ganha menos que o homem. Parece que ela não tem o valor que ela merece. Ela não tem a força física, mas ela é muito forte. Ela domina, dentro de uma casa como que é? A gente finge que obedece, mas quem manda somos nós. Nós temos que mostrar nosso valor. Tinha um médium, Gasparetto, que dizia “você está onde você se põe”. Se tu deixar, uma pessoa vai fazer o que quiser, então é tu que tem que dizer não. Isso é pra todo mundo, não é só para o negro. A gente não pode deixar ser pisoteada, a gente não é tapete.

Ser funcionária pública foi uma das melhores coisas que me aconteceram. Se não fosse funcionária pública seria mal vista. Eu acho que nós, negros, temos que dar exemplo: atender as pessoas, fazer o trabalho da gente. Acho que ganhamos razoavelmente bem pra isso. Vale a pena fazer concurso, mudou a minha vida.

Acho que nunca mais vamos ser como antes [da pandemia], vai mudar muita coisa. Dá uma pena, esses dias eu comecei a chorar, vi uma senhora chorando na despedida de um ente querido. É triste. A morte é um tabu. A mãe é que ficava dizendo “porque quando eu morrer...” Meio que me chantageando. Que feio até dizer isso para uma criança. Mas naquela época os pais eram diferentes, não é que nem hoje que os pais conversam. Naquela época criança não tinha voz. Uma coisa que a minha mãe dizia, “não seja orgulhosa, o que os outros vão pensar?” Que pensem o que quiserem, não estou fazendo nenhum mal para eles.

Eu tive um irmão, ele morreu quando tinha cinco anos e eu três anos. Infelizmente Deus quis pra ele. Eu acho que as pessoas que a gente ama não morrem. Porque elas vivem em nós, os momentos que elas compartilharam conosco, nos ajudaram, elas estão vivas. Minha mãe nunca morreu pra mim, meu pai nunca morreu pra mim. Os conselhos que ele me deu, os conselhos que minha mãe me deu, porque ela não tinha dinheiro pra comprar livros e só me contava histórias. Leia para uma criança porque a partir dali ela vai gostar de ler. Adorava as histórias da minha mãe. Agora, com a minha neta, eu compro livro, caderno, canetinha, coisas que eu não tinha, então eu tento compensar. Eu não posso comprar brinquedo, mas posso comprar livros.

Se me chamarem [de negra] eu não estou nem aí, porque eu sou, só não me chama de negra suja porque daí dá problema. Eu acho cabelo crespo bonito nos outros, mas eu não gosto de ter cabelo crespo. Por que eu acho muito difícil de cortar, de arrumar, não gosto. Faço uma esticada. Acho bonito quando põe uns turbantes, fica aquele volume atrás, bem

africano. Eu gosto muito desse estilo africano, das cores. As negras africanas são lindas. O meu cabelo não é crespo, é meio ondulado. A mãe e o pai eram negros, o pai era misturado com índio, coisa de brasileiro. Eu não sei por que brasileiro é racista se é tudo misturado. É branco encardido, é negro. Eu prefiro ser negra do que branca encardida, porque daí não é uma cor nem outra. Meu pai tinha o cabelo ondulado, e a mãe dele tinha o cabelo liso. Ele era tipo um bugre. Acho que uma mistura de negro com índio, de uma cor linda. Não é aquela cor africana. O bugre parece uma cor tipo açúcar queimado, e o pai era assim. Ele era um bugre muito bonito, usava brinco de ouro e chapéu. Eu adoro chapéu e touca.

Acho bem importante a representatividade dos deficientes, dos LGBT, bem legal, bem bacana. Mas eu achava que o Negritude fosse outra coisa. O meu interesse é ajudar os africanos a terem mais qualidade de vida porque eu estou vendo que eles estão sofrendo, e também a periferia negra que sofre demais que não é mais nem normal. As pessoas nasceram pra ser felizes. Ser pobre e ainda negro é pior ainda. Quero achar um grupo onde eu possa ajudar os negros, principalmente os africanos que vêm de seus países em guerra achando que vão encontrar um país de braços abertos quando, na verdade, são muito racistas. Eles vêm pra cá vender aquelas coisas, eu quando posso compro pra ajudar. Me dói ver eles vindo pra cá pra sofrer.

Ingressar no TRT-4 foi um divisor de águas. O Hospital não era um ambiente muito fácil, com uma folga por semana. Sair dessa e ir ser funcionária pública, ter dois dias da semana e feriados, e fora a estabilidade, significou bastante. Minha vida mudou completamente depois. Eu comecei a estudar quando eu trabalhava em Novo Hamburgo. Tudo mudou. Eu agradeço muito eu ter conseguido fazer o concurso. Eu digo pro meu filho: faz concurso. Eu teria feito tudo de novo.

A mãe sabia ler e meu pai era alfabetizado. Eram as pessoas mais sábias que eu já vi na minha vida. Eles não tinham instrução. Por que eu aprendi na cadeira de sociologia que o professor dizia: “você pensam que as pessoas com instrução não têm cultura, mas cultura todo mundo tem”. Não pode é confundir cultura com cultura erudita. Eles tinham cultura porque tinham vivência. E assim são as outras pessoas: todos temos cultura porque a vivência é cultura.

Eu acho que eu venci, me considero vencedora. Se eu vejo uma pessoa com fome e com frio, tento fazer alguma coisa porque é muito triste passar fome e frio. Minha filha é funcionária pública, meu marido também, meus sobrinhos. Eu trabalhava de sair com os braços inchados. Hoje é tudo processo eletrônico, mas na época era puxado. Me considero uma vencedora.

NASCIMENTO: 27/05/1957
LOCAL: DOM PEDRITO/RS
INGRESSO: 19/01/1987
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE
APOIO DE SERVIÇOS DIVERSOS
LOTAÇÃO: SERVIDORA APOSENTADA



CELSA FERREIRA DE SOUZA

Me chamo Celsa, sou negra, meu cabelo é alisado e a minha cor é mista. Na certidão de nascimento está cor mista, que eu acho muito ruim. Até ridículo. Eu nasci no interior, na fronteira, era campo mesmo. Meus pais eram trabalhadores rurais, a gente tinha muitas necessidades básicas: saneamento, luz. Era muito difícil o acesso. Quando chovia, não tinha como chegar mercadorias como açúcar e sal. Com o passar dos anos, com a situação cada vez mais difícil, fomos morar na região urbana de Dom Pedrito, bem lá na fronteira, frio pra caramba no inverno, geada. No verão, calor de 45 graus, escassez de água e tudo. Somos uma família de 12 irmãos, sou a sétima mulher da família.

A minha mãe era doméstica do lar, não trabalhava porque tinha muitos filhos, sempre com filhos pequenos e o meu pai era trabalhador rural. Trabalhador rural que sabia fazer de tudo, tudo mesmo. Construía chalé de madeira, trabalhava na plantação, se virava. Era normal, os mais velhos cuidavam dos mais novos, quando a minha mãe saía, tinha que ir pra outro lugar, visitar um parente em outra localidade, as irmãs mais velhas tomavam conta. E a gente fazia aquela farra quando a mãe saía, vestia a roupa dela, botava os sapatos, era bem raro, ela estava sempre junto, sempre perto, criou todos, todos do bem, ninguém desviou pra lado nenhum.

Meu pai já faleceu quando nós ainda éramos jovens, não tão jovens, eu tinha 21 anos, quando ele faleceu. Faleceu de câncer, naquela época não tinha grandes tratamentos. A minha mãe ali cuidando dos filhos, os outros trabalhando e uns já foram casando.

Com 21 anos vim para Porto Alegre, terminei meu segundo grau aqui. Morei com minhas primas, irmãs, amigas, morei em pensão, tudo isso. Trabalhei em escritórios, recepção, loja. Até que, quando eu estava em

uma imobiliária, um colega chegou e disse que ia ter concurso para o Tribunal, nunca tinha ouvido falar disso, Tribunal Regional do Trabalho, em 1976. Eu não tinha dinheiro naquela época nem para inscrição, meus colegas fizeram uma vaquinha para que eu conseguisse. Não tinha estudado muito, mas como era pra serviços gerais fui me preparando com os materiais que eu tinha até a data do concurso.

A prova foi num domingo de muito frio, chegava a doer, mas fui confiante, consegui ser aprovada. Me classifiquei em 35º lugar. Chamaram em janeiro de 1977, estava de férias em Dom Pedrito. Eu morava com uma amiga, e ela trabalhava, naquela época ia o Oficial de Justiça levar a intimação, aí ele não encontrou ninguém em casa. Quando retornei, depois de duas semanas, me ligaram do Recursos Humanos dizendo que eu tinha cinco dias para assumir. Fiquei em choque. Mas consegui reunir toda a papelada: tomei posse no dia 19 de janeiro. Entrei no Tribunal com 29 anos e fiquei lá pelos próximos 32.

Morávamos os 12 irmãos juntos, com pai e mãe. A minha avó morava perto. Eu me lembro dos natais na casa da minha avó, aquela mesa no quintal e porco assado. Sempre quando vou em algum restaurante italiano ou alemão, que tenha aquela salada de batatas cortada em rodelas, com cebola roxa, me vem à memória a salada que a minha avó fazia. Ela morava perto, meus tios, tias, era uma comunidade de parentes. Todo mundo se ajudava. Se um matava um porco, meu pai ia lá ajudar, sem intenção de ganhar dinheiro. Aí dividiam aquele porco para quem ajudava.

Meu pai tinha horta, legumes, alface, eu só fui comprar em mercado quando vim morar em Porto Alegre. Ervilha, tomate. Arrancava do pé e comia ali mesmo, só lavava num balde, comia e ninguém pegava nada, a não ser o sarampo que quando deu botou todo mundo na cama. Foi uma infância que eu tenho saudades, de correr, de subir em árvores, de fazer coisas de crianças, de aprontar, de tomar banho na chuva, de se sujar na lama, eu me criei assim, com o pé no barro.

Meus pais são negros, a mãe ainda está viva, tem 95 anos. O meu pai tem italianos na família porque a minha avó tinha irmãos italianos. Eu tinha dez anos quando fui para a cidade. Antes estudei no Colégio Rural, era na frente da nossa casa, até o quinto ano. Era bem difícil, era bom mas com bastante dificuldade, o ensino era precário. A prefeitura mandava moças solteiras para lecionar e, como não havia transporte, tinham que ficar na casa de algum fazendeiro, alguém que tivesse mais condição e que dava uma moradia para professora. Mas, muitas vezes, chegava na metade do ano e a professora não voltava. Eu tinha muitas irmãs mais velhas que gostavam de estudar, a gente ficava estudando em casa. Em dia de chuva, quando não dava para brincar, brincávamos de escola.

A vida em Dom Pedrito deu uma melhorada, as condições foram ficando melhores. Minhas irmãs foram crescendo, casando, a gente fez muitas

amizades, tinha o clube da cidade, a minha mãe voltou a trabalhar, trabalhou a vida toda de doméstica, passaram mais dez anos, meu pai ficou doente e morreu quando eu tinha 21 anos. Fomos nos entrosando na cidade, arrumando emprego, nos ajudando uns aos outros. Eu comecei no clube com 13 anos, num baile de Carnaval, era liberado e aí nunca mais parei. Na época tinha o clube dos negros e o clube dos brancos. A gente só podia entrar no clube dos brancos no Carnaval, aí podia. Tinha bastante negro em Dom Pedrito, no final de semana os clubes eram lotados de família negras. Depois, com o tempo, foram abrindo, já entravam brancos e pretos, as coisas mudaram. Meu primeiro emprego foi de babá, primeiro da irmã mais velha e, depois, de dois gêmeos de uma mesma família. Tinha 13, 14 anos nessa época. Fiquei com eles até vir para Porto Alegre. A menina tinha uns 11 anos, os meninos uns nove; ainda havia um menorzinho com uns cinco anos quando saí de Dom Pedrito.

Vim para cá em busca de melhores condições de vida, a minha mãe ficou com as minhas irmãs menores. No começo fiquei na casa de uma prima, ela morava aqui, tinha duas irmãs aqui, trabalhavam e conseguiram emprego para mim em uma loja na Independência: era passadeira. Consegui o emprego de passadeira mas nunca tinha passado uma camisa na vida! Aprendi no trabalho, com uma senhora que trabalhava comigo. Era uma loja famosa, dentro de uma galeria. Trabalhei ali por seis meses, depois fui trabalhar em uma gráfica por seis anos. Depois fui para a imobiliária até chegar no Tribunal. Era atendente na imobiliária. Fiquei uns quatro anos lá.

A recepção aqui foi muito boa. Não sei como tinha sido antes, mas algumas pessoas ainda tinham preconceito racial, eu nunca dei muita bola para isso, ainda não dou. Sempre me entrosei bem com as pessoas. Alguns colegas se sentem humilhados, mas eu não. Nunca tive problemas, nem com colegas nem com ninguém. Trabalhava na limpeza, depois fui para a recepção da presidência. Não havia muitos negros, hoje tem bastante.

Quando cheguei ao Tribunal o chão das salas era de carpete, ainda. Depois de um ano e meio fui para a presidência, depois acabou. Eu já estava em outro setor, entraram os terceirizados e os serventes que ainda estavam no TRT foram transferidos para outros setores. Eu fiquei na presidência uns quatro anos. Depois para os Acórdãos e, por mais de 20 anos, nos Precatórios. Quando o Precatório foi para o 1º Grau, atuei junto ao serviço médico e fiquei lá até sair.

Mesmo que não houvesse tanto preconceito, houve casos que hoje seriam considerados assédio. Aquela coisa, os homens se juntavam, alguma visita, às vezes vinha alguém de Brasília. Teve um juiz que veio em visita oficial, estavam todos no Salão Nobre e pediram café, eu fui lá servir e quando virei de costas esse juiz falou para o presidente: “De onde você tirou essa negra com uma bunda tão boa?” Isso é assédio! Eu comentei com várias pessoas no Tribunal, mas na época, também sem muita visão,

nem no Sindicato eu fui. Não ia dar em nada mesmo, mas foi uma falta de respeito. Eu lembro que na época não tinha uniforme, eu estava com um vestido jeans, justo, eu nem sabia que ia ter visita, se não teria colocado uma calça, e aí o juiz me fala isso.

A Seção de Precatórios foi, para mim, uma lição de vida muito grande, por ver a necessidade das pessoas e os governantes não cumprirem suas obrigações. Era muito difícil dar conta de tudo, então chegam os advogados, não todos, mas sempre tinha um mais alterado, capaz de chamar a gente de inútil, “você são inúteis, não fazem nada”. É aquela coisa, de achar que servidor público é fantasma, acabou se criando esse mito de que funcionário público não trabalha, o que não é verdade. Servidor público trabalha muito, se não fosse o servidor público não sei como as coisas andariam neste país. É um discurso que se vê, nasci ouvindo isso e vou morrer ouvindo isso. No Precatório chegou a ter 20 pessoas, era bastante gente, depois com o tempo foi diminuindo, mas sempre tinha 12, 13, 14 servidores. Quando entrei tinha um computador e o resto era máquina de escrever, aquelas eletrônicas. Acho que devo ter ficado de 1994 a 2015. Apesar da pressão, era uma turma boa, a gente saía para jantar fora quando terminava o prazo, a gente ia jantar em algum lugar, dar umas risadas, tomar um chope para dar uma relaxada. Acabou o prazo, tinha pizza!

Na Coordenadoria de saúde, fiquei cinco anos. Fui no setor médico pedir uma licença, cinco ou seis dias, para cuidar da minha mãe, que estava doente, e o médico perguntou se eu não queria trabalhar com ele. Me pegou de surpresa, porque eu jamais tinha imaginado um dia trabalhar na Coordenadoria de Saúde. O doutor disse que eu era a pessoa perfeita pra trabalhar ali. Era muito complicado trabalhar no atendimento aos colegas, mas eu conseguia, tinha que ter jogo de cintura, ser firme, porque se tu amolece eles chegam em cima, fazem pressão. Casos de urgência, a pessoa passar mal no meio do expediente. Mesmo se a pessoa tinha que ir para o hospital, queriam primeiro passar no médico para depois ser encaminhada. Então, dizer não para os colegas era bem complicado. Teve muitas histórias, de pessoas invadirem, entrar na sala e virar a mesa do médico, jogar tudo no chão, aquela barulheira, ter que chamar a segurança. Parece um lugar tranquilo, mas às vezes não tinha nada de tranquilo.

Pessoas de fora passarem mal no meio de uma audiência era normal, muitos casos assim. Uma vez, um servidor de um banco teve um piripaque no meio do expediente e caiu duro, entrou uma pessoa com o coração pela boca, “chama o médico”, não é chama um médico, tem que chamar uma ambulância, o médico não vai fazer ressuscitar, até pode fazer uma massagem e coisa e tal, mas chama a ambulância primeiro. Então, foram coisas bem marcantes que eu passei.

Sou muito agradecida pelo Tribunal, mudou minha vida. Não só minha como a da minha mãe, a da minha família que eu consigo ajudar

quando precisa, mudou muito. Tenho o meu cantinho, consigo viajar, passear, de comprar o que eu quero, de ter as coisas que eu tenho, de poder ir onde eu quero, só felicidade. Na minha família tem várias pessoas na área da saúde, é claro que, dependendo onde tu estás, te dá uma boa condição de vida, mas eu acho que eu não teria o que eu tenho aqui no Tribunal. Sou eternamente grata de poder ir para o lugar que quero, de viajar, de comer o que eu quero, o que eu gosto. Poder chegar no supermercado e olhar, vou comprar isto aqui, me deu vontade de comer, comprar, isto aqui, eu vou e compro.

Isso o Tribunal me deu condições de fazer: se eu tiver vontade de tomar um espumante que custe cem reais, se é esse, se eu boto o olho. Eu não boto dinheiro fora, mas pra comer... Não esbanjo comida, não compro a melhor comida, mas eu como bem. Uma das coisas que eu faço é comer bem. As pessoas me criticam que eu não compro carne de segunda. Duas coisas que eu não consigo tirar são carne e pão. Como pão integral, mas como. São coisas assim que o Tribunal me proporciona. E, se não fosse a pandemia, eu estaria no aeroporto agora indo para Portugal. Eu ainda não tinha fechado o pacote, mas estava vendo com uma colega, que já viajou para vários lugares, ela e o marido, e eu ia junto com eles. A gente ia fazer Portugal, Espanha e Paris, mas a pandemia barrou. A gente vai numa hora dessas.

Minha vida mudou muito, muito mesmo. Tenho meu apartamento, que era da cooperativa, quitado no meu nome. Talvez, se não estivesse no Tribunal, não teria o apartamento, talvez estivesse morando na grande Porto Alegre. Talvez não tivesse carro, talvez tivesse um carro inferior. Mas ter o carro que eu tenho hoje, ter as coisas que eu tenho dentro do meu apartamento, foi o Tribunal que me proporcionou. A cooperativa habitacional foi criada por um grupo de colegas, em princípio foi do TRT, depois do TRF, todos os órgãos federais aqui do Rio Grande do Sul, muita gente ajudou. A unidade onde eu moro foi a primeira, demorou uns cinco anos para sair do papel. Foi bem difícil, pela burocracia. Primeiro, compramos o terreno, abrimos uma conta na Caixa, que financiou a obra. Quem tinha dinheiro pagou à vista, pagou em menos prazo. Eu fui pagando pingado, mas no meio do caminho quitei o meu e saiu muito barato. Uma obra que ficou boa, os apartamentos bem feitos, bem divididos, com pé direito alto. Hoje, eu entro nos apartamentos, nos mais novos, condomínios mais simples, parece que eu me sinto abafada de tão pequeno que é. Fizeram esta unidade, depois fizeram outra no Guarujá, que são casas, ficou muito legal, atrás do Guaíba. Tem uma no Cristal.

Eu me aposentei em 2019, no dia 5 de maio. Já estava na hora. Comecei a trabalhar muito cedo, chega uma hora em que cansa, já não tinha mais vontade de ir para o trabalho, fui amadurecendo a ideia, uns dois anos pensando, não foi de um dia para o outro. Acho que está na hora de parar, aproveitar enquanto tem saúde, de repente fazer alguma coisa, mas não fiz nada diferente até agora. É claro que a pandemia deu uma

travada, mas eu quero fazer um curso. Eu gosto de estética. Mas nada pensando em ganhar muito dinheiro, só para me ocupar mesmo. Trabalhar com eventos. É uma coisa que eu gosto.

Um dia vou fazer uma experiência e ficar um ano fora para ver como é. Mas sou meio apegada às minhas irmãs, a gente briga, mas se ama. Como eu não tenho filhos, é mais fácil pra eu ir a casa delas, vou nos domingos. Mas sou meio enraizada em Porto Alegre, parece até que eu nasci aqui. Uma hora vou fazer essa experiência de ir para outro lugar, um lugar pequeno, fechar o apartamento, pedir para alguém olhar de vez em quando. Para ter uma nova experiência, fazer novas amizades, experiências de vida. A gente se acostuma com o conforto, mas uma hora vou fazer a experiência de ficar fora um tempinho.

Acho que o Tribunal trabalha bem com essa coisa do racismo, pelo menos é a sensação que me passa. Mas poderia ser melhor, bem melhor. Eu sinto uma coisinha, repúdio mesmo, por não colocarem pessoas em setores de chefia, de coordenação, de não colocarem negros nesses setores, acho que isso ainda falta bastante. É uma coisa que nem sei em quantos milhões de anos estará um pouquinho melhor, ainda vai demorar muito. Porque é uma coisa muito impregnada o racismo, de achar que os negro só servem pra fazer trabalhos indignos. Que o negro tem que sempre de ficar meio escondido, atrás, não estar na posição de gestor. Nisso eu acho que o Tribunal ainda está muito atrasado. Principalmente no Rio Grande do Sul, que é muito conservador.

Mas eu, particularmente, nunca tive problemas muito grandes de racismo. No Tribunal nunca tive, na rua já senti, coisas de leve, mas senti. É muito impregnado nas pessoas o negócio do racismo, colocaram na cabeça das pessoas que negro é negro e que não pode ascender. O negro é um ser humano como qualquer outra pessoa, o negro pode ser um advogado, um médico, o presidente da República, qualquer pessoa. Não é a cor da pele que muda.

Não concluí a faculdade na época. Não tinha todas essas condições que tem hoje: bolsas, cotas, uma faculdade em cada esquina, que é possível fazer a distância. Na minha época eu tinha que ir lá a Canoas. Comecei fazendo Direito, na UniRitter. Mas o dinheiro era muito curto na época, não tinha como sustentar tudo. Aí eu tive que trancar, vieram outros problemas pessoais e não tinha mais como ir. Preguiça e desleixo, falta de incentivo, então não concluí. Hoje eu me arrependo, claro. Cada um tem a sua história, a gente faz outras coisas.

Também participei da oficina de canto do Tribunal. Fizemos apresentações no final do ano, no recesso, acho que foram duas ou três apresentações. A gente ensaiava todas às quintas-feiras, a gente se reunia, dava risada, cantar para mim sempre foi uma coisa que eu nunca pensei na vida, mas foi uma experiência muito bacana. Depois, mudaram o horário do ensaio, para de manhã, mas eu acho que a gente faz qualquer coisa de manhã.

Menos cantar. Para mim não serve. Primeiro que eu sou meio preguiçosa de acordar cedo. Aí come, toma café da manhã, como é que vai cantar?

A minha maior referência foi a minha mãe, com certeza. Porque o seguinte: ela criou 12 filhos! Tu imagina uma pessoa criar 12 filhos? Naquela época. Até hoje é difícil, mas naquela época era tudo muito pior, a gente não tinha nem o que comprar. A minha mãe é a minha maior incentivadora. Sempre dizia que nós, os filhos, tínhamos que ir para o lado do bem, ter a nossa vida, mas sempre pensando no bem. “Não peguem o que não é de vocês, não é teu, não pega”, ela dizia. E que não éramos obrigados a fazer o que nossos amigos faziam. “Faz teu próprio caminho”, completava. Ter filhas mulheres, naquela época, também era muito difícil. Então, tinha o cuidado de estar sempre perto, de ninguém sair, tinha os vizinhos que moravam perto a gente louca para sair, a gente não ia, só se a mãe deixasse.

Estava sempre de olho, se ela saísse a gente não saía do pátio de casa. Ela soube nos criar muito bem. Eu tive cinco irmãos homens e eles nunca foram de se meter em problemas, de tentar abusar de alguém, isso não tem na minha família. Eu sou da época em que meu pai se sentava à mesa com nós todos em volta, para almoçar, tanto que até hoje uma das coisas sagradas para mim é o horário de almoço. Nem gosto nem de conversar muito, até quando ia no Tribunal não gostava de conversar com colegas nessa hora, era hora de comer, não de ficar discutindo assunto de trabalho.

Quando chegava alguma visita na casa dos meus pais, as pessoas ficavam admiradas, lembro de comentarem com a minha mãe como ela conseguia ter filhos, ser organizada, até com as roupas, cada um tinha suas roupas, era pouco, mas cada um tinha o seu chinelo, sua roupa, sua cama. A gente tinha regras. Eu sou uma pessoa regrada. Como éramos muitos irmãos, a gente tinha que ter regras se não virava uma zona. Chegar do colégio, tirar o uniforme, colocar o caderno no seu lugarzinho, que cada um tinha para colocar suas coisas. Então, para mim, a maior referência é a minha mãe.

Eu já usei todos os tipos de cabelo possíveis: curto, crespo, liso, me criei usando tranças. Mas estraguei o meu cabelo, se pudesse nunca tinha feito alisamento no cabelo porque ele não encrespa mais. Até vir para o TRT eu usei cabelo natural. Quando apareceu a progressiva, meu cabelo nunca mais encrespou, modificou o fio mesmo que eu corte. A minha mãe tem cabelo de negra, o meu pai também, são pretos com cabelos cacheados, soltos. Eu sempre me senti negra, nunca tive esse problema de pensar em não ser negra. Minha família é, meus pais são. Tenho amigos brancos, já namorei brancos. Me dizem: “ah, morena!” Mas que morena, eu sou preta, sou negra, não existe moreno! Moreno é branco que tem cabelo escuro, eu sou negra, olha a cor da minha pele. Nunca fomos criados com essa ideia de não sermos negros.

Falei da cor na minha certidão de nascimento, não é? Pois é, ainda vou mudar isso, diz “misto”, que coisa mais ridícula, não existe isso. Eu

acho que, aqui no Tribunal, as pessoas me achavam arrogante, nariz empinado, mas é o meu jeito, não sou pedante. Sei que tem gente que não simpatiza, não vai com a minha cara, assim como eu também tenho antipatias, é aquela coisa dos santos que não se cruzam. Mas não é por ser preto, ser branco, eu tenho o meu jeito, é assim. De fisionomia eu pareço com a mãe do meu pai, e de espírito com a minha vó materna, jeito autoritário, apesar de não ser, é só o meu jeito que é assim. Então, as pessoas acham que sou arrogante, que não quero ser negra. Jamais, nunca. Não fui criada assim, jamais pensando em não ser negra. Eu tenho um amigo que diz assim: “ah, mas eu sou meio moreno”. E eu respondo que não, se o pai e a mãe são brancos, ele é branco também, não é negro.

Acho muito bom o Comitê, porque essas pessoas negras são muito discriminadas, em todos os setores. Se não houver uma união, não vai. Essas pessoas têm que ter liberdade, como qualquer cidadão tem. Seja LGBT, seja o que for, é a escolha de cada um, então eu acho que é muito interessante ter esse tipo de trabalho. Quando me ligaram perguntando se eu queria participar [deste Projeto], eu disse imediatamente que sim, que eu queria. Como que eu não vou! Tive uma vida inteira dentro do Tribunal, então as pessoas têm que saber um pouquinho da minha vida dentro de todo esse contexto, de ser negra, de participar, para as pessoas ficarem sabendo um pouquinho de mim.

NASCIMENTO: 18/05/1958
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 28/05/1985
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: SERVIDOR APOSENTADO



LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS PINTO

Meu nome é Luiz Antônio dos Santos Pinto, tenho 62 anos, sou negro, grisalho e tenho as feições de um senhor de 62 anos.

Meu pai veio de Uruguaiana e minha mãe de São Gabriel. Constituíram família aqui em Porto Alegre, casaram e tiveram cinco filhos – eu sou o segundo. Nasci na Beneficência Portuguesa e meus pais, desde então, já moravam no IAPI. Eu estudei em colégios públicos, no Grupo Escolar inicialmente, tive uma infância muito boa, muito sadia, estudei no colégio Dom João Becker também, onde fiz o ginásio. Mais tarde servi no exército, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), onde depois fiz um estágio de instrução ao mesmo tempo em que consegui meu primeiro emprego. Prestei concurso pro TRT em 1983 e fui chamado em 1985.

Apesar de ser em geral boa, a infância teve momentos difíceis também pelo fato de eu ser um menino negro. Às vezes brigava, já que sempre tinha alguma ofensa – coisa de garoto, mas situações que desde muito cedo comecei a vivenciar, normais pra mim na época. Como era um bom estudante, minha mãe e meu pai permitiram que eu cursasse o ginásio durante o dia. Porque muitos colegas, quando chegavam aos 15 anos, já procuravam o mercado de trabalho. E eu, como tinha boas notas, fiquei só estudando. Fiz um curso de auxiliar de laboratório e análises químicas, que era concomitante com o ginásio.

Meu pai era enfermeiro do INSS. Minha mãe parou de trabalhar quando meu irmão mais velho nasceu. Naquele tempo não havia essa disponibilidade de creches, então ela parou de trabalhar pra cuidar do meu irmão e depois não retornou mais ao mercado de trabalho. Mas ela trabalhava em uma camisaria na época. Quem fazia o sustento era o pai. Morávamos os pais, os cinco irmãos, e minha avó e minha bisavó, todos juntos.

Sempre gostei de estudar. Não era o melhor aluno, mas eu gostava de tirar notas boas. No primário eu sempre estava entre os três primeiros da classe. Nunca foi reprovado de ano, tanto que quando me formei no ginásio eu já tinha me alistado. E na época, no CPOR, só entrava quem tinha terminado ensino médio ou já tinha entrado na faculdade. Nós vivemos uma vida tranquila, não tínhamos grandes mordomias, mas dentro do possível era uma vida bem boa, não nos faltava nada. Uma vida tranquila e boa.

Os meus pais são os dois negros, e estão vivos ainda, os dois moram no IAPI ainda. O seu Euclides Martins Pinto está com 93 anos e minha mãe, Dona Berilda Theresinha, está com 90 anos.

Eu me considero – já me considerava na época da escola – muito responsável, mas muito questionador também. Às vezes, como diziam os mais antigos, eu não fazia tudo que mandavam, ficava meio rebelde. Mas, em relação a meus dois irmãos, ainda me considerava o mais calmo. Considero o Exército uma experiência muito válida, mesmo que tenha coisas boas e outras não tão boas. Quando servi em Santiago, depois do estágio, tive que me afastar da família: morava sozinho, morava dentro do quartel. Durante a semana passava tranquilo, mas no fim de semana, quando o quartel ficava vazio, era bem difícil. Tinha três colegas que moravam também, então a gente procurava se unir. Foi um ano bem difícil.

Fiz vestibular várias vezes. Eu passei na UFRGS na terceira tentativa. Quando voltei de Santiago, depois de dar baixa do Exército, resolvi fazer um curso pré-vestibular. Fiz um ano, eu tinha tempo, estudava, tinha as aulas de reforço, só aí consegui passar. Eu fiz para administração de empresas e depois, quando passei no concurso do TRT, transferei para administração pública, que foi onde me formei.

Eu já me sentia meio penetrado no CPOR porque na minha sala eram eu e mais dois negros. Pra servir lá tinha que ter ensino médio completo ou estar na faculdade. E, infelizmente, a grande maioria dos negros na escola – por uma série de fatores – fica bem a desejar. E quando eu cheguei na UFRGS foi ainda pior: era eu e mais outros poucos negros na universidade toda. Na infância, eu brigava com os guris que me chamavam de negrinho isso, negrinho aquilo. Então, já fui entendendo essas coisas naturalmente. Porque não tinha isso de dialogar e conversar sobre racismo. Eu fui entendendo isso mais e mais ao longo da minha caminhada, ao longo dos anos.

Eu fiz concurso em 1983 e não fui muito bem. Mas me chamaram dois anos depois, eu nem esperava mais. Na época eu fiz concurso pra atendente judiciário, não era como hoje, tinha atendente judiciário, auxiliar judiciário e técnico judiciário, que era do nível superior na época. O meu pai ser servidor público e a minha irmã mais velha já era do antigo banco Sul Brasileiro, além do meu irmão mais velho, que era funcionário dos Correios. Eu pensei em tentar. Porque o salário em si, na época, não era tão animador, eu até ganhava mais na iniciativa privada quando fui

trabalhar no tribunal. Era mais pela estabilidade mesmo.

Eu lembro que fiquei na média, mas nada demais. Na época não havia as cotas, então tinham muitos colegas da nossa raça. Proporcionalmente, quero dizer. Eu recebi a carta, me dirigi para a secretaria de Recursos Humanos e lá me explicaram tudo: havia três cidades da grande Porto Alegre e eu optei por Novo Hamburgo, mesmo sem conhecer as condições. E foi muito gratificante, eu tive muita sorte também, fui muito bem recebido. No primeiro dia conversei com o chefe da secretaria, uma pessoa muito esclarecida, muito inteligente, me apresentou para o pessoal, me deu as coordenadas do que eu iria fazer. Na época estavam entrando muitos servidores, atendentes, auxiliares e técnicos de judiciários.

No começo foi um pouco difícil, porque basicamente eu tratava com os jurisdicionados e com os que os representavam, os advogados, e a maioria ia quase diariamente na Vara – o balcão vivia cheio. E o balcão era um atendimento que não tinha horário, funcionava desde que abria a Vara até fechar. Mas eu, como estudava, tinha horário determinado.

Lá em Novo Hamburgo tinha um juiz classista que era bem alemão e que conversava só em alemão com uma outra juíza na minha frente e de um outro colega negro, quando estávamos na copa. A gente não entendia nada, é claro, não entendia a língua, e ficava pensando se não estavam falando da gente. Era um constrangimento. Nunca questionamos ninguém a respeito, mas era uma coisa bem constrangedora mesmo.

Quando eu fui pra lá só tinha um colega negro, o César. Depois entrou mais uma colega também, mas ela ficou na autuação, nos registros e no protocolo. Esse tema do racismo, pelo que eu me lembre, foi muito pouco tratado nesses 33 anos que eu passei no tribunal. Mas não só esse tema. Porque o Comitê Gestor de Gênero, Raça e Diversidade, se não me engano, é de 2017 para cá. Então, essa iniciativa de algumas pessoas que fizeram andar esse comitê, funcionar o comitê, é uma coisa bem recente. Em outras épocas até faziam algumas coisas assim, uma cartilha sobre determinado tema, algo assim, mas esse comitê está dando uma atenção bem mais especial, como a situação merece. Eu vejo que agora está havendo uma atenção adequada pra esses assuntos, não só de raça como de gênero e diversidade também.

Em Novo Hamburgo tinha bastante serviço também, e como atendente a gente atendia o balcão, direto no balcão, guardando ficha, e foi um trabalho muito gratificante e bem animador pra gente que estava iniciando. Aí foi escolhido um colega pra me passar o serviço, e até hoje somos grandes amigos.

Outra coisa interessante, pra ver como a Justiça tem coisas hoje bem tranquilas em relação à minha época, eu não sei se em questão de orçamento, mas eu trabalhei um ano sem ter um lugar específico pra mim, a não ser o balcão. Então, por exemplo, se eu tinha que fazer uma guia de depósito de recursos, eu tinha que usar a mesa dos colegas pra po-

der dar a guia para o advogado no balcão, que era meio urgente. Eram as máquinas de datilografia bem antigas, as mesas também, depois foi tudo padronizado, as mesas, os armários. Então, nem sempre a Justiça do Trabalho teve as condições que tem hoje. Eu ainda peguei a Justiça do Trabalho sem a secretaria de tecnologia da informação, que aliás foi uma colega que me iniciou. Que hoje é um facilitador pra todos que trabalham na Justiça. E eu tive essa satisfação de ver todo o crescimento da parte tecnológica do Tribunal. Quando eu saí de Novo Hamburgo eu já estava fazendo prazo, que era certificar os prazos dos processos, daí já tinha uma mesa e tudo, quando eu resolvi sair e ir trabalhar na sede.

Em abril de 1988 fui pra Secretaria de Orçamentos e Finanças (SOF). Fui mais por uma indicação do meu chefe de secretaria. Porque tinha um pessoal que ele se relacionava bem lá, a gente fez um time de futebol em Novo Hamburgo, inclusive nosso goleiro é o hoje ministro, ele foi meu colega quando era auxiliar de judiciário nessa Junta de Conciliação e Julgamento. E o pessoal de Porto Alegre ia jogar bola com a gente às vezes, fazia uma confraternização no fim de semana, e eu conheci também o diretor, na época, depois, conversando, surgiu uma vaga e me liberaram pra trabalhar lá.

Como morava em Porto Alegre, era uma barra ir e voltar todos os dias. Inclusive como o nosso salário não era tão recompensador, o nosso chefe sempre pedia um auxílio pra esses juízes classistas pra subsidiar a passagem pra gente, e eles ajudavam... A gente ganhava muita carona também dos juízes, da presidente da vara, os presidentes que também eram de POA davam carona pra gente conforme o horário que a gente saía. Às vezes a gente esperava terminarem as audiências pra pegar uma carona, mas às vezes não, quando tinha prova, essas coisas - porque a maioria também estudava em Porto Alegre também. Mas mesmo assim foi um tempo muito gratificante pra gente.

A recepção lá foi muito boa na SOF, o pessoal bem amigo da gente. Foram designados colegas para nos passarem o serviço - que era um serviço muito diferente. As fichas mudaram de cor e de tamanho. Lá as fichas eram brancas e rosas (do reclamante e reclamado) e na secretaria era a ficha individual de cada servidor, com os meses de vencimento onde eram lançados os valores, que depois eram lançados por um boletim. Porque naquela época o pagamento não era lançado pelo TRT, a folha de pagamento era feita pelo Serpro. Então era um boletim, se não houvesse alteração no valor, seguia aquele mesmo sempre. Se alterasse tinha que pedir pro Serpro fazer um novo. E era uma época de muita inflação, então era difícil.

Eu fiquei sete anos nessa secretaria, eu saí de lá em 1995. Foi um período difícil mas de bom aprendizado, principalmente quando houve alterações na direção e buscamos novas ideias com os novos diretores, e então começou a ser implantada a folha dentro do TRT. Acho que de 12 a 15 servidores. A secretaria tinha a parte de orçamento e a financeira.

Tinham os servidores que recebiam pela CLT e os estatutários - que é o que todos somos agora né. Como era a relação com os colegas? Era muito boa. Só tinha um colega que me chamava de “negrão” pra cá e pra lá, mas era uma pessoa bem mais velha que eu, que passava muitas dicas quando eu estava chegando, e é uma amizade que perdurou até hoje. A minha função era ajudar no pagamento. Era um serviço com prazo, então às vezes a gente ficava até mais tarde ou normalmente ia mais cedo, pra dar conta do serviço. Então, nós fizemos uma reivindicação, pro diretor geral e os representantes, e depois de muita luta a gente começou a ganhar um “auxiliar especializado”. Foram as primeiras gratificações que eu ganhei.

Depois da SOF fui para a Secretaria de Auditoria (1995), a convite da antiga chefe. Foi o lugar mais tranquilo, porque eu basicamente já conhecia todos os colegas. Era uma parte bem complexa porque no tribunal alguns ganhavam algumas gratificações, tinha quintos, incorporação de gratificações - era tudo previsto em lei mas tinha que ver se tinha sido implementado em tempo certo, tinha que fazer toda uma conferência pra ver se estava legalizado e encaminhar pro TCU. Lá eu fiquei até me aposentar, nesses quase 33 anos de serviço eu trabalhei em três lugares basicamente. Essa secretaria mudou de nome e passou a ser a Secretaria de Controle Interno (SECONT), e de lá a diretora se aposentou em junho, daí eu fiquei no lugar dela, mas infelizmente eu tive uma doença e precisei me aposentar.

Eu vejo que melhorou bastante a nossa representação com as cotas, mas ainda percebo que somos uma parcela muito pequena ainda, nos cargos mais importantes - e, principalmente, na magistratura. Se não me engano, quando entrei quem presidia o Tribunal era uma mulher - acho que a primeira mulher da história e, quando me aposentei, já havia várias desembargadoras. Depois, várias outras mulheres presidiram o Tribunal nesse percurso de tempo. Isso foi uma evolução, de gênero. Agora, pode também evoluir em termos de raça - eu, como sou uma pessoa otimista, acredito nisso.

Mas para tudo isso acontecer tem que melhorar lá na base, nas políticas públicas de proteção aos mais pobres. Não só dos pobres negros, mas dos pobres índios, dos pobres brancos também, porque a nossa divisão de renda é um absurdo, temos muita disparidade ainda. A base tem que ser melhor assistida, não só com assistencialismo, tem que haver progresso e uma política melhor pra distribuir - porque dinheiro tem em Brasília, mas é muito mal distribuído. E isso não são palavras minhas, isso eu escutei de um auditor do Tribunal de Contas da União.

Não falei na minha trajetória, fui secretário do movimento negro durante um bom tempo no partido ao qual eu sou filiado. O partido tem uma proposta de escola em tempo integral, uma estratégia que eu sempre apoiei. Infelizmente, enquanto não investirmos na educação, e não só dos negros, mas para todos, dificilmente vamos avançar. Porque a história dos negros não existe nos bancos escolares, não existiu na minha época e hoje existe muito pouco.

Ninguém sabe, por exemplo, quem é João Cândido. Ninguém sabe sobre a Revolta da Chibata. Então, esses tipos de coisas que deveriam ser mais valorizadas, outros negros de nome poderiam ser mais valorizados e ensinados nas escolas, essa mensagem eu gostaria de deixar aqui. Porque, durante esses 10 anos em que participei na Secretaria do Movimento Negro, conseguimos eleger um ou outro candidato negro. Penso que deveríamos ter uma lei para pelo menos viabilizar um número maior de candidatos negros, tem que haver uma mudança na legislação, assim como com as cotas em outras instâncias – que eu sempre fui a favor.

Em função do cargo que ocupei durante alguns meses, de diretor de secretaria, eu precisava andar de terno. Então, quando eu atravessava a rua para ir ao shopping ali em frente, não foi uma nem duas vezes que me paravam para pedir informação achando que eu era segurança do local. Mas a gente explica e segue a vida. Eu menciono esses episódios para mostrar que ainda existe muito isso de associar o negro – por estar de terno – à função de motorista ou de segurança. Essas coisas precisam mudar. Tem que mudar, mas como? Com a inserção do negro em melhores postos. E que seja natural, para todos, uma pessoa negra e bem vestida frequentar ambientes sem ser vista de outra maneira.

Eu diria que a primeira iniciativa é aqueles que têm influência, que tem o poder decisório, não olharem só para o seu umbigo, só pra si, e procurem enxergar o próximo. Já seria um grande passo para as condições melhorarem, para que aqueles que têm a condição de decidirem alguma coisa não fizerem isso só em função de si, mas procurando ajudar o próximo.

Eu não alimentei pretensões políticas porque não tenho as ferramentas próprias para isso. Fazer discurso, falar em público, essa sempre foi uma dificuldade minha. Se a pessoa tem condições, tem tempo, consegue fazer um sacrifício e se dedicar à política, eu acho que a pessoa negra deve se dedicar. Porque se não sempre seremos minoria. Pelo menos pela visibilidade. Então, mais candidatos, mais gente preparada, que tem conhecimento ou que vai aprendendo. Porque na política é difícil, é uma seara em que muitos já têm preconceito em relação à possível “politicagem”. Mas eu acho que se os bons não participarem...

Eu posso dizer que o Tribunal foi um alicerce pra mim. Eu tenho certeza que eu dei a minha contribuição, eu não fui o melhor, mas eu dei o melhor de mim. E o Tribunal ajudou na constituição da minha família, na criação dos meus oito filhos, me ajudou muito. Eu sinto que eu sou um exemplo, não só para os meus filhos, mas pra outros. E eu não enriqueci, mas eu tenho uma vida tranquila e boa, procuro dar exemplo sempre para os meus filhos e para a minha netinha – que é a coisa mais querida do mundo.

A aposentadoria não foi uma consequência direta da licença médica, mas foi em função da minha doença. Na verdade, foi um somatório de coisas. Porque bem na época estava começando essa alteração nas regras

das aposentadorias [2017]. Mas tinham outras coisas em jogo: o que falou mais alto foram as minhas condições de saúde, eu estava nas minhas piores condições. Porque eu fiquei doente um dia antes de começar o recesso, fui ao serviço médico, disseram para voltar no dia seguinte, e acabei que fui para a CTI do Mãe de Deus logo depois, me internaram e não me intubaram por pouco. Até hemodiálise eu fiz nesse tempo.

O médico não conseguiu descobrir o vírus que me atacou. Fiquei isolado, fiz vários exames e não conseguimos descobrir. Fiquei de 19 de dezembro até 4 de janeiro internado. Eu saí e em seguida começou a volta do recesso. Já tinha trocado a administração e eu tinha uma colega que seria minha substituta, que conhecia bem o serviço. Ainda tinha a questão da mudança das regras da aposentadoria, a gente não sabia se ia mudar, eu tinha uma licença prêmio para receber que não sabia se iam cortar ou não, daí eu decidi pedir.

Eu moro na Zona Norte de Porto Alegre e, dessa forma, o Tribunal começou a ficar muito longe para mim, mesmo indo de carro, estacionando ali perto. Decidi me aposentar e deixar a tarefa para os novos, tem tanta gente boa competente entrando aí. E no fim a colega que me substituiu hoje é diretora do Controle Interno, ela não ficou quando eu saí mas agora ela tá lá, uma pessoa muito competente que eu tenho certeza que vai continuar tocando o barco.

Particpei muito do Carnaval quando fundaram uma escola de samba, da União da Vila do IAPI, lá pelos anos 1980, quando eu era bem novo. Eu participava, me lembro que a primeira fantasia foi uma camiseta sem mangas com umas lantejoulas bordadas, a ala que a gente fundou – a Ala do Bolinha – até hoje participa em um evento que tem todo o dia 31 de dezembro lá no bairro, em que a maioria dos participantes se veste de mulher e sai antes da passagem do ano, no último dia.

Frequentei e desfilei com a escola alguns anos e tenho grandes amizades, foi uma participação muito boa. Mas fora isso eu só bato palma mesmo, pros meus colegas. Dentro do TRT, inclusive, tem vários artistas negros que são meus amigos, o Erilson Rodrigues, o Jorge Cidade, que já está aposentado, que toca saxofone, toca reggae muito bem. O Leonardo, que é assistente chefe no prédio das varas, um grande amigo. Então, eu sempre particpei – agora não mais, mas quando tinha eventos no Tribunal eu sempre particpei.

Este ano fui ver o Carnaval no Rio [fevereiro de 2020, antes da pandemia], que eu nunca tinha visto, me dei essa oportunidade de assistir. Na minha juventude, lá no IAPI, a gente era obrigado a ir às missas. A mãe era muito católica. Sou, portanto, uma pessoa que poderia se identificar perfeitamente com a religião católica. Mas eu tenho filhas que seguem outras religiões – uma delas em religião de matriz africana, outra pentecostal. Eu respeito todos, sou democrático nesse campo. Às vezes eu

participo, às vezes não, mas eu faço às minhas orações, principalmente pedindo muita saúde para todos.

O Comitê de Equidade é uma grande iniciativa, uma coisa que pode trazer grandes perspectivas para todos porque vai ajudar sempre no ambiente de trabalho. Eu acho que esse Comitê veio para ficar e deve ser incentivado por todos, principalmente pelos magistrados, pelo presidente da instituição. E eu fico bem contente de fazer parte do projeto e ter dado a minha singela contribuição.

Quero deixar um agradecimento a todos aqueles colegas que eu tive o prazer de trabalhar na mesma sala, no mesmo corredor, ou de encontrar esporadicamente dentro do Tribunal. Foram longos anos, mas gratificantes para mim. Sempre aprendi com todos, sempre procurei passar a minha visão sincera, minha visão de mundo para aqueles que acompanham, para o pessoal da minha família, sempre deixar um exemplo. Assim como eu tentei ser um exemplo nesses 32 anos de tribunal.

NASCIMENTO: 15/03/1959
LOCAL: SÃO LUIZ GONZAGA/RS
INGRESSO: 19/07/1993
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA, ESPECIALIDADE
PORTARIA
LOTAÇÃO: SERVIDOR APOSENTADO



MARCO ANTÔNIO CORREA OLIVEIRA

Minha infância foi em São Luiz Gonzaga, onde eu nasci de uma família humilde, pobre. Minha mãe era servidora do Fórum do Estado, da justiça estadual. Ela era, fazia serviços gerais. Meu pai era pedreiro. Trabalhava em obras e construções. Até tentou me levar para a profissão dele, mas minha mãe preferiu que eu estudasse. Tive um irmão por parte de pai, mais novo que eu, e outros quatro irmãos por parte de mãe, que eram mais velhos, já que ela já era viúva quando casou com meu pai. Então, por parte de pais éramos só dois, eu e meu irmão, já falecido, com 38 anos. Da família do meu pai eu sou o único sobrevivente.

Minha infância foi normal, de criança do interior, de brincadeiras da época, dos anos 1960, não existia internet, computador, não existia celular. Brincadeira de bola, de pé descalço na chuva, no barro, sempre sujo de barro e terra vermelha. Jogava bolinha de gude. No início eu era meio sozinho porque meus irmãos eram muito mais velhos do que eu. Foi uma infância com poucos amigos, alguns vizinhos, até que nasceu meu irmão, seis anos mais novo que eu. Era muito caseiro, brincava mais em casa.

Meu pai era negro e a minha mãe era um pouco mais clara, mais clara que eu inclusive. Meu pai tinha só o terceiro do primeiro grau e fazia planta de casas e prédios. Alguns engenheiros vinham pedir a opinião dele. Ele era muito bom em cálculo e matemática.

Depois veio a idade escolar. Sempre fui muito bem na escola, com boas notas, esforçado. Sempre gostei de estudar e minha mãe sempre me incentivava muito porque, apesar de ela ter tido uma origem humilde, antes de ela ser servidora do Estado ela lavava roupa, era lavadeira. Ela passou em um concurso para a Justiça, de lavadeira passou a servidora

do Estado. Passou pela porta da frente e sempre nos incentivou a estudar, principalmente eu e meu irmão.

A escola foi uma coisa nova, como é para todo mundo. Não tive pré-escola e, no início, a gente se mudou de onde morávamos e ficamos longe da região central, no subúrbio de São Luiz Gonzaga, mais longe da escola. Eu caminhava em torno de 30 minutos para chegar. Não havia ônibus, eu não tinha bicicleta, a gente não tinha carro. Minha irmã me levava no início, mas depois me acostumei a ir sozinho. Sempre estudei em escola pública, no ensino fundamental e também no médio.

Não tive contato com educação antes da escola. Uma parte do ensino médio foi em São Luiz Gonzaga, mas concluí em Porto Alegre. Eu tinha 19 anos quando vim para a capital, depois de servir ao Exército. O Exército foi tranquilo. Peguei um esquadrão de comando mais da parte administrativa. Não cheguei a ser combatente, mas fiz alguns exercícios de marcha armada. Fiz um curso para cabo, mas não segui adiante. Também não mostrei interesse em fazer carreira militar.

Eu já conhecia Porto Alegre porque minhas tias moravam na cidade. Eu tinha muita ligação com elas porque era o único sobrinho. Sempre fui tratado como filho. Como a gente sabia que em São Luiz Gonzaga não tinha muita oportunidade de emprego, e meus estudos estavam parados, achei melhor procurar uma delas para mudar de vida.

Antes disso, nas férias do colégio, sempre passava na casa delas em Porto Alegre. Meu primeiro emprego foi numa fábrica de massas e biscoitos. Massas Coroa, em Porto Alegre, no bairro Cristal. A gente morava na zona sul, perto da vila Cruzeiro. Trabalhava no setor de expedição, onde carregava e descarregava os caminhões de venda. Sempre entre dois ou três. Era divertido, estávamos sempre alegres e cantando. Fiquei uns três meses.

Os meus tios, três dos quatro irmãos da minha mãe, eram funcionários públicos: uma tia da prefeitura, a outra na Secretaria da Saúde e outro tio no Hospital de Pronto Socorro (HPS). Eles tinham vindo para Porto Alegre há muito tempo e trabalhavam no serviço público. Então, essa influência de concurso veio por parte da família da minha mãe, onde todos eram concursados, todos estudavam. Para mim era como outro trabalho qualquer, mas a gente notava que o padrão de vida deles era bem melhor que qualquer um de nós que estava em São Luiz. Eles chegaram a Porto Alegre antes, cada um tinha o seu apartamento, tinham crescido bastante economicamente. Aí se criou a minha vontade também de buscar algo melhor.

Entrei no TRT com quase 38 anos. Nos empregos anteriores eu não tinha muita continuação. Se alguma coisa me desgostava, na maioria das vezes eu que pedia demissão. Muitas vezes eu estava descontente pelo tipo de trabalho, pelo salário, esse tipo de coisa. Veio a minha primeira filha, depois veio a segunda, precisava ganhar mais ou ter um emprego que me rendesse um salário melhor.

É que eu não estava ligado no que significava a paternidade, não tinha maturidade suficiente pra entender o compromisso que eu estava assumindo. Na verdade não levei muito a sério ser pai aos 20 anos. É muito difícil com essa idade entender a responsabilidade de ter um filho. Terminei o Ensino Médio, incentivado pela esposa e tias, ali no Instituto de Educação.

Eu trabalhava no Centro, como vigilante, e dali eu saía e ia para a escola, à noite. Isso foi uns dois anos antes de eu entrar no Tribunal. Concluí o ensino médio, fiz vestibular na UFRGS, para Direito, mas não fui aprovado, a concorrência era muito grande. Fiz concurso para a CRT, fui aprovado, mas demoraram muito para me chamar. Na Corsan também demoraram a me chamar. E fiz no Hospital Conceição, onde fui convocado. Como me chamaram na mesma época também para o TRT, optei pelo Tribunal.

O concurso me chamou a atenção pelo número grande de vagas. O TRT estava se expandindo, estavam criando inúmeras oportunidades no interior. Tinha 600 vagas naquela seleção. Então disse que uma dessas vagas seria minha. Eu tinha essa coisa da minha mãe já trabalhar no Tribunal de Justiça. E meu irmão mais novo também estava estudando e se formando em Direito, isso bem antes de mim. Eu tinha um irmão mais velho, por parte de mãe, que trabalhava no Fórum como Oficial de Justiça. Então, tinha a família ligada na área jurídica. Acho que foi isso que me incentivou um pouco.

Meu cargo no TRT era agente de portaria, que não existe mais. Tinha agente de portaria e auxiliar judiciário. Naquela época o nível de exigência era até a quarta série do primário. Fiquei entre os que haviam gabaritado a prova. Tinha três vagas, mas a primeira colocada, pelo critério de desempate, não quis a vaga porque tinha passado em outro concurso. O segundo chamado fui eu, então garanti uma vaga. Nessa época, como eu tinha muito esse vaivém nos trabalhos, estava desempregado, mas trabalhando informalmente de auxiliar de pedreiro. Trabalhava no que aparecia. Eu já tinha feito a prova. Eu estava em frente a essa obra, às seis da tarde, e fui até um orelhão ligar para o Tribunal pra saber do resultado. Foi quando soube que tinha sido aprovado.

A posse foi tranquila. Eu cheguei à tarde com todos os documentos. Na hora de assinar a posse eu lembro que a colega dos Recursos Humanos falou: “a partir de hoje, tu tens uma nova vida”. Foi bem essa a frase. Ela sabia do meu histórico de família grande, com muitos filhos e tudo mais. E foi assim mesmo. Eu comecei a trabalhar na recepção de gabinetes dos magistrados, no segundo andar. Trabalhava eu e uma outra colega. Fazíamos um turno de seis horas, da uma da tarde às sete da noite. Fazia xerox, no quarto andar, buscava os processos. Buscávamos na distribuição para levar aos gabinetes, aos protocolos. Tinha os carrinhos de feira para carregar aqueles montanhas de processos.

Eu lembro que antes de eu entrar pro TRT eu já conhecia o prédio, ali na esquina da Ipiranga, porque ali na Marcílio, do outro lado do Tribunal,

tinha um depósito de bebidas, onde hoje é o estacionamento do Praia de Belas e uma vez, quando eu trabalhei fazendo distribuição de bebidas, nós fomos ali recolher vasilhames. No intervalo durante o período que a gente ficou ali, eu olhei para o prédio da frente que era o prédio do TRT, e achei interessante ele todo envidraçado com ar-condicionado, bacana todo legal. Me chamou atenção pela beleza, mas eu nunca imaginei que um dia fosse trabalhar ali, naquela época não tinha aquela pretensão.

Em cada andar dos gabinetes havia duas recepções: a da ala sul e a da ala norte. Tinha cinco gabinetes em cada ala. A gente se revezava por ali. Ingressei no concurso de 1993. Comecei na ala sul, passei para a ala norte. Às vezes faltava algum colega. Não sei quanto tempo fiquei ali, talvez uns dois ou três anos. Todo o estágio probatório foi ali. Depois fui trabalhar no protocolo do térreo. Era um trabalho muito pesado, muitos processos. Concentrava as varas do interior. Era a distribuição, protocolo, tudo junto.

Comecei a ter problemas de coluna por causa do excesso de peso. Ninguém gostava de trabalhar naquele setor. Na recepção era mais leve. No protocolo era muito processo. Eram uns quatro ou cinco nesse setor. Trabalhavam moças também, e elas trabalhavam no balcão. Depois da expedição trabalhei na 4ª turma. Gostei muito daquele trabalho. Eu tinha uma função de atender o público, os advogados. Tinha uma mesinha perto do balcão, onde fazia essa parte mais bruta, de manipulação dos processos, de buscar os processos lá embaixo, na distribuição. Buscar, levar, separar, classificar por vara. A gente recebia do protocolo e distribuía nos gabinetes das turmas.

Tive uma recepção muito boa quando iniciei no Tribunal, tanto dos colegas da recepção quanto dos colegas dos gabinetes. Juízes, com os assessores dos juízes, uma relação boa. A maioria dos que faziam as funções nas recepções era negro. Aliás, nessa, época, também havia o cargo de auxiliar de serviços, concursados. Também trabalhava com eles. Das três pessoas que passaram comigo, uma foi trabalhar no gabinete da presidência a outra ficou comigo, por pouco tempo. Dos que trabalhavam comigo a maioria era negro. A gente não conversava sobre isso. Não existia essa discussão.

Depois da 4ª turma eu fui trabalhar na recepção das sessões de julgamento. Quando se reuniam os magistrados, porque naquela época não se chamavam ainda de desembargadores. Nessa época eram só quatro turmas. Depois foram criadas a quinta, sexta, sétima, oitava e nona. No nono andar ficavam as sessões de julgamento, e no décimo a sala do pleno, do órgão especial e da sessão de dissídios também.

Eu pedi para trocar porque lá tinha função gratificada. Lembro de que eu fui ao diretor dos Recursos Humanos e perguntei se ele sabia de alguma vaga que tivesse função gratificada e ele me falou das sessões do pleno. Ali a gente ficava servindo água, servindo cafezinho, recolhendo os processos. Preparava toda sala, organizava as togas. Limpava a sala.

Chegávamos uma hora antes pra preparar a sala, a gravação. A sessão era gravada em fita cassete. Testávamos os microfones e distribuíamos os processos ao lado de cada juiz. Alcançávamos os processos aos advogados que iam fazer a sustentação oral. Depois que acabava a sessão era o mesmo ritual. Guardar os copos, xícaras. Guardar e lavar. Fazer uma limpeza geral da sala. Recolher o lixo. Era a gente que fazia. Não havia serviço terceirizado de limpeza. Só os ascensoristas eram terceirizados. Depois terceirizam o serviço de limpeza e por último terceirizaram o transporte de processos que a gente fazia.

Quase todos eram negros nessas funções, só lembro de duas pessoas brancas. A gente não comentava sobre isso. Não havia essa percepção. Por que aquela tarefa serviçal tinha de ser feita por pessoas negras? A gente ouvia alguns comentários, de alguns juízes. Não dos juízes togados, e sim dos juízes classistas dos empregadores. Eu lembro que uma vez um desses juízes fez uma alusão à escravidão. Que eles eram senhores brancos e nós, negros, estávamos ali pra servir a eles. E comentou, em tom de piada, que só faltava a gente estar ali com uma folha de bananeira pra ventilá-los, como os escravos faziam antigamente.

Mas era raro esse tipo de comentário. Na maioria das vezes a gente era bem tratado, até porque tínhamos uma ligação direta com os juízes, ajudávamos eles a vestirem a toga antes da reunião. Isso acontecia com alguns advogados, que também que colocavam a toga na hora da sustentação. E não me lembro de nenhum juiz negro. Tinha um juiz que era um pouco mais escuro, que era um pouco moreno, digamos assim.

Eu tive problemas de saúde, tive de me afastar por um ano. Entre várias internações, teve uma mais longa que durou quase um ano. Foi quando eu saí da sessão de julgamento. Fui trabalhar no outro prédio, no prédio das Varas. Perdi minha função gratificada, fui deslocado para a zeladoria, onde também fazíamos xerox. Na zeladoria fiquei bastante tempo. Comecei no ano 2000, ano em que perdi a minha mãe, e fiquei até 2005. Depois me transferi para Gravataí, quando assumi na 2ª Vara do Trabalho.

A essas alturas o meu casamento já tinha terminado também. Eu tive outro relacionamento e fui morar em Sapiranga até 2002, bem pertinho da Vara do Trabalho de lá. Até tentei uma transferência, mas o meu cargo, que já era de técnico judiciário, não era compatível com os cargos que havia em Sapiranga.

Depois pedi transferência para Gravataí porque já morava na cidade mas trabalhava em Porto Alegre. Isso em 2005. Aí já era possível, na minha função, trabalhar em Vara do Trabalho. Foi muito bom, uma experiência nova para mim. Porque há muito tempo eu queria trabalhar com os processos, porque mesmo nas turmas a gente não tinha acesso aos processos, era só físico, não exigia nada intelectual. E era o meu desejo trabalhar com um processo, examinar, entender as leis trabalhistas. Inte-

resse em adquirir mais conhecimento. Foi daí que pedi para trabalhar na Vara. Comecei a pensar em Direito a partir daí.

Eu entrei na faculdade em 2008, já trabalhava na Vara há três anos. Era um curso caro, então fazia cinco cadeiras, depois três, depois menos. Quando completei 50 anos, a faculdade ofereceu um desconto para fazer mais disciplinas e foi aí que aceleirei. Me formei em 2015, depois de sete anos de faculdade. Um dos objetivos era que se abrissem mais oportunidades dentro do Tribunal, ascensão na carreira. O que eu não consegui, acabei me aposentando no mesmo cargo de técnico judiciário.

Mesmo assim o curso foi muito bom, gratificante para mim. Aprender coisas novas, novos conhecimentos. Sou muito grato à faculdade, aos professores, aos colegas e a mim mesmo por querer aprender. Nunca é tarde para aprender, mas a gente sabe as limitações, os colegas mais jovens aprendiam mais rápido que eu. Mas abriu muito a minha mente a ver como funciona o mundo, a vida e as relações humanas. Depois passei na prova da Ordem, tenho a minha carteirinha, mas estou advogando muito pouco.

Eu observo bastante essa falta de oportunidades aos servidores negros. A gente vê muito poucos em cargos de chefia, em cargos de diretoria. Eu só conheci um, que hoje trabalha numa Vara do interior. Na época em que eu trabalhava no Tribunal, só tinha uma assessora negra também, de uma desembargadora, uma única só. A representatividade de negros existia, mas em cargos de menor influência, porque importantes todos são. Estávamos bem representados em cargos subalternos, enquanto nos cargos de relevância a representatividade era muito pequena.

Não entrei na faculdade pela política de cotas. Nem na faculdade, nem no Tribunal. E até me perguntavam, alguns advogados no balcão, se eu havia ingressado pelo sistema de cotas. Já fui confundido no balcão, e também nas Varas, com trabalhador terceirizado. Confundido por uma colega! Tive uma discussão com ela porque me disse que eu não estava respeitando a hierarquia. Mas eu era um servidor igual a ela. Isso ocorreu quando eu estava na zeladoria.

Eu entendi: pela minha cor da pele, talvez não achessem que eu tivesse condições de ser concursado, de ter passado num concurso tão concorrido. Achar que por se negro, não tem chance de passar num concurso a não ser pelo sistema de cotas.

Quando entrei no Tribunal tinha um colega negro que era chefe do setor de limpeza, quando não era terceirizado. Ele me deu boas vindas e falou que era bom ter um colega entrando pela porta da frente. Ele era mais antigo e na época que ele entrou não tinha concurso para todas as vagas, entrava por indicação, e ele comemorou isso comigo.

Fiquei em Gravataí de 2005 a 2019, foram 14 anos. Houve toda uma debandada de aposentadoria antes da reforma. Quem tinha tempo e idade aproveitou e se aposentou, eu também, se não ia ter que pegar o

período de transição e trabalhar um ou dois anos mais. Então, como eu também queria fazer a prova da Ordem, eu saí para tentar advogar. Estou advogando nas áreas trabalhista, previdenciária e cível.

Gostei mais de trabalhar nas turmas do Tribunal. Até por ser a “Casa Grande”, por estar ligada ao poder dos magistrados. Estar próxima ao poder, próxima daquilo que se almejou um dia. É até bom para autoestima, já que trabalhamos numa instituição muito importante, relevante, no poder Judiciário. Esse termo, a “Casa Grande”, a gente ouvia e usava muito no Tribunal, principalmente dos colegas negros em referência ao período da escravidão, a Senzala e a Casa Grande. O Tribunal era a Casa Grande; a Senzala eram as Varas. Havia essa conotação.

É muito importante que o Tribunal dê essa chance para que os servidores negros contem suas histórias, como exemplo para os próprios colegas que estão na ativa e também para os que virão. Serve com um alento, motivo de orgulho, como incentivo, acho muito válida essa iniciativa e esse projeto.

Porque a minha referência sempre foi mesmo foi a história da minha mãe, que de lavadeira se tornou funcionária pública, com esforço, com estudo, com méritos. Talvez ela seja minha principal referência familiar. E outra referência fora da família talvez seja o ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa.

Meu avô tinha um terreiro de umbanda em São Luiz Gonzaga e minha tia também foi mãe de santo aqui em Porto Alegre. Oxalá e Iemanjá são meus pais Orixás.

Eu acho que o Tribunal está tratando muito bem estas questões. Não sei se de um tempo para cá mudou a mentalidade, parece que houve uma abertura para as minorias. Não sei se pelas últimas presidentes serem mulheres, e serem mais sensíveis a essas questões. Mas eu vejo uma mudança muito boa nesse tipo de relação da administração com os servidores.

Também não sei se devo isso à atuação dos sindicatos ou aos coletivos dos servidores. Eu faço parte do coletivo do WhatsApp da Negritude do TRT. É bastante produtivo e proveitoso pra nós. Muito reconfortante em saber que há pessoas que pensam mais ou menos como nós e que têm respaldo da administração e liberdade de fazer essa discussão que estamos fazendo, neste projeto ou em tantos outros movimentos.

O TRT mudou muito a minha vida, pela estabilidade de emprego. Eu nunca tive grandes empregos, por muito tempo, e o Tribunal me deu estabilidade, um padrão de vida melhor. Por esse aspecto material, mudou bastante a minha vida. Consegui vários objetivos que eu tinha em mente, que almejava, poderia ter conseguido até mais, bem mais, talvez. O principal foi o diploma do curso superior. Tenho carro, fiz algumas viagens dentro do Brasil. Mas ainda não tenho casa própria.

A Justiça do Trabalho é uma instituição muito acolhedora. Eu mesmo tive essa experiência em uma Vara, pela qual, durante um ano, passaram por mim de 80 a 100 colegas num local onde trabalhavam 20 pessoas.

Até se dizia que era uma Vara de passagem. Até entendia porque era uma Vara do interior e o objetivo das pessoas ou era trabalhar em alguma Vara de Porto Alegre ou no Tribunal. Vale a pena trabalhar numa instituição que dá oportunidade e que valoriza esse tipo de trabalho, com direito e justiça. E sempre fazer justiça para as pessoas que mais necessitam, que é o nosso trabalho.

Nós lidamos com justiça social. E temos que ter bem em mente o que estamos fazendo, o papel que a gente desempenha dentro da instituição e o próprio papel da instituição, o que representa a Justiça do Trabalho. E que lutem para manter essa instituição histórica que muitas vezes passa por momentos tenebrosos, percalços e riscos de extinção e desvalorização e tudo mais. É muito importante que todo mundo tenha em mente isso: não passe pela Justiça do Trabalho apenas como um trampolim. Que não use como trampolim para outras carreiras ou que seja só uma Vara de passagem ou uma função de passagem da vida de qualquer um que seja que esteja ali.

NASCIMENTO: 19/03/1961
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 17/01/1990
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: SERVIDOR APOSENTADO



MARCO AURÉLIO ABENSERRAGE

Eu sou um homem negro. Gostaria de ser mais escuro ainda porque uma vez eu vi o Mestre Vovô, presidente do Ile Aiyê [bloco afro do Carnaval de Salvador, fundado em 1974], dizendo que tinta fraca não desfilava. Mas isso era antigamente, agora pode. Chamam de sarará, mas eu acho que eu sou negro sim, ou preto também, está muito na moda agora. Porque o negro é muito associado à conotação negativa, então estão tentando trocar a cor de negro para preto. Tenho cabelos encaracolados, de pé, não deu para fazer a trança que eu gosto. Cabelo típico da confusão, como eu digo: quando saio com os cabelos em pé, geralmente eu me incomodo na rua, os ônibus não param, os vendedores não atendem, meu cabelo dá confusão.

Eu gostaria de começar por 1492, o ano em que acabou o domínio mouro na Europa. Foi a expulsão da última tribo na cidade de Granada, do rei Abenserrage. A partir dali começou o renascimento da Europa, as Cruzadas. A minha história começa quando caiu o último rei, Mohammad Abenserrage, e passa por 1894, quando nasceu minha avó por parte de mãe, meu pai é de 1930, minha mãe de 1932, e eu sou de 1961. Cresci no Partenon, desde cedo sem televisão, éramos pobres, me lembro que com seis anos vieram retirar a televisão e nós ficamos todos abraçados no portão, chorando e vendo levarem a televisão que o pai não tinha pagado. E até os 14 anos, um pouco antes da mãe morrer, quando o pai comprou outra televisão, minha infância foi assim, com muitos livros, jornais, revistas e a cultura dentro de casa. Aprendi a ler muito cedo.

Entrei no Tribunal por influência da minha primeira companheira, na época ela era assessora do então presidente, e ela insistiu para eu fazer os concursos – eu não queria, não era minha área, não gostava do Direi-

to, estudei Engenharia. Aí não passei no primeiro, passei no segundo e ingressei em 17 de janeiro de 1990 em São Leopoldo. Depois fui para Cachoeirinha. Fui para a 6ª Vara, onde fiquei mais tempo, depois de um ano fui ser secretário de audiência, fiquei nove anos lá. Depois fui para outras varas: 18ª, 16ª, nem lembro exatamente quantas.

No Movimento Negro, fui líder estudantil no Parobé nos anos 1980. O pai era da direção de várias entidades negras de Porto Alegre e nos levava nas reuniões desde crianças. Ele foi da direção da sociedade Nós e os Democratas, do Clube Náutico Marcílio Dias, da Academia de Samba Praiana, da Associação Satélite Prontidão. Fui da diretoria da Praiana também e depois acabei sendo presidente também, em 1993 e 1994. Desfilei muito como carnavalesco, nasci e fui criado dentro das escolas de samba. Agora virei poeta – se é que posso me atrever a me chamar de poeta: escrevo umas rimas procurando um parceiro para musicar. No Carnaval, tive contato muito cedo com o mundo da cultura, do samba, porque meu pai levava lá em casa os artistas que tocavam, Neguinho da Beija Flor, Jamelão, Zeca Pagodinho, todos frequentaram o ambiente de casa, e eu era guri e participava de cantinho, sempre olhando e aprendendo. Bons tempos. Eu fui da próxima geração. Dos meus irmãos, fui o único que seguiu.

Era o pai, a mãe, nós quatro e a minha avó. Ela ficava no porão e eu ficava com ela, e os outros em cima. Era uma casa simples. Ela estava até meio caindo, nós tivemos que colocar uns postes. O banheiro era latrina, tinha que buscar água na bica, a rua não tinha calçada – e hoje passa até ônibus por ali. Não tinha saneamento básico, praticamente nenhum. Minha mãe era costureira, meu pai era bancário e trabalhava na Caixa Econômica Federal. Mas as dificuldades eram muitas, eu não sei como porque hoje bancário não ganha tão pouco, mas a gente praticamente não tinha nada. A mãe que fazia nossas roupas pro colégio, com remendo no cotovelo e no joelho – e eu perguntava para que o remendo, já que a roupa era nova, e ela dizia que era pra não rasgar, pra não estragar. Eu dizia que os caras riam de mim no colégio e ela “tá remendado mas tá limpo”. Poder econômico baixíssimo né. Eu lembro que os cadernos meu pai fazia de cópia de xerox, a gente fazia como rascunho, e pra ir pro colégio eram aqueles caderninhos pequenos mais baratinhos. Roupas de marca nunca tivemos, e as roupas mesmo eu pegava de segunda mão do meu irmão mais velho, que vinham do meu primo. As roupas vinham de mão em mão.

Quem mantinha a casa era o pai. Mas a mãe e a vó ajudavam. A mãe era lavadeira e faxineira. A vó era aposentada e merendeira do [colégio] Ana Jobim. Estudei em colégio público até a mãe morrer. O pai era atleta, tinha uma caixa de sapato cheia de medalhas. Foi remador do Marcílio Dias, a equipe dele carregava a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes na procissão. Era um clube de negros que ganhava do União, do Jangadeiros, dos grandes clubes de remo dos brancos. Tam-

bém jogou basquete, foi jogador de futebol no Cruzeiro, mas depois parou de jogar por causa do joelho.

Não me lembro de discriminação nessa época, era pequeno, as crianças não se davam conta disso. Mas com certeza havia. Meu pai dizia que o negro tinha que estudar o dobro e trabalhar o dobro para ser valorizado. E que tinha que baixar a cabeça. Ele chamava todo mundo de senhor, de doutor, de chefe. Isso eu me lembro, eu achava meio servil até da parte dele. Eu já não era assim, eu exijo tratamento igual, o mesmo direito. E ele baixava a cabeça e chamava os outros assim. Eu rebatia o que os professores ensinavam sobre a escravidão. Mas no fim das contas tinha que aceitar, porque estava nos livros. Desde cedo eu sabia que a Lei Áurea foi uma fraude. E no 2º grau, sim, fui para o embate direto com os professores porque já tinha base, tinha lido livros, tinha toda uma literatura mostrando que a revolução não foi a Princesa Isabel que fez, foi uma consequência.

Quando a minha mãe faleceu, bagunçou com a família inteira, todos nós paramos de estudar. No mesmo ano todos pararam, eu ainda insisti por dois anos e depois não teve condição. Ela era o esteio da casa, meu pai não era muito presente, estava sempre trabalhando ou no samba, ou nas entidades negras. Aí não tinha um apoio assim. Eu voltei mais por um interesse financeiro, não foi nem intelectual. Foi porque davam uma grana pra eu ir.

Trabalhei como engraxate, vendedor de picolé, de jornal, jornaleiro, era catador. Juntava todo esse dinheiro para ir ao cinema nos domingos. E a infância era isso, jogava bola de pé descalço, andava nos matos, nos açudes. Depois que minha mãe morreu nós fomos morar na Vila Nova, eu já era adolescente, foi nessa fase que eu fiquei recolhido em casa, lia três, quatro livros por semana, tudo emprestado da Biblioteca Pública. Meu pai falava que ele não dava dinheiro pra vício nenhum, ele só dava dinheiro pra trabalhar e pra estudar. Então toda segunda-feira ia procurar emprego e todos dias ia pra aula. Mas nunca arranjei emprego nisso, por óbvio: quem ia querer um negro barbudo e cabeludo? Meu primeiro trabalho foi com 14 anos, empacotador na Cooperativa dos Bancários, fiquei 30 dias. Depois disso, com carteira assinada, só com 29 anos quando ingressei no Tribunal.

As sociedades dos negros eram os espaços que a gente tinha, de confraternização. A maioria não existe mais, foram nos empurrando cada vez mais para longe, assim como os bairros que eram de negros, como a Cidade Baixa e o Bom Fim. Como estão querendo acabar com o Carnaval, também. Parece que não é cultura e que os negros não são gente. É isso que passam aqui neste estado, que é o mais racista do Brasil. Acham que negro é inferior, apagaram a história negra. Na época dos bailes *black*, fazia pezinho, tipo Michael Jackson, participei de uma discoteca, primeiro *Black Porto*. Eu digo que participei, mas eu carregava as caixas e ajudava o pessoal a montar. Fazia parte da equipe, eu e meu irmão mais velho. Ele

saía pras festas e eu saía atrás, bem pequenininho.

A gente conversava sobre racismo em casa, mas meus irmãos ficavam contra mim. Eles eram dessa teoria de assimilação e embranquecimento. O meu pai era o único filho homem, tinha quatro irmãs, todas mais claras, todas casaram com homens mais claros. Eu tenho primas por parte de pai que são loiras e de olhos azuis. E meu pai, que era o mais escurinho, casou com uma negra. Da parte dos Abenserrage, somos só nós os negros hoje em dia.

Nunca me preocupei com a questão envolvendo o cabelo. Era o meu cabelo e eu não dava bola para isso. Quando entrei no Tribunal é que comecei a prestar atenção porque lá todo mundo usava terno e gravata, e eu ali, no estilo largidão... Então, comecei a botar a camisa pra dentro das calças, botei um sapato, quando vi eu estava igual a todo mundo. Chegava na sala de audiência chique, uma vez até meu chefe me disse que eu estava muito bonito, que iam pensar que eu, na verdade, era o chefe. Depois, eu achava que não podia ser cabeludo no Tribunal, então eu cortava sempre baixinho. Quem me botou uma pilha de rastafári foi o Jorge Cidade, que me influenciou a deixar o cabelo maior. Fui o primeiro *rasta* a trabalhar em gabinete. O cabelo é minha marca registrada.

Eu fiz engenharia civil, entrei na PUCRS em 1986 e estudei até 1994. Mas não me formei. Meu filho nasceu em 1990, aí começou a ficar difícil. Em 1993 fui eleito presidente da Praiana, fiz o Carnaval do ano seguinte. No fim, faltou pouco para eu me formar. Eu trabalhava em sala de audiência, já sabia que não ia sair mais do Tribunal, e depois de aposentado, quando fui voltar para a engenharia, já estava desatualizado. Na faculdade, sempre fui o único negro na sala de aula. Sempre. Eu já estava acostumado com isso, no 2º grau, no Parobé, já era assim, e nos cursinhos também. Era normal ser o único negro. Assim como não tinha mulher, não tinha negro. Era homem branco, na Engenharia era isso. Cabeludo então, menos ainda. Os colegas nunca gostaram da minha aparência.

A princípio eu não queria muito trabalhar no TRT, eu era “das exatas”, não gostava muito de Direito. Meu sonho era ser arquiteto, mas nas minhas contas a arquitetura tinha muita concorrência, então fui para a engenharia. Como a minha companheira na época já trabalhava no Tribunal – ela, a mãe, o irmão, a tia e o tio, todos no TRT – me incentivou a fazer concurso. Na primeira vez estudei seis meses e não passei. Quando consegui, no concurso de 1989, estudei só 15 dias. Fui classificado na posição 53 e chamaram 54. Quando eu passei, consegui ser lotado em São Leopoldo. Porque na época eu estava estudando e meu filho recém tinha nascido. Depois fui para Cachoeirinha. Quando ingressei na 6ª Vara, a juíza me perguntou se me interessava pela secretaria de audiência porque a vaga ia liberar. Foi então que eu assumi. Depois que passei, disse para mim mesmo: daqui eu não saio, daqui ninguém me tira, nunca mais. Lembro que o piso salarial de um engenheiro era muito menor do que pagavam no Tribunal, fora a gra-

tificação. E eu sou do tempo em que se incorporava a gratificação. Em São Leopoldo eu trabalhava no balcão; depois, fui para o protocolo. Que tinha que escrever a lápis em um caderno gigante.

Os colegas da época foram inesquecíveis, eram muito gente boa. E no quesito racial, quando a gente ia almoçar, as pessoas não nos atendiam direito. Uma vez nos colocaram todos na parede – estávamos caminhando na rua principal de São Leopoldo, próximo à rodoviária, e me colocaram na parede. Quando viram que os colegas estavam comigo, colocaram eles junto também. Botaram todo mundo de mão na parede por minha causa. Mas, apesar dessas coisas, ali foi muito bom, trabalhei um ano em São Leopoldo. Depois, em Cachoeirinha, não foi muito tempo. Em Porto Alegre, no trabalho nas Varas, que tive contato mesmo com o juridiquês, nas audiências, aí me especializei. E como eu havia lido bastante, estava afiado. Digitava muito rápido, quase sem erros.

No Tribunal fiquei em 1991, 1992, trabalhei no 5º andar, com serviço de pessoal. Depois fui para a 6ª Vara. Comecei no balcão também. Protocolo. Aí vagou a sala de audiência e eu fui pra lá. Foi quando eu sistematizei o serviço: deixava a semana toda preparada, porque eu sempre gostei do “se é pra fazer, vamos fazer direito”. Eu juntava todos os processos, espalhava tudo em cima da mesa e fazia uma linha de produção. Eu fazia tudo rapidinho, enquanto os outros faziam um por um. Eu queria fazer rápido pra ter tempo de ler e estudar. Nesse meu excesso de velocidade, uma vez um diretor me disse que eu era um baita de um malandro porque eu fazia tudo bem ligeirinho e bem rápido. Mas eu estou fazendo certo? Então onde é que tem enganação? Briguei com ele, lógico. Mas era um bom chefe.

Depois da 6ª Vara, onde fui secretário de audiência, me transferiram para o Protocolo. Muito bom o trabalho lá, colegas muito atenciosos, o chefe nem tanto, assistente de chefe nem tanto, perseguição, acho que ele tinha receio de perder o posto porque na época o Protocolo era depósito de “ex-gratificados”, e quem perdia uma gratificação ia direto para lá, e como é a linha de frente do Tribunal, por ali entram todas as petições, pegavam os ex-gratificados para trabalhar lá. E o chefe não simpatizou muito comigo e me perseguiu o tempo todo, muito assédio moral na época. Mas os colegas eram tranquilos. Fiquei uns cinco, seis anos no Protocolo, perambulei bastante pelas Varas. Recebia processo, localizava a Vara, confirmava o nome do reclamante, essas coisas.

Eu gostei de trabalhar nas Varas, na sala de audiência, foi muito rico, eu gostei muito porque todo dia havia histórias novas. Eu via o trabalho de muitas formas diferentes, muitas formas de exploração sobre o trabalhador. Eu fiquei em torno de 20 anos no tribunal. E o balanço desse período foi excelente. Na iniciativa privada eu não ia ter essas possibilidades, na iniciativa privada a discriminação ia ser muito pior, com certeza. Lá não iriam me dar emprego, com minha fachada de negro, cabeludo, barbudo,

“desleixado” – porque eu não usava roupa social. Como engenheiro eu não ia arrumar emprego mesmo. Enquanto que no processo seletivo de órgão público, o sujeito é um nome e um número. O que facilitou a minha seleção, porque o critério foi o conhecimento. Por que, se dependesse da “fachada”, não iam me querer. Os advogados até davam umas letrinhas, “cuida dele, não deixa ele errar”. Mas eu sempre fiz meu serviço corretamente.

Hoje eu acho que seria interessante constar a cor da pele na ficha institucional de cada um, nós pedimos essa informação, mas recusaram. Diziam que não interessava a etnia, embora tenham a fotografia. Então, se o serviço pessoal quiser, quantifica os servidores negros: quantos são, onde trabalham, qual a escolaridade. Dá para fazer um desenho da negritude no poder público. Seria muito importante pela visibilidade, pela informação passada, e pela formalização. A infraestrutura do Comitê, esse apoio, é muito importante. Poder mostrar a nossa “fachada”, nós contarmos a nossa história. Eles [os branco] nunca vão querer perder o domínio, nunca vão admitir que a gente seja igual, ainda mais aqui no nosso estado. Eu acho que é isso que nos move: como aqui o racismo é mais acentuado, somos mais militantes, mais resistentes, nós lutamos mais. Tanto que o 20 de novembro [Dia da Consciência Negra] fomos nós que fizemos – e outro dia li que foi o Abdias Nascimento, em São Paulo. Mas não foi: foram o [poeta] Oliveira Silveira, a Helena, a [jornalista] Vera Deisi e outros importantes nomes que se reuniram e criaram. A informação correta é importante. O judiciário, como poder da República, tem a obrigação de fazer algo quanto a isso.

Nós temos o direito de conhecer nosso verdadeiro, e omitido, passado, esse modelo de pessoas, os exemplos, a boa prática, a boa política, escolher por nós. Termos pensamento crítico, mudarmos o foco, ensinarmos a pensar a história, e não apenas a decorar a história. Fortalecer, informatizar, socializar os saberes, o perfil do servidor negro. O enfrentamento real contra os diversos tipos de discriminação e racismo. Como elucidar essas coisas? Ensinando outras pessoas a buscar e a entender, e não acreditando nessas outras histórias. Obrigando o judiciário a tomar medidas, a mitigar, exonerar juiz que faz sentença baseado em racismo. Nunca é tarde para fazermos um novo recomeço.

Eu atribuo essa questão do cabelo e da própria cor da pele aos meus avós. Eles diziam que o cabelo era duro, que o nariz era grande, os lábios, carnudos, o cabelo, ruim, quando a explicação para essas características físicas que nós temos é a genética. É uma adaptação genética: o cabelo era para segurar o suor na cabeça, por isso que é pixaim, o suor refresca a cabeça. Se a gente tivesse cabelo liso, íamos torrar a cabeça. O nariz também, a diferença é para esfriar ou esquentar o ar. A cor pele se deve ao sol do deserto. Então, todas as características têm sua razão.

O cabelo também é muito de copiar os modismos americanos. O cabelo duro é uma questão nossa. Antes diziam que era uma coisa ruim,

que tinha que clarear a raça, é uma coisa antiga que ficou, e a televisão enfatiza a negatividade da coisa, as pessoas ficam com vergonha da sua identidade. Os meus irmãos, a vida toda, me disseram para eu cortar o cabelo, e eu nunca fui careca. O cabelo, portanto, é a nossa identidade. O rei dos Rastafári, Leão de Judah, rei dos reis, era leão porque tinha o cabelo grande. E a barba também. Ele era negro. Os filhos de Kahn eram judeus e negros, nós somos irmãos dos judeus. E isso foi completamente omitido. Os cânticos de Salomão, a única parte em que se fala de negros na Bíblia, diz “eu tenho a pele preta porque o sol me alcançou”.

O TRT4 mudou a minha vida porque me deu possibilidade econômica de realizar os meus sonhos. E de me fazer respeitar também. Quando ingressei, em 1989, tinha uma tia minha que me fazia entrar pelos fundos da casa dela, ela não abria a porta da frente. Porque era negro. Um dia – quando já estava na faculdade e no Tribunal – ela abriu a porta da frente e ficou me esperando. Mas eu não ia entrar pela porta da frente, eu era a mesma pessoa, até disse para minha companheira, que estava comigo, “ela nunca abriu a porta da frente pra mim, só por que agora eu estou bem de vida ela mudou de atitude? Eu continuo a mesma pessoa”. E não entrei pela porta da frente, fui pelos fundos.

Eu fiz o que estava ao meu alcance, mas sei que poderia ter feito muito mais. E não me considero um vencedor, me considero um lutador de uma luta que nunca vai terminar. Eu continuo batalhando e quero que outros façam mais do que fiz, não estou contente comigo, acho que poderia ter feito mais, e quero que façam mais do que eu. Expliquei a história de Zumbi dos Palmares e da discriminação racial para meu filho mais velho quando ele tinha cinco anos. A professora até me chamou e disse que eu não poderia ter contado isso para ele, que era “muito novinho”. Mas desde então ele tem essa consciência. Porque na minha família era só eu, eles debochavam de mim quando eu falava sobre racismo, mandavam eu cortar o cabelo, e isso, ao invés de me diminuir, só aumentou a minha força e cada vez eu luto mais e continuo tentando.

As cotas raciais são importantíssimas, mas as pessoas precisam entender que não é definitivo. É até equalizarmos a situação de desigualdade no acesso. E, mesmo tendo as cotas, mesmo sendo lei federal, muitos órgãos não aceitam e não implementam essa política. E mais uma vez o Judiciário não faz nada sobre isso. É obrigatório, assim como o ensino da história africana na rede pública. E da forma como se justifica a situação, tem muitas pessoas negras que são contra as cotas. Que dizem não precisar disso, que estudando e se esforçando conseguem. Só que quando acabou a escravidão, começou um novo método, uma escravidão social – os piores empregos, os piores locais de moradia. Foi uma evolução na escravidão. Deram tudo para os migrantes europeus e mandaram os negros para os morros. A primeira lei de cotas que existiu foi para os filhos dos fazendeiros estudarem em faculdade. E a história da abolição é

totalmente dissimulada. A Princesa Isabel foi obrigada a assinar a lei por pressão da Inglaterra.

Então, a política de cotas é extremamente necessária. Uma cota para pobres, para índios, para mulheres, para gays. Mas, com certeza, os mais discriminados são os negros. Agora está na moda, pelos registros de violência nos Estados Unidos, mas o nosso sindicato aqui continua favorecendo a questão LGBT. Nada contra, mas eles dão ênfase para isso e a questão racial no sindicato vai desaparecendo. Os negros militantes estão lá, fazendo parte dessa direção, e sem fazer nada para nós. O sindicato sempre deu ênfase na questão da identidade de gênero. Das deficiências e gênero. Então quando surgiu a questão racial eles não aprovaram de jeito nenhum, a princípio.

Eu acho muito interessante esta iniciativa. A maior contribuição desse projeto será o Judiciário encontrar maneiras de acabar com a discriminação, isso que é importante. Criar métodos e leis, ou implementar as leis que já existem, ou punir os atos racistas – acabei de ver na TV o caso do juiz no Paraná que disse que tinha que condenar um réu porque ele era negro. Então, se era negro, era ladrão. Isso não pode acontecer. Vamos fazer um livro falando sobre as experiências raciais no TRT, mas vão continuar os mesmos procedimentos no judiciário? Para acabar definitivamente com isso, o Judiciário tem que tomar uma atitude, e não ficar relevando e apoiando juiz que faz esse tipo de coisa. É o poder de tomar a atitude e acabar com esse tipo de coisa.

Eu acho que, no passado, até diriam que não é importante, que seria discriminatório, essas coisas, quantificar nossa representação – quantos são, quantos fizeram concurso, quantos passaram? Fazer um mapa para mostrar que a representação, a quantidade de pessoas negras não representa a realidade. Se nós, negros, somos maioria no Brasil, por que há apenas 5% ocupando cargos no serviço público? Eu acho que se fizer isso, se quantificar, fica mais interessante. Dá para ver onde está faltando, por que e como superar essa falha. É importante. Mas mais que a história, é importante saber o que o Judiciário vai fazer com essa informação. Temos o poder de fazer, de diminuir e de resolver a questão, que segue até hoje.

NASCIMENTO: 25/09/1962
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 17/04/2013
DESEMBARGADOR DO TRABALHO



GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Eu sou Gilberto Souza dos Santos. Sou negro, com a pele um pouco mais clara. Meus cabelos já estão grisalhos, eu tenho 58 anos, estou nessa entrevista de blazer azul marinho com detalhes em vermelho, camisa branca e uma gravata azul marinho com toques de azul claro. Estou usando óculos e estou em uma cadeira preta, com uma mesa preta ao fundo e uma poltrona amarela próxima da biblioteca.

Eu nasci em Porto Alegre, meus pais eram servidores públicos do INPS – atual INSS. Sou de família negra de pai e de mãe, ambos de origem humilde, fizeram concurso, meu pai tinha formação até o ensino fundamental e minha mãe tinha o ensino médio. Então, eram servidores com perfil que a gente consegue visualizar hoje. Sou de uma família de oito filhos de pai e mãe, depois minha mãe faleceu e meu pai casou de novo, quando eu tive mais dois irmãos. Então somos 10 ao todo.

Tive uma infância muito boa, na época morávamos em Canoas, depois, com a ditadura militar – eu nasci em 1962 –, o agente do INSS foi cassado e o meu pai, que estava como gerente de Canoas, depois de ter ultrapassado a fase de inquérito, foi mantido no cargo, que ele era concursado, mas teve de ir para Rosário do Sul, como auxiliar do ajudante do cargo menos expressivo que tinha na época. A partir dali ele retomou a vida dele e nós a nossa, fomos todos juntos para Rosário e lá passei minha infância até os nove anos. Nesse momento meu pai foi transferido para Santa Rosa, onde fiquei até os meus 14 anos, quando fui para Santa Maria. Lá eu fiquei até concluir minha educação formal e cheguei a trabalhar lá profissionalmente por cinco anos.

A convivência com oito irmãos é muito boa. Meus pais já trabalhavam fora, então nós cuidávamos uns dos outros, como é normal. Morávamos

em uma casa simples de madeira que tinha três dormitórios: o do pai e da mãe; o dos meninos; e o das gurias. Eram dois beliches em cada um. O quarto dos guris, os quatro juntos, era uma folia o tempo todo; e o das meninas, que nasceram separadas, as mais velhas participaram da nossa educação, elas tinham o mundo delas e nós o nosso. Depois, à medida que fomos crescendo, a interação era maior.

Meu pai sempre foi muito participativo, brincava com os filhos, jogava bola, se envolvia com as atividades. Minha mãe foi sempre muito ocupada, muito relacionada com as atividades profissionais, fazia uma certa militância nessas atividades, formava cooperativa, participava do clube dos servidores, já tinha um ativismo – mais simples, menos formal do que hoje são os nossos núcleos. Mas ela era bem ativa socialmente. Fiquei até a 5ª série em Rosário e depois fui pra Santa Rosa. Em Rosário do Sul, tive queimaduras sérias durante uma brincadeira em um depósito de cascas de arroz que estava pegando fogo. Fiquei mais de seis meses sem caminhar e até hoje tenho sequelas nas pernas. Então, quando saí de Rosário estava sem caminhar. Eu dependia do transporte dos meus irmãos, que me carregavam. Foi nessa circunstância que nos mudamos para Santa Rosa. Passei 23 dias no hospital.

Em Rosário, como o povo da fronteira já é mais misturado, mais mestiço, tem uma influência negra maior, nós fomos muito bem recebidos. Convivemos bem, não senti nenhuma discriminação, pelo menos até aquela idade. Mas a realidade em Santa Rosa foi bem diferente. Uma cidade de imigração alemã, mais branca, eles estranhavam muito a nossa realidade. Nós convivendo na escola e na sociedade, isso acabou fazendo com que a cidade estranhasse muito isso. Então ali, na minha adolescência, eu senti muito a discriminação. Chamavam por apelidos pejorativos, seguidamente destacavam a cor da pele. Eu recordo que em uma oportunidade ofereci minha irmã, que tinha três meses de vida, para representar Jesus numa festividade religiosa. Uma colega, porém, disse que uma negrinha não podia fazer o papel de Jesus Cristo. E a recusaram. Depois o tempo passou, essa pessoa fez uma formação específica na área de educação e hoje é uma intelectual que milita com outra mensagem. Mas naquele tempo e ambiente, ser negro era um defeito.

Quando os filhos começaram a se espalhar, o pai e a mãe entenderam que era melhor pedir transferência pra Santa Maria para todos poderem estudar na mesma cidade. Os filhos todos, naquela oportunidade, foram desbravadores nas suas profissões porque na nossa família ninguém tinha feito curso superior. Nem na família do meu pai nem da minha mãe. E nós só podíamos fazer em federal, porque família de muitos filhos não tinha chance de estudar em faculdade privada. Aí eu resolvi fazer Direito, passei no vestibular em Santa Maria, e dei sorte, acabei fazendo o curso que me auxiliou muito em novas conquistas. Por isso é importante

quando a gente fala para famílias negras, para pessoas que não têm muitos exemplos, que a nossa alternativa é elevar a autoestima, colocar na cabeça que podemos superar qualquer desafio e que a única alternativa que temos é estudar, ter uma profissão para, com isso, reverter o quadro e ultrapassar as barreiras materiais.

Escolhi o Direito pela formação humanista. As alternativas que se tinha, via de regra, eram três: a Medicina, as engenharias e o Direito. Eu já tinha, naquele momento, dois irmãos que tinham se encaminhado para a Medicina – uma irmã e um irmão –, mas eu não me via como médico. E eu gostava de defender teses. Aí pensei que ali eu ia gostar da minha atividade, e gostei muito da possibilidade de defender o direito de trabalhadores, de dar justiça para pessoas que na época não teriam acesso a um advogado. E me realizei atendendo pessoas humildes. Até hoje, aqueles trabalhadores são os meus melhores amigos. Eu tenho a oportunidade de conhecer pessoas aqui, de formações semelhantes, mas os amigos mais próximos e íntimos que eu tenho são os trabalhadores que conheci naquela época de estudante. Meus compadres, são com quem eu me identifico mais. Eles ganhavam salário mínimo, talvez um pouco mais, mas a autoestima era muito elevada porque sabiam da importância do trabalho que faziam. Todos tinham muita coisa para me ensinar.

A minha ideia era fazer concurso para a magistratura. Só que a gente não escolhe em qual vai passar. Eu fui aprovado para a magistratura do trabalho no Mato grosso do Sul, mas passei ao mesmo no Ministério Público do Trabalho (MPT) e acabei deixando pra trás a carreira de juiz. Isso foi em 2009. Fui seguindo minha vida no MPT quando, com poucos anos de carreira, surgiram as vagas do quinto constitucional do TRT. Eu me candidatei, consultei meus colegas, se eles concordariam, e todos os meus 57 companheiros aqui do estado concordaram. Para minha surpresa, fui aprovado pela unanimidade dos desembargadores. Por vias tortas, acabei chegando ao destino que eu pretendia na magistratura.

Até meu concurso, todos que passavam no MPT iam para o Norte do país. Então, fui para Roraima. E ali eu estava na fronteira com a Venezuela. Fazia todo o estado. Só para ter uma noção do que é a realidade do país, eu estava a 10 horas de voo de Porto Alegre e a cinco horas de Miami. A praia mais perto era Isla Margarita, no caribe venezuelano. Foi um ótimo tempo, conheci uma realidade muito diferente da que vivemos no sul. Tu começa a conviver com pessoas onde o Estado não chega, as pessoas não têm acesso à justiça, à cidadania, às coisas mais básicas. No interior, convivemos com uma realidade muito diferente, pessoas simples que muitas vezes não têm uma formação mínima, morando em locais distantes, que só se têm acesso de barco, onde a criminalidade está muito perto, onde as ocupações de terras indígenas por garimpeiros é uma realidade.

A exploração de mão de obra escrava na pecuária em Roraima também

corria solta. Em uma das operações que nós fizemos, na fazenda de um deputado federal, resgatamos 33 trabalhadores, incluindo adolescentes, em situação de trabalho escravo. Depois que começaram as denúncias, houve muitas operações parecidas. As condições eram muito degradantes, as pessoas com fome... Na fazenda desse deputado federal os trabalhadores dormiam a 150 metros da casa do capataz, onde tinha água potável, condições dignas de moradia. Mas os peões ficavam 20, 30 dias sem fornecimento de comida, sem água potável, eles tinham que pegar no riacho, pescar lá também, para fazerem uma mistura com farinha e um pouco de arroz. Condições muito degradantes. Se o Estado não vai até lá, aqueles trabalhadores ficam em absoluto abandono.

Meu contato com a educação começou na escola. Na minha época a gente saía de casa só para o primeiro ano do ensino fundamental, não tinha essa formação anterior de pré-escola. A gente ficava na rua, digamos, até ir para a escola. Uma formação mais simples. E a partir dali era contigo, tendo bons exemplos e força de vontade podia progredir e alcançar oportunidades. Uma pessoa simples. É isso que eu tento passar para os outros, que mesmo não sendo um destaque nos estudos é possível aproveitar as oportunidades, compensar, sempre ser um aluno melhor e passar a estudar em qualquer momento da vida. Eu fui um aluno médio, não mais que isso.

Mas eu tinha metas, precisava passar no vestibular em faculdade pública, não tinha alternativa para conseguir dar um passo adiante. Meus pais, como tiveram a oportunidade de fazer um concurso, mesmo com uma origem muito pobre e humilde, sempre incentivaram o estudo. Não tinham renda suficiente, mas incentivavam que cada filho buscasse se realizar pelo estudo. Nós sabíamos que teríamos de tentar algo mais. Por isso que a gente pode, e deve, passar nosso exemplo, incentivar as pessoas a procurarem projetos mais elevados. Minha autoestima não permitia que eu fizesse concurso para servidor porque eu achava que não teria capacidade de passar, que eu não tinha formação e competência para disputar as vagas de nível médio e superior. Minha autoestima não permitia isso. E eu pensei em estudar para esses concursos nos quais sobram vagas, eu ia estudar e melhorar até chegar ao ponto em que não teria como rodar. Mas se eu fosse concorrer com alguém, eu achava que não teria condições. Esse sentimento não me permitia ter confiança. Se eu fosse concorrer com a classe média, com os brancos, parecia que aquela realidade não me pertencia.

O negro, quando não tem a oportunidade de conviver com outros negros, quando está em um ambiente branco, ele não é uma pessoa atraente para aquele público, e naquela época era ainda mais difícil. Se eu ia nas reuniões dançantes e festinhas da época, eu ganhava “carão” aos montes, não era uma pessoa muito atraente. Eu só passei a ser visto quando estava no meio da faculdade e já me afirmava um pouco mais socialmente. A juventude acaba sendo um pouco mais castrada, digamos assim, com

menos convivência. Mas isso incentiva também a estudar mais, fazer coisas para o crescimento pessoal. Então, de certa forma, compensa. Se eu tivesse morado aqui em Porto Alegre, com parentes e mais pessoas negras, teria sido mais fácil.

Em Santa Maria eu recordo que só tive um colega negro na escola pública. Era uma escola bem conceituada, eu consegui vaga lá, mas tinha uma imagem diferente. Seria uma escola pública mais qualificada. E muitos dos negros e das pessoas mais humildes, por isso, não se animavam a estudar lá, estudavam em uma escola mais simples, mais perto das suas casas. Eu recordo que esse colega negro era muito mais capaz que eu, mais inteligente, tirava melhores notas, mas chegou na passagem do ensino médio para a faculdade, ele arranjou um emprego em um hotel e fez carreira, chegou a gerente. Mas ele tinha uma inteligência que o céu seria o limite. A autoestima e as condições do meio não permitiram que ele avançasse mais. E na faculdade, mesmo sendo pública, não me recordo de outro negro durante todo meu período lá. Era uma faculdade branca, mesmo sendo pública.

Tem dois aspectos: saber que eu era negro eu sempre soube, essa é a nossa realidade, é fotográfica, tira a fotografia da tua família, tua mãe, teus pais, teus irmãos, tu sabe que és negro. Teus parentes são negros. Então, eu me reconheço negro desde a minha infância. Mas tem outro aspecto que eu gostaria de ter experimentado, que era ter uma atuação como negro, viver mais a negritude, conviver mais com negros. Isso eu não tive a oportunidade de fazer, em função das características da minha construção familiar, de viajar, de me mudar, eu não tive condições de formar núcleos com a sociedade negra, com os clubes que frequentava, e em função disso acabei interagindo com um público diferente que não valorizava esse elo, e isso era muito importante.

Em Santa Maria, logo que eu me mudei para lá, tinha um clube de negros chamado 13 de Maio. As pessoas pretas da cidade se encontravam lá e tinham uma compreensão do que significava isso. Quando eu ganhei essa compreensão, o clube já estava fechando e não tive oportunidade de conviver. Agora isso acontece de forma mais natural, em debates, mas é uma condição mais vinculada ao exercício profissional, não àquela cidadania e sociabilidade natural da pessoa, independentemente da sua profissão, da criação de elos da negritude. Por isso que precisa ser mantida a movimentação cultural dos quilombos, as manifestações religiosas, porque isso faz com que a cultura se mantenha, independentemente dos teus elos sociais e profissionais.

Penso que é fundamental os negros participarem da atividade partidária e da sociedade organizada. Comecei a me interessar por política quando estava no início da juventude, próximo aos 18 anos. Eu nasci em 1962, em torno de 1979, 1980, estava em curso o processo de abertura política, os últimos anos da ditadura militar, e os movimentos começa-

ram a crescer. Na época eu me identifiquei com o debate que se fazia em torno dos políticos que estavam exilados e simpatizei muito com a figura do Brizola. E daí eu acabei entrando na juventude trabalhista, fiz uma militância em torno do PDT.

Uma das motivações que tive era a política do partido em relação ao movimento negro. Na época, a liderança maior era o [escritor e professor, além de ator] Abdias Nascimento. Então tinha pauta. O Brizola tinha vivido nos Estados Unidos, visto o movimento antirracista, vivido na Europa, vinha com ideias novas – da Europa trouxe a formulação de um socialismo democrático; dos Estados Unidos, trouxe a perspectiva do recorte racial, do diálogo, da inclusão, do rompimento com esses obstáculos, da criação de políticas diferenciadas para os negros. E nisso o [antropólogo] Darcy Ribeiro ajudou a formular todas essas políticas, ele que conhecia o Brasil como poucos. Foi importante para o movimento negro ter participação partidária. E os outros partidos passaram, a partir daquele momento, a superar o discurso mais generalista de que tinham que defender todos, que a classe trabalhadora era mais importante do que o debate racial, que defendendo as políticas sociais estariam defendendo a inclusão. Então, o movimento negro tem de estar na associação comunitária, na Justiça do Trabalho, no clube, em todas as instâncias, na sociedade organizada, e especialmente nos partidos.

Fui do movimento estudantil, fui vice-presidente do Diretório Livre do Direito (DLD) em Santa Maria, participava dos encontros estaduais. E depois comecei a priorizar minha atividade profissional e a deixar essa militância mais ostensiva para os meus clientes, para as pessoas que eu assessorava. E eu via que eles eram muito preparados, que eu pouco poderia ajudá-los nesse sentido. Então assumi minha condição mais de bastidores. Depois, quando passei à carreira pública e não pude mais fazer, por lei, militância partidária, não sofri nenhuma dificuldade de convívio porque eu já me colocava na condição de defender interesses maiores. E não precisei recuar em nada das minhas posições porque as teses que defendo, na prática, são as mesmas que defendi a vida inteira. Minhas posições políticas continuam as mesmas.

Na época que fiz concurso não existiam as cotas, então nós tínhamos esse obstáculo a mais. O MPT já tinha uma política de inclusão, então havia pessoas com deficiência (antes das cotas), havia mais negros, mais concursados com idade avançada. A impressão que eu tinha é que o MPT já estava mais aberto a quebrar preconceitos. Mesmo assim, eu lembro que logo no início tanto o MPT quanto o MPF pregavam cotas para os outros – para a própria instituição eles eram contrários. E eu recorro de ter visto atas de reuniões do Conselho Superior narrando que os membros não admitiam, sob hipótese alguma, a implementação de cotas na instituição, que lá era meritocracia mesmo. Então, essas cotas não foram decididamente uma

conquista das instituições, mas sim da militância, dos negros admitidos pelas instituições a partir de uma mudança de consciência.

Eu advoguei por 22 anos. Mas a partir do momento em que ingressei no MPT minha realidade mudou, passei a ter mais estabilidade, conviver mais com a família, conviver com menos estresse, atuava com felicidade porque defendia as mesmas teses de antes, só que em favor do interesse público. Então, é uma realização assim. Na carreira pública não tem espaço legal para a discriminação porque todos tiveram o mesmo mérito, aquele posto foi criado por lei, as condições são pré-determinadas e não tem razão pra alguém se sentir melhor do que outro. Mas é claro que a discriminação continua existindo de maneira informal, em todos os meios. Inclusive nas carreiras públicas. Eu já ouvi coisas que até Deus duvida. Só com muita discussão, só abrindo essa questão para debate é que vamos superar. A diferença é que no serviço público, na magistratura, é possível se impor mais porque ali não se depende do favor de ninguém, as pessoas têm direitos pré-definidos e uma igualdade de condição absoluta. Cada um opta pelo que fazer com seus recursos, mas, no final das contas, todo mundo tem o mesmo salário. Ninguém consegue se diferenciar pelo status material, todos terão as mesmas prerrogativas e vão decidir o mesmo nível. É uma conquista também para nós, negros, ocupar esses espaços porque ali somos mais respeitados.

O meu projeto sempre foi estudar pra concurso, mas eu nunca conseguia parar. Eu esperei me estabilizar mais aqui em Porto Alegre pra reservar espaço pra isso. Eu tinha escritório em Curitiba, que atendíamos o Sindicato dos Telefônicos do Paraná, e quando eu ia pra lá eu aproveitava os horários livres pra estudar, fim de semana, feriados, quando viajava pro interior pra atender os sindicatos, ocupava todo meu espaço vago com os estudos e assim fui melhorando meu desempenho até passar no concurso.

Eu nunca parei de trabalhar pra estudar, não tinha como, eu tinha família, três filhos, não tinha como. A minha esposa é dona de casa, eu tinha que sustentar a família, não tinha essa alternativa. Profissional liberal em tese não tem salário, então eu não podia parar, eu podia diminuir um pouco a carga de trabalho dentro do possível. Por isso que eu acabei seguindo esse projeto de estudar pra concurso mais velho só, com uns 40 anos.

Aí depois que fiz a faculdade fui sendo reconhecido, sendo bem tratado socialmente, tu encontra o teu espaço, daí ali na faculdade eu já comecei a pensar como aquele sindicato era pouco, eu tinha que criar outros sindicatos. Comecei a procurar outros trabalhadores em seus locais de trabalho e lembro que eu fui montar o sindicato dos trabalhadores no comércio de minérios e derivados de petróleo. Passei nos postos de gasolina, convidava os trabalhadores pra fazerem o movimento e eles fundaram o sindicato. Com os municipais eu fiz a mesma coisa lá em Santa Maria. Aí quando eu vi eu já tinha uns quatro ou cinco sindicatos,

participava dos processos eleitorais, fazia militância mesmo. Eu tinha o sindicato da construção e dos imobiliários; dos vigilantes; do comércio de minérios e derivados de petróleo; dos municipais. E como eu participava dos movimentos grevistas, como estudante mesmo, com os trabalhadores rodoviários, quando eles ganharam a eleição eles foram me convidar pra ser advogado deles... E aí tu vai pra frente né, uma porta se abre outra se fecha, é o normal.

As opções profissionais que fiz têm muito a ver com a cor da pele também. O fato de ir trabalhar para a classe operária, em sindicatos, é porque a burguesia também não tinha nenhum encanto por mim, não me valorizava. Para eu conseguir a confiança do empresário branco – na época, empresário só era branco – era bem difícil porque não passávamos credibilidade. Por mais que a gente estudasse, teria que se redobrar para passar confiança porque o perfil dos advogados era do advogado branco, o bom era o advogado branco, que tinha os traços semelhantes ao empresário. Advogado negro era da cozinha, o advogado mais simples, menos elaborado, e às vezes o advogado branco era arrogante, se sentia elitizado, mas a formação deles até era bem simples. Já o trabalhador, ele pouco recebe, quando alguém resolve se dedicar, cuidar da causa dele, ele não vê a cor da pele. É um espaço de aceitação que se tem, por isso nas vezes em que trabalhei para outras classes sociais eu não gostei, me senti explorado, eles não me valorizavam como os trabalhadores valorizavam a minha mão de obra.

Em grande parte, é por isso que nosso Tribunal tem um nível de consciência social bem elevado: porque é formado por pessoas de origem semelhante à minha, ou que viveram e fizeram militância estudantil, no meio dos servidores públicos, são pessoas que têm uma vinculação social. Não tive muita oportunidade, na minha juventude, de permeio social, só agora começo a ter mais relações com pessoas negras, eu que trabalhei e vivi na condição de negro agora começo a absorver uma mensagem diferente e começo a ter uma formação no direito anti discriminação, voltado para o recorte racial.

O fato de ter ingressado na minha carreira pública trouxe outros desafios. Eu não sei se estaria vivendo com mais profundidade do que estamos vivendo essas questões do recorte racial porque tenho, hoje, um ambiente onde isso irradia. E tenho espaços de discussão, no núcleo, no grupo de igualdade racial. É um espaço muito bom de pluralidade que temos no tribunal, e temos que expandir isso. E, para mim, foi uma surpresa que colegas brancos tivessem interesse de participar desse debate. A mim pareceu que, quando cada um de nós fez a opção pela Justiça do Trabalho, não foi por acaso. E sim porque já tínhamos uma preocupação social maior. E essas pessoas estavam mais abertas ao tema da discriminação racial, tanto que despertou muito interesse.

A Justiça do Trabalho vive mais de perto a questão racial do que os outros segmentos do judiciário porque o nosso público tem muito o recorte

do que é a sociedade. As pessoas que vêm aqui estão expondo, muitas vezes, seus próprios dramas pessoais. A pessoa que é discriminada no trabalho em função da sua opção sexual também é discriminada na sociedade, a discriminação por outros motivos – de raça, de cor, de gênero – também muitas vezes é objeto de controvérsia e as pessoas vêm e se expõem, têm que dar um depoimento circunstanciado, as testemunhas vêm, relatam uma realidade. Então, esse público que nós temos na Justiça do Trabalho é o que nós vemos na vida, nas relações cotidianas. Penso que é admirável o trabalho que se faz aqui, principalmente no nosso tribunal.

A existência do Comitê de Equidade representa uma demonstração para a sociedade de que existe a discriminação e a necessidade de afirmar esses valores também na nossa instituição. Que existem pessoas que necessitam se afirmar e se organizar para que a própria instituição as respeite e para que, com isso, a nossa instituição ganhe espaço na sociedade como uma instituição plural. Isso é muito importante. Aos servidores e servidoras negras, incluindo magistrados, recomendo que se assumam, que mostrem a cara, que passem a participar dos eventos do Comitê de Diversidade, do Grupo de Igualdade Racial. Que se identifiquem, olhem para suas famílias. E que, no exercício da sua atividade, sempre lembre de suas origens. O que eles representam, que herança estão trazendo, e que com isso se posicionem sempre em torno da proteção desses interesses, que são interesses da sociedade: igualdade, pluralidade, reconhecimento, dignidade da pessoa humana.

NASCIMENTO: 05/12/1962
LOCAL: SANTA VITÓRIA DO
PALMAR/RS
INGRESSO: 31/01/1990
ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA
JUDICIÁRIA
LOTAÇÃO: 1ª VARA DO TRABALHO



JESUS SAMUEL ROCHA DA SILVA

Meu nome é Jesus Samuel Rocha da Silva, tenho 57 anos, sou negro, tenho 1,73 de altura, meu cabelo é “carapinho”, mas hoje ele está rapado quase zero. Sou preto com muito orgulho. Eu tenho um casamento maravilhoso. Eu e a Denise temos um casamento de 30 anos, temos dois filhos, a Luísa de 23, e o Antônio de 18 anos, ambos são adotivos e por incrível que pareça a Luísa é muito parecida com a Denise e o Antônio comigo. Eles são maravilhosos. É muito bom, muito gratificante, foi um presente que a gente ganhou. A Denise é a minha grande parceira, o amor da minha vida. A gente se conhece dormindo.

Eu nasci em Santa Vitória do Palmar, interior do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai a 20 quilômetros do Chuí. A minha infância foi como a maioria das crianças que vive no interior, com muita liberdade, muita brincadeira, claro que em razão da cor desde muito cedo a gente sofre alguns preconceitos. Quando a gente é criança a gente não dá muita bola e leva sempre para o lado da brincadeira, mas quando a gente cresce e começa a entender o sentido das palavras e os significados a gente vê o quanto é presente esse preconceito e essa desigualdade social, que vivemos até os dias de hoje. Mas foi uma infância boa, com muitos amigos, brancos e negros, até porque no interior não existia muita separação como hoje. As crianças iam para a escola, pública ou particular, e no horário inverso a gente ia brincar e o brinquedo era correr na rua, subir em árvore, jogar futebol. Eu fiz tudo isso.

Eram eu, meus pais e duas irmãs mais velhas do que eu. Eu era o menor e único homem, queridinho do papai e da mamãe. Assim vivemos até que meus pais partiram. A mãe tinha estudado até a quarta série, mas era muito inteligente, uma capacidade de enxergar longe. Era lavadeira e

sempre dizia que não queria ver os filhos dela à beira de uma tina, que é o tanque, e forçou a gente a estudar e buscar outro rumo. Eu sou o único dos três que tem curso superior, mas minhas irmãs também estudaram e são funcionárias públicas municipais, hoje aposentadas. Meus pais conseguiram nos dar essa força, apesar da dificuldade.

Comecei a estudar na Escola Manuel Vicente Amaral, que ficava bem no Centro da cidade, era uma escola estadual. Até tinha uma municipal do lado da nossa casa, mas não sei por que motivo minha mãe não quis me matricular naquela escola e me matriculou no Manuel São Vicente Amaral, de um nível bem bom, na época as escolas estaduais eram boas. Depois houve uma mudança na regra de distribuição dos alunos, por zonas, então era obrigatório estudar perto de casa. Então, na terceira série eu acabei indo estudar na Escola General Castelo Branco e ali estudei até a quinta série. Tudo por orientação da mãe, que me dizia onde era melhor. Ela entendia que eu tinha que estar lá e não no colégio municipal. Escolas públicas eram excelentes, os professores eram muito bons, a disciplina era muito observada. Eu não tinha do que reclamar, mas infelizmente hoje não é assim, dos meus filhos, nenhum estudou em escola pública. A gente já não arrisca mais, o que é triste porque a gente sabe que é onde poderia dar a volta por cima, pela educação.

Com 14 anos fui trabalhar no Banco do Brasil, fui um dos primeiros estagiários lá. Já estava ajudando em casa, claro que muito pouco, mas já com essa responsabilidade de querer fazer um pouquinho mais. Trabalhar no Banco do Brasil era o emprego dos sonhos, naquela década. Eu tinha um salário possivelmente melhor do que o do meu pai em casa, então eu tinha condições. Eu tinha uma bicicleta legal, eu podia sair, comprar uma roupa diferente, me fazer algumas vontades que a maioria dos adolescentes da minha idade não tinham. Mas adolescência do interior é bacana. Tu convives com muitas pessoas de diversas cores.

Naquela época era muito segregada a questão dos clubes. Tinha bem separado o clube dos brancos, o Clube Caixeiral, que a gente não entrava, e tinha o clube dos negros, Liame Operário, lá em Santa Vitória, e depois tinha os outros clubes onde podiam entrar tanto brancos quanto negros. Mas eu convivia bem, eu tive muitos amigos brancos, até hoje tenho. Era engraçado que a gente fazia as jantas juntos e depois eles iam para o clube deles e a gente ia para o nosso. Tinha até o CTG dos brancos e o CTG dos negros. O nosso não tinha sede e fazia os bailes onde ficavam as exposições das vacas, uma espécie de galpão. Isso até 1986, 1987. É triste, mas é verdade. Quando liberou, eu já tinha saído de Santa Vitória.

A época do Banco do Brasil foi a única em que nós, negros, éramos maioria: quatro de um total de seis estagiários. A única vez que eu fui maioria. Na escola não era, na faculdade também, no Tribunal nem se fala, e na condição de diretor, então, acho que pelos registros eu sou o

único. Na época que eu estava no Tribunal tinha um diretor do em Bento Gonçalves, que também era negro. A gente tem que conviver com isso e de alguma forma ir diminuindo essa distância. Minhas irmãs trabalhavam como domésticas em famílias conhecidas, desde cedo elas trabalhavam. Concluí a faculdade de Direito, feita em Bagé, em 1988, fui Procurador do município de Santa Vitória, depois passei no concurso em 1989 e, no ano seguinte, fui para o Tribunal. Tomei posse em janeiro de 1990.

Todos os trabalhos antes do Tribunal tiveram o seu valor, contribuíram para minha formação. Eu dou um pouco mais de destaque para época do Banco do Brasil em função da instituição. E também porque eu tinha 14 anos, era uma criança. O Banco do Brasil me ensinou muito a questão das responsabilidades, cumprimento de horário, ser exigente comigo, um pouco de perfeccionismo que eu tenho, isso aí tudo eu aprendi no Banco do Brasil, com os colegas, de querer buscar uma coisa melhor, aquela ambição saudável.

A discriminação era bem forte. Se é um preto, não interessa se é bonito ou se é feio, se está limpo ou se está sujo. Não interessa. Preto é preto, as pessoas já começam a falar. As guriazinhas, que daqui a pouco poderiam ter um interesse, já começam a te olhar de um jeito e tal, com nariz torcido e tal. Convivi muito com isso, passei muito perrengue por causa dessa função. Mas nunca me deixei abater, isso nunca me abalou. Não quer, não quer, alguém vai querer. Eu lembro que, na primeira comunidade, eu era o único preto. A gente fez uma fila e, em algum momento, tinha que dar a mão; algumas meninas não queriam ficar do meu lado só para não me darem a mão. Isso me marcou. Eu estava muito bonito, bem limpinho, blusão branco que a mãe tinha feito para mim, relógio bonito, eu tentava crescer ali, mas não tinha jeito. A cor estragava tudo. Isso não me abala agora. E não era só do branco, não. Muitas vezes as negras não queriam porque os outros iam achar feio, ou porque elas mesmas achavam, mas também tinha isso. A volta por cima é a melhor coisa, não tem preço. Tu voltar depois pro teu ninho e mostrar para as pessoas que cor é apenas a pigmentação da pele, isso não tem preço. É muito gratificante e eu consegui fazer isso. Nem todos conseguem, nem todos têm a mesma oportunidade. Eu consegui voltar pra Santa Vitória e voltar melhor que muitos, que tempos atrás viravam as costas, negro isso, negro aquilo, não faz na entrada faz na saída, tudo isso a gente ouviu.

Eu usei cabelo *black power*, obviamente, muito. E graças a Deus meu filho, hoje em dia, adora, tanto que ele está me incomodando para comprar um garfo. Sempre foi muito presente essa questão de valorização da nossa cultura. Eu sempre defendi, claro que com o passar do tempo vai aprimorando. Eu sempre fiz questão disso. A questão da beleza é um dom que Deus deu para a gente, a gente não pode fazer nada. Tem só que administrar alguns sufocos que a gente passa.

Foi muito bom ser Procurador do município de Santa Vitória do Palmar. Eu recém tinha saído da faculdade, estava doido pra exercer a advocacia. Outra coisa que me entusiasma um pouco é política, eu gosto muito desse envolvimento político, tanto que nesse tempo que eu estive em Santa Vitória me lançaram várias vezes a prefeitura, eu que nunca quis. Então eu estava unindo o útil com o agradável, foi super boa a experiência. Via de regra a gente não conhece o outro lado, o lado de dentro dos gabinetes, o cidadão comum fica sem saber e, na condição de Procurador do município, acabei aprendendo, participando de reuniões, discutindo, traçando estratégias, eu era o advogado do município. Todas as viagens para Porto Alegre com o prefeito era eu que ia, pro Paço Municipal, secretarias, Palácio, Assembleia Legislativa, tudo isso eu conheci por dentro, isso para o início da minha carreira foi sensacional, claro que depois eu vim a entrar no Tribunal, isso ficou um pouco pra trás, mas a experiência e o aprendizado ficaram. Foi muito interessante porque vi o preconceito presente, nas salas, quem pode entrar, quem não pode, só um pouquinho que eu sou o Procurador, eu tenho que entrar. A gente sempre vivendo essa rotina de ter que estar se explicando e dizendo a que veio. A gente normalmente estava de terno e gravata, mas mesmo assim era barrado.

O período de faculdade foi difícil. Eu sabia que só poderia virar essa página se me esforçasse muito, eu sabia que precisava dar um *up* intelectual na minha vida, segundo grau só não era suficiente. Pouco antes de entrar na faculdade fui chamado para trabalhar no banco Sul Brasileiro, que hoje é o Santander, e eu não aceitei. Poderia ter feito carreira no Santander, mas eu queria mais. Fiz vários vestibulares, em Pelotas, em Rio Grande. Não tive oportunidade de fazer cursinho. Meu pai não tinha condição de me mandar para Pelotas ou para Rio Grande fazer cursinho, não existia essa possibilidade, eu tinha que me virar da forma que desse, então eu disse, bom, vou fazer lá em Bagé, tinha outros conhecidos que fizeram lá. Eu fiz e passei. Primeiro ano eu fiz a matrícula e tranquei, segundo eu comecei e fui morar lá na casa de uma prima, dela e do marido. A quem eu sou eternamente grato porque sem a ajuda deles eu acho que não teria conseguido. Foi difícil porque eu rodava 460 quilômetros para poder fazer a faculdade e ficar dois dias ou um dia e no outro dia eu assistia à aula e depois voltava ou pegava carona porque a grana estava curta. A convivência com os colegas foi muito boa, mas os negros eram poucos, no meu quadro de formatura deve ter eu e mais dois, se tiver três era muito. A grande maioria era branca.

A minha mãe tinha um ditado: “Se aparecer concurso pra encerrar fumaça, o Jesus passa”. Eu fazia todos os concursos. Eu fiz para agente penitenciário, eu fui a Criciúma (SC) fazer para a Caixa Econômica Federal, fiz diversos. O mais interessante no TRT é que eu sequer fiz a inscrição. Foi um colega meu, que sabia que ia ter e fez para mim. Na época tinha o

curso de técnico de atividades judiciárias e técnico judiciário, o segundo era estatutário e o primeiro, celetista. Eu disse para me colocar em qualquer um. Ele me inscreveu no que tinha menos vagas, porque era celetista e as pessoas não queriam, em razão de não ter estabilidade, aquela coisa, que um ano e meio depois mudou. Todo mundo virou regime jurídico único e todo mundo virou estatutário. No concurso para estatutário todo mundo se inscreveu em peso e eu me classifiquei numa boa e o meu amigo rodou, ele rodou. Na época, em janeiro de 1990, eu era Procurador do município. E lembro que eu recebia trezentos e quarenta, não sei se era cruzeiro ou cruzado. O salário do Tribunal era de três mil e quatrocentos, dez vezes mais. Fui para Cruz Alta. A recepção foi boa, eu digo que sempre fui bem tratado no Tribunal desde o primeiro dia. O Tribunal é uma instituição que merece todo meu respeito e carinho. Sempre fui bem tratado, tenho “n” passagens, todas muito boas.

Em Cruz Alta eu trabalhava com notificações, alguma coisa de atendimento no balcão, correspondências, ofícios. Era redação, na parte de cumprimento dos despachos e sentenças. Às vezes eu exercia a função de Oficial de Justiça *ad hoc*. Eu recém tinha casado, então estávamos sem filhos e o Tribunal pagando legal, aí rende. Mas lá tem muito alemão, não em Cruz Alta, mas Ibirubá, Panambi, Ijuí, Santo Ângelo, tem muito alemão e tem arraigado com eles esse preconceito com relação aos negros. A gente mesmo passou por algumas situações, do tipo os lojistas saírem atrás de ti na loja achando que tu ias roubar alguma coisa. Eu, por exemplo, em Cruz Alta, ninguém perguntava se eu era um juiz, o padre da cidade, falavam, ah, tu veio para jogar futebol, naquele tempo ainda tinha um corpo de atleta, ainda enganava um pouco. Ah, tu é jogador. Não sou, eu respondia. Então tu é militar. Também não. Então o que tu é? Eu sou da Justiça do Trabalho. De lá fui trabalhar em Triunfo, ser secretário de audiência e secretário especializado.

De Triunfo, fui para Porto Alegre. Trabalhar em gabinete. Fiz curso no Iargs, os que o Tribunal proporcionava. Cheguei a iniciar no Ministério Público, mas depois parei. Depois do gabinete, em 2001, surgiu uma vaga na Vice-corregedoria. A gente fazia acompanhamento de juízo, reclamação convencional, alguma coisa de despacho de revista, fazia correição, conheci todo o Rio Grande do Sul. Depois, secretário da Corregedoria. É um cargo muito importante do Tribunal, diria que é um dos mais importantes, considerando os cargos de segundo escalão: lida com o primeiro grau, que é nossa atividade-fim, o corregedor é o cara que faz a correição, ele faz acompanhamento de juízes, ele lida direto com o primeiro grau; e depois trabalha com a produção, que é a entrega da prestação jurisdicional com qualidade. Além do mais, a gente fala muito, é preciso se comunicar, e eu gosto de conversar, de tratar com as pessoas, isso me fascina, estamos sempre pensando e resolvendo situações, desafios. E mal resolve um e já aparece

outro. O que me diferenciou foi que eu estava no lugar certo na hora certa.

Fui me tornar diretor em Santa Vitória do Palmar. Queria um lugar mais tranquilo para viver. Pensei até em Bento Gonçalves, eu gosto muito de lá também. Mas aí surgiu a chance de voltar para a minha terra, eu fui. E até me diziam que eu era louco de me mudar para Santa Vitória, eu dizia que a ideia era ficar por lá mesmo. Foi muito gratificante voltar. Voltar para a tua terra natal. Minha mãe era lavadeira, meu pai era “praceiro”, quer dizer, de família pobre. Não passamos fome, sempre conseguiram trabalhar muito para manter três filhos e eles. Situação apertada. Aí tu começa com 14 anos no banco e vai, vai e, depois de tantos anos, volta como diretor da Justiça do Trabalho em Santa Vitória. Foi muito gratificante. Fiquei lá de 2005 a 2016. No final de 2016, surgiu um convite de vir para pelotas, relutei um pouco, mas aí aceitei. Foi uma opção boa. E a gente transformou muita coisa aqui. Havia alguns problemas de relacionamento, hoje é um espetáculo, a gente tem uma família. Eu me sinto com a alma lavada e o dever cumprido.

Ser diretor já é uma coisa importante, simplesmente é o responsável pela unidade. Agora, ser um diretor negro, na sociedade em que a gente vive, é muito mais importante, sem sombra de dúvida, e me traz muito mais de responsabilidade. É aquela coisa, eu preciso ser exemplo o tempo todo, eu não posso escorregar porque as coisas em mim geram mais notícia. É gratificante, é trabalhoso, mas é muito bom. Esses dias chegou um advogado, também negro, para eu atender no balcão e ele chegou para mim e disse: tu não tens noção o orgulho que é pra nós tua presença atrás desse balcão. Ouvir isso não tem preço. Eu estou aqui por nós, estou aqui representando, dizendo para o outro: é possível. Tu tem que ter sorte, iniciativa, ser intrometido, mas é possível. É muito mais trabalhoso? É. Mas vamos trabalhar.

Ser negro é extremamente gratificante. Eu sou extremamente feliz. Se tivesse que nascer em 300 vidas, eu gostaria de vir negro em todas, por tudo, principalmente pela nossa história. Quem tem essa história para contar? Quem é que tem essa história de ter sido arrancado do seu país, jogado no porão de um navio? Nossos antepassados que chegaram aqui são guerreiros, são heróis. Tinham que ter uma estátua em cada praça. Os caras ajudaram a construir o país, o mundo. Os escravos construíram nações inteiras, não tem como eu ter vergonha da minha cor, da minha raça, dos meus antepassados. Aquelas tias velhas que tinham que trabalhar na cozinha para sustentar os seus filhos. Não posso ter vergonha da minha avó e do meu bisavô. Eles foram jogados no porão de um navio, os que sobraram viraram escravos por não sei quantos anos. Pena que a gente não aprende isso na escola. Ninguém conta isso, tem que contar, falar, mostrar. Então, ser negro para mim é o maior prazer. Eu, graças a Deus, em função do que vivi e por tudo que conquistei, sou respeitado. Mas teve muita luta. Não nossa, minha, a nossa foi uma barbada. Luta

tiveram eles lá, só para viver. Por isso eu fico indignado se eu vejo um preto com vergonha da sua cor.

Talvez, se eu tivesse nascido numa favela do Rio de Janeiro, tivesse me desvirtuado. E isso não é exceção, é regra. Muita gente não tem oportunidade de sequer chegar à escola. E muitos vão só para comer a merenda. Se conseguirmos que as escolas públicas deem uma educação de qualidade, igual a que eu tive, e que não era nenhuma coisa de outro mundo, já melhor. O ensino também precisa se modernizar porque se não as crianças vão perder o interesse. Por que não tem mais negros em cargos importantes? Porque a gente é minoria em tudo. Por que não tem mais negros nos curso de Medicina? Na Odontologia? Em Direito? Quando se tem quinhentos candidatos para uma oportunidade, a chance de entrar é muito menor. Quantos servidores nós somos, num universo de mais de 3 mil funcionários? Muito poucos. A gente tem que acordar cedo para ajudar em casa, se conseguir fazer faculdade tem que fazer meio capenga porque tens que trabalhar durante o dia e estudar à noite, e aí já vem casamento, filho, morar longe, pegar três ônibus. É um contexto social difícil. Se a gente der as condições mínimas, as coisas vão começar a aparecer, os números vão melhorar porque a diferença é gritante, em todos os locais.

Acho que por muito tempo não se falou nesse assunto. Mas penso que é um sinal, que devemos propor outras ações de inclusão, não só das pessoas negras. O Tribunal está no rumo certo, estamos caminhando para uma mudança de paradigma, de cultura. Porque as coisas não são ditas, não são contadas e vão achar, daqui a pouco, que a escravidão foi um favor que fizeram para nós. A gente precisa discutir. É claro que a mudança não vai vir da noite para o dia, mas precisa haver um marco. Vai levar 100 anos? Não sei, não importa. Se vai levar 200 anos, também não importa. Importa é que a gente esteja num caminho de mudança e que essa mudança seja de inclusão. Isso é o que importa. Hoje a gente está falando dos negros, mas eu acho que a inclusão tem que ser total. Não é mais admissível que os negros sejam mortos do jeito que estão sendo mortos. Que uma pessoa que não tenha a orientação sexual que não seja o padrão do idiota que a encontrou leve um tapa ou mesmo um tiro. A gente precisa trazer essas questões para o debate, também acho que a legislação já avançou bastante. O Tribunal poderia ter feito antes? Poderia, mas não fez e está fazendo agora, tem que aplaudir as pessoas que estão tendo essa iniciativa. E, se possível, participar, ajudar de alguma forma, nem que seja em casa, debatendo como tem de ser. Sempre que possível mostrando para as pessoas que nada é por acaso. São esses canais que vão abrir os olhos para as pessoas entenderem o significado da negritude, da questão homossexual, da desigualdade. É assim que as coisas começam. E daqui a pouco a gente pode estar num projeto muito maior, não só desse Tribunal, mas de todos os tribunais

do país. É por aí que vai.

Quando eu chegar em casa e contar pra família da entrevista, eles vão dizer: “tá grandão, hein?” Por isso é extremamente gratificante ter oportunidade de contar histórias que eu mesmo já tinha esquecido. A gente pode pensar que tem certos obstáculos intransponíveis, isso faz parte da vida. Mas o que a gente não pode permitir é não tentar, independentemente da condição social, da cor, a gente não pode deixar de tentar, a gente não pode ter medo. A gente tem que ser ousado, nós não temos que ter vergonha de ninguém. A nossa cor não traduz vergonha, pelo contrário. A nossa cor, a gente tem que bater no peito e dizer: eu sou negro, sim, e sou brasileiro. Se tem alguém que tem o direito de estar aqui somos nós, depois dos índios somos nós que temos o direito de estar aqui. Não devemos ter vergonha, nem deixar de tentar. O obstáculo pode ser alto, pode ser perigoso, mas com cautela e com certo conhecimento, temos que tentar. Não podemos deixar jamais de tentar. É essa mensagem que eu quero deixar para os colegas, negros e negras que, eventualmente, vão ler esse documento, para que jamais baixem a cabeça. Sejam íntegros, sejam honestos, sejam trabalhadores, mas nada, nada pode nos conter. Nós temos condições, sim, de alcançar qualquer posto dentro do Tribunal. Não tenham medo de absolutamente nada. Essa é a mensagem que eu gostaria de deixar para vocês.

NASCIMENTO: 19/09/1963

LOCAL: PORTO ALEGRE/RS

INGRESSO: 28/08/1990

TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA

ADMINISTRATIVA

LOTAÇÃO: SERVIDORA APOSENTADA



ELIANE MARGARETE DA SILVA ABREU

Sou Eliane Abreu, uma mulher negra, de pele parda, como muitos dizem, mas me considero negra. Tenho 57 anos, servidora aposentada do Tribunal, tenho cabelos longos. Nasci em Porto Alegre. Quando tinha três anos, fui morar em Viamão, lá passei toda minha infância e adolescência. Casei e também continuei morando na cidade, construí casa a umas dez paradas da minha mãe e depois, quando me separei, continuei morando no mesmo endereço. Vim para Porto Alegre em 2010.

A minha infância foi de muitas brincadeiras. Eu morava na parada 42, na Vila Martinica. Nessa vila tem um campo de futebol, uma escola, na minha infância não era tão povoado como é hoje. A gente tinha um círculo de amigos da rua, do colégio, a gente brincava muito. Eu tive uma infância muito pobre, mas com muitas brincadeiras, coisas que hoje em dia as crianças não podem usufruir, que é brincar na rua até tarde. Onde eu morava não existia a violência que existe hoje, todo mundo se conhecia, então a gente sabia com quem estava falando.

Morava com a minha mãe e meus irmãos, quando nós fomos morar lá em Viamão a minha mãe logo se separou do meu pai. Eu sou a quarta filha. Minha mãe vendia roupas e sapatos com a minha tia. Ela pegava na distribuidora e vendia de casa em casa. Depois, minha mãe trabalhou de limpeza, faxina, esse tipo de atividade. Quando a gente começou a crescer, começou a trabalhar, começamos a ajudá-la. Meu pai não ajudava financeiramente.

Entrei na escola na idade regular, com sete anos e meio – a criança deveria fazer aniversário até junho, se não teria que entrar no outro ano. Era uma escola pública, pequena, até a quinta série, estudei o primeiro ano, repeti a primeira série, na época os alunos tinham de fazer exame mesmo que soubessem ler e escrever. Eu estava com sarampo e não pude

ir, perdi a prova, não me deram oportunidade de fazer em outro momento e rodei. Isso eu carreguei para toda a minha vida, essa reprovação que não foi para mim, não foi reprovação, foi uma questão de saúde.

Depois, em todas as séries, eu sempre passei sempre sem problemas, nunca tive dificuldade de nota, eu tinha muitos amigos, eu me lembro da professora da quarta série, que era muita querida, e eu tinha muitas amigas, éramos uma turma de oito gurias e a gente se dava bem, estávamos sempre juntas porque começamos a despertar para a adolescência.

Era muita pobreza, para as mulheres havia pouco mercado de trabalho na época, geralmente era mais braçal e em casa de família, serviço doméstico. Não foi dado à mulher aprender alguma profissão, começa por aí. Embora minha mãe, na adolescência, tenha trabalhado em fábrica de fumo e ajudado nas costuras de uma prima, depois, aqui em Porto Alegre, custou a se firmar, só apareceu trabalho casa de família mesmo. Depois ela começou a trabalhar em empresa, ainda de faxina, mas essas empresas terceirizadas. O dinheiro era curto, quando conseguia trabalho era um trabalho muito mal remunerado, sem valorização, até hoje é assim, são poucas trabalhadoras que trabalham em serviço doméstico e são bem remuneradas. Existe, mas são raras porque é um trabalho que é feito para possibilitar que outras mulheres vão para o mercado de trabalho. E essas mulheres já têm um salário achatado, então, dentro da pirâmide de trabalho é assim: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. E, com isso, as mulheres negras, que são a maior força de trabalho doméstico, têm a menor remuneração.

Depois da quinta série fui estudar na Vila São Tomé, ao lado da Martinica. Comecei a ter seis, sete professores, então foi um baque, na outra escola era um ambiente conhecido, eu sabia quem eram os professores, eles ficavam muito tempo na mesma escola, além disso tinha que pegar ônibus, ou ir a pé, uns 40 minutos de caminhada. Eu estudava de tarde, encontrava as minhas amigas ao meio-dia, no campinho, e íamos juntas, a pé. Para fazer o ensino médio não consegui vaga, porque em Viamão também tinha isso: eu queria estudar, mas não tinha vaga nos colégios. Vim estudar em Porto Alegre e aí fui morar na minha avó, para poder seguir estudando.

Terminei o ensino médio na teimosia mesmo. Todas as minhas irmãs pararam de estudar porque não tinha colégio, não tinha vaga, a gente se inscrevia e eles davam preferência para quem morava perto do colégio, e nós morávamos longe. Aí fiz magistério, fui para o Isabel de Espanha, como já tinha ensino médio precisei apenas de uma adaptação, estudei dois anos de didática curricular do magistério, fiz meu estágio, estagiei numa turma da quarta série com 43 alunos, dei aula de março a agosto de 1990. Hoje eu tenho curso superior porque tive muita persistência.

Antes disso eu fazia faxina em casa de família, em outra época também trabalhei como acompanhante de uma senhora. Eu devia ter uns 14

para 15 anos, por aí. Eu ficava a semana toda com essa senhora e, nos fins de semana, tinha folga só de 15 em 15 dias. Apesar de ser pesado, para mim foi bom porque passei a ganhar meu dinheiro. Eu já tinha trabalhado em supermercado, também numa malharia, e pensei que eu não podia ficar a vida toda trabalhando em balcão, meu sonho era trabalhar como caixa de banco. Pedi demissão do mercado e com o dinheiro da indenização fui para o Senac, fiz tudo que é curso que tinha: datilografia, telefonista. No fim do curso de telefonia, o professor disse que iria abrir concurso na prefeitura e que tinham 15 vagas, no fim, só eu e outra colega nos inscrevemos. Me classifiquei em 15º lugar, eram 15 vagas. Fui nomeada, trabalhei na Secretaria de Educação de Porto Alegre.

Um dia, uma colega falou que havia saído um concurso para o Tribunal Regional do trabalho e que teria vaga para telefonista, o salário era mais de cinco vezes o que a gente ganhava na prefeitura de Porto Alegre. Aí eu peguei o jornal e levei para a minha irmã, tinha vaga para ensino fundamental, médio e superior e ela concorreu para ensino médio. A vaga para telefonista não pedia experiência, mas pediam diploma – e eu tinha, diferentemente da minha colega. Passei em 7º lugar, eram cinco vagas, aí foi assim: na vaga antes da minha a pessoa não apresentou diploma; como eu tinha, me chamaram e entrei na última vaga desse concurso, em agosto de 1990.

Eu sempre percebia que era difícil encontrar ou me manter num emprego bom, porque antes de entrar no supermercado eu procurei vaga por um tempão. Por isso investi nos cursos do Senac, porque favorecia para conseguir vaga, porque a formação deles era boa e assim mesmo continuava difícil. Eu me lembro que na época estava fazendo vários concursos porque depois que entrei na prefeitura vi que era um caminho. Toda semana eu ligava [para o TRT] para saber quando seria a posse, porque me diziam que estava no fim a validade do concurso. A posse foi numa quinta-feira de tarde.

Quando cheguei, estava muito feliz. Comecei a ganhar muito bem perto dos salários anteriores, eu era muito nova, gostava de trabalhar, conhecer coisas novas e aí comecei a tentar vestibular para Direito e também concurso para técnico, porque meu cargo era auxiliar de telefonia – depois teve uma lei que dizia que telefonista virava técnico e aí o salário aumentou. Mas quando eu cheguei, lembro que o [presidente] Collor cortou o salário, mas assim mesmo, para mim, ainda era bom. Eu sei que na época do [presidente] Sarney a gente tinha aumento todo mês, a gente sempre recebia mais do que a gente achava que iria receber, mas depois o salário foi se achatando. Fiquei de 1990 até 2003 na telefonia, eu fiz uma cirurgia no ombro e aí, em 2006, fui readaptada, eu sentia dores dia e noite, mesmo tomando remédio.

Como voltei da cirurgia muito rápido e não conseguia trabalhar, fui para a 13ª Vara. Eu fazia tudo, digitava no computador, via processos nas

pillas, é um serviço que não tem previsão, tem hora que chega um monte de gente, tem hora que tem que ir atrás de processo, muita gente não gosta, eu na verdade, como estava aprendendo, tudo era bom. Fiquei em torno de seis meses ali. Voltei para telefonia, num serviço que era tarifação das ligações, vinha no contra-cheque algo assim, eu fazia aquele cálculo. A companhia telefônica mandava um arquivo com milhares de linhas, aí tinha que converter e selecionar dados, classificar linhas do interior e de Porto Alegre, algumas eu tirava, sei que levava dias para fazer porque era tudo na planilha, não tinha uma fórmula, era manual. Mandava relatório de cada Vara com as ligações e os valores.

Em 2009 teve um concurso interno com vaga na digitalização, aí eu passei e fui. Era um setor que estava se estruturando ainda, digitalizando os processos. Mas aí também tem outra questão, sempre tem muita questão para quem é negro: pediram para me tirar da chefia não por competência, mas por causa da minha cor. Eu era formada em Direito, tinha vários cursos, então eu penso que não era questão de competência, era a questão racial mesmo, de ter uma pessoa negra na chefia, ninguém queria isso. Fui forçada a ir para o arquivo, cheguei lá e falei que precisava ficar na mesa perto da janela, por conta da minha rinite, mas a chefe negou e fiquei perto dos arquivos, mesmo tendo explicado minha situação. Consegui transferência para o setor de cópias até ser extinto, fui para a zeladoria e, depois, para serviços gerais. Um dia estava conversando com uma colega e ela me disse assim: “Eliane, tu tem tanta formação e só te ofereceram lugares que não precisa qualificação nenhuma”. “Mas quais são os lugares que as pessoas pretas trabalham?”, respondi.

Comecei a faculdade em 1994, era um dos cursos que eu tinha vontade de fazer, foi no ensino médio que a professora fez uma avaliação de QI e aptidões e um dos cursos que deu foi Direito. Também deu Psicologia, Pediatria, tudo bem fácil! Fiz Direito, só que não passei nos concursos, ou passava e ficava longe. Antes de estar formada eu passei e fiquei torcendo para não ser nomeada, em outro faltou pouco, apenas quatro vagas para eu ser nomeada. Dois fatores importantes: na época em que me formei, não tinha essas seleções de hoje que oferecem as vagas, a gente nem ficava sabendo, era indicação. Depois, porque teve uma leva de aposentadorias e precisavam de pessoas qualificadas, tinha muitas pessoas novas e os gabinetes esvaziaram, começaram as seleções públicas, acho que por volta de 2008, eu lembro que fiz três seleções para gabinete.

Algumas pessoas eram bem racistas, tinham atitudes racistas. Eu fiz um curso online do Tribunal e uma colega me atacou nos comentários, na postagem do fórum do curso, e os próprios professores concordaram com ela. A pessoa me chamou de chata, disse que eu tinha mania de falar as coisas como se eu fosse dona da verdade – porque eu sempre falei nesses cursos das questões raciais, que as pessoas eram racistas e que não

se reconheciam como tal. Eu trabalhei muito no Tribunal. Mudar minha vida? Isso vai de cada um. Eu fiz faculdade, eu adquiri bens, na questão humana eu fui muito prejudicada, muitas vezes humilhada. Trabalhei em supermercado e nunca tinha sido humilhada. Trabalhava com homens e mulheres brancos, pessoas negras, os clientes, mas nunca fui humilhada. Aqui, as pessoas viam e não faziam nada. Não estou falando de tomar minhas dores, mas só dizer “ó, isso não está certo”.

Porque o racismo é isso, ele é tão natural que as pessoas acham desculpa para o racismo das outras. “Ah, não é isso”, dizem. Ou tu estás te lamentando, ou te menosprezando ou não estás te valorizando e acha que a pessoa te trata desse jeito porque tu és assim. É um caminho muito longo para pessoas negras reverterem isso. Se uma ou duas pessoas brancas se engajam nessa luta, não é suficiente porque essa onda de pessoas que praticam racismo descaradamente é imensa. Não estou desculpando atitudes, mas alguns sabem o que estão fazendo. Outros, não.

Aí eu me dei conta da importância de a gente se reunir com pessoas que passaram pelas mesmas coisas que nós. Porque quando se está sozinha, é preciso enfrentar tudo sozinha e a gente não consegue ver, fica procurando onde errou. No coletivo, não é necessário justificar o erro do outro para saber o que está acontecendo. Me refiro a episódios de racismo. O coletivo é um lugar para gente ser feliz, também. Eu, quando corri para o Comitê, quando surgiu o Comitê eu fiquei muito feliz. Quando abriram a eleição, pensei que poderia participar. Pensando em ser um sonho. Ganhei por 11 votos de diferença para o segundo colocado. Eu não tinha aquela coisa de que ia ganhar, eu queria entrar para contribuir.

Foi uma surpresa. Nunca estive nesse lugar, de representar um coletivo com um protagonismo tão forte. Estar no lugar de primeira mulher eleita num coletivo que não era conhecido no Tribunal, esse grupo de pessoas, eu até dizia que era um coletivo em formação. Porque o coletivo nunca está pronto, está sempre em formação, porque as pessoas entram, outras saem, mudam de opinião, há divergências e isso é uma construção. E fazer parte de um coletivo de servidores negros é outra coisa, de alguma forma delimita um campo. São servidores, não terceirizados, não são operadores de Direito, não são magistrados, são servidores. Então, é importante estar no coletivo, tudo o que ele fez até é hoje importante.

Estou aposentada, mas tudo que fiz no Tribunal é um legado que fica para mim. Quando eu estava no Comitê de Equidade, fiz umas propostas que não foram para a frente. Acho que deveria ter um espaço para os nossos feitos, os eventos que a gente realizou, podíamos ter fotos em um espaço, não como decoração, mas para marcar nossa existência no Tribunal e de que não estamos concordando com muitas coisas que existem na sociedade. Eu acho que tem que ter uma coisa que seja visual. Alguém que aparece uma vez ali ela vai ver aquilo.

Outra proposta foi de ter livros de escritores negros e negras na nossa biblioteca, e de uma estante para crianças, para filhos dos servidores negros e não negros. Para mostrar que a gente tem uma cultura, tem pessoas que escrevem muito bem, como foi com aquela exposição fotográfica, mostrar que existe um protagonismo. Às vezes lembro da exposição [Orgulho Negro], vejo as fotos e vejo como foi importante. E vejo em outros lugares que foram criadas exposições, foi itinerante, teve a exposição na Câmara. Houve outras exposições em Porto Alegre, que tiveram a temática de fotógrafos negros e negras fotografando a negritude. Eu não sei se a nossa exposição foi a primeira, mas de alguma forma ela teve um protagonismo e deixou uma marca.

A gente fala que tem de se valorizar, valorizar a aparência, os traços, o cabelo, a questão do corpo, o quanto é importante a gente se ver representado. Porque as pessoas negras são invisíveis para o grande público. Por que naturalizamos as pessoas negras que estão limpando o piso? Acho importante ter esses totens, vamos dizer assim, de admiração. É simbólico, as pessoas quase não vão notar, mas está ali. Assim como tinha uma escultura bem no meio, no Tribunal, aquela escultura de madeira da história do Rio Grande do Sul, uma coisa simbólica. Por que nós, negros, não podemos ter? Como a gente teve os Lanceiros Negros, que o movimento negro trouxe, mas que iam ser esquecidos se não fosse essa ação. É assim que as coisas se apagam.

A experiência do Comitê, por isso, foi muito boa. Mas eu não quis me reeleger por causa dessa mudança da lei, eu ia perder alguns direitos para me aposentar, é difícil ficar nessa situação de insegurança porque, querer me aposentar, eu não queria. Sempre dizia que queria trabalhar até os 60 anos, mesmo sabendo que já teria atingido o tempo necessário. Quando eu entrei no Tribunal poderia me aposentar com 48 anos, depois mudou pra 52, acabei me aposentando com 55, mas nem precisaria.

Eu sempre me vi negra porque sempre tive o cabelo que eu tenho hoje. Teve uma época que alisava e parei de alisar por questão de saúde, porque eu não considero que isso faz a gente ser ou deixar de ser negro, acho que tem outras questões aí. Eu sempre estudei em colégios que tinha brancos e negros, mas no Tribunal eu sofri muito com o racismo. Quando trabalhei em supermercado real, tinha colegas brancos e negros. Mas também sofri questão de racismo com namorado branco que a minha mãe não quis. Acho que a pessoa que diz que se descobriu negra, acho que não se dava conta dessas questões de ser negro ou não ser negro. Porque eu sempre passei por isso de preconceito, embora não tão gritantes.

Eu vou lembrar uma frase do Silvio de Almeida [filósofo, ativista do movimento negro]: as instituições são racistas porque as pessoas são racistas. A gente não pode esquecer que as instituições são feitas por pessoas e que elas agem em nome das instituições. Acho que a partir do

momento em que uma instituição se coloca nesse lugar, de ter um Comitê, ela já está mostrando que isso foi o movimento de algumas pessoas, sem elas isso não teria acontecido. Acho que a gente tem que lembrar quem plantou a sementinha. Não podemos deixar de falar da servidora que idealizou o projeto, das pessoas que estavam com ela no momento. Da doutora juíza presidente do Tribunal, que foi a juíza presidente do Tribunal quando implementamos o Comitê, da primeira coordenadora do Comitê, que foi a primeira coordenadora do Comitê. Eu acho que ele só existe por conta das pessoas que estão ali dentro, que estão se dedicando às causas que o Comitê abraça. Porque ele é gesto, e está de alguma forma protegendo a questão do gênero, a mulher branca, a mulher negra, mas também o homem.

Esses dias falaram que o Tribunal não tinha um Comitê que resguardasse os direitos dos homens, mas de alguma forma também está protegendo porque, quando se consegue dizer não a um ato que é machista, também estamos ajudando o opressor porque de alguma forma ele está tendo a oportunidade de mudar. As pessoas se atêm muito aos privilégios porque elas acham vantajoso ter privilégios. Eu não acho vantajoso nesse sentido. Que bom seria se isso não existisse, mas o racismo existe e nós temos que lidar com isso. Então, eu digo que o Comitê não é só das pessoas negras, das pessoas com deficiência ou de orientação sexual e de gênero. É de todos. *Não basta ser contra o racismo, tem que ser antirracista.*

É importante falar da gente, mas eu não sei até que ponto o que vai aparecer vai ser válido para as outras pessoas verem e sentirem. Muitas pessoas nem vão ler, outras vão ler e se admirar, outros vão olhar por curiosidade, mas eu espero que seja bom para todos. Porque é a narrativa de uma vida. Eu passei 33 anos no Tribunal, fora o tempo sem carteira assinada. É de uma potência e ao mesmo tempo de uma fragilidade enormes, no sentido de se expor e no sentido de que todas as vidas são importantes. Tem uma frase que diz: “querem nos matar, mas combinamos não morrer”. Eu acho que cada vivência é uma vivência de luta, principalmente de pessoas negras que têm todo esse legado de opressão, de racismo, de preconceito, de sofrimento, dos corpos negros terem sido escravizados.

Uma coisa que eu acho importante é que a gente, que o que destaca o povo negro e a sua resistência foi o coletivo. Quando a gente fala “aquilombar-se” eu penso que o fato de estarmos nesse grupo de pessoas que estão participando do livro, de uma certa forma, estamos no aquilombando. É importante a gente mostrar a nossa trajetória. Ela é sensível e potente. Sensível porque a pessoa está se expondo e ao mesmo tempo potente porque as pessoas estão falando e mostrando suas vidas e sendo lidas.

Esse é um trauma que, para nós, negros, eu acho que seria “não esquecer”. Se a gente esquece que existiu isso tudo, a escravidão, a gente vai cair naquela do “ah, deixa passar, já faz tanto tempo, isso já não existe”.

Vem a história do mimimi. Nossa origem é de diáspora, uma origem de corte, uma origem de ter tido histórias e laços ceifados. Nós que estamos hoje aqui, negros, somos resultado de violências, estupros, mortes, mutilações. O nome é tão importante que a legislação permite que se troque se não estiver de acordo. Então, olha a importância de quando alguém te chama pelo nome e tu tens uma ofensa racista relacionando a um macaco ou a outro bicho, como a mula da “mulata”.

Eu quero mesmo é publicar meus textos, tenho alguns escritos. Tenho um livro de contos que ele já está escrito só tenho que publicar, achar uma Editora, terminar meu mestrado depois terminar minha graduação em Psicologia.

Por isso é importante o letramento racial, é importante saber. Porque o resultado da escravidão foi massacrante: construiu enormes riquezas em cima de muitas mortes. Volto a perguntar: por que, até hoje, é natural aquele que limpa o chão ser negro? Temos muita coisa para falar.

NASCIMENTO: 23/01/1965
LOCAL: SANTA MARIA/RS
INGRESSO: 11/12/1996
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: 18ª VARA DO
TRABALHO DE PORTO ALEGRE



GLADIS CÁRITA MARQUES

Meu nome é Gládis, eu sou negra com uma pele um pouco mais clara. O meu cabelo é do tipo alisado, meio fofo. Sou um pouco mais gordinha também, excesso de beleza.

Eu nasci em Santa Maria. A minha avó é descendente de índios, os guaranis, daquela região de Cachoeira do Sul, de Rio Pardo. O meu avô, por parte de pai, era neto de escravos. Por parte de mãe, meus avós são de Santa Maria, negros também, de uma linhagem não tão escravizada, mais urbana. Meu pai era funcionário da Rede Ferroviária Federal e a minha mãe, lavadeira. Meus avós viviam da colheita de arroz. Naquele espaço havia uma comunidade quilombola. Todos trabalhavam em regime escravo, até hoje muitos não têm carteira assinada naquelas lavouras de arroz, de milho, de trigo. Nós vivíamos numa comunidade às margens do Rio Jacuí, no interior do interior de Cachoeira do Sul. Como meu pai ia muito à Santa Maria a trabalho, conheceu a minha mãe por lá. Eles casaram, tiveram quatro filhos. Logo que o pai e a mãe casaram foram morar em vagões antigos que a Linha Férrea cedia aos funcionários. Então eu me criei entre ali. Sou a caçula de quatro irmãos. Tive uma infância muito livre. Eu andava de rolete, nas linhas do trem, subia em árvore.

Com um ano e dois meses, durante um surto, eu peguei poliomielite e fiquei entre a vida e a morte. O médico falou para minha mãe que eu não chegaria aos sete anos de idade, hoje eu estou com 55. Mas acredito que foi muito difícil para minha mãe, já que era uma doença nova. Eu tinha convulsão, não conseguia caminhar, sequelas, muita febre e dor. A medicina não sabia lidar ainda com essa doença. Eu acredito que essa coisa da ancestralidade, da gente saber lidar com isso, a conexão que a gente tem com a natureza, me salvou. A mãe me colocava compressas.

Era muito *unguento* na perna, poções, remédios caseiros. Acredito que pode ter sido por isso que eu tenha sobrevivido, já que os médicos não sabiam lidar com a doença. Fiquei só com uma sequela na perda direita. Digo só porque a pólio pode deixar muitas marcas. O aparelho ortopédico me deu uma certa mobilidade para ir à escola.

Então, desde essa época, apesar dos meus pais terem pouco estudo, a questão da inclusão já estava presente na cabeça deles. Sempre colocaram eu e meus quatro irmãos juntos. Se nós íamos até o rio, eu ia junto. Catar bergamota, catar sapinho na lagoa, eu ia junto. Sempre estava incluída. No colégio foi assim. Eu estudei no Maneco, quem é de Santa Maria deve saber onde eu fiz a pré-escola já com o aparelho. Dizem que eu sempre fui uma pessoa pra cima, espirituosa. Às vezes eu ficava horas naqueles fornos de fazer fisioterapia, na Santa Casa de Santa Maria, e lá eu ficava cantando. Sempre tive esse jogo de cintura, de saber lidar com a dificuldade. Na escola eu usava esse aparelho e uma bota um pouco mais alta. As pessoas não sabiam, não conheciam, uns se apenavam, outros tinham medo, outros riam, achavam graça do jeito que eu caminhava. Mesmo com limitações, sempre participei das atividades de dança no colégio. Eu tinha uns seis anos. Acho que os professores já tinham outra mentalidade e sempre tentaram me incluir de alguma forma. Eu nunca ficava de fora. Desde pequena aprendi a lidar com isso. Junto com a minha família, que fazia com que eu superasse os transtornos. Assim foi a minha infância.

Estudei em escolas públicas, quando não era um ensino sucateado como agora. Tive ótimos professores e, modéstia à parte, meu Q.I era bom, meu DNA ajudou. Sempre fui a mais inteligente da turma e a que tirava as melhores notas. Até mesmo quando tive que fazer as cirurgias por causa do pé. A cada vez eram meses engessada, então não conseguia acompanhar as aulas. Mas eu dava um jeito de pegar a lição com algum colega, meus irmãos me ajudavam. Eu ficava engessada do peito para baixo. Ficava meses deitada, mas eu não achava certo deixar de aprender. A última cirurgia que eu fiz foi com 11 anos. Fui crescendo, ficando mocinha, naquela idade que a gente percebe que está diferente. Os amigos não te convidam para as festas, os meninos não te olham. Dava uma certa tristeza mas, de novo, com a sabedoria da minha mãe, dos meus irmãos, sempre fui incluída. E como eu era a que tirava as melhores notas...

A educação era embaixo da taquaireiras. Ali a gente sabia que tinha que ler e escrever. Ter disciplina, respeitar o próximo, dar tudo de bom que tu tivesse. A nossa educação era ali. Tu não pode pular no rio, não pode comer manga com leite. Essas coisas. Educação de erva, essa era a educação que se tinha. Até hoje a gente senta em roda embaixo da taquaireira pra conversar e tomar chimarrão. Isso não tem preço, essa origem. Pena que eu não posso ir seguido, mas foi um aprendizado aquela época.

Eu tinha que ter alguma coisa para barganhar com uma sociedade

toda estruturada para que eu não fizesse parte dela. No segundo grau, já em Porto Alegre, eu não fiz festa de 15 anos porque optei por viajar, ganhei uma viagem para o Rio de Janeiro. Nessa altura, todos os meus irmãos já trabalhavam. Uma irmã trabalhava no Hospital de Clínicas, fez o curso de Enfermagem, a outra passou num concurso público, fez Administração, e o meu irmão também fazia edificações no Parobé. Todos ajudavam dentro de casa porque o dinheiro do pai não dava para contar. Foi um período de bastante transtorno. Terminei o segundo grau e, como eu era uma das melhores alunas, sempre ganhava bolsas de estudo. Ganhei bolsa de inglês, de francês. A mãe sempre dizia que eu tinha de ser três vezes a melhor, porque era preta e ainda por cima com uma deficiência física. Então, pra eu poder ter alguma coisa, eu ia ter que ser muito boa, ser a melhor. No segundo grau já fui procurar emprego. Naquela época eu recebia muitos não, mas nem imaginava que podia ser por causa da pólipo ou pelo fato de ser negra. Então, consegui um emprego nesses cursinhos de pré-vestibular. Trabalhava de dia e estudava de noite.

Passei na PUC, em Nutrição. Fiz dois semestres, mas vi que não era aquilo que eu queria. Fiz Hotelaria em Caxias do Sul. Foi bem complicado. Era um ambiente branco, masculino, não tinha lugar. Até tinha um professor que perguntava o que eu estava fazendo ali, que não era pra mim, que eu nunca iria conseguir algo bom. Então, tudo isso eu tive que ouvir. Eu dava resposta com as notas, indo bem. E como era um hotel-escola, tinha uma escala de trabalho no final de semana em vários setores. Para mim, negra, sempre sobrava a cozinha ou o serviço de camareira. Nunca era uma recepção, algo assim. Depois de formada, fui para Goiânia (GO), trabalhei no Rio de Janeiro, em São Paulo, tudo com hotelaria. Depois voltei, porque naquela época esse segmento, para pessoas negras, era muito difícil, não se arranjava nada que fosse muito bom. Trabalhei em restaurantes, em hotéis, com reservas e eventos, até que resolvi fazer concurso. Primeiro fiz para o Ministério Público (MP), para auxiliar de serviços gerais. Passei, mas a perícia não quis deferir alegando que eu não tinha condições de fazer as funções que a vaga requeria. Mas na descrição das atividades também tinha a função de telefonista, eu podia ser telefonista. Foi uma luta, tive que ingressar na Justiça contra a perícia, contra o Estado, para exercer a função de telefonista do Ministério Público. Trabalhei dois anos no MP ainda prestando concursos. Foi quando fiz as provas do TRT e do TRE e passei nos dois. Optei pelo TRT porque o vale-alimentação era maior. Entrei no dia 11 de agosto de 1993. Fui nomeada para Taquara, onde trabalhei um ano e meio lá e consegui uma permuta para a 18ª Vara de Porto Alegre, onde estou até hoje.

Na 18ª Vara era outro ambiente em que, mais uma vez, eu tinha que estar me representando. Era uma batalha diária. Eu tinha que mostrar capacidade, que eu sabia fazer o que pediam. Porque a pessoa quando

tem uma deficiência tem que provar que pode. Fico pensando nos preconceitos, qual deles é o pior? Eu ainda acho que o racismo é mais forte, que as pessoas te aceitam menos e que tu, naturalmente, não pode mudar. Quando se tem uma deficiência não, as pessoas se penalizam, te dão uma chance, ela está tentando, será que vai conseguir? Eu tinha que estar provando todos os dias que sim. As pessoas não têm noção. Por exemplo, quando colocaram impressoras. Aqui a sala é bem grande, então tinha uma impressora para sala inteira e eu tinha que caminhar uns três metros até lá. Até que fui no Tribunal e pedi uma impressora que estivesse perto de mim. Não tinha necessidade de ir e vir a toda hora, era só mudar de lugar. Passei pelo serviço médico porque eu queria uma impressora condicionada a mim. Eu tenho uma amiga cadeirante que trabalha numa empresa privada e a contrataram porque tinham que preencher a vaga para pessoas com deficiência (PCD). Mas ela tinha um problema com o banheiro, que era muito pequeno para a cadeira dela. Como é que ela iria trabalhar? Bom, construíram um banheiro para ela. Só que no andar de baixo, ou seja, tinha que descer e subir toda vez que quisesse usar o banheiro. Demorava no mínimo 15 minutos. Imagina o transtorno.

Isso sem contar o racismo, de eu estar no elevador, uma pessoa entrar e dizer “quinto andar, por favor”, como seu fosse a ascensorista. Meu marido ia me buscar e uma colega dizia: “Deve ser alguém muito importante porque tem um carro limpo esperando ali na porta”. Era o meu marido esperando eu pegar dinheiro para pagar a luz. Minhas amigas perguntavam como eu sabia tanto de um processo, perguntavam se eu tinha feito faculdade de Direito. “Não, eu sou tua colega”, eu respondia. Então, são esses embates diários durante 24 anos de Justiça do Trabalho. É um advogado que chega e pergunta: “Como que tu estás trabalhando aí?” Nesse dia eu dei uma resposta bem desaforada para ele. As pessoas não conseguem entender que tenho condições de passar num concurso, apesar de ser uma mulher negra, apesar de ter uma deficiência física. As pessoas às vezes não querem ser atendidas por mim por achar que eu não sei nada, ou que sou estagiária ou até a moça da limpeza. É por isso que tu tens que ser melhor, tem que se impor, tem que explicar para as pessoas porque estás ali. Eu tive que competir com pessoas sem deficiência, com pessoas brancas. Tive que ser muito boa para conquistar meu espaço. A gente não deveria ser uma *blackpedia* todos os dias.

Eu tinha 28 anos quando fiz o concurso para o Ministério Público. Eu fiz curso de secretariado e, na escola, fazíamos mecanografia e curso também para trabalhar naquelas máquinas de contabilidade, com rolinho. Facilitou. Foi assim que entrei para o Tribunal. Acho que fui a segunda colocada nas cotas de deficientes. Fiquei no MP durante um ano e meio. Continuei estudando e depois passei no TRE e no TRT.

Eu não me lembro da posse aqui no Tribunal. Recebi um telegrama e

fui no serviço pessoal, me disseram que a minha vaga era pra Taquara e eu fui. Não teve solenidade de posse e tudo mais. Eu já trabalhava no MP, então eu sabia mais ou menos como que era. E o que eu mais gostei foi de uma loira que tinha lá no Ministério Público que era minha colega e ela não acreditou que eu havia passado no concurso federal. “Ah, tu passou?” Passei num concurso federal e vou fazer a minha festa de despedida e estou te convidando, se tu quiseres vem, disse a ela. Foi um troco que eu dei porque ela se achava superior. Ela era auxiliar de serviços gerais, mas às vezes ela se metia como secretária de diligências, me pedia ligação. Aí, quando ela descobriu que eu havia passado... É a lembrança que eu mais tenho da minha despedida do MP. É muito boa essa sensação de dar o troco, quando as pessoas acham que tu não tens capacidade.

Fui muito bem recebida em Taquara. No interior eles têm outro tipo de aconchego. E a maioria das pessoas não consegue ser hostil comigo, acho que pela minha deficiência. Não sei. Não sei se é por causa do meu sorriso. Na época, a diretora era muito certinha. Não se podia esquecer um carimbo, uma assinatura. Não podia ter rasura. Era detalhista. Meu primeiro filho nasceu na cidade, fez um ano e logo voltei para Porto Alegre através de uma permuta com uma colega. Até hoje eu tenho amizades lá. Tinha colegas que a gente almoçava junto, tomava chimarrão. Essas varas do interior têm cozinha, nós fazíamos churrasco.

Quando vim para Porto Alegre, tinha um pessoal da Serra com uma educação bem mais racista. Eu sabia que eles faziam piada de preto, então antes de eu chegar já ficam cientes de que não era mais para dizer esse tipo de coisa. Eles iam ter uma negra lá, agora. Eu deixei bem claro, na primeira piada eu já cortei na hora e ali acabou. Fui mostrando a minha capacidade e, no fim, todos passaram a me admirar, de uma certa maneira. Porque, de uma certa maneira, eu acho que eles nunca imaginaram que uma mulher negra, deficiente, podia ser colega deles.

Estou casada há 30 anos. Tenho dois filhos, o Matheus e o Henrique, com 23 e 22 anos, respectivamente. Os dois estão na faculdade. Casei com 26 anos, uma união estável com o Luís Cesar, no dia de Santo Antônio [13 de junho]. Passamos os primeiros 10 anos sem ter filhos, depois de uma conversa lá no meu quilombo uma tia me falou que se eu não botasse os bons no mundo, quem iria colocar? E era isso, tinham que ir os ruins e virem os bons! Tem que ter filho, ensinar o bem, ensinar a respeitar as pessoas, para que eles possam melhorar a humanidade. Mas sempre digo para os meus dois gurus que eles têm de fazer o bem, têm de se cuidar porque, sendo homens negros, eles têm um alvo nas costas. Eu tenho que dizer para eles, “vocês têm que fazer tudo direito e mais ainda”. Porque se tiver uma vaga de emprego e tiverem que escolher entre o branco e o preto, vão escolher o branco. Eu falo também que, se estiverem na rua, tirem o boné quando forem abordados em uma blitz, fique com

as mãos à mostra, não mostrem reação nenhuma. Sempre quando eles saem meu coração vai junto e só descansa quando eles voltam. Eu até brinco que queria uma netinha, uma pretinha, mas eles estão sempre em roda com mulheres brancas. E eu tenho que explicar para eles a solidão da mulher negra. Eu não posso escolher para os meus filhos a mulher que eles possam amar, mas o que posso explicar é a história das mulheres e das famílias de mulheres negras, para que eles deem oportunidade para essas mulheres que também merecem ser amadas

Minha vida na Justiça do Trabalho foi atender pessoas no balcão. Eu já tinha isso comigo. Toda vida profissional eu trabalhei com gente. No hotel, na pizzaria, sempre em contato. Uma vez no hotel eu trabalhei na contabilidade, na área interna, mas fora isso, sempre com público. Eventos, contatando gente. Na época em que trabalhei no shopping também, conhecia todo mundo, de todas as lojas. Então, sempre fiquei no balcão, até depois descobri que era o último lugar a ser escolhido pelos outros, mas para mim era ótimo ali. Era atender as pessoas, dar carga, explicar processo, ouvir as partes. Era o que eu gostava de fazer. A função que eu ganhei também foi pelo balcão. Juntou o útil ao agradável.

Eu acho que a Justiça do Trabalho, para mim, foi o divisor de águas. Onde eu comecei a mudar de status. Consegui minha casa, resolvi ter filhos, aprendi a dirigir. Tudo por causa da Justiça do Trabalho. Eu aprendi muita coisa. Eu parava para conversar, sempre faço isso. As pessoas me contam a sua vida. E elas chegam ali como se a gente fosse a solução dos problemas. Olha, eu preciso desse dinheiro para ajudar a minha mãe etc. E a gente tem que explicar que não é assim, rápido, que a pessoa vai ter o dinheiro, mas a outra parte vai recorrer até a última instância. Tu tens de saber dar essa notícia de maneira certa, para a pessoa não sair dali desapontada. Tem que ter consciência de que são vidas, de que as pessoas que estão ali dependem do nosso trabalho.

A gente tinha essa consciência e isso se perdeu um pouco, eu acho. As pessoas que estão ali querem receber um dinheiro que elas não receberam corretamente. Se tivessem recebido, talvez não tivessem sido despejadas do apartamento ou não estariam no último leito do SUS porque não tiveram dinheiro para comprar ou pagar um tratamento antes. A Justiça do Trabalho virou um sorteio, uma máquina. Eu acho que a Justiça do Trabalho perdeu um pouco aquela função protetiva ao trabalhador. E agora mais ainda: com essas reformas que propõem, a tendência é cada vez mais desaparecer. Infelizmente essa proteção ao emprego tende a acabar. A Justiça do Trabalho vai se tornar uma vara especial da Justiça Federal. Porque as pessoas vão se aposentando, o governo não vai repondo. Tem o lado da informatização, onde um faz o trabalho de 10. A relação de trabalho mudou, não tem mais essa proteção e, se não tem mais proteção, não precisa de Justiça.

Em relação ao racismo, depois da gente construir o coletivo, o Comitê de Equidade, acho que a instituição, as pessoas em geral, estão percebendo de uma outra forma. Não se via, aliás, quase não se vê, negros aqui no Tribunal. Sempre que se via era na portaria, no almoxarifado, no arquivo. Em lugares fechados, onde não apareciam. Os colegas negros que têm curso superior poderiam ter uma posição melhor se as políticas de equidade fossem implantadas antes. Poderíamos ver muito mais diretores negros, chefes de gabinete. Até juízes. Mas a gente não vê. O que eu vejo é que os negros que entram no Tribunal não têm essa consciência do “vamos juntos”. Às vezes, só querem ficar no seu canto, fazendo o seu trabalho sem serem vistos, de repente para não sofrerem preconceito. Acho que eles têm esse medo de se envolverem, até em razão da própria estrutura do Tribunal, que é uma estrutura branca, de homens. Eles não têm essa coisa de se impor, há um receio dos servidores negros de ocuparem seu espaço. Já foi sofrido chegar ali, sabe-se lá a história de cada um.

Minha militância vem de muito tempo, mas era do dia a dia. De dizer para as pessoas que os negros e deficientes podem conseguir. Sentar e explicar. Eu faço parte da [escola de samba] Acadêmicos da Orgia, ali eles têm um núcleo de divulgação, de explicação sobre a negritude. Foi onde desenvolvi um pouco mais. Mas vem de antes, de querer fazer um baile do chope só para os pretos. Onde a gente se reunia para criar uma sociedade, um clube só de negros, que não fosse apenas para festa. A gente se juntava e fazia uns galletos pra pagar bolsa de estudo. Tínhamos um núcleo para capacitar mulheres com curso de manicure, pintura, crochê. Qualquer coisa que a mulher quisesse fazer mas não tinha condições. A gente tinha essa consciência, de que tinha que capacitar a mulher para trazer o sustento dentro de casa. Aí começou a minha militância dentro dos clubes. Do Floresta Aurora, do Recreativa Satélite Prontidão.

Na Acadêmicos foi que eu ouvi a palavra Chimamanda [Ngozi Adichie, escritora nigeriana] pela primeira vez, onde eu troquei o termo escravo por escravizados. Depois, forte mesmo foi a militância no nosso coletivo. Onde eu pude colocar em prática o dia a dia. Até então não se tinha essa oportunidade, de mostrar e aplicar aquilo que a gente sabia sobre racismo, sororidade. Ali a gente começou a aplicar essa nossa militância diária com didática. E deu, está dando, muito certo. Cada um que se junta nessa nossa luta é mais um que traz militância diária para construir uma coisa maior. Tem também a militância da mulher negra, que tem uma certa ancestralidade. Trabalhar com mulheres com câncer, trabalhar com uma creche que precisa de alimentos. Sempre, nessa militância, eu tento ver o lado da mulher negra. Eu comparo muito preto africano, preto americano e preto brasileiro, e a gente vê que a base é a mulher. Ela que leva, que educa, que constrói. Se a gente falar mais para as mulheres negras, a gente estará fazendo uma construção mais sólida.

Além de ser a história dos negros, ainda assim se mistura com a história da Justiça do Trabalho. Porque o servidor negro vê outra história. O reclamante do outro lado do balcão na maioria das vezes também é negro. Eu atendi vários e quando vem um negro no balcão tu sabe que a história dele é parecida com a tua. Tu acaba tomando a dor dele e fazendo com que o processo não seja mais um. Ou que não chegue um colega branco e diga “vai procurar teu advogado”, como acontece. Por isso o nosso olhar é diferente. Por isso é muito boa essa iniciativa.

Mas é preciso dizer que as pessoas aceitam melhor uma pessoa deficiente do que um negro ou uma negra, tudo em função da estrutura racista que temos. Dentro do Tribunal foi mais difícil ser preta do que ser deficiente, essa é a verdade. É preciso que as pessoas entendam o que é o racismo e que ele existe, para que a gente possa construir uma sociedade mais justa não só dentro, mas fora daqui. As pessoas precisam ser educadas sobre a existência do racismo, que as cotas são necessárias sim, porque viemos de um lugar diferente. Se eu não tivesse tido paralisia infantil, talvez eu tivesse tido um outro futuro. Mas tendo essa política de cotas, tanto deficiente quanto racial, ficou mais acessível. A gente quer partir do mesmo lugar, ainda que tenha gente que pense que tu não consiga fazer algo só porque é negro ou deficiente. Tem que estar lá dentro para mostrar que nós temos capacidade.

Dentro do Tribunal do Comitê acaba criando um espaço de fala, de reflexão, de acompanhamento, de ideias e até mesmo de oportunidade. Temos uma colega que através do comitê foi fazer um curso fora. Esse tipo de oportunidade que o Comitê tem como proporcional para os servidores negros. E fora também. Olha os encontros que a gente teve, os eventos como aquele de exposição de artes. Quantas pessoas a gente conheceu? Quantas reuniões a gente fez? Quantos cursos a gente já fez? A Femargs fazer um evento especialmente para o preto dentro da Femargs é uma conquista. É a escola de magistratura oferecendo curso de inclusão. Tudo isso por causa do Comitê. A gente cresce como pessoa e passa para os outros.

NASCIMENTO: 30/06/1966
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 09/12/1998
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: GABINETE DE
DESEMBARGADOR



PAULO ROGÉRIO BARBOSA VARGAS

Meu nome é Paulo Rogério Barbosa Vargas, eu sou negro. Nasci em Porto Alegre, filho de porto-alegrenses, no bairro Vila Jardim, rua Barão de Bagé. Parte da minha infância passei na casa da minha madrinha, da minha vó, na avenida Ijuí, ali em Petrópolis. Gostava muito de ir lá, até hoje tenho uma lembrança muito legal daquelas ruas ali. Minha mãe trabalhava e a irmã dela cuidava de mim junto com outras crianças, a gente vivia como se fôssemos irmãos. Essa minha madrinha era uma mulher negra de pele bem clara, traços de negra, e o marido e os filhos eram brancos. Eu tinha um primo com o cabelo loiro que me chamava de “mano”. As pessoas perguntavam: mas como? E a minha tia brincava porque tinha uma propaganda, na época, em que a gente era o “choco preto” e o “choco branco”.

Acredito que tive uma infância feliz. A nossa casa estava sempre cheia. Minha mãe era muito receptiva. Não éramos pessoas abastadas, mas se vivia bem, não faltava nada em casa. A mãe recebia muita gente, um afilhado, um irmão, pessoas que passavam um tempo lá em casa. As festas de aniversário da família também eram muito alegres. Tudo era motivo para dançar, então eu tive músicas que foram muito presentes na minha infância, como as da Alcione. Eu sou bem mais moço que meus irmãos, o meu irmão mais velho tinha 16 anos quando eu nasci, e o do meio tinha 15. Meu pai brincava que ele iria morrer e que eles iriam ser como pais para mim. Meu pai está vivo ainda, com 95 anos. O interessante é que na rua onde eu me criei havia um convívio entre várias pessoas, assim, com as mais diferentes tonalidades de pele. Posso dizer que era cinquenta a cinquenta por cento.

Meu pai tinha carro. A gente tinha casa metade alvenaria, metade de madeira. Então, às vezes, na visão de outros amigos éramos privilegia-

dos. Eu ganhei uma bicicleta no Natal e vários amigos meus, brancos, não tinham. Então, eu não tinha essa percepção de que os negros tivessem uma condição mais frágil. Eu sempre tive certeza que meu caminho seria esse, de cursar um curso superior. Até porque os meus irmãos mais velhos sempre me estimularam a isso. Tinha livros, dicionários, Atlas, máquina de escrever em casa. Gostava muito de jogar futebol. Eu não tive jardim de infância. Antes de entrar no colégio, uma senhora perto da nossa rua me dava aulas particulares num galpãozinho que tinha atrás da casa dela. Fui matriculado no colégio São João, eu era o único negro na sala de aula. Ali já comecei a ter uma percepção, do colega olhar o meu nariz com curiosidade, ou para o meu cabelo, como se fosse coisa de outro mundo. Em uma aula de Educação Física, a professora pediu para todos nos darmos as mãos e, ao meu lado, uma menina não quis dar a mão para mim. Eu avisei a professora e ela disse: dá a mão para ele. Ela então me deu a mão. Ali eu tive a noção exata de que ela não queria me dar a mão porque eu era negro. Mas em momento algum eu me intimidei com isso.

Quando estudei na escola São João, não tinha impacto ser o único negro da turma. Eu acho que me integrei muito bem, aprendi a ler rápido. Mas durante a minha trajetória fui encontrando algumas hostilidades. Tinha uma professora que era hostil comigo. Uma vez ela falou que eu havia demorado para copiar no quadro, e a outra professora me defendeu. Eu acho que aquilo me desestimulou um pouco. Eu perdi um pouco daquela coisa de aluno de ponta. Depois fui me conscientizando mais, e sendo mais organizado já no final do primeiro grau. Naquela escola eu fiquei até o terceiro ano. Eu digo que a gente foi meio sobrevivente diante daquela percepção que os professores tinham. Por outro lado, eu acho que tenho uma personalidade de que as coisas batem em mim e voltam. É uma maneira de me defender, parece que entra por um ouvido e sai pelo outro, uma maneira de seguir adiante. Claro que durante o período em que estudei no São João eu ouvia muitas coisas, muitas piadas. Isso era normalizado, as piadas racistas nos anos 1970 e 1980. Era absolutamente normal. Amigos meus que eu gostava e que gostavam de mim faziam esse tipo de piada e aí a gente ria. Lógico que a gente também normaliza isso, pois é uma maneira de seguir. É por isso que muitos negros que estão nesse ambiente muitas vezes não prosseguem. Era muito comum ver isso. Meninas negras, então... Houve duas, que eu lembro, que ficaram um ou dois anos no colégio e saíram. Porque o ambiente muitas vezes era hostil. Eu acho que nós, negros, quando convivemos nesses ambientes majoritariamente compostos por brancos, temos que ter uma estratégia de sobrevivência para que possa seguir adiante.

Nunca fui uma pessoa isolada também por causa do futebol. No final do segundo grau eu conheci pessoas com afinidade comigo em questão de visão de mundo, chegamos até a formar um grupo de teatro. Pessoas

com a mente mais aberta, menos preconceituosas. Mas, por exemplo, eu nunca namorei uma menina que tivesse estudado comigo. Essa possibilidade era visivelmente menor em relação aos meus amigos. Se alguma menina branca se interessasse por mim, provavelmente até tivesse vergonha. Mas traumas maiores, eu não lembro. Alguns colegas, depois dessa época, passaram a estar mais carregados, mais preconceituosos do que na época do colégio. Uma vez me surpreendi quando um colega se negou falar comigo, isso um ano ou pouquinho mais depois do colégio. Não fez questão de falar comigo. Acho que os adultos é que são mais contaminados pelo vírus do racismo do que os jovens.

Na adolescência, eu comecei a notar algumas diferenças com os meus amigos de rua. Eu me interessava por questões políticas, ouvia Caetano Veloso e Gilberto Gil, e meus amigos não estavam nem aí. Muitas vezes eu fazia as coisas sozinho. No Comício das Diretas [1984], eu fui sozinho. Eu penso assim também, prefiro uma companhia interessada naquilo que eu quero fazer do que apenas alguém que vai me agradar. Tinha um amigo que gostava muito de futebol, mas quanto a essas minhas preferências como teatro, política, cinema, ele não me acompanhava tanto. Na adolescência não namorava muito, não saía muito, eu era um cara tímido, até hoje sou. Era inseguro também, como boa parte dos adolescentes. Mas com a minha aparência física, de forma geral, nunca tive problema. Cortava meu cabelo, às vezes usava um pouco mais comprido, não chegava a ser um *black power*. Toda essa questão nunca foi um trauma.

Depois do colégio eu fiz a faculdade de Ciências Sociais. Tinha interesse por política, naquela época de redemocratização, fiquei muito entusiasmado com o nosso momento político e fui fazer Ciências Sociais. Eu acho que na verdade eu e meus colegas não tínhamos a real noção do que era ser professor de Ciências Sociais. Naquele momento eu também comecei a trabalhar em banco, através da indicação de um amigo. Era um bom emprego. Comecei a ter minhas coisas, até porque eu não pedia dinheiro para o meu pai. Ele já pagava meu colégio, então eu pensava em não pedir dinheiro para ele. Ter emprego me deu possibilidade de comprar as minhas roupas, de ir aonde eu queria ir, aí veio o grupo de teatro.

Lá em casa ficaram com o cabelo em pé: o que eu queria me metendo com esse pessoal do teatro? No banco, o setor que eu trabalhava era o de compensação, e fazia isso de noite e onde havia muitos negros junto. Tinha esse aspecto da gente se identificar. Eu vim da realidade de escola particular, então comecei a ter contato com pessoas de realidades diferentes. Nas agências do banco, poucos negros, mas na compensação, muitos negros. Até, às vezes, encontro alguém que trabalhava no banco, em algum outro setor, e aí me dizem: ah, tu era um dos “neguinhos da compa” [referência ao setor de compensação]. Foi um tempo muito feliz, de amizades, de juventude. A faculdade começou a ficar em segundo plano, comecei a focar

muito no trabalho. Tinha o teatro, os amigos, namoradas, uma vida agitada. Achava também que já não era o curso que eu queria, apesar do meu pai pedir para eu continuar. Aí eu resolvi acatar o pedido. Troquei de banco, me formei em Ciências Sociais e comecei a lecionar num supletivo de primeiro e segundo graus em Alvorada. Eu tinha 23 anos.

Aí na época houve um concurso na Febem, para o ensino médio, e eu entrei. Eu estava na área, mas ainda pensava em fazer o curso de História, então comecei a cursar História na UFRGS enquanto trabalhava. Foi um lugar onde eu aprendi muito sobre as pessoas, sobre a vida. As pessoas que trabalham lá eu considero que são as que mais conhecem os seres humanos. Larguei o teatro, já estava em uma vida mais adulta, com namorada, pensando em casar. Na Febem, conheci minha esposa. Na época ela estava entrando no curso de Enfermagem, na UFRGS. As histórias se entrelaçam até em questão de família. Na UFRGS eu tive muito aprendizado, o nível de exigência era muito grande, até pelo nível dos colegas, o conhecimento que eles tinham. Me tornei mais metódico, com mais foco. E aí tu percebes a ausência dos negros na história, exceto pela escravidão. Em meio a esse período, houve o concurso do Tribunal. Terminei a graduação em História um ano depois de ter entrando no Tribunal, em 1999. O ingresso surgiu de forma aleatória: o concurso que me dava uma condição melhor, na Febem a gente vivia em constante tensão, um trabalho que exigia muito, emocionalmente falando. Eu trabalhava com infratores, ficava de plantão, sempre esperando algo acontecer. Então, quando surgiu a oportunidade de fazer outro concurso eu percebi que era hora de buscar outra alternativa. Foi uma opção nesse sentido.

Em 1998 eu fiz concurso para Técnico do TRT. Na época, o cargo de Analista era restrito a alguns cursos superiores, diferentemente de hoje, que é aberto. Naquele período não fazia muito tempo que eu havia casado. Me inscrevi no concurso, comprei apostila e me dediquei estudando todos os dias. Eram poucas vagas. Foi bom eu ter estudado e ter me dedicado. Eu fiz a prova em abril e fui chamado em dezembro. Fui nomeado para Taquara, mas pouco depois descobri uma vaga em Porto Alegre e nem fui para a cidade. Comecei a trabalhar no dia 9 de dezembro, fui muito bem recebido pelos colegas. Era um trabalho burocrático, eu já tinha a experiência do banco em trabalhos burocráticos. Foi fácil de assimilar, o volume de trabalho não era tão grande. Trabalhar de segunda a sexta e ter um final de semana tranquilo me deixou super feliz. Lembro de uma situação, logo quando cheguei: um colega tinha um processo para entregar em uma outra repartição e me chamou para ir junto com ele. Assim eu ia conhecendo o pessoal. Chegamos na sala e a pessoa que nos recebeu falou para ele: “e aí, como estás, fulano? Ué, andando com segurança?” Não se via muitas pessoas negras no Tribunal. Um ambiente, assim como os que eu frequentei, na escola e faculdade, com poucos negros. Foi um episódio que me chamou a atenção.

Na terceira turma trabalhavam seis pessoas. Ali a gente recebia processos, verificava as procurações, fazíamos exames básicos para ver se estava tudo bem. Os processos eram analisados para entrarem em pauta. Depois de julgados, esses processos eram publicados. Eram muitos processos, as publicações eram feitas de 15 em 15 dias. Se digitava as certidões de julgamento, a secretária corrigia, assinava, o processo voltava ao gabinete para ser juntado com os acórdãos para, depois, voltar à secretaria e ser assinado pelo presidente. Nós organizávamos os processos para o apoio processual, diversos processos, a gente levava de carrinho para os processos ficarem à disposição. Era trabalhoso, mas já havia informatização. Hoje em dia se trabalha com menos volumes, graças à informática. Ao longo do tempo muitas coisas foram mudando. Já não havia necessidade de descer e subir processo. Isso foi facilitado, eu vi essa transformação porque trabalhei ali durante 16 anos. Nesse tempo meu filho nasceu, eu comecei a lecionar História. Até fiz outros concursos, mas aí nunca dava pra conciliar os horários. E trabalhar nessa escola valia a pena. Era um seminário de religiosos, uma tranquilidade, poucos alunos, pessoal experiente. Levei essa situação paralela por 10 anos, quando a escola encerrou as atividades. Até que um colega me sugeriu fazer Direito e eu fui atrás, comecei a fazer o curso na UFRGS. Na terceira turma, passei para secretário-substituto. Talvez eu tenha sido o primeiro negro a secretariar as sessões de julgamento – um lugar onde as pessoas não estão acostumadas a nos ver. Foi um jeito de fazer história.

Entrei em 2011 na faculdade de Direito. Um baita desafio, com filho, ele já com nove anos, eu trabalhando, minha esposa com dois empregos. Era complicado. Optei por fazer durante o dia porque ela trabalhava noite sim e noite não. Eu estudava de manhã, trabalhava à tarde para poder ficar com meu filho à noite. Foi muito corrido, mas eu senti que era o momento, não podia deixar passar. Fazia todas as cadeiras. Foi um baita desafio. Muita gente me disse que eu era muito corajoso. Mas eu pensava: tenho cinco anos para fazer isso, me dedicar. E se eu deixar uma cadeira para trás algum ano, algum semestre, talvez eu não volte, então baixei a cabeça e fui. Consegui. Em 2016 eu me graduei em Direito.

Quando a gente pensa nessa trajetória, isso é motivo de orgulho, essa evolução na forma de pensar. Quando me formei, em 2016, pensei em ser secretário de turma, para ganhar uma gratificação melhor. A perspectiva talvez fosse essa. Mas acabei como assessor de gabinete. As pessoas mais uma vez diziam que eu era corajoso, mudar a essa altura do campeonato. Eu queria desafio, aprender mais. Naquele momento os gabinetes estavam sobrecarregados. É um trabalho bem complexo, quanto mais vai aprendendo, mais se vê quanto mais temos que aprender. É um desafio permanente. A rotina de trabalho é bem exigente. É uma experiência diferente da que eu tinha na turma, exige mais horas e concentração. Inter-

pretação, conhecimento do desembargador em relação àquele processo, às vezes dedicação no final de semana. É uma rotina pesada, mas que contribui muito para o crescimento pessoal. A contribuição que se dá ao Tribunal é muito interessante.

Nesse aspecto da representatividade, eu sempre pensei também por que nós, negros, somos poucos vistos em gabinete. Eu já notei que, quando alguém entra, fica olhando. Porque é algo que chama a atenção. Por outro lado, visibiliza essa desigualdade porque, enquanto nos gabinetes somos poucos, o pessoal do serviço terceirizado, em grande maioria, é de pessoas negras. Isso escancara realidade em que a gente vive. Lembro-me da minha mãe dizendo que, grávida de sete meses de mim, trabalhava limpando janela. Então eu penso que esse pessoal que é da limpeza possa ter essa perspectiva para os filhos. É difícil, mas é possível. Essa precarização do trabalho dificulta ainda mais alguma ascensão. Meus pais eram analfabetos funcionais, mas tiveram a possibilidade, por dedicação, de nos dar um futuro melhor nos dando educação. Eles tiveram essa sabedoria. Eu estou lá, eu penso nisso, nessas pessoas que estão na limpeza. É um abismo que é difícil transpor e de alguma forma me sinto privilegiado. Eu não sou o mais inteligente e nem o mais bonito, mas eu vivo com dignidade. Eu sei que eu ultrapassei esse abismo por tudo que eu já fiz. Pude dar uma boa educação para o meu filho. E eu faço uma comparação: meu pai foi taxista e, mesmo ele não tendo escolaridade, tinha condição de dar uma condição para a família. Hoje, o taxista não vai ter a mesma condição daquela época, se virar Uber vai ter que dividir. As possibilidades de ascensão para quem é mais pobre diminuiram bastante. Já era difícil antes, imagina hoje. Nesse aspecto, me sinto privilegiado.

No TRT, o que mudou foi o convívio num ambiente mais elitizado do que os outros empregos que tive. Isso de alguma maneira te faz ter outra visão sobre as pessoas. Sobre a maneira de elas pensarem, da maneira que elas te enxergam. O trabalho em si, de fazer valer direitos, a gente cumpre, como servidor, uma função social muito importante. Num país tão desigual, escravocrata, onde as relações de trabalho são vistas com muita exploração, eu acho que cumprimos uma função essencial, no sentido de promover a equidade. É um trabalho muito importante nesse aspecto. Me sinto muito orgulhoso nessa função, por desempenhar essa função aqui no Brasil: promover a redução das injustiças.

O fato de eu ter sido o primeiro negro secretariando uma sessão de julgamento também foi um momento marcante no Tribunal. Estar num lugar onde não se é comum. Fiquei muito tenso, nervoso, será que vai dar certo? Mas foi muito importante para mim. Os eventos e fóruns foram muito significativos. Eu nunca militei no movimento negro, mas quando me convidaram para o Coletivo pensei que podia dar alguma contribuição e não ficar numa zona de conforto. A ideia de formar o coletivo surgiu

através da criação do Comitê da Diversidade, então surgiu a ideia de um coletivo que poderia assessorar o comitê. Tive a oportunidade de conhecer outros negros e outras negras que, talvez, de outra forma, não conhecesse. Dividir experiências, promover um encontro para encaminhar demandas. Poderíamos fazer mais, poderíamos interferir em tal situação. Acho que é um espaço onde eu aprendo bastante. São pessoas que têm uma militância mais aprofundada e trazem elementos novos que, de alguma forma, nos transformam. Todos nós que fazemos parte do coletivo saímos de alguma maneira transformados com relação a isso. Eu passei a conhecer pessoas que estão pensando muito na questão do racismo, através do coletivo: Djamila Ribeiro, Emicida, comecei a prestar mais atenção neles. O coletivo tem esse papel de ser um regulador de conhecimento e de visões a respeito da questão que nos envolve enquanto raça e de difusão de ideias e conhecimento. Isso pra mim é muito importante.

É bem complexo tu explicar o que é se descobrir negro. Tu podes enxergar isso sob diversos aspectos. Eu tive essa consciência desde criança, até porque meu pai e meus irmãos sempre falavam disso. Sempre quando aparecia na TV algum personagem negro ele falava: “olha ali, o negrão no filme, que era muito mais raro que hoje”. Sempre tive essa consciência de que eu era negro, sempre tive. Até aconteceu uma coisa engraçada esses dias, eu me lembro que estava com a minha mãe, eu era bem criança e falei para ela: quando eu crescer, eu vou ter barba. Ah, que legal, ela falou. Aí me veio na mente um loiro barbudo de olhos azuis e eu pensei: mas como vou ser loiro, de olho azul? Fica bem evidente de como as informações que recebemos ao longo da infância influenciam, mesmo para mim, que tinha consciência. Agora, se conhecer como negro e conhecer informações em relação à sua origem, à sua história, e saber da nossa herança, é um processo que ainda está em evolução em mim. É algo que estou em processo, preciso me reconhecer mais negro. É um processo. A participação no coletivo certamente me fez mais negro quando antes de eu entrar.

E eu sempre procurei dar essa consciência de negritude para meu filho, sobre quem ele é, o que ele representa e que papel tem para desempenhar. Porque a pior coisa que tem é aquela pessoa que não sabe o que é, o que representa, que papel tem no mundo. Esses dias ele me disse: “fui me dar conta que era negro, diferente dos amigos da minha turma, lá pela quinta série. Ele sabia que era negro, mas não tinha noção que era diferente”. Ele sempre estudou em escola particular, com maioria de brancos. Na escola também, no condomínio onde a gente mora também. Então, é um processo que procuro estar atento. Eu acho que a geração dele tem uma visão diferente do que os meus amigos tinham naquela época. São muito mais cientes disso e não admitem que se fale algo em relação ao preconceito, a raça, a machismo. Eu vejo que os amigos dele são furiosos em relação a isso. Ele é bem integrado em relação às amizades do colégio. E sempre digo a ele:

não te esqueça de onde vieste. Do sacrifício que os teus avós fizeram. Que a gente sempre batalhou muito para te dar as coisas e que nós somos negros, independentemente da posição em que nós estivermos.

Eu me sinto muito orgulho por estar fazendo parte dessa história. Afinal de contas, é uma possibilidade de dar visibilidade à história de pessoas que geralmente ficam invisíveis. Uma possibilidade das pessoas conhecerem a nossa trajetória. Ela pode ser igual, pode ser um tanto diferente, mas são histórias de pessoas comuns que têm a sua trajetória.

Do ponto de vista das últimas iniciativas que a gente tem visto, da instituição, como por exemplo a criação desse Comitê da Diversidade, essa é uma iniciativa muito interessante, talvez pioneira. O fato de eu estar envolvido nessa nossa iniciativa, a formação do coletivo, foi bastante interessante. E a instituição em si em acolher e ouvir, abrir as portas para que nós pudéssemos manifestar os nossos anseios, denunciar as injustiças... Enfim, acho que melhorou muito só o fato da instituição se abrir e promover esses eventos da Semana da Consciência Negra, fóruns antirracistas, aquele encontro dos servidores negros, são iniciativas bem interessantes. A questão das cotas raciais, eu acho que é algo muito importante, porque é necessário que tenha essa representatividade, que o Tribunal abra essa possibilidade. Melhorou nos últimos anos. Esse próprio trabalho que estou contribuindo é uma demonstração que pode servir de exemplo para os outros.

NASCIMENTO: 12/08/1968
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 08/09/1998
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: COORDENADORIA DE
RECURSOS



VANIA TERESINHA OLIVEIRA SOUTINHO

Meu nome é Vania Soutinho, sou uma mulher negra, tenho os cabelos longos escuros e crespos. Eu nasci em Porto Alegre, mas retornei para Viamão, onde meus pais moravam, porque lá não tinha hospital-maternidade naquela época. Dos meus irmãos, eu tenho 12, 13 e 16 anos de diferença, respectivamente. São duas irmãs e um irmão. Minha infância foi bem feliz, brinquei bastante, cresci no meio deles, eu sendo a mais nova, às vezes, eles zoavam um pouco de mim. Frequentei o grupo escolar, dali fiz amizades que eu tenho até hoje. Brinquei bastante na rua, brincava de bicicleta, subia em árvores, foi bem maravilhoso. Eu nasci sem o antebraço e a mão esquerda. O lado direito eu tenho completo, mas o lado esquerdo eu não tenho.

A adolescência é que foi diferente. Morava na vila Esmeralda, em Viamão. Comecei no Grupo Escolar Minuano, minha tia era funcionária e conseguiu que eu entrasse na primeira série sem passar pelo Jardim, aos seis anos de idade. Fiquei ali até a quinta série. Meu pai era claro, tinha a pele clara, podia ser considerado branco, tanto que nos documentos dele constava essa cor. A minha mãe era um pouco mais escura que eu. A minha passagem escolar foi boa, porque as crianças da minha rua estudavam lá também, então nós estudávamos de manhã e brincávamos de tarde. Morávamos eu, meus pais, uma irmã e meu irmão, já que a outra irmã se casou quando eu tinha 13 anos. Minha mãe era dona de casa e meu pai era servidor dos Correios.

Meu pai que sustentava a casa toda, ele tinha em mente que não podia faltar comida na geladeira e que a casa sempre estivesse habitável. Para roupa ele não ligava muito, a gente comprava roupa duas vezes no ano: Natal e aniversários. O negócio para o meu pai era ter a geladeira cheia, tanto que até ele morrer ele tinha estoque de comida não perecível, ele

guardava em cima do roupeiro, ele olhava uma promoção e comprava estoque de arroz, feijão, óleo. Era essa a prioridade dele. Ele acabou largando os estudos e foi sapateiro durante muito tempo. Ele era uma pessoa que tu podia falar sobre qualquer assunto com ele, estava sempre interessado em aprender, tanto que depois de passar por várias profissões ele fez o concurso para os Correios já na década de 1960. Ele teve várias funções, mas se aposentou como carteiro.

A minha mãe cuidava da casa, ela era cardíaca, eu me lembro dela sempre em silêncio, ela era surda, então a comunicação era difícil. Quando eu aprendi a escrever, eu me comunicava com ela escrevendo, era mais fácil. A gente tentou usar aparelho de surdez, no início deu certo, depois não deu mais. Ela tinha sempre dores no peito. Ela vivia adoentada, eu me lembro dela hospitalizada sempre com alguma dor ou alguma coisa. Era uma pessoa bem retraída, quase não sorria.

O pai era diferente, expansivo, eu acho que ele tentava suprir esse papel de ser mais afetuoso que a mãe, já que ela era uma pessoa muito fechada, então o pai era aquele que a gente, se queria alguma coisa, pedia porque ele ia dizer sim, então a gente pedia direto para ele. Sempre dizia sim, tinha paciência com a gente. Era daqueles que não conseguem ficar parados: ou fazia alguma coisa no pátio, ou estava arrumando alguma coisa, e eu estava sempre atrás. Domingo, que era o dia de fazer churrasco, ele serrava lenha porque gostava de fazer churrasco assim; o nosso quintal era bem grande, ele fazia questão de cuidar do quintal, tinha várias árvores frutíferas que ele plantou. Eu lembro de todo domingo ele fazendo as coisas e assando o churrasco e a gente ouvindo Domingo Mobral, um programa que tinha uma musiquinha que eu lembro até hoje.

No churrasco, eu ajudava: a mãe fazia a salada e a minha irmã, a sobremesa. Esse era o nosso domingo. Depois a gente olhava o programa de TV do Silvio Santos e depois o Fantástico. Teve uma época, que eu já era um pouco maiorzinha, que abriu um prédio na minha rua onde o dono, aos domingos, colocava os filmes do Teixeirinha projetados em um lençol. A gente sentava no chão. Depois esse homem inventou de fazer bailinhos que iam até às oito da noite e, como meu irmão era envolvido com música, e ficava por lá, meu pai e minha mãe me deixavam ir. Eu ia com as minhas amigas, era bem legal. Estudava em escola pública. Antes não tive contato com a educação formal, a única coisa que eu sabia antes de entrar na escola era escrever o nome de todo mundo lá de casa. Meus pais adoravam ler, meu pai gostava de jornal e a mãe, o que aparecesse na frente. Então, lá em casa a gente tinha o hábito de ler. Eu lia histórias em quadrinhos, mas depois que eu cresci o pai já me dava o jornal. Meus irmãos também gostavam de ler, sempre tinha livros lá em casa. Meus pais estudaram até a sétima série do ensino fundamental. Uma vez perguntei por que o pai não tinha continuado os estudos e ele me disse que como

ele era o irmão mais velho, teve que ajudar o pai. Ele foi trabalhar de ajudante de sapateiro com 14 anos e esse patrão não o deixava estudar porque estava sempre fazendo um extra. Acabou largando os estudos e ficou nessa profissão durante muito tempo, passou de ajudante a sapateiro.

A adolescência foi a pior época da minha vida. Quando eu tinha 11 anos, a mãe teve um derrame. Ela já não ouvia, já era cardíaca e ficou paralisada de um lado. Foi bem na época que o pai começou a fazer a reforma da casa, então ele estava gastando bastante. Era para a gente ficar quatro meses na casa provisória, durante a reforma, e acabamos ficando três anos. Era metade da metade da casa que a gente tinha antes. Como meu pai não tinha carro, a gente levava a minha mãe para casa da minha tia, no bairro Petrópolis, para poder fazer as fisioterapias. Eu ficava em casa com uma pessoa que o pai contratou para me cuidar. Ele vinha só no final de semana para ver como a gente estava. Isso durou oito meses. De dia eu ficava com essa pessoa e de noite com a minha irmã, que chegava do serviço para cuidar de mim. De noite éramos só nós duas. Meu irmão não parava em casa. Eu via essa parte boa dele com a mãe. A minha mãe foi morar em casas de parentes, ela queria morar em asilo, mas ela era nova nenhum asilo a aceitava. Ela achava que estava dando trabalho. Eu vi que meu pai se esforçou bastante, contratou uma pessoa, levava ela na fisioterapia. Eu via essa parte boa dele com ela. As coisas que ela queria ele comprava. Mas a minha mãe, eu vejo agora como adulta, tinha uma mágoa. Cada pessoa que o pai colocava para cuidar, ela implicava. Até que veio uma tia dela buscá-la para passar um tempo e, depois disso, minha mãe nunca mais voltou a morar com meu pai. Essa foi a parte difícil da adolescência: a mãe doente, eles separados, o que eu não tive de dificuldades financeiras enquanto o pai estava com a gente, eu comecei a ter nessa época.

Eu vim para Porto Alegre pela primeira vez com 13 anos. Quando eu já estava no Colégio Julio de Castilhos e minha irmã morava no Humaitá, eu tinha que pegar dois ônibus para ir à aula. Às vezes ia, às vezes não ia, era considerada “turista” em sala de aula. Eu quase não aparecia. Não dava problema no colégio, eles não se preocupavam comigo nessa questão porque eu conseguia passar por média, até que eu disse para o pai que eu ia cancelar minha matrícula, com uns 14 anos para os 15. Ele perguntou se eu ia continuar estudando, eu disse “eu vou”, só não vou este ano. Ele tinha entendido que eu iria parar de estudar. Eu fiquei muito isolada fora de Viamão, questões de amigas, para me visitar era difícil, quando eu morava no Humaitá tinha que pegar dois ônibus, fiquei muito isolada. Nessas andanças eu voltei a morar com meu pai em Viamão, mas tinha a madrastra. Era uma coisa diferente. A gente sabe que é a casa da gente, mas eu não me sentia em casa. Mas o pai teve que sair por decisão judicial, deu a casa de volta para a mãe. Então, quando eu voltei a morar em Viamão eu fiquei mais feliz. Tinha uns 15 anos.

Na adolescência eu não trabalhei. Eu queria fazer vestibular, quando estudei no Julinho a gente nem teve colação de segundo grau porque o foco era fazer o vestibular. Ali era uma mistura de classes, então tinha colegas com mais poder aquisitivo que eu. Quando disse para o meu pai, ele nem cogitava que eu iria fazer o vestibular. “Eu só posso te bancar até o segundo grau, depois vai ter que ser contigo”, ele me disse. Quando eu estava estudando, ele me dava o material e me dava passagem, não posso me queixar. Mas era um sonho meu fazer vestibular, por influência de uma prima, ela fez faculdade, era professora, eu ia na casa dela e a via corrigindo provas. Ela sempre incentivou todo mundo a estudar e eu queria muito, mas não estava ao meu alcance naquele momento.

A partir da morte da minha mãe eu comecei a procurar emprego, porque eu já tinha terminado o ensino médio. Mas quando as pessoas me olhavam, me davam uma desculpa qualquer, ou porque não tinha vaga ou dizendo que chamavam depois. Ali eu comecei a sentir discriminação por ser deficiente. O que eu pensei: o único jeito que tem é eu fazer um concurso público. Naquela época não tinha cotas, não tinha reserva de vagas. Só que nem sempre eu tinha dinheiro para me inscrever e não tinha aquele incentivo para quem não pode pagar. Quando eu conseguia dinheiro, eu me inscrevia nos concursos, mas aí não tinha dinheiro para comprar apostilas nem fazer curso. Eu estudava com os cadernos do segundo grau. Desses vários concursos que eu pude fazer, passei em um do Trensurb. Normalmente eu passava na prova objetiva, chegava na entrevista e me barravam. Até cheguei a fazer concurso para o TRT em 1989, só que eu escolhi a função de telefonista e não havia muitas vagas, então não fui nomeada. Eu estudei com os cadernos do colégio, ou seja, de legislação eu não tinha nada. Eu pedia para minha irmã e ela dizia que não tinha dinheiro, eu nem pensava em pedir para o meu pai. Até que eu consegui cópias de legislação com uma amiga. Só que eu consegui na sexta-feira, e a prova era domingo. Como é que eu vou fazer, pensei, nunca tinha visto aquilo na minha vida. Mas fui no cheiro e passei em 28º lugar. Esse foi o primeiro, eu fiz vários. Eu continuava procurando emprego.

Aí apareceu um concurso para o Hospital de Clínicas e a minha irmã, que trabalhava lá, meio que me persuadiu a fazer. Peguei os cadernos do ensino médio e fiz o concurso. Errei só uma questão e tirei primeiro lugar. Fiquei feliz da vida, estou dentro. Não, não estava. Porque tinha a entrevista e depois tinha o psicotécnico e me chamaram, além da segunda e da terceira colocadas. Eu rodei no psicotécnico, mas como a minha irmã trabalhava lá soube que a chefe da seção não queria que eu fosse funcionária porque, se tivesse que me emprestar para outro setor, eu não poderia subir escadas. Eu fiz um concurso que não tinha escadas para subir, a seção não tinha, mas a desculpa dela foi essa. Mudaram o resultado, claro. Trabalhei por setes anos no Clínicas, mas estava sempre visando outro

concurso porque ali era CLT. Fui demitida no final de janeiro de 1998 e, em fevereiro, abriu concurso para o TRT.

Estudei um mês para o concurso. O TRT eu já vinha perseguindo há muito tempo. Eu me inscrevi para auxiliar, que era ensino médio, depois mudou a nomenclatura, passou a ser Técnico para ensino médio e Analista para curso superior. Por causa da discriminação lá no hospital, fiquei traumatizada. Mas no TRT, quando fiz o concurso, já tinha reserva de vagas. Eu achei bom, me inscrevi como deficiente, pensei que não ia ter toda aquela função do hospital, Justiça, eles entendem essas coisas, estava bem maravilhada. Quando chegou a carta para nomeação, para fazer os exames, foi o dia mais feliz da minha vida. Eu pensei: “agora eu sou servidora, eu posso me mexer, posso comprar uma casa, que eu não vou ter medo de ser demitida”.

Fui nomeada para uma Vara da Grande Porto Alegre, em Gravataí, a mais preta era eu. Eu não entendia nada de processo, só tinha o ensino médio. O que aconteceu? Colegas meus já estavam na faculdade, eles entendiam muito mais do que eu. Ali eu senti outro tipo de discriminação: a cultural. Eu sei mais que tu, tu sabe menos que eu. Aquela coisa dos outros colegas, não dos que entraram comigo. Já tinha sentido discriminação pela deficiência, mas também começou a acontecer pela cor da pele. Quando eu entrei nessa Vara, a primeira coisa foi a deficiência física. Será que ela consegue pegar processo? Será que ela consegue mexer em gaveta, será que ela consegue fazer isso, será que ela consegue fazer aquilo? Uma das maldades que fazem, e que eu não concordo até hoje, é colocar os novatos no balcão, é como se fosse atirar eles aos leões porque ninguém gostava de atender no balcão, ninguém gostava de carregar processo. Então, o que eles fazem? Colocam os iniciantes ali.

Um dia houve uma correria no balcão e o diretor da Vara chega assim e diz: a doutora quer um café e quer que levem na sala de audiência. Eu me lembro como se fosse hoje: ele botou a mão na cintura, olhou para toda a Vara, apontou pra mim e disse: “tu vai lá e serve o café para a doutora”. Eu já fiquei apavorada. Como que eu ia segurar a bandeja e servir o café, com a minha deficiência? Eu respondi que não havia feito concurso para servir café, mas ele disse que me ajudava e tal. Só depois eu percebi a questão: a menina que servia o café já tinha ido embora e ela era negra. Então, quem era a mais próxima da negra do cafezinho? A Vânia, claro. Ali eu senti o racismo estrutural. Por que não pediu para outro? Por que ele mesmo não serviu? Eu fiquei bastante tempo nessa Vara, bastante tempo, porque pessoal botava um medo dizendo que Porto Alegre era muito pior, “se não gostas dessa Vara, Porto Alegre é horrível”.

As funções gratificadas eram raríssimas; quem tinha era o diretor e o assistente do diretor. Não tinha nem função para a sala de audiência. Trabalhei lá de 1998 até 2004. Depois fui para 2ª Vara [de Gravataí], onde

era todo mundo novo e não tinha essa de ficar apegado ao cargo. Eu já estava na faculdade nessa época, mas aí tive o Vinicius, que é meu filho, e tranquei a matrícula. Como a Vara ia trocar de endereço, para um local de acesso mais difícil, troquei com uma colega e consegui remoção. Foi a primeira vez que trabalhei em Porto Alegre, na 28ª Vara.

Quando cheguei em Porto Alegre, ainda estava com a matrícula trancada na faculdade. Cheguei na 28ª e de cara me deixaram fazer uma coisa que não tinham me deixado fazer em Gravataí, que era o tal do ofício. Uma coisa que era um mistério e que quando eu cheguei foi direto, “vai fazer”, disseram. Então o que eu vejo? Eu vou fazer 22 anos de Tribunal e, nesse tempo, percebi que há pouca paciência dos colegas para explicar. E eu comecei a fazer diferente quando eu tinha que ensinar alguém, mostrava como era com toda a calma, com toda a paciência, ganhei o apelido de “professora”, quando chegava um colega novo eu era encarregada de ensinar. Isso eu fazia no Clínicas também. Fazia isso porque me colocava no lugar dos novatos: eu falo, ensino, explico, o pessoal gosta, se precisar explicar alguma coisa o pessoal fala “chama a Vânia”. Eu gosto disso, de compartilhar o conhecimento, tem alguns que fazem concorrência, mas eu acho que não tem mistério, está todo mundo ali, se tiver que pegar é porque não era para mim. Eu gosto de ensinar e gosto que anotem, anota que depois vai fazer falta. Era a professorinha do Tribunal.

Depois da 28ª foi a 12ª. Fiquei dois anos ali. No Tribunal, para minha surpresa, vi muitos colegas pretos reunidos. Normalmente era um aqui, outro acolá. Que coisa boa, tem pretos no Tribunal! Na época tinha uns cinco, um mais querido que o outro. Uns se aposentaram, outros foram para outros setores agora. Me senti em casa ali e continuei estudando. Fazia três cadeiras por semestre, devagarinho, até que me formei em Direito, ganhei láurea e já emendei na pós. Eu tinha que escolher a láurea da OAB ou a pós-graduação, aí escolhi a pós porque para mim era melhor até financeiramente, já que eu não ia poder exercer a advocacia mesmo. Foi uma noite mágica. Pensei: “que bom, estou me qualificando, vou ser reconhecida”. Não foi bem assim. A coordenadora se aposentou e surgiu a vaga de chefe de seção e assistente de chefe de seção. A chefe de seção foi indicada, mas tinha a outra vaga para preencher. E foram indicadas duas pessoas: um homem branco da área da saúde e uma mulher preta da área do Direito. A mulher negra, eu, com vários anos de Tribunal; o homem branco, não tinha nem um ano. Era totalmente nada a ver. Se ele não tivesse recusado a entrevista, até porque ele tinha consciência que eu era mais preparada para a vaga, eu nem teria sido chamada. Gostei, não tinha tido a experiência de assistente. Depois, quando a chefe de seção saiu, ela me indicou para o lugar dela. Fiquei um ano, veio a reestruturação e nossa coordenadoria foi extinta.

Ali no Tribunal, além de sermos poucos negros, e ainda menos mulhe-

res em cargos de chefia, teve que alguém desistir para eu poder mostrar o meu potencial, mesmo com toda a minha qualificação. O que me chateia é que nessas vagas para funções de confiança tu tens de estar sempre dependendo de outra pessoa, não é só pelos teus méritos, podes ter o melhor currículo e podes ser preterido. E quando eu entrei no Tribunal, essa prima minha que eu falo, que era professora, me ensinou a fazer o “teste do pescoço”. Na minha família a gente quase não falava sobre essa questão de racismo, se tinha muito negro aqui, pouco negro lá. E a minha prima já tinha outras colegas que tinham começado a participar do movimento negro e tinham condições melhores e nós íamos em lugares geralmente frequentados por brancos, aí ela dizia: olha, observa quantas pessoas negras tem no TRT. E fazia esse movimento de pescoço. Por isso minha admiração quando cheguei na 12ª Vara e vi vários negros. Depois eu descobri que quem tinha feito faculdade não gostava daquele setor, porque era um serviço mais braçal, aí eu notei quem ficava lá. Quem estava formado queria ir pra Gabinete, não queria serviço pesado, autenticar cópias e carregar muito peso no carrinho, aquela coisa. Era um serviço pesado, então tinha bastante negros.

Encontrei muitos negros também na seção de apoio, nos serviços que não eram tão intelectuais. Esses negros tinham faculdade de Direito, mas nos serviços mais intelectualizados tu não os encontra, só nos serviços mais braçais. Na época não tinha as cotas raciais. Então, quem é que vai estar sempre no Tribunal? É aquele branco da classe média que a gente vê. É justo? E aquele negro que tem o ensino médio? Eu fui fazer minha faculdade depois que entrei no Tribunal. Além da gente alavancar o nosso nível social, a gente alavanca o nosso nível de conhecimento e cultura, então se tu fecha essas portas como é que a gente vai começar a avançar se está na estrutura? Eu já estou no fim da carreira, mas e a minha sobrinha que não consegue fazer a faculdade no ensino público, como ela vai chegar ao Tribunal? Acho que é uma coisa de se pensar, ver o que está acontecendo, porque não adianta só abrir as cotas, o negro tem os serviços mais humildes, a menor remuneração, geralmente não vai ter dinheiro para pagar um cursinho preparatório, o que restará pra ele? Sempre os mesmos serviços, ele não consegue ascender. Como que abre as cotas raciais e para pessoas com deficiência se o grau das provas é cada vez mais difícil? O que querem? Eu acho que é uma forma de exclusão, de uma forma ou de outra.

A minha vida mudou da água para o vinho no Tribunal. Claro que a gente lutou muito para ter o salário que tem agora, por isso meio que virou uma vedete a gente trabalhar aqui. O que eu sinto é estabilidade e segurança. Proporcionou meu sonho de fazer uma faculdade. Eu gosto de trabalhar, estou satisfeita. Eu queria ser servidora, funcionária de carreira. Se eu tivesse me formado mais cedo, talvez me interessasse em

ter outras profissões, mas agora já não penso mais assim. A gente acessa locais que antes seriam impossíveis.

Antes de ser criado o Comitê de Equidade, nem se falava em racismo, isso começou a ser visto com a criação do comitê, começou a se falar desse elefante na sala. Eu acho que é muito bem-vindo, se o comitê pudesse ser criado por todos os tribunais do Brasil seria de grande valia. A gente está tendo essa oportunidade de discutir as questões de discriminação, que para uns não passa de mimimi, mas para quem sente na pele não é. Quem acha que é mimimi não é perseguido numa loja só pelo fato da cor da pele. Eu acho que a instituição tem que olhar mais para essas questões de gerenciamento. Os negros em cargos de liderança, de gestão, de chefia, porque se não a gente vai sempre depender que um branco dê uma oportunidade. Não é uma coisa igual para todo mundo. É estrutural, porque a “branquitude” se protege, se enxerga como pares e acredita que a gente não é semelhante a eles, eles enxergam em nós o que sempre viram: pessoas para serviços braçais e serviços. Para serviços intelectuais, a gente ainda não chegou ao nível de ser visto.

Eu entrei nas cotas de deficiência. Passou um tempo e entrou outro colega com deficiência, nessa mesma Vara de Gravataí. E houve toda uma movimentação para que ele não entrasse ali porque, pelas palavras dessa pessoa, viraria um depósito de deficientes. Essa pessoa chegou a ir até o Tribunal para que não se nomeasse naquela Vara esse outro colega, mas o Tribunal se posicionou e disse que ele iria pra lá, fez o concurso e vai para lá. Então, essa foi a primeira vez que vi a posição do Tribunal não dando chance para a discriminação. Depois, veio um questionário por malote perguntando como os deficientes se sentiam no TRT. Antes do Comitê, portanto, já estavam atentos a essas questões. Esse colega foi para a Vara, está lá até hoje e trabalha muito mais do que quem não tem a deficiência dele, que é auditiva.

Por coincidência eu fui indicada pra participar da exposição de fotos de pessoas com deficiência [exposição “Tantos Uns”] e veio a Clara falar comigo, perguntar se eu queria participar dessa exposição. Isso me deu um nó na cabeça, por quê? Eu fui acostumada, desde sempre que eu tirava fotos eu não queria mostrar a parte da minha deficiência, ficava meio de lado etc.. e era discriminada por isso. Então se eu ia tirar foto eu ia mostrar a parte da minha deficiência, então eu perguntei para mim: “tu estás disposta a te abrir assim para as outras pessoas?” Fiz essa reflexão e disse sim pra ela. Eu acho que já chega, eu vejo muito mais pessoas, na minha época se via pouco, pessoas com deficiência. Eu digo, deficiência ou tu nasce com ela ou tu adquire. E a exposição veio naquela hora em que a minha autoestima estava lá embaixo e surgiu em questão de dois três meses e aquilo foi tão libertador, significou tanto pra mim. Essa exposição está percorrendo todo o Estado, é só alguém pedir e eu estou lá e estou me vendo e as pessoas estão me vendo, com a minha deficiência,

é a Vânia que eu sou. Isso eu não vou esquecer, quando tu menos espera acontece. Achei um pequeno milagre e fiquei muito feliz com isso. Alguém lá de cima gosta de mim.

A pessoa que me inspirou a seguir, e que me dava força pra conseguir algo mais, foi a minha prima Nair, que é professora, que me ensinou o teste do pescoço, eu adoro muito ela. Agora, quem me dá força é a minha família. Quando pequena, eu nunca pensei nessas questões raciais, só fui ver quando a minha prima chamou atenção. Mas eu sempre soube que era negra, até eu me enxergo mais escura do que as pessoas dizem que sou. O recado que eu deixo para os negros e negras que virão é que a gente está aqui, tentando abrir o caminho para vocês, para que não seja tão difícil, para que seja normal e comum vocês estarem aqui dentro. Que não sejam tão poucos como somos agora. O meu desejo é que vocês continuem desbravando os caminhos para os próximos que virão. É assim que a gente avança, de geração para geração.

NASCIMENTO: 25/12/1968
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 09/02/1993
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA APOIO
ESPECIALIZADO, COMPUTADORES
LOTAÇÃO: SEÇÃO DE
MICROINFORMÁTICA



ANA LÚCIA MOREIRA

Meu nome é Ana Lúcia, eu sou uma mulher negra, de cabelo afro bem étnico. Nasci em Porto Alegre. Meus pais viviam no bairro Sarandi, a minha mãe me teve no Hospital Conceição, e nós vivemos no bairro Sarandi até eu ter cerca de dois anos de idade. Com essa idade meus pais se mudaram para a região da grande Porto Alegre, em Canoas. Antes de nós irmos pra lá, meus pais tiveram meu irmão mais novo, que veio depois de mim, e então nós dois fomos bem pequenos morar nessa cidade. E no mesmo terreno, até hoje, é a casa dos meus pais. Foi ali que se construíram sonhos, onde se construiu a união na minha família. Toda a minha infância foi em Canoas, onde eu fiz o primeiro grau, depois o ensino médio, no qual eu fiz o curso de Magistério.

Eu sou a primeira de quatro filhos. Tenho dois irmãos e uma irmã, as mulheres ficam nas pontas. Eu sou 10 anos mais velha que a minha irmã mais nova. Meu pai era metalúrgico, ele trabalhou praticamente toda a vida em uma mesma área, na área de cromagem de metais. Tanto meu pai quanto minha mãe eram pessoas de pouca instrução formal, mas de uma grande sabedoria. Meu pai ficou órfão muito pequeno, em torno dos nove anos, ele teve que “se virar” porque o meu avô não tinha condições. Então, a vida do meu pai foi isso, ele muito jovem teve que trabalhar, trabalhou vendendo quindim na rua.

Minha mãe era costureira. Ela sempre foi uma pessoa muito ativa, com um lado criativo muito potencializado, então tudo que é curso que você possa imaginar, de artes manuais, a minha mãe fez. Sabia fazer crochê, costurar, fazer calçados; se tinha um curso que ensinava a fazer cerâmica, ela ia lá e aprendia; sabia pintar em tecido, em cerâmica, era uma mulher de muito potencial criativo. E é claro, eu venho de uma família na

qual as mulheres sempre estiveram ligadas a esses trabalhos domésticos. Minha avó foi empregada doméstica, as minhas tias-avós também, então a minha mãe começou a romper esse ciclo da forma que pôde.

A minha família sempre esteve muito unida assim, principalmente o núcleo da minha mãe. A minha mãe tinha dois irmãos, era a filha mais velha. Todas as mulheres da minha família, as mulheres mais velhas, as que me antecederam, elas são um modelo muito forte na minha vida, porque a minha mãe era uma pessoa extremamente forte, a minha avó materna, eu considero que foi a minha melhor amiga, uma pessoa que me ensinou que um outro mundo era possível. Um outro mundo além daquele em que ela tinha, em que vivia fazendo apenas trabalhos domésticos para várias famílias. Esses modelos, para mim, foram muito valiosos. Essas mulheres, que trabalhavam quase de segunda a domingo, nunca se deixavam esmorecer, eram mulheres que sempre estavam, literalmente, com um sorriso nos lábios. As minhas avós, as minhas tias, todas eram mulheres negras.

Eu fui uma criança bem quietinha, bem comportadinha, como a gente diz. Estudei em escola particular, meus pais achavam que era o melhor modelo, onde a gente poderia receber melhor instrução, então eu me esforçava em ser a melhor aluna que eu pudesse. Eu passei a minha vida toda sendo uma aluna com notas muito boas, eu era bem dedicada, e sempre passava por média. Durante todos os anos que estudei, do primeiro ao segundo grau, eu sempre fui uma aluna que passava por média. Minha formação em Magistério me dá um imenso orgulho, porque foi uma passagem muito rica e bonita da minha vida. Tive oportunidade de trabalhar com crianças quando estava fazendo o curso, em estágios. Até hoje eu sinto saudades dessa profissão porque foi algo que me trouxe muita alegria, trabalhar com crianças é uma coisa espetacular.

Meu pai estudou apenas até o segundo ano do primário. E a minha mãe fez até a quinta série do primário – acho que lá por volta dos 40 anos, nesses programas de alfabetização para adultos, ela concluiu o segundo grau. Apesar de ter feito só até o segundo ano, meu pai gostava muito de ler, sempre leu jornais, todos os nossos livros, o pai e a mãe estudavam muito conosco. Então, conforme nós fomos estudando, eles foram estudando também. E, para nos mantermos em escola particular, os dois trabalhavam muito, meu pai saía às 5h da manhã, eu cansei de levantar durante a madrugada e ver minha mãe costurando, às 3h ou 4h da manhã, com fardos imensos de tecidos. E todo mundo entrava na roda, então eu aprendi a costurar, meus irmãos também, e nós sempre fazíamos coisas que pudessem ajudá-la.

Os estágios do magistério eram remunerados. Fiz os estágios em duas creches da prefeitura, com realidades bem diferentes: uma em um bairro que não era rico, mas de classe média baixa, e a outra em um bairro bem pobre. Então, foi muito significativo para mim porque na primeira creche que eu fiz o estágio havia muitos recursos, tinha papel, canetinha, eu

podia fazer várias atividades com as crianças. E quando fui para a outra creche não havia praticamente nada, porque muitos desses materiais na verdade eram trazidos pelos pais, quando iniciava o ano. E na segunda creche não tinha todos esses materiais. Foi uma oportunidade, por outro lado, de desenvolver a minha criatividade. Aprendi a trabalhar com os recursos que eu tinha e como transformar isso em potência para as crianças. Tive proposta de seguir trabalhando na escola mas, infelizmente, a realidade da educação já era essa que está aí hoje, os professores não recebem uma boa remuneração, então se eu continuasse como professora eu não iria ter condições de fazer a faculdade. Foi a primeira grande decisão da minha vida: abandonar uma profissão.

Meu propósito era ter passado em uma universidade federal, mas não foi possível. Eu me esforcei bastante, mas mesmo com o meu esforço eu tinha muito consciente todos os obstáculos que eu estava tendo que superar. Porque apesar de eu ser uma pessoa que tive uma vida escolar muito boa, no sentido de que eu era uma aluna muito boa, sempre passava por média, o curso de magistério em si era um curso muito voltado para uma formação técnica, uma formação que chamavam de curso profissionalizante. Fiquei tão decepcionada quando não passei na UFRGS que demorei a ficar entusiasmada ao ver meu nome na lista da PUCRS. Minha mãe ficou completamente fora de si, e com toda a razão, porque ela estava vendo uma história acontecer com a gente que nem nos melhores sonhos ela acreditava. Eu pensei: “tá, passei, mas e agora, pagar como?”. E aí entrou meu pai mais uma vez: ele disse que não tinha condições de pagar uma faculdade particular, mas que ia tentar garantir um semestre até eu conseguir um emprego que conseguisse sustentar o curso. Foi assim que aconteceu.

Eu acabei escolhendo um curso da área de exatas. Eu te confesso que na verdade eu não tinha nenhum modelo, nenhuma pessoa porque na minha família a pessoa mais próxima que tinha ensino superior era uma prima da minha mãe que era professora, tinha formação em pedagogia. Era uma prima distante, mas era a única pessoa que eu tinha como referência. Então foi ao longo do curso vestibular que eu decidi efetivamente fazer o concurso pra computação, sem nunca na minha vida ter tido um computador, e ter se quer digitado em um computador, porque até então a única coisa que eu tinha digitado era uma máquina de escrever, e assim eu fui fazer o vestibular de informática.

Então eu entrei na PUCRS e era um ambiente totalmente novo pra mim. Me deparei com um curso em que a grande maioria eram homens, na minha turma eram 66 alunos novos no curso, e cinco eram mulheres. Como eu estudava na PUCRS, eu passava pelo Centro e quase diariamente passava no CIEE pra saber quando as vagas estariam abertas. Acho que a mulher já estava cheia de ver a minha cara. E sempre que eu ia pra Porto Alegre ou voltava, de ônibus e de trem, toda a vez eu passava na frente do

prédio do SESEC e eu pensava “um dia eu vou trabalhar aí”. Aí finalmente teve um dia que a mulher me disse que estava aberta a seleção, eu providenciei tudo, os documentos pra seleção, fiz todo o processo, eram várias etapas, tinham testes, conversa com psicóloga, com o gerente, e aí finalmente eu consegui a vaga. Esse estágio durou dois anos, eu fiquei nele do 2º semestre da faculdade e eu tinha um salário tão bom que eu conseguia pagar a faculdade, eu abri uma conta de poupança e eu guardava umas reservinhas ainda. Porque isso foi uma das coisas boas de modelo que os meus pais me passaram, que apesar de eles terem uma vida extremamente simples, eles sempre foram organizados financeiramente.

Quando eu concluí os dois anos de estágio no SESEC, antes de eu concluir eu via que cada vez mais difícil ficavam os horários das aulas pra eu conseguir trabalhar. Aí eu fui em busca do Crédito Educativo, e comecei toda uma saga, naquela época tinha que ter fiador, aí eu consegui um casal de amigos que foram ajudados pelos meus pais quando vieram de Santa Vitória, chegaram aqui e não tinham nada, e meus pais deram muito apoio pra eles.

Nessa época meu irmão estava passando por dificuldades, de não saber o que fazer da vida. E eu vi que havia aberto concurso do TRT. Falei com ele que nós poderíamos nos inscrever e fazer juntos, passar por isso juntos. Eu me inscrevi com o intuito de motivar ele a fazer o concurso. Fomos, fizemos a inscrição para o mesmo cargo de técnico em informática e estudamos juntos. Eu já estava trabalhando, ele só estudava, então eu estava fazendo mais para dar um apoio a ele. Só que eu passei no concurso, e o meu irmão, não. E essa é a minha história de ingresso no Tribunal: acabei passando no concurso e fiquei pensando, “e agora?”. Recém havia começado em outro emprego que eu estava achando muito bacana, estava feliz da vida, as pessoas estavam me dando oportunidades, aceitavam as minhas sugestões, estavam fazendo todo um mapeamento novo dos processos, eu estava muito contente. E quando vi esse resultado, foi uma surpresa e um misto de dúvida sobre o que fazer. Mas é claro que o salário era melhor do que o que eu estava ganhando, e sem dúvida eu fiz a opção de ir para o Tribunal.

Esse concurso foi o primeiro depois da criação da Secretaria de Tecnologia. Antes, os serviços de informática eram contratados. O Serpro na época era a empresa que oferecia serviços de tecnologia para o Tribunal, havia alguns terminais ali no Tribunal, bem poucos. Então, houve todo um planejamento de construir uma Secretaria de Informática e para isso fizeram o concurso com cargos para todas as áreas de informática, que na época eram os técnicos operadores, só técnicos programadores, e analistas. Eu tinha feito concurso para técnico operador quando foi criada a Secretaria. Isso foi em 1993, então foi um concurso específico da informática. No mesmo ano teve um concurso da área judiciária e administrativa. E eu me sinto muito feliz de ter participado desse início de história, por-

que foi muito desafiador. Eu era jovem quando entrei, não era formada ainda. Foi no último semestre da faculdade. E foi muito rico porque era uma turma de pessoas jovens, todo mundo praticamente no seu primeiro emprego, sem experiência, todo mundo aprendendo uns com os outros, cheios de vontade de aprender e de fazer as coisas acontecerem.

Eu comecei já em Porto Alegre porque a informática sempre foi centralizada, é só aqui na capital. Quando nós entramos, o cenário já foi um pouco diferente da faculdade, porque entraram – ainda é uma área de predominância masculina – várias mulheres porque alguns cargos não exigiam exatamente formação de TI [tecnologia da informação], então nós recebemos colegas com formações diversas, até da Física. Os dois cargos que exigiam formação de segundo grau não exigiam formação só na área de TI, o que era de nível superior sim. A tecnologia foi crescendo, se adequando às novas necessidades que foram surgindo. Eu iniciei trabalhando na seção de atendimento ao usuário, eu permaneci lá durante uns cinco, seis anos. Aí eu saí de lá e fui para a área de suporte técnico, ligada à área de rede e infraestrutura. E ali eu passei por diversas atividades com os servidores (as máquinas que prestam serviços de tecnologia) e por muitos anos fiquei nessa área.

Dez anos depois, fui deslocada para a Justiça de 1º grau. E para mim foi como se tivesse entrado em um serviço novo, porque era um universo totalmente diferente, um sistema diferente. Coisas que eu praticamente não tinha visto na vida porque nossos trabalhos eram bem separados, eles não se comunicavam nesse sentido, eram equipes bem especializadas. Eu fui para a mesma área de suporte de redes, mas no 1º grau significava trabalhar com todo o estado. Comecei a ter contato com todos os usuários, de todo o interior do estado. Cada unidade tem um servidor de rede, os equipamentos de rede, e eu ia lá, fazia a instalação do servidor, fazia manutenção, a gente cuidava das linhas de internet de cada localidade. Foi um universo totalmente novo para mim, foi desafiador, mas foi um *know how* muito positivo que trouxe para a minha vida porque até então eu só sabia coisas do 2º grau. Foi um período em que viajei muito, nós viajavamos por todo o interior, porque se estragava um servidor nós tínhamos que fazer uma viagem até lá para fazer a troca do equipamento. Em 2011, a informática teve uma série de transformações e foi criada a seção de microinformática, que é a seção que hoje eu trabalho.

Sempre quis ter a minha casa, mas depois que eu entrei no Tribunal eu sabia que em algum momento eu conseguiria. Lembro que um dia chegou um colega e disse que as inscrições para as cartas de crédito haviam sido abertas na Caixa, e eu nem tinha noção bem do que era, mas diziam que era bom, então eu fui me inscrever. O Tribunal mudou a minha vida por causa disso, eu fui tornando essas coisas – uma casa, um telefone fixo, que naquela época era muito caro – realidade por estar trabalhando

no Tribunal, ter um salário bom em relação à grande parcela da nossa sociedade e de poder garantir que eu poderia manter esses sonhos. E é claro, ter acesso a coisas que eu não tinha, como ir ao teatro, viajar. Eu não tinha acesso a essas coisas antes de trabalhar no Tribunal, e eu comecei a fazer depois. E eu pude proporcionar isso para as minhas sobrinhas, de levá-las ao teatro, ao cinema. Era uma coisa tão simples. Quando eu era pequena e nós vínhamos a Porto Alegre, meu pai nos levava ao cinema. E quando isso era possível, era histórico. Tudo isso veio em função de um emprego que eu tenho no Tribunal. São coisas materiais, mas são ligadas a lazer, a cultura, a conhecimento, que eu não teria acesso se eu não tivesse um emprego que me oportunizasse isso.

Fui a única mulher negra que entrou no concurso que fiz. Só depois de 24 anos é que entrou a segunda mulher negra na informática. Então, só por isso a gente já consegue ver que a população negra não está presente nesses espaços ainda como um Tribunal, durante esses anos todos acho que entraram mais três colegas negros. Mas por muitos e muitos anos eu fui a única figura negra nesse espaço, assim como eu fui a única negra durante as minhas formações de primeiro grau, durante a minha formação de graduação, na qual eu tinha apenas uma outra colega negra e ela era um semestre após o meu, não era nem do mesmo semestre. Então, vejo que temos um longo caminho a percorrer nesse sentido. Porque todos esses anos que eu estou no Tribunal, eu me lembro de ver raríssimas figuras negras em espaços de gestão, de decisão. Quando se vê uma pessoa negra em uma posição de gestão, de decisão, só posso dizer que é destaque porque ela está com certeza cercada de uma infinidade de pessoas brancas.

Quando eu recebi a oportunidade de ser gestora de seção, eu tinha mais de 15 anos de Tribunal, e eu nem sabia como era ser gestora, mas eu tive uma oportunidade e desde então eu pensei “agora eu preciso me capacitar pra isso”. Eu sabia que tecnicamente eu era uma pessoa boa, mas aquela atribuição, pra desempenhar aquilo eu precisava me desenvolver em outras coisas que até então eu não tinha me desenvolvido. Então por isso que eu digo que é necessário oportunidades, eu acredito muito nisso, que o nosso futuro depende de oportunidades e muitas vezes elas só estão nas mãos de pessoas brancas. De oportunizar né. Por isso que a gente precisa de uma sociedade mais respeitosa, pra que quem detenha o poder de oportunizar efetivamente tenha esse olhar para com todos.

Fico bem feliz que o Tribunal tenha criado essas ações, de criar as comissões, não só o Comitê de Igualdade, mas todas as comissões que são engajadas com o cuidado de pessoas. Porque eu acho que no momento que a gente tem isso, as possibilidades começam a surgir. Só que é um trabalho de formiguinha, e de todos. É necessário que todo mundo tenha interesse em que as coisas aconteçam de uma forma diferente, porque se não ficam só algumas pessoas travando um diálogo que não se expande

pra um universo que é muito maior. Então eu fico bem feliz que o Tribunal tenha iniciado esses projetos de cuidados de pessoas, com igualdade, porque isso vai permear coisas bem maiores. Um estudante do Projeto Pescar, por exemplo, que chega no Tribunal e vê pessoas iguais a ele, um estudante negro, ele já vai ter um olhar de que ele pode estar ali também.

Comigo, claro, foi um pouco diferente porque eu tive uma família que me deu muito suporte. E a gente sabe que a realidade não é essa. Eu tive pais que foram extremamente afetivos e atenciosos, além de presentes. Eu tive avós que também eram assim. Mas é evidente que eu percebia sim, porque desde muito cedo eu sempre era a única em alguma coisa, a única negra na turma, ou a única negra na escola, ou em um curso. Então, desde pequena eu convivi com isso. É evidente que uma criança não tem noção exata do que isso significa, mas conforme se vai crescendo, vamos nos dando conta de onde estão os outros pretos. E isso eu posso ver, eu venho de uma família humilde, que morava em um bairro simples, então eu tinha outros amigos pretos. Mas ao longo do tempo vemos que essas amigas vão ficando para trás, seja porque não tinham uma família tão bem estruturada, que desse apoio a uma continuidade de objetivos, de sonhos delas, seja por outra razão. Eu estudava com mais meninas pretas quando eu era pequena, mas conforme os anos foram avançando esse número foi diminuindo porque muitas pararam de estudar ou porque os pais não tiveram mais condições de pagar. E a mesma coisa acontecia na universidade, eu não estava lá porque meu pai podia bancar os meus estudos, eu estava lá porque meu pai bancava os meus sonhos. Então, foi através do apoio dele que eu fui, decidi conseguir aquele estágio e conseguir pagar o curso. Mas eu era a única negra nesse espaço.

Eu acho que essa força de me sentir única vem da minha mãe. Minha mãe sempre dizia que ninguém era melhor do que eu, “vocês não são melhores do que ninguém, mas ninguém é melhor do que vocês”, ela dizia. Então, eu sempre tive essa consciência de que nunca estive de favor em lugar algum. Se estava na escola particular, era porque meus pais estavam bancando, da forma que fosse, pagando em dinheiro ou através de trabalho. E teve uma época bem difícil que eu lembro da minha mãe fazer um *tour* na Câmara Municipal de Canoas pedindo bolsa de estudos para nós. Meus pais nunca se detiveram diante de um primeiro obstáculo, e eu aprendi muito isso com eles.

No Tribunal, é evidente que as pessoas, quando me viam entrando para fazer os atendimentos, ficavam surpresas em saber que eu trabalhava na informática. Assim como pessoas de fora do Tribunal. Não foi uma ou duas vezes em que eu fui questionada quando comentava que trabalhava no TRT. Questionavam se eu tinha feito concurso. Então, não é um lugar confortável porque na verdade tu só quer que as pessoas te enxerguem como profissional no que fazes. Eu não quero que fiquem me olhando porque eu sou mulher, porque sou preta, quero me enxerguem

como profissional. E aí sim elas podem me julgar, que me julguem como profissional boa ou ruim, mas que esqueçam o resto. E isso não é o que acontece. As pessoas sempre te vinculam a essa questão de ser mulher ou de ser negra, é uma coisa que nunca se dissocia, e isso é muito dolorido porque eu vejo que muitas pessoas não têm essa condição – que eu acredito que muito vem da minha família – de resistir. Muitas pessoas não tem a persistência de seguir em frente apesar das críticas ou das piadas.

Como venho de um meio de pessoas que se apoiam mutuamente, eu vejo a luta antirracista como uma forma de ajuda entre pessoas. E com isso eu quero dizer a sociedade, as pessoas da tua comunidade, do teu bairro, da tua cidade, todo mundo que compõe esse universo. As pessoas de todas as raças. Por isso, para mim, a luta é uma questão de todo mundo. A luta deve estar também entre as pessoas que convivem comigo para que eu possa usufruir de ser eu mesma, de fazer as coisas que eu gosto e não fazer as coisas conforme as outras pessoas esperam que eu faça. A luta antirracista pra mim é de todas as pessoas.

Mas, claro, eu sou uma pessoa preta, então quando eu falo de luta antirracista remeto muito ao povo preto, mas a luta antirracista é uma questão de respeito. A minha família é multirracial, a gente cresceu em um meio de tanto respeito que todas as pessoas que se ligam à gente, se ligam porque são pessoas que respeitam outras pessoas. Não é porque elas respeitam pretos, elas respeitam pessoas. Para mim, o grande mote de tudo é o respeito: onde há respeito, você consegue entender a religião da outra pessoa, sua raça, seus costumes. Porque onde há respeito não vai haver conflito, eu não preciso contestar uma pessoa porque alguém tem uma religião diferente da minha, eu só preciso respeitar, e no momento que eu faço isso ninguém invade o espaço do outro, todo mundo consegue viver em seu espaço de conforto, de religião, de etnia, de crença, de trabalho.

Nesse momento, em que estamos contando histórias de pessoas pretas do Tribunal, pode surgir outro projeto que vá contar histórias de pessoas não relacionadas a etnia, mas relacionadas, por exemplo, à religião das pessoas. Então, eu acho isso muito importante: quem não percebeu ainda, que comece a perceber o quanto de diversidade a gente pode ter no nosso ambiente e o quanto a gente pode evoluir juntos se nos interessarmos pelo outro, suas coisas e sua história. Porque a diversidade abre um leque muito grande de possibilidades. E aqui faço um paralelo com meu estágio nas duas creches, lá atrás, em que uma era de classe média baixa e outra de classe bem baixa, em uma área muito pobre. E, quando há pessoas empenhadas em fazer dar certo, é possível garantir desenvolvimento para todo mundo. É claro, na segunda creche eu tinha recursos menores, mas com esforço, eu conseguia levar trabalho didático para as crianças tão bom quanto os que eu fazia na outra creche, que tinha mais recursos.

Para as pessoas que venham a trabalhar no Tribunal, ou até para as

que hoje já trabalham aqui, diria que persistam nos seus sonhos, porque no momento em que a gente tem oportunidades melhores, a gente também tem força para seguir em frente. Porque sonho e propósito para mim é tudo. Não adiantaria meus pais trabalharem tanto se eu não incorporasse, se eu não tivesse o propósito de um futuro melhor, para mim e para as gerações que viriam depois de mim na minha família, porque isso é realmente um impacto positivo na nossa vida, ter um propósito. Não dá pra esmorecer na primeira dificuldade porque a sociedade sempre nos olha com um olhar de dúvida, e muitas vezes as pessoas pretas têm que fazer mais pra provar que têm condições de fazer determinada coisa. Não sou uma pessoa militante no movimento negro, eu acho que a gente tem que respeitar o perfil de cada pessoa. E tenho completa consciência de que fiz e faço muito para as pessoas para que elas cresçam. Mas faço do meu jeito, do jeito que eu consigo fazer, no apoio, no incentivo.

NASCIMENTO: 14/05/1969
LOCAL: BAGÉ/RS
INGRESSO: 07/01/1994
ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA
JUDICIÁRIA, OFICIAL AVALIADOR
LOTAÇÃO: CENTRAL DE
MANDADOS DE PORTO ALEGRE



GERSON MORAIS DA SILVA

Meu nome é Gerson Moraes da Silva, tenho 51 anos, sou negro e tenho a pele um pouco mais clara.

Sou natural de Bagé, nasci em casa, literalmente, porque não deu tempo da minha mãe ser levada ao hospital. Algumas vizinhas fizeram o meu parto, entre elas uma que era umbandista. Minha mãe conta que pediu a proteção de São Jorge e disse que eu era filho do santo. E, embora eu seja descrente, no dia dele eu sempre faço um Salve, Jorge.

Meus pais Eneida e Orvandil se separaram quando eu tinha quatro anos de idade, fiquei morando com o meu pai, minha mãe havia nos deixado. Meu pai nos levou para morar com a minha vó e mais as minhas três tias. Eu cresci nesse ambiente até uns dez anos de idade. Depois, eu e meus irmãos fomos morar com a mãe e desde então nós tivemos a presença diária dela. Não tenho muitas lembranças dos meus pais juntos, tenho alguns flashes, eu ainda era muito novo. Mas nós tivemos uma infância, pode-se dizer assim, tranquila. A ausência da minha mãe foi muito forte e leva anos até que as coisas sejam ditas, explicadas, por que as coisas aconteceram daquela forma. Minha vó e minhas tias, por isso, foram muito fortes na minha criação. Minha vó foi uma daquelas pessoas criadas a ferro e fogo, porque elas passaram muitas necessidades, meu avô faleceu quando meu pai tinha uns dez anos. Eles moravam na região da Campanha, uma vida muito difícil, passaram fome. Tiveram ajuda dos irmãos, do meu avô e do meu bisavô, mas ajudas muito precárias. Ela manteve todos juntos. Esse sentimento de união na família é muito grande.

A minha infância foi muito boa. Vivi um momento em que a gente tinha uma vida mais livre. Eu brinquei muito na rua. Tinha pouco trânsito porque era um bairro popular, então quase ninguém tinha carro, a rua não tinha

nem calçamento. Estou me referindo ao último lugar onde morei. Antes disso moramos em vários lugares, porque não se tinha dinheiro pra comprar algo fixo, então ficávamos mudando de casa em casa. Aí nos anos 1980 surgiram esses núcleos populares e meu pai, minha vó e minhas tias compraram essas casas para morar. Eram quitinetes, sala e quarto, tudo junto. Eu tinha uns 15 anos e quando eu ia visitá-la dormia junto com ela numa cama de casal. É muito engraçado, é que ela era da época do penico, então ela acordava de madrugada e usava o penico ao invés de ir ao banheiro. Nessa época eu morava com a minha mãe numa casa na COHAB, a gente brincava na rua. Jogava bolita, futebol, brincava de esconder, de índio, fazia carrinho de lata, tudo isso que a gente não vê mais hoje. Tomava banho no tanque, naqueles calorões, até porque a gente não tinha piscina, nem aquelas de plásticos. E quando tinha temporal, tomávamos banho de chuva.

Meu pai quase nunca estudou, mal sabe escrever o nome, teve que trabalhar logo com 10 anos e não pôde estudar porque o pai havia morrido. Ele ainda chora quando ele conta essas histórias. E, mal sabendo ler e escrever, sempre disse para eu estudar. Eu comprei essa ideia, tanto que uma das coisas que mais gostei de fazer na vida foi estudar. Foi através do estudo que eu pude crescer na vida. Eu até poderia ter ido mais longe, mas estava bem do jeito que estava. Eu tenho consciência de que se eu quisesse, se eu quiser, posso ir mais longe.

Entrei no colégio com cinco anos para acompanhar a minha irmã. Meu pai pediu que eu entrasse junto, mesmo sendo mais novo, para que a gente pudesse cuidar um do outro. Morávamos umas três ou quatro quadras do colégio. Era um semi orfanato, porque ele recebia crianças de fora, mas tinha internos também. Eu sempre tive facilidade para aprender, então eu aprendi a ler e a escrever muito rápido e virei o escritor de cartas da minha casa. Minha vó e minhas tias não eram alfabetizadas. As cartas eram o supprassumo da comunicação, então minha vó pedia para eu escrever cartas e ler as que chegavam de Porto Alegre. Quando eu vi aquele filme *Central do Brasil* (1998), guardadas as devidas proporções, lembrei da minha infância.

Com dez anos fui morar com minha mãe. Ela estava se relacionando com outro homem, o Paulino. Ele sempre foi muito receptivo com a gente. Ela sempre teve tino para trabalhar em comércio, quando eu era pequeno ela trabalhou em padaria. Depois ela começou esse negócio no bar do colégio salesiano, de Bagé. Na época era o melhor colégio da cidade. Ao mesmo tempo que aceitaram minha mãe ser dona do bar, também deixaram a gente estudar lá. Ganhamos bolsa, nós quatro, para estudar. Estou aqui onde eu estou hoje não só porque eu me esforcei, mas porque lá atrás tive oportunidade, num bom colégio, com boa educação, um ambiente que te abre novas perspectivas. Digo isso para tentar desconstruir essa lógica de que as pessoas querem tudo de mão beijada. As pessoas querem oportunidade, eu tive oportunidade, então eu não posso ser contra políticas que dão oportunidade.

Eu sempre fui um bom aluno, não era nota dez, mas era um bom aluno. Aprendi muito naquela escola. Mas um tempo atrás, analisando com uma colega, perguntei para ela quantas vezes tinha me visto em alguma festa da escola. Quantas vezes? É que nunca teve isso de me convidarem para alguma festa. Eu não participava. Eu entrei na quinta série no colégio salesiano e saí no terceiro ano e lembro de ter ido em duas festas. E eu nem tinha sido convidado, tinha ido de furão com outros amigos. Eu era presente na vida dessas pessoas, no ambiente escolar, mas fora dele eu não vivia com essas pessoas. Fui me dar conta muito tempo depois: eu era um dos poucos negros da escola. Durante uma época eu era o único, depois entrou outro, no segundo grau, que estudou comigo nos três últimos anos. No meu ambiente escolar, de 300 a 400 alunos, não tinha dez negros na escola. Mas se for pegar o percentual de negros em Bagé, é muito grande.

Num outro momento, teve também a sensação de me sentir menos que os demais pela tua condição social. Eu era o filho da dona do bar. E a minha mãe tinha sido empregada doméstica de muitos pais de colegas meus. E empregada doméstica sempre foi uma categoria menosprezada, menor, no sentido conceitual. É um trabalhador de menor valor, era como a sociedade enxergava, e acho que até hoje é assim, embora hoje as empregadas tenham mais direitos e façam valer mais seus direitos. Então, eu me colocava numa posição inferior a essas pessoas, como adolescente, toda essa coisa, ficava muito inseguro. Porque lá havia a cultura da reverência ao fazendeiro. Isso foi muito forte na minha infância e adolescência, então eu via isso no colégio. As pessoas olhavam a importância daquele colega ou família pelo número de quadras de campo que as pessoas tinham. Então, fui criado nesse contexto: eu não tenho nada, eu tenho uma casinha na COHAB, eu não sou ninguém, eu não tenho força. Eu tinha essa sensação, mesmo vendo que eu tinha um bom desempenho escolar, bom desempenho no basquete, as pessoas me convidavam para jogar, para participar dos torneios. Mas quando eu olhava para essa questão patrimonial, quando via que isso era mais importante naquela sociedade, me sentia um nada.

Passei em 1987, em Engenharia, na UFRGS, e vim morar com uma tia minha aqui em Porto Alegre. Depois de um ano e meio, larguei o curso e fui servir no Exército em Bagé, fiquei lá até 1994. Foi um período muito bom. A respeito das diversas resistências que as pessoas têm aos militares, eu também tenho algumas, eu posso dizer que foi um dos momentos melhores na minha vida. Conheci pessoas muito qualificadas. Foi um momento muito *sui generis* porque eu tinha 21 anos e comecei a comandar, eu tinha no começo 40 pessoas, depois mais de 100 sob o meu comando e eu tinha que dar conta daquilo. Vendo pessoas com a idade do meu pai me chamando de senhor e ter que administrar isso de um jeito natural.

Quando entrei na Justiça do trabalho eu já tinha 25 anos. Passei no concurso em 1993, assumi no início de 1994, mas foi por uma decisão mi-

nha. Como eu estava no Exército, morando em Bagé, eu fui protelando ao máximo porque aí eu podia me organizar. Não tinha vaga em Bagé, então necessariamente eu teria de sair. Outro colega meu de quartel também passou no cargo de agente de segurança. Eu passei no cargo de auxiliar, que na época era cargo de segundo grau, eu ainda não tinha me formado. Ele me sugeriu: quem sabe a gente não vai pra um lugar onde tenha vaga pros dois, porque daí um ajuda o outro? Fomos para Farroupilha. Foi uma experiência bem diferente. Os hábitos dos “gringos” são diferentes dos nossos lá da fronteira. Porque não se via negros. Eu era um estranho no ninho.

Eu passei a contestar porque isso me incomodava muito. Uma colega até me dizia: presta atenção, porque as pessoas não olham muito bem para os negros aqui. Eu vi o discurso dela mais como um alerta. Não queria entender aquela frase dela como preconceito, e sim como um aviso. Uma vez ela disse para mim: “te cuida que os *negri* aqui são *tutti ladri*”. Eu não engolia essas coisas, não chutava o balde, mas também não engolia. Eu procurava, diplomaticamente, mostrar que a coisa não funcionava bem assim. Isso foi estranho, complicado. Vivi situações categóricas de preconceito na Serra. De entrar num mercado, no fim do dia, e o dono colocar as mãos pras cima e gritar: “só não me mata”. Foi uma das primeiras situações. Outra vez parei o carro numa loja de material de construção, perto do meio dia, desci do carro e a dona da loja viu que era um negro mas não viu que era eu. Quando eu entrei, ela disse: “ai, que bom que é tu. Eu não tinha te visto, até falei para o meu funcionário: te prepara”. Esse tipo de situação era bem complicada. Porque em Bagé tinha aquele preconceito estrutural, mas se precisavam de mim para compor o time de basquete, se precisavam para aprender uma matéria, não tinha problema. Mas naquele momento foi muito chocante.

Quando estava em Farroupilha, tínhamos um salário muito baixo. Casado, resolvi complementar a renda dando aulas. Como eu sou formado em Ciências Contábeis e, posteriormente, em Direito, dava aulas de contabilidade para o curso técnico em nível de segundo grau. Comecei a dar aula em 1996, com jovens e adultos, tanto à noite como pela manhã. Foi bem interessante esse período, de muito aprendizado, onde eu aprendi a flexibilizar alguns conceitos, alguns comportamentos meus. Eu tinha uma experiência no Exército, uma questão muito rígida em relação ao comportamento. E dentro da sala de aula, num primeiro momento, eu também adotei uma postura muito rígida, querendo transportar o ambiente militar para dentro da sala de aula. Dei aula em Farroupilha, depois em Caxias do Sul, numa escola particular, outra vivência muito legal. Acho muito bom passar na rua e alguém te chamar de professor. Uma categoria tão pouco valorizada pelos governantes. Eu sentia também, nos olhares deles, que muitos alunos não me consideravam negro. E eu repetia a eles que eu podia não ser preto, mas que a negritude estava em

mim: olha meu cabelo, olha meu nariz, olha os meus lábios, eu dizia. E mostrava que ser negro não é só pela cor da pele, mas por toda a característica da pessoa se perceber nessa realidade. E muitas vezes eu também via como as pessoas tinham pudor de falar a palavra negro. Eles achavam que era ofensivo. Isso me chocou muito.

Depois desse tempo que eu estive dando aula, passei num concurso pra Oficial de Justiça, nível superior, dentro da Justiça do Trabalho mesmo. Fui para Bento Gonçalves, uma cidade muito boa, um ótimo ambiente de trabalho, juízes bons, que nos apoiavam. O trabalho na Secretaria é totalmente diferente, tu estás num ambiente que é teu, tu te sente seguro, é como se alguém, para fazer algo contigo, tivesse várias barreiras para serem transpostas. Já como Oficial eu vou para um ambiente externo, eu vou para um local que não me pertence, que pertence à pessoa onde eu vou cumprir a ordem judicial. Eu vou cumprir uma ordem judicial que na maioria das vezes é ruim para aquela pessoa, é raro levar uma notícia boa, de cada 100 que eu levo, uma é boa. A gente vira um depósito de insatisfações, de sentimento de injustiças, estando em um ambiente estranho. Foi uma diferença muito drástica. Apreendi muito nesse campo. Muitas vezes, a sentença que o juiz dá é uma decisão amparada na lei, mas isso não quer dizer que seja justa. Quando a gente se depara com o mundo real, a gente percebe que o papel comporta tudo. E se a gente pudesse ver, antes de decidir, como as coisas funcionam, talvez decidisse de outra forma.

No dia a dia do trabalho como Oficial eu sofri com algumas questões relacionadas à cor da minha pele. Pelo menos três vezes as pessoas me xingaram falando da cor da minha pele. Como é que um preto desses pode ser Oficial de Justiça. Como é que um negro vem aqui querendo fazer alguma coisa. Eu me lembro desses discursos do tempo em que trabalhava em Bento. Duas vezes me barraram em bancos, uma em Veranópolis, outra em Nova Prata. Eu tenho certeza que foi pela questão racial. Na Serra eu vi como isso era mais forte. Quando eu trabalhava em Bento Gonçalves, meu chefe também era negro e a gente falava sobre isso. Em Novo Hamburgo, para onde fui depois, também. Nessas duas cidades meus chefes foram negros, os coordenadores da Central de mandados. Eu dizia para ele: quantas pessoas negras têm duas graduações e ocupam uma posição na escala social e de trabalho com uma remuneração boa como a nossa? Não sei se isso chega a uma unidade percentual. Como eu havia dito anteriormente: onde estão os negros na Justiça do Trabalho? Estão na limpeza, na faxina, na vigilância, ali estão os negros. Por quê? São pessoas que não tiveram oportunidade. O que restou para elas foi esse trabalho precário.

Em Novo Hamburgo foi mais tranquilo, eu não me lembro de alguma situação sobre questão racial. Mas eu continuava percebendo a inexistência de negros ao meu redor. Em Novo Hamburgo eram cinco Varas e isso me chamava muito a atenção. Nos ambientes que percorri na minha tra-

jetória profissional, encontrei poucos negros no meu dia a dia. Na escola e na faculdade, eu percebi que, invariavelmente, não tinha colegas negros, apenas eventualmente. Isso aconteceu na UFRGS, na minha faculdade em Bagé, onde me formei em Contábeis, e depois, na Serra, mais ainda. Eu vim para Porto Alegre em 2012, éramos 60. Eu tinha uma colega negra, Oficial de Justiça, que já se aposentou, e tenho um colega negro que está na ativa, mas em vias de se aposentar. Na secretaria de apoio tinha dois colegas negros. Se contar um universo de 70 pessoas, eram cinco negros, comigo junto. Não dá nem 10%. Mas a quantidade de negras e de negros nos serviços terceirizados, onde os salários e as garantias são menores, é enorme.

É esse olhar que a gente tem que começar a fazer. Chamar e colocar essas pessoas na posição em que nós estamos hoje. Eu acho que é um dever da nossa parte. A gente tem que buscar essas pessoas, enxergá-las. Quando a gente não faz isso, a gente está fazendo o que faziam conosco. Agora que a gente cresceu um pouco, está numa condição um pouco melhor, a gente precisa enxergar essas pessoas que estão do nosso lado, mas não na mesma condição. Isso é uma das coisas que mais me incomoda.

Quando eu vivi na Serra, era impressionante como todos eles sabiam de onde tinham vindo, a data, em qual barco. Como é bonito ver essa construção, essa volta na árvore genealógica deles, perceber que eles sabem de onde partiram. Mas, na minha família, não consigo passar do meu bisavô porque nem os meus sobrenomes são meus. Desde quando nós somos Silva? Nós não somos Silva. Não eram nossos nomes porque esses nomes não existiam na África. A gente nem sabe de onde veio. Fui em uma festa de família e, na porta, havia um mapa da Itália, o lugar de onde partiu o primeiro antepassado, com quem casou, aí vem crescendo toda a descendência até chegar no ponto final. Gosto muito de história. Mas nós, negros, não conseguimos isso. Dias desses vi uma reportagem de pessoas que foram levadas para a África e conseguiram identificar, pelo DNA delas, o local de onde possivelmente seus antepassados saíram. Eu achei muito bonito.

Comecei com 12 anos no Basquete. Hoje ainda jogo, participo do time do Tribunal que joga as Olimpíadas. Mas sério eu joguei até os dezessete, depois só para brincar. Vem a Faculdade. Tem que optar. Eu comprei o discurso do meu pai de que precisava estudar. Depois fui retomando final de semana para brincar. Na época da minha mãe ela me liberava três vezes por semana pra ficar treinando. Me deu muitas coisas boas.

Sou pioneiro na minha família. Durante um bom tempo fui o único de nível superior, o primeiro a ter uma graduação, em 1994. A minha família é numerosa, se eu juntar todo mundo deve dar umas 70, 80 pessoas. Em 1987 eu fui o primeiro a entrar numa universidade. Optei por ser servidor público porque me daria segurança, estabilidade, chance de crescer pelo meu esforço, passar num concurso. Eu tinha plena consciência de que ninguém enxergaria a cor da minha pele na hora de fazer concur-

so. Isso eu vi muito claramente na Serra. O Tribunal me possibilita essa condição, de ter um trabalho. Eu não sou empregado do Tribunal, eu sou empregado do Estado, da União.

Minha família nunca teve essa consciência. Nunca tratamos dessas questões dentro da família. Quantas vezes eu ouvi, dentro de casa: “ah, por que fez assim? Só podia ser negrão”. Nós mesmos nos criticando. Essa era a cultura. Esse era o olhar que nós tínhamos sobre nós mesmos. Isso foi incutido em nós mesmos durante séculos. Séculos que te colocam como alguém inferior. Eu li num livro de um professor de história que uma das razões de os negros negarem a si próprios é que eles não queriam se enxergar num grupo perdedor. Isso é natural. Então os negros não tinham, e muitos ainda não têm, essa consciência de que não é negando a si mesmo que vai vencer. Porque tu vai ser sempre negro, eles sempre vão te olhar como alguém inferior. Então, não é saindo de onde se está, da nossa condição de negros, que vamos vencer. Na verdade, não existe essa lógica de grupo vencedor. Todos podem vencer dentro das suas possibilidades. Mas esse olhar não se tinha lá atrás.

Eu gosto muito de todas formas de cultura, gosto de música, de cinema, de televisão. Gosto de ir a museus. Eu não tenho muitas restrições a nenhuma forma de cultura, gosto de ler, ver filmes, documentários. Eu gosto muito de dançar e de música de uma maneira geral. Algumas eu não ouço porque não gosto de ouvir, mas se tocar numa festa eu acho legal. A cultura é muito presente no meu dia a dia. Com essa pandemia sinto muita falta de ir ao cinema, ao teatro também. Gosto de ir a shows. Mas nunca fui muito chegado a crenças religiosas, de nenhuma ordem. Também nunca foi uma coisa presente na minha família, não se tinha o hábito de frequentar igreja ou outro tipo de religião. Mas acho legal essa história do São Jorge. Apesar de não ter crença alguma, eu faço a minha saudação para São Jorge no dia dele.

Acho extremamente positiva a existência desse Comitê de Equidade. Eu acho que demorou para existir e penso que deve continuar se fortalecendo cada vez mais. Acho que é necessário o respeito às diferenças, ao ser, cada um é do jeito que é. Cada um tem seu valor justamente por isso. A proposta “ninguém é menos do que ninguém por ser o que é”. Cada um tem o seu valor e demonstra o seu valor. Não é a cor da pele, orientação sexual, gênero, nada disso. É o ser. Eu acho saudável, extremamente positiva, espetacular, a ideia da existência desse Comitê, que ele seja aprimorado, que cresça. Que o Tribunal realize atividades que aprofundem o conhecimento dos demais servidores. Que traga mais servidores para dentro desse processo. Não só os negros, LGBTQs, mulheres, são todos que fazem parte do universo do Tribunal e que devem participar disso. Isso deve dizer respeito a todos, eu enxergo dessa forma. É preciso quebrar esses olhares de diferença, desconfiança, menosprezo, preconceito. É lamentável que isso ainda exista,

mas existe. Quanto mais gente estiver participando, mais fácil e rápido será essa desconstrução. A gente tem que desconstruir muito.

Participando do grupo de masculinidades, vi também relatos de colegas que têm suas limitações mas que estão tentando mudar, percebem que é necessário, que o mundo vai ser melhor se eles mudarem. Minha filha é um divisor de águas na minha vida. Se tu me perguntares o que eu fiz de melhor na minha vida foi ter sido pai da Júlia. Ela é tudo pra mim, aprendo muito com ela. Ela tem um significado muito grande pra mim. Eu vi sentido na minha vida a partir do momento em que eu fui pai. Eu percebi o quanto isso foi bom pra mim, como eu me tornei melhor. Pude voltar a viver coisas que eu vivi quando pequeno, eu fui criança de novo e é tão gostoso estar com a minha filha, às vezes ela vem, senta no meu colo, me dá um abraço. São tão gostosas essas coisas tão espontâneas, do nada, e pra mim é bom demais.

Hoje eu olho pra trás, eu preferia ter o que eu consigo oferecer pra minha filha, ela agora brinca. Eu não tive isso no período escolar do quinto ano em diante, batia o sinal eu precisava ser um dos primeiros pra ajudar a minha mãe, ela não tinha como ter empregados. Trabalhava a minha mãe, a outra irmã dela, a minha vó materna, e eram essas pessoas, eu e minha irmã mais velha, e meus irmãos mais novos, que quando puderam ter mais idade eles ajudavam. Eu não tive isso no meu período escolar, no contra turno eu tinha que ficar ajudando ela na cantina, ir à padaria comprar pão, presunto, queijo, atender os alunos da tarde, colocar os refrigerantes na geladeira pra nos outro dia eles estarem gelados. A gente tá desde cedo na lida, desde os dez anos. Quantas vezes tive que carregar aquelas geladeira de seis portas.

Ser branco é muito fácil. Já ser negro neste país é muito complicado porque a gente tem muito mais coisa para lutar. Muitas pessoas já disseram pra mim que não me acham negro, eu digo: “se tu olhar pra minha pele, vê que ela não é preta, mas isso não tem nada a ver em dizer que não sou negro, eu sou negro e não venha me dizer que eu sou moreno”. É claro que eu vou dizer que a minha pele não é preta porque, se não, é uma estupidez da minha parte. Mas isso não tira a minha negritude. Eu vejo umas questões muito próprias porque eu fui escolhido para representar essas pessoas. Eu acho que se tivesse a pele mais escura, mais retinta, eu não sei se teria sido escolhido. Mas caiu ficha pra mim alguns anos depois. E ser branco e homem é mais fácil ainda, é o supra sumo da facilidade nesse país. Infelizmente essa é a realidade.

Eu acredito que as pessoas devem se despir dos preconceitos, devem acreditar umas nas outras e olhar para cada um pelo que elas são. Acreditar no que cada um tem de verdadeiro, no que cada um tem de positivo e de benéfico dentro de si. É preciso que cada um se torne cúmplice, comprometido por essa luta de se respeitar, de se olhar como humano, independentemente da cor da pele, da orientação sexual, da crença religiosa,

independentemente das vontades e opções, do que faz cada um naquilo que entende como válido para sua vida. É nisso que eu acredito e é isso que eu busco. Sobretudo, acho que o que fundamenta nossas relações é o respeito. Eu acho que se todos tiverem respeito as relações se tonarão muito melhores, porque quando eu tenho consciência do que significa o respeito eu me relaciono melhor com todos ao meu redor. Porque o respeito é o entendimento, é a aceitação, o respeito efetivamente é o que é cada um. É o maior valor que a gente tem que desenvolver nas pessoas: alcançar o verdadeiro significado da palavra respeito. É o que eu tento mostrar para a minha filha. Respeite a si mesmo, respeite os demais.

NASCIMENTO: 05/08/1971
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 15/09/1993
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: 30ª VARA DO
TRABALHO DE PORTO ALEGRE



VLADIMIR DO NASCIMENTO RODRIGUES

Eu sou o Vladimir, tenho 49 anos, sou negro, tenho cabelo mais alto em cima, natural. Nasci em 1971, sou filho da Horacilda do Nascimento Rodrigues e do José Darcy Costa Rodrigues, um casal de pessoas negras. A família do meu pai veio da região da fronteira, de Bagé, ele nasceu em Dom Pedrito, mas os pais dele eram daquela região fronteira, ele veio com uns 10 anos para Porto Alegre. A família da minha mãe era de Santa Maria, veio criança, depois voltou e, entre idas e vindas, veio em definitivo para Porto Alegre dos 20 para os 30 anos, nos anos 1960.

Meus pais se conheceram, se casaram e eu nasci em 1971. Eles moravam na Cidade Baixa, um bairro perto do centro de Porto Alegre, naquela época era predominante a população negra nesse bairro. Minha mãe morava na Olavo Bilac, o meu pai na Lopo Gonçalves e quando eles se casaram ele foram morar na Barão do Gravataí, onde hoje é o boteco do Caninha, na esquina da Múcio Teixeira. Eu nasci na casa ao lado do boteco do Caninha, ali perto do Areal da Baronesa, ali era predominantemente a cultura negra, o samba, dizem que um dos berço do samba de Porto Alegre é o Areal da Baronesa, hoje tem uma ocupação quilombola ali com esse nome. Mas eu tenho pouca lembrança dali porque logo depois a gente se mudou para os Blocos do IPE no Jardim Botânico, meus pais eram funcionários públicos e faziam parte do IPE, Instituto de Previdência do Estado, e conseguiram um apartamento nos Blocos do Jardim Botânico, na rua Felizardo Furtado, e nos anos 1970 ainda a gente foi pra Zona Sul de Porto Alegre, no bairro Camaquã, que eles conseguiram ascender um pouco e compraram uma casa pelo BNH (Banco Nacional da Habitação).

A minha mãe era psicóloga do Juizado de Menores, hoje Juizado da Infância e da Juventude. Ela fazia os laudos dos casos submetidos ao jui-

zado, sempre gostou muito da assistência social, além de psicóloga formada ela se envolvia muito com as famílias, procurava ajudar e entender por que as crianças que passavam por ali tinham essas questões, a vulnerabilidade, então trabalhava muito com isso. O meu pai era pedagogo, trabalhava na Fundação de Recursos Humanos, sempre foi funcionário público e desenvolvia o trabalho dele na área da pedagogia e da administração. A gente tinha uma família de classe média. Estudei na escola Paraná, no bairro Camaquã, depois na Padre Réus, que é na Tristeza. Sempre em escola pública.

Não era o melhor aluno, mas não era o pior. Eu nunca rodei e tinha poucos problemas disciplinares. Foi um período tranquilo, tanto no ensino fundamental quanto no médio. Claro, tinha as carências da escola pública, passamos um ano sem professor de Geografia, o de Inglês que substituía. Como ele era muito fluente e viajava muito, foi ensinar Geografia. Ele contava das viagens que havia feito, “no México era assim...”, então era um ensino bem falho. No vestibular, quando eu fiz o cursinho, vi que tinha muita coisa que nunca tinha estudado. Mas tive a sorte de ter bons professores, idealistas, que tinham amor a ensinar. Nunca parei de estudar.

Até os meus 10 anos foi o casal e os dois filhos – eu e minha irmã. Em seguida meus pais se separaram, meu pai saiu de casa mas teve que voltar quando minha mãe morreu, em 1984, voltou a contragosto porque já tinha uma outra família. Foi um período bem conturbado, nós ficamos morando um tempo com ele, mas à medida que fomos crescendo, sabendo o que queria, nos tornamos independentes. Fomos morar em um apartamento no centro, eu e a minha irmã, eu com 16 para 17 anos. Ela sempre foi muito avançada, tinha uma grande maturidade desde cedo, gostava de cultura, música, dança e idiomas. Ela conheceu um rapaz da Dinamarca através de uma amiga, o cara veio passar uns tempos aqui, eles se apaixonaram e começaram a namorar e depois de um tempo ela foi e eu fiquei aqui morando sozinho, com 18 anos. Como minha mãe trabalhava no IPE, eu recebi uma pensão pela morte dela até completar 24 anos. Isso me obrigou a entrar logo em uma universidade, porque o requisito para ganhar a pensão era estudar.

Isso me ajudou a superar a falta da mãe, quando ela morreu eu tinha 13 anos, teve um aneurisma. Ela já havia tido o mesmo problema dez anos antes, fez uma cirurgia e conseguiu superar. Mas no segundo não, e foi uma tragédia na família. Ela era meio que uma ponte, se dava bem com todo mundo, procurava aproximar os irmãos, os primos, fazia um elo entre a família dela que, por sua vez, teve uma grande quantidade de problemas, problemas de relacionamentos, de vício. Ela servia como um alicerce para as pessoas e até mesmo financeiro, ela ajudava muito, por ser funcionária pública ela tinha salário, estabilidade, imagina, uma família negra. Ela tinha muito essa referência familiar e, de uma hora pra

outra, morreu e deixou essa lacuna muito grande, difícil de superar, talvez não tenha sido superado por muito tempo. E pra nós mais ainda, no momento que tu está saindo pro mundo tu não tem mais essa referência. Embora sim, eu considerava ela muito sábia e nos passou coisas que eu levo até hoje. Eu e a minha irmã sempre dissemos “isso a mãe não vai aprovar, então não vamos fazer”, sempre foi assim. Então foi difícil pra mim em função de não ter a mãe e é difícil tu assumir isso. É uma coisa assim que a gente não está preparado pra falar sobre isso.

Eu passei no vestibular de Direito na UFRGS em 1990 e, no mesmo ano, fui chamado para o Exército. Fazia o Exército de dia e a faculdade de noite, no começo parecia que ia ser o inferno, mas consegui conciliar, fiz do limão uma limonada. Tinha muitos amigos no Exército, foi um ambiente bom. Mas sofri muito racismo também. Comecei a participar do movimento estudantil, com toda minha inclinação política de esquerda, me coliguei aos camaradas e comecei a atuar na assistência judiciária. Comecei a ver o Direito pela ótica dos oprimidos, daqueles que mais precisam, que o Direito funcione para que a justiça seja feita, isso foi determinante. Esse período da faculdade foi assim. Fiz estágios no Serviço de Assistência Judiciária (Saju), que tinha um convênio com a prefeitura, trabalhei um período com a regularização fundiária, tinha que lidar direto com as comunidades que precisavam da regularização. Conheci muita coisa do movimento popular nessa época.

Sempre gostei de literatura, história, de ciências humanas. Começou aquela coisa, tenho que fazer uns cursos de humanas porque se botar biologia, matemática, eu não vou conseguir fazer. Aí queria fazer jornalismo, gostava de jornalismo. Ficava pensando, lendo os jornais, lendo as colunas, quero escrever também, só que daí eu ficava pensando: eu posso fazer outra coisa e escrever. Tinha os caras que escreviam no jornal e eram engenheiros, advogados. Pensei no Direito, um curso que iria me dar estabilidade. E eu sempre tive uma consciência política, sempre fui consciente de que vivíamos em uma ditadura. Meu pai, apesar de não ser militante, sempre teve ideias de esquerda. O meu nome Vladimir vem daí, porque ele se interessava muito pela literatura russa e tinha muito interesse pelas coisas da União Soviética. Ele também ouvia Chico Buarque, Geraldo Vandré, Mercedes Sosa, a música latino-americana, muita música de protesto, isso foi uma coisa familiar.

Em 1993 surgiu esse concurso do TRT, eu já estava no quarto ano de faculdade, e os meus colegas disseram “te joga”. Eu já tinha colegas que eram servidores do TRT e me aconselharam muito a carreira como servidor e aí eu fiz isso. Fiz o concurso para atendente, nível médio, fiquei bem classificado, entrei em seguida em Porto Alegre, entrei direto em Porto Alegre. Trabalhei nas Varas, muito balcão, na época era mais pesado que hoje.

Meu pai também tocava vários instrumentos, embora ele não fos-

se profissional. Mas estava sempre envolvido nas festas, tinha muitos discos e todo sábado ele ia numa loja e comprava um monte de discos. Eu gostava muito de ouvir tudo: samba, MPB, música clássica, música gaúcha, música latina. O pai era eclético em termos musicais e muito sentimental também, lembro dele ouvir música e chorar. Ele passou isso para mim. Comecei a comprar meus discos, decorar as letras, até começar no violão. Eu era muito tímido, tinha dificuldade de me relacionar com quem eu não conhecia, para ficar amigo de alguém tinha que conhecer bastante. Por outro lado, tinha esse interesse em música e passava a noite gravando shows, da TV para o videocassete.

Não foi uma coisa que eu tenha assumido com tranquilidade, a minha negritude. Anos depois eu fui descobrir que a minha mãe foi uma militante do movimento negro nos anos 1960. Em casa não falávamos sobre isso. O meu círculo de amigos no bairro e os filhos dos amigos dos meus pais era 90% branco, então eu tinha dificuldade de assumir que eu era o negro ali, que eu era o diferente. Eu me sentia melhor, igual, quando estava no meio dos meus primos, da minha família, da “negrada”, aí não tinha problema. Mas quando eu estava na escola, entre meus amigos, não tinha essa condição de me assumir como negro nas circunstâncias que surgiam. A gente sofria muito *bullying*, me lembro que me chamavam de “negro isso”, “negro aquilo”.

Eu sofria outro tipo de discriminação, era preterido em determinadas situações. A gente vai numa festa, quer dançar com uma menina e ela não aceita, aí vai um cara branco logo em seguida e ela dança. Aí começa a perceber toda a dimensão do racismo. Eu sofri muito por isso também, por não conseguir me assumir tão novo, na infância. Eu lembro que eu ficava pensando: “por que eu nasci negro?” Eu lembro que um amigo me falou, “tu é negro”, e eu respondi, “não, sou moreno, eu não sou negro”. Tudo isso mudava quando eu ia para onde os meus primos moravam. Eu via as meninas e elas ficavam me olhando, então eu pensava na diferença que era. Porque no meu ambiente eu era repellido, mas na periferia, onde havia mais negros, eu passava a ser interessante. Então, o problema não era comigo, porque durante um tempo eu achei que o problema era eu, que eu não era bom o suficiente para atrair as meninas, depois eu comecei a ver que as coisas não eram bem por aí.

Eu sempre falo que o Gilberto Gil e o Djavan me ajudaram a resgatar, a encontrar a minha negritude. Eu lembro que o Gil, nessa época do primeiro Rock’n’ Rio [1985], tocou “Vamos fugir”, o cara estava no auge e tinha muito aquela coisa de quem era melhor, Gil ou Caetano, e eu sempre me identifiquei mais com o Gil por ele ser negro. O Caetano até se diz mulato, e de fato ele tem uma raiz afro, mas o Gil é negro. Já tinha essa coisa de torcer pelo negro, de ter essa identidade, mesmo que inconsciente ainda. E com o Djavan aconteceu o mesmo, só que nessa época ele tinha

uma outra veia, hoje ele está mais pop. Ele tem um disco em que gravou o hino da África do Sul, uma gravação histórica do Djavan, com coral afro e tudo. Aquele disco me deu um baque, olha só essa africanidade. Foi esse começo, depois vem Milton, uma infinidade de gente, o pessoal do samba, uma galera assim que, para mim, como músico, me tocou.

Depois eu descobri o jazz. Fui num show em Porto Alegre, eu estava no ensino médio, do baixista Stanley Clark, muito famoso no meio mas desconhecido do grande público. O cara fez horrores com o baixo, tocou de uma forma que eu nunca havia visto, com uma pegada, um suingueira, um balanço, impressionante. Eu lembro que fiquei impressionado com aquele negrão fazendo tudo aquilo e eu nem conhecia o cara. Aí no meio do show ele chama uma participação especial, outro negro que cantava e tocava baixo, num determinado momento os dois fizeram um duelo de baixo, solos, aí eu fiquei mais louco ainda. Aí fui percebendo que os grandes músicos de jazz eram negros e eu não sabia, não é uma coisa que a TV falasse, que os críticos falassem. Aí eu comecei a me interessar pela música negra, saber quem são. Fui atrás e via também que o tratamento que davam para os músicos negros era bem diferente do que davam para os músicos brancos. O músico branco facilmente ascende à condição de *pop star*, o negro, até chegar lá... A mulher negra, então, tem que passar por provações muito maiores para ser reconhecida. Eu posso dizer que a música foi me trazendo para essa negritude de uma forma crescente.

Eu sempre cortava o meu cabelo, não deixava ele crescer muito. O meu pai sempre usou o cabelo baixo, aos sábados sempre ia no Centro comprar discos e aproveitava para ir ao barbeiro também, na Galeria Chaves. Como eu ia com ele, já cortava o meu também. Era sempre o mesmo corte, bem baixinho. Só quando saí do quartel comecei a deixar o cabelo crescer um pouco mais. Nessa época comecei a tocar numa banda, tocava violão. Tinha muita coisa de reggae, samba reggae, época que estava crescendo, explodindo no país e eu lembro que nessa época eu comecei a deixar o cabelo crescer. Tinha as referências do Bob Marley, do Peter Tosh e de toda essa galera. O Bob Marley até já tinha morrido, mas a música dele ainda era, é forte, e a estética rastafári estava chegando. Alguns manos já tinham. Nosso companheiro Jorge Cidade, da Produto Nacional, também tinha banda e nessa época os guris deixavam seus *dreads*, tinha o Cidade Negra também. Nessa época eu deixei o cabelo crescer e já estava no Judiciário, aí o pessoal me olhava com estranheza.

Eu andava com uma camisa Greenpeace, eu gostava porque a minha irmã tinha me mandado de fora, aquelas camisas escrita em inglês. Meu amigo Chicão um dia chegou pra mim e disse: “pô, negão, tu tá com essa camisa de ecologia, tu tem que usar camisa do movimento negro, cara!” Eu olhei assim para ele, me deu uma raiva, mas aí eu fui pra casa e fui pensando em por que ele estava me dizendo aquilo. É todo um proces-

so que vai passando. Aí passou um tempo, ele chegou pra mim: “bah, Vladimir, nós estamos precisando da tua ajuda. Aconteceu tal fato e nós precisamos entrar no Ministério Público de racismo.” Era um caso de um jornalista que fez uma piada associando a Benedita da Silva com a mãe de um gorila, eles estavam indignados e queriam entrar com uma representação no MP e eu falei com o Chicão, eu faço, só vou ter que estudar e combinamos um dia.

Fui pra casa, estudei Direito Constitucional, subsídios e muitas coisas do discurso militante que ele tinha e que havia me passado. Estava com aquilo na cabeça e montei a representação, mostrei pra ele, ele disse que estava bom. Marcamos um dia e fomos, os saudosos militantes do movimento negro, eu acompanhei eles no MP para entregar a representação. Foi a primeira ação que eu tive. Lembro que nesse dia eu estava muito radiante que tinha feito aquilo, tanto que era um movimento da minha causa, da minha raça e era um acadêmico que havia feito, estava bem emocionado, bem empolgado. Aí eu cheguei na faculdade com o material impresso e sentei com os meus colegas, brancos na sua grande maioria. Mostrei pra eles: “olha só o que eu fiz, e coisa e tal, e isso é racismo não pode, que a Constituição prevê isso e tem também o outro artigo e coisa e tal”, e mostrei pro pessoal, gente de esquerda. Aí o colega pegou e leu: “mas que bobagem, grande bobagem, pra que perder tempo com isso, foi só uma piada”. Fiquei indignado: como assim, não viu que o cara chamou uma pessoa de macaco, de gorila, tu acha que o cara não tem que ser penalizado? Aí eu comecei a ver como era difícil essa luta e que digamos foi o meu primeiro embate nessa área racial já mais consciente.

Lembro que entrei na faculdade e logo me aproximei da galera que já fazia o movimento estudantil, que tinha uma história dentro da faculdade de Direito. Meu primeiro evento grande foi um congresso da UNE, em Campinas (SP), em 1991, fui com a Comissão aqui da UFRGS. Eu estava no meio do congresso e chegou uma colega me convocando para uma reunião dos estudantes negros no evento. Eu me surpreendi: tem um grupo de negros aqui? Quero saber, quero estar junto e aí eu fui. Comecei a ver como era o movimento estudantil negro, e o próprio movimento negro em si.

Quando estava na faculdade, fiz uns estágios ligados a serviços de assistência judiciária. Tinha um pouco de militância nisso, visava entender as comunidades, pessoal periférico, pessoal que mais precisava da ação do Estado. Teve uma época que eu saí, fizeram uma reformulação e eu fui um dos indicados a sair do convênio. Fui procurar estágio em outros lugares, escritórios. O que eu senti nos estágios é que não me queriam, sequer me davam retorno. Ao mesmo tempo, eu via meus colegas brancos nos mesmos lugares sendo bem recebidos, sendo aceitos. Eu pensei que precisava ter um caminho alternativo. Os colegas me falaram dos concursos e comecei a estudar. Eu e uma amiga, colega da faculdade, ela também es-

tava pilhada para fazer e passamos o verão estudando, oito horas por dia, fazendo apostilas, exercícios, fomos bem na prova do TRT e entramos.

Quando vi meu nome na lista foi uma alegria. Eu lembro que saí de casa, fui no barbeiro, cortei o cabelo, fiz o cavanhaque, tudo para tirar a foto da nomeação. Foi uma alegria grande porque é uma conquista. O serviço público te dá uma estabilidade, segurança para viver a vida. Claro, a gente abdica de outras coisas. Quem tem um caráter mais empreendedor fica bem limitado. Na nossa comunidade negra, é um avanço porque tem uma forma de ingresso universal, não é pela tua aparência, cor da tua pele. Tem uma prova, igual para todos. Claro, tem toda uma série de questões até ser aprovado. Mas o serviço público garante um tratamento humano digno. Na iniciativa privada não é assim, por mais que existam leis garantindo, que a gente conhece, não é assim. O teu chefe não vai te pedir para ir no banco pagar uma conta. Não, pera aí, meu trabalho é aqui, eu não vou. Embora a gente saiba que aconteçam alguns casos, o serviço público tem esses limites, não precisa puxar o saco de ninguém.

Fui para a 17ª Vara de Porto Alegre. Cheguei na Vara com um envelope, que tinham me dito para entregar à diretora, pedi para falar com ela, a colega do balcão me viu com o envelope na mão e disse: “Graças a deus!” Porque qualquer novato que chegava ia direto para o balcão. Fiquei quase um ano. Depois fui para gabinete, juiz classista, fiquei trabalhando ali acho que um ano, até 1995, me formei e fui trabalhar com juiz titular.

O curso de Direito me deu uma visão melhor da minha condição cidadã, de viver numa cidade, ter uma família, ter ideias, sonhos, realizar sonhos, então eu acho que o fato da gente ter essa formação das leis, de saber o que é direito e o que não é, de ter um mínimo de senso de justiça, isso já te dá uma condição de vida. Agora, conseguir acessar um cargo público através de um concurso, ter uma estabilidade e, dentro desse cargo, também ter todo o conhecimento dos direitos sociais, daquilo que os trabalhadores e os cidadãos têm direito também, inseridos no mundo do trabalho, eu acho que o TRT me deu esse conhecimento.

De outra parte, há uma condição financeira que te permite um mínimo de qualidade de vida – apesar das perdas dos últimos anos. Então, acho que nesse aspecto eu sinto que fez muita diferença na minha vida. Acho também que esse conhecimento é importante, esse círculo que gente forma a partir do TRT. O nosso Sindicato também, que é uma associação de pessoas que defendem os nossos direitos, onde são colocados temas importantes para serem defendidos, serem debatidos. Essa questão da integração social, integração cultural que a gente tem através do Sindicato, é importante.

O Comitê da Equidade, que está proporcionando essas discussões das nossas cotas raciais e tantas outras que são importantes, também é fundamental. Eu acho que isso, para nós, é um ganho de vida. Tem um dita-

do africano que eu gosto de dizer aos meus colegas: nunca chame de selva a floresta que te abriga. Quer dizer, o mal agradecido é atroz. A gente ouviu muita reclamação, mas eu consigo ver muitas coisas positivas e sou muito grato. Ainda mais vindo de uma família negra, em uma comunidade que historicamente é excluída dos meios, é excluída dos empregos, dos melhores postos. A gente ter essa possibilidade de ingresso e ter uma carreira aí dentro, eu acho isso importante. Eu, na minha condição de vida, poderia, se tivesse mais ambição profissional, estar numa condição melhor no TRT ou até mesmo fora daqui, mas são escolhas que a gente faz. Eu gosto muito de ter essa tranquilidade.

Assim como o racismo é estrutural, existe essa cultura racista que está projetada nas pessoas. Dentro do TRT, claro, não ia ser diferente. Quantos dos nossos colegas não negros devem torcer o nariz para essas iniciativas? A gente fala, a gente milita por uma causa, por isso é importante a gente externar isso. Daqui a pouco eu venho com uma camiseta, com um turbante, com alguma coisa que expresse que eu estou dentro dessa causa. Mas os que estão contra não aparecem, eles não falam, só que eles estão agindo internamente para que a coisa não aconteça. Esta entrevista é uma coisa que a gente não pensaria há 20 anos. Também acho que tem de haver mais interesse por parte dos nossos colegas negros. Eu vi há pouco na página do Tribunal uma decisão contra uma empresa que obrigou a funcionária a tirar os *dreads*. É uma ação importante. Além do Tribunal estar aplicando a lei, está divulgando também. É uma forma de formar opinião. Eu consigo ver empenho do TRT4 pra promover essa pauta, para melhorar essas relações, só que a luta é muito grande. A gente sabe hoje que tem uma administração que faz, mas a gente não sabe daqui dois anos como vai ser. Por isso que a gente tem que estar sempre na pressão, propondo, promovendo, fiscalizando, pressionando.

Nos últimos anos o Coletivo Negros tem se formado muito dentro dessa necessidade de formação do Comitê. Eu acho importante, é um assunto delicado. Falar de negritude, de relações raciais, de racismo estrutural e falar de “branquitude”, de privilégios brancos para esse público é muito difícil. Em geral, a sociedade é conservadora e o judiciário é conservador, tem pessoas muito conservadoras, então a tendência do negro é não se expandir muito quando entra nesses espaços. Eu acho que a gente tem um movimento de defesa, de não querer muito se expor, mas acho que vivemos um momento de exposição, de sair da casca, de se expressar, se não vem a patrula e passa por cima de todo mundo. Não é uma coisa fácil porque a gente tem poucos colegas negros, são um ou dois, às vezes não tem nenhum.

Eu vejo pelo meu setor: é difícil articular com os meus outros dois colegas negros porque eles têm uma vivência da negritude diferente da minha. De certa forma, eles têm uma relação com a “branquitude” dife-

renciada que permite a eles não procurarem muitas ações, a serem mais na deles. Mas é a circunstancia de cada um. A gente sabe que o período escravista de resistência do negro contou com varias formas de resiliência, de enfrentamento. Os quilombos, a fuga, a organização e aqueles que não conseguiam fugir, os que ficaram dentro do sistema, foram encontrando formas de se adequar, sofrer menos. E isso acontece ainda hoje. Tem aqueles que enfrentam e tem os que dão um passo atrás, então temos de conviver com isso. Temos que chamar essas pessoas, conscientizá-las, saber que por trás de cada servidor negro tem uma família negra, tem filhos, irmãos, tem sobrinhos. E tentar, de alguma forma, mobilizá-los para seguirem juntos. Ninguém disse que ia ser fácil.

Essa história está sendo construída. O TRT é um espaço de trabalho, é um espaço que a gente tem pra contribuir muito, pra colaborar muito com a jurisdição, com o fazer à justiça, e é um lugar onde a gente tem muito a aprender a respeito da sociedade, das relações, das relações de trabalho no qual a gente está inserida e é isso que a gente tem que fazer, estar em todos lugares, deve estar em todos os lugares e ansiar sempre pelo melhor. Nós temos um grupo, a gente se reúne, a gente se fala, a gente troca experiências e esse grupo de servidores negros vai estar sempre aberto pra qualquer um que queira participar e contribuir.

NASCIMENTO: 24/02/1973
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 02/06/2003
ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: SEÇÃO DE FINANÇAS



ALEXANDRE MODESTO FARIAS

Meu nome é Alexandre, sou um homem negro, meu cabelo está em um centímetro de altura, a minha barba também, eu uso barba. Nasci em Porto Alegre, sou de família mineira, meus pais saíram de São João da Chapada, que é um território quilombola, no interior de Diamantina, Minas Gerais, vieram para cá em 1968. O meu irmão mais velho é mineiro, eu já nasci gaúcho. Parte da minha infância eu vivi em Alvorada e em Porto Alegre, porque minha mãe, já separada do meu pai, foi para Alvorada e lá fixou residência.

Eu lembro que, em Porto Alegre, morávamos na Mariante, logo depois do viaduto da Silva Só. Tinha uma loja de brinquedos na esquina da Pro-tásio Alves com a Mariante e lembro que toda noite, toda noite eu e meus irmãos íamos ali porque ficava a vitrine aberta, então a gente ficava admirando aqueles brinquedos, é como se a gente entrasse num outro mundo, olhando os brinquedos na vitrine. Para Alvorada, fomos eu, a minha mãe e o meu irmão. A minha irmã foi apadrinhada por um casal de descendentes de alemães e ficou estudando em colégio interno, teve uma escola melhor, então ela praticamente passava somente as férias com a gente. Por que meu pai não foi morar com a gente? Meu pai era esquizofrênico, então ele ficava em casa, daqui a pouco ele era internado, tinha surto, daqui a pouco voltava. Durante um período em que ele teve alta, voltou para Minas Gerais e ficou muitos anos lá. Nessa fase é que fomos para Alvorada.

Em Alvorada moramos na Vila Cedro. Foi a primeira casa efetivamente nossa, porque antes vivíamos na casa cedida pela família, depois fomos viver no terreno do meu tio. Era uma casa pequeninha, de madeira, alugada, mas era a primeira casa que era nossa, não era cedida por ninguém, era um espaço só nosso. Ao mesmo tempo, era um espaço que a gente convivia pouco, porque minha mãe saía cedo para trabalhar, eu

saía cedo para a escola e minha mãe voltava só de noite, então a gente convivia praticamente à noite só. A convivência era pequena. E, durante uma época, minha mãe trabalhou em casa de família e passava a semana toda fora, então a gente se via menos ainda. Ficávamos eu e meu irmão sozinhos em casa, minha mãe trabalhando fora e eu, que era pequeno, na casa de meus tios. Então, durante muito tempo, minha convivência com a mãe era sábado e domingo.

A gente morava em Alvorada, mas a minha escola ficava aqui em Porto Alegre, na Cidade Baixa. Eu saía às seis da manhã para começar a aula às oito. Do lado da escola havia um núcleo da Febem, na década de 1970 até a década de 1980. Então, a gente tinha aula de manhã, saía da aula e ia para a Febem, tomava banho, almoçava, colocava uniforme, fazia os temas, fazia atividade física, tinha aula de educação artística e, no fim do dia, os pais iam buscar. Era como um turno complementar, era uma instituição do Estado e foi uma fase muito legal. Como a gente não tinha nada, eu lembro que toda campanha do agasalho eu ganhava roupa, ganhava material escolar, estava sempre ganhando coisas dos professores, roupa para frio, lápis de cor, a gente ganhava muito dessas coisas, só que, ao mesmo tempo, eu era ridicularizado por essas mesmas pessoas. Óbvio, por ser negro, mas também porque lembro de ir para a escola com uma calça três vezes maior do que eu, era a roupa que tinha e a mãe me dizia: “tu vais usar o que tem”.

Então, na época de escola eu me sentia oprimido, mas eu não falava, eu não falava para a minha mãe dos apelidos que eu recebia, das perseguições que tinha dentro da escola, eu não falava com ela. O que a mãe gostava de mim, na escola, é que eu sempre era o melhor aluno, estava sempre entre os melhores da turma. E, sendo o melhor da turma, todos aqueles que não queriam ficar perto de mim, que me ironizavam, na hora da prova todos queriam sentar do meu lado. Eu lembro de ser muito calado, como se estivesse em uma panela de pressão, me sentia muito oprimido. Claro, eu sempre tinha um amigo, eu escolhia um amigo, geralmente era um menino negro que era meu amigo, daí daqui a pouco já não era aquele mais, era aquele outro, mas na grande turma, dos colegas brancos, eu não me aproximava. E aquela coisa de namoradinha, de paquera, isso não acontecia comigo. Para mim, escola era estudar para passar de ano, para já no terceiro bimestre estar passado, para me comportar e para merendar.

No momento que minha mãe morreu, em 1983, vim morar em Porto Alegre, na casa do irmão dela. Mas, dois anos depois, a minha tia também morreu e aí eu voltei para Alvorada, na casa de outro tio. Em 1987 fui morar com o meu irmão, aí eu já tinha 14 anos e ele, 23. Fomos morar só nós dois, nós fomos morar numa casa que a minha mãe, enquanto estava pagando aluguel, estava comprando, aí quando ela faleceu meu irmão, com 18 anos, continuou pagando e foi pra lá e aí, em 1987, eu fui morar

com ele - aí eu fiquei de 1987 até 1994 morando com ele e depois, quando eu entrei na universidade, eu segui meu rumo. Minha mãe morreu de complicações renais em função do diabetes. Ela tinha 36 anos, e hoje eu já consigo entender algumas coisas, eu me lembro que ela falava muito comigo e com meu irmão, ela dizia “vou comprar uma casinha que é pra quando eu morrer vocês não passarem dificuldade”, e ela falava tanto em morrer que me lembro que eu e minha irmã torcíamos para morrer antes dela. Duas crianças falarem isso é porque era muito forte. Hoje eu vejo o quanto ela devia estar deprimida. Porque era uma pessoa de 36 anos que tinha três filhos, passava a semana toda trabalhando, não se divertia, a vida dela era só trabalho, uma mulher jovem. Então, a sensação que me dava é que ela estava cansada e já tinha desistido.

Passar a infância sem a mãe, sabendo que ela está cuidando de outras crianças, não foi fácil. A gente cresceu largado, correndo pela rua até a hora da mãe chegar, tinha essa liberdade toda, mas também fazia falta esse olho da mãe. E faz falta até hoje, dá até vergonha de falar, mas faz. E isso me influencia ainda, na forma como eu me relaciono, de se ter a mãe sentada do teu lado e fazendo o tema, dizendo “como tu és inteligente”, “como tu és bonito”, “que roupa bonita”, e não que vou vestir essa roupa porque é a única que tem. A única forma que achei de ter esse elogio dela era estudando, então meu carinho foi esse. Até hoje, eu faço questão de mostrar para todo mundo que sou um cara inteligente, não me permito mostrar um traço de burrice, não me permito “deixar na reta” porque me sinto valorizado quando mostro que sou inteligente. Mesmo depois que ela morreu, continuei sendo o melhor da escola porque era uma forma de tê-la comigo, de mantê-la perto de mim. Nunca, nunca parei de estudar, e estudar foi o que me salvou, se eu tenho hoje o que eu tenho, se estou aqui com vocês é porque eu estudei e porque isso é a presença da minha mãe comigo.

O que ela gostava de mim na escola é que eu sempre era o melhor aluno, estava sempre entre os melhores da turma, então eu me lembro que quando a gente estava andando de ônibus, ela me botava no colo dela e dizia para as amigas dela, “olha esse aqui, é meu filho, esse aqui é estudioso, esse nunca rodou”, então eu me empenhava sempre por ser o melhor da turma porque eu sabia que ia ouvir esse elogio dela.

Éramos só eu e meu irmão, então nós que organizávamos, a gente que limpava, era um barraquinho minúsculo, de madeira, com duas toras segurando para não desabar, então a única coisa que eu fazia era estudar, eu tinha vergonha, muita vergonha, eu me achava feio, eu tinha poucos amigos na escola, tinha dificuldade de me relacionar, de fazer amizades porque eu me sentia menos que todo mundo, lembro que quando saía de Alvorada para vir a Porto Alegre, às vezes na Biblioteca Pública, fazer algum trabalho, ou no cinema, eu me sentia muito oprimido, porque eu sentia os olhares em mim, relacionados ao racismo mesmo. Quando eu vinha ao cinema,

eu pegava a pasta da escola porque eu pensava que se as pessoas vissem a pasta da escola não iam pensar que eu era ladrão. E também eu nunca conversava com ninguém sobre isso, então eu via os rapazes, os guris com a turma de amigos, indo a festas, namorando, paquerando, aprontando as suas coisas e eu não aprontava, eu só estudava, era o que eu fazia, ir para a escola e ir para casa, então, eu digo que passei batido pela adolescência, foi a fase que me preparou para hoje, socialmente e financeiramente falando. Em questão de experiência de vida, porém, não foi uma fase boa. Sempre gostei de escovar os dentes andando, nunca fui de parar em frente ao espelho no banheiro, então eu me lembro que quando morava com meu irmão eu ia para o pátio, ficava escovando os dentes e olhando para o céu e pensava: “um dia vou ser livre”. Hoje sou um cara livre.

Meu primeiro emprego foi de *office boy*, então eu ia fazer cobrança de clientes, entregava e buscava documentos, levava contra-cheques de clientes, depois tinha que buscar algum documento, notas fiscais, era isso, era o contato físico entre o escritório e todos os clientes. Fazia tudo caminhando, ia na prefeitura, ia na Secretaria da Fazenda, esse trabalho todo – foi uma fase muito legal. Terminei o ensino médio em 1990, trabalhei no escritório até 1992 e depois fui para uma transportadora, onde fiquei até uma parte de 1993. Mas eu me cobrava muito porque pensava: fiz o ensino médio e não é possível que eu esteja aqui carregando caixa e empurrando peso para lá e para cá. Por que é que eu fui estudar, então? Daí eu vi que o ensino médio não era grande coisa, não era garantia de nada, quando fui procurar trabalho é que eu vi que não era nada, então pensei: “vou estudar mais, vou procurar cursos para me aperfeiçoar”.

Nessa época também entrei no grupo de jovens da igreja, com 19 anos, e essa foi uma das melhores fases da minha vida. Já tinha passado a adolescência, mas foi quando pude viver essa fase com amigos, de ir na casa um do outro, de ficar na frente de casa batendo papo, uma adolescência um pouco tardia. A coordenadora desse grupo de jovens fazia parte de um projeto social de um grupo de alemães que apadrinhava crianças. Ela me perguntou se eu gostaria de fazer faculdade, eu disse que sim, aí eu apresentei a documentação e fui apadrinhado por esse projeto. Aí eu estudei muito. Fiquei de agosto a dezembro de 1993 só em casa, estudando. Do curso de Ciências Contábeis, que eram 1.300 candidatos, eu fui o sétimo ou nono classificado, se não me engano. Foi assim que surgiu a universidade na minha vida, embora eu não estivesse levando fé, estava me achando tão pequenininho, já tinha desistido de estudar.

Entre em 1994 na UFRGS e concluí o curso de Contabilidade em 1998. Em 1996 eu comecei a namorar; imagina, a minha primeira namorada eu tive com 23 anos! A gente foi morar junto e aí lembrei essa coisa de mãe, “namoro atrapalha os estudos”. Quando saiu o listão, eu passei os olhos e não vi meu nome, aí eu digo: “ah, ok, eu sabia que não ia dar

mesmo”, e aí outra pessoa pegou, olhou e viu meu nome. Tu vê, eu estava tão desacreditando de mim que eu olhei e não vi meu nome e aí alguém diz: “não, Alexandre, tu tá aqui”. Aí eu passei a levar fé em mim, porque daí é como se eu dissesse: “eu sabia!”, Incrível, porque alguma coisa em mim estava dizendo “vai que tu consegue”. Porque eu estudava que nem um louco, estudava muito, mas tinha alguma coisa dizendo que eu não iria passar. Depois que eu passei eu fiquei assim, “eu sabia!”, como se aquela coisa tivesse ido embora. Então, passar na UFRGS me fez sentir assim, muito especial, muito, muito, é como se aquele Alexandre pequeninho, que veio estudando, é como se ele pudesse chegar aqui dizendo assim “está vendo, viu? Valeu à pena”.

Comecei a trabalhar no segundo semestre, estágio do Departamento de Contabilidade da UFRGS, dali surgiu a oportunidade de trabalhar em um escritório e, dali, um cliente me chamou para trabalhar com eles. Era no sindicato de trabalhadores do transporte rodoviário. Raramente houve negociação de salário sem greve, então eu passava noites e noites em claro para organizar panfletos; no outro dia, de manhã cedo, o pessoal ia para porta de empresa convencer os colegas a entrar em greve. Eu era responsável pela tesouraria e homologava as rescisões de contrato – então, ali deu para ver como as empresas fazem sacanagem. A partir de 1999 tive meu próprio escritório de contabilidade.

Fiz a prova do TRT em 2001, um tempo depois eu lembrei que tinha feito o concurso, fiquei na colocação 199 e pensei: não deu. Segui trabalhando, tocando o escritório, atendendo os meus clientes e tal. Aí em 2003, final de maio, chegou um telegrama: manifeste se você tem interesse em ocupar vaga. Eram os últimos que estavam sendo chamados e estava terminando a validade do concurso, se a pessoa não quisesse, abria mão e já deixava para o próximo. O salário era parecido com o que eu recebia de honorários no escritório, mas aí os amigos me perguntaram: “estás feliz?” Eu pensei que não estava. Passei meus clientes todos para uma colega, tomei posse e comecei na Vara do Trabalho de Gramado. Nós éramos a rapa do tacho, os últimos a serem chamados, eu e mais dois. Posso dizer que todos os lugares em que trabalhei no Tribunal até agora foram ótimos. Eu sempre me senti bem em todos os lugares. E o meu primeiro dia como servidor, tomar posse e ser recebido da forma que fui recebido me deu orgulho de estar onde eu estava.

O meu trabalho em Gramado foi balcão, era balcão e juntada até porque não fiquei muito lá. Eu entrei em junho, em julho estourou uma greve que durou dois meses, voltou e depois veio o recesso e trabalhei mais um pouco e vim embora para Porto Alegre, para a 5ª Vara. O concurso pra analista saiu em dezembro de 2003, eram duas vagas e eu me arrebentei estudando. Fiz a prova e fiquei em sétimo. Pensei em ficar como técnico mesmo. Mas, depois de um tempo, lembrei de quando trabalhava na transportadora. Eu

pensava: fiz curso superior, então por que eu tenho esse diploma? Nem foi por questão financeira, fiz o concurso para analista para justificar meu diploma. A minha nomeação como analista foi uma surpresa, eu já estava perdendo as esperanças quando fui chamado. Continuei no mesmo lugar, fazendo a mesma coisa, mas aí o diploma tinha servido para alguma coisa. Eu não seria analista se não fosse o curso superior.

Na 5ª Vara eu entrei em contato com o SOF, serviço de orçamento e finanças que hoje é a SECOF. Todo mundo que é da área de contabilidade queria trabalhar no SOF. Eu fui convidado para, junto dos colegas do SOF, ser instrutor do curso de certidão dos cálculos, era um módulo que estava sendo implementado e os colegas do SOF estavam indo para o interior para dar aulas, ensinar os colegas a utilizarem e eu fui convidado. Fui para Passo Fundo, para Livramento, rodei o interior dando aulas como instrutor. Em 2007 surgiu uma vaga na SECOF, na folha de pagamentos de inativos. Fiz a entrevista, fui selecionado. Então, em 2007 saí da 5ª Vara para trabalhar no Secof, na folha de inativos. Em 2010, três anos depois, estava mudando a administração e eu fui convidado para assumir a seção de finanças, onde estou até hoje.

Em 2005 eu estava fazendo terapia e, numa das conversas com a psicóloga que me atendia, ela disse que eu devia fazer teatro. Pensei que ela estava “viajando”, mas logo depois recebi um e-mail anunciando uma oficina de improvisação teatral. A terapeuta me fala para fazer teatro e me aparece isso no trabalho? Me inscrevi na hora! Foi um dos melhores anos da minha vida, foi o ano que fiz amizades com colegas que mantenho até hoje. As oficinas eram às segundas-feiras, que era o melhor dia da semana para mim. No fim de 2008 terminou a oficina e a instrutora me convidou para assumir as próximas turmas.

Então, em 2009 fui fazer uma formação que iria me dar certificação necessária para ser instrutor, no Depósito de Teatro. No ano seguinte já era instrutor da Oficina de Teatro do Tribunal. A oficina é oferecida pra servidores, magistrados, aposentados e inativos. Nos finais de ano nós montamos um espetáculo teatral pra apresentar aos colegas. No Depósito de Teatro montamos uma outra peça, “O circo do anão do caralho grande”, do Plínio Marcos. É uma história que tem muito a ver com a situação do nosso país agora. Também participei de “Violência e paixão” e de “A mulher sem pecado”, essa em 2012. No Theatro São Pedro, que eu tenho no meu currículo. Desse trabalho recebi convite de outro diretor para participar de um filme, “O tempo e o vento”.

Já tive relatos de colegas sobre o resultado emocional das aulas, tanto para a autoestima deles quanto pra lidar com situações do dia a dia, situações do trabalho, porque a gente trabalha com o jogo de improvisação, isso nos ajuda fora do ambiente teatral a lidar melhor com as situações e com as pessoas. Já foi tanta gente que passou por ali, então eu conheço

muita gente do Tribunal. A Oficina é o meu xodó.

Também trouxemos o Emicida. Saber que é alguém que passou pelas mesmas coisas que a gente é como ser um amigo. Porque ele poderia sentar aqui comigo e eu não saber que ele era o Emicida. Poderia conversar e trocar uma ideia, e “valeu, mano” e ele ir embora. Ele é um ícone. Eu fiquei emocionado porque, por ele ser o Emicida, ele é um cara igual a mim, ele tem as mesmas histórias que eu. Porque a gente não está acostumado a ver pessoas que tiveram a mesma história da gente nessa posição, infelizmente são poucos. É muito emocionante na posição dele, um negro na posição dele, que valoriza a sua negritude. Incrível a naturalidade com que ele fala, a sabedoria que ele tem, alguns poderiam dizer “mas esse cara não estudou, não tem mestrado, nem doutorado”, mas ele tem a vida.

Sou completamente a favor da política de cotas porque é devida, sim, uma reparação para nós, negros e negras. Primeiro, por nós termos sido trazidos para cá contra a nossa vontade, por não terem sido oferecidas condições para que a gente tivesse uma ascensão social. E porque até hoje se espera que negros e negras estejam na condição de serviçais. Quando nós, negros, estamos ocupando um espaço que “não é para nós”, causa estranhamento. E a política de cotas serve para isso, para diminuir esse estranhamento e nos dar um espaço que é merecido porque nós somos cidadãos como qualquer outro, temos todos os direitos. Então, para mudar essa visão que ainda se tem hoje, é necessária uma reparação, é necessária a política de cotas.

Eu saí em 2018 da Comissão de Cotas. Eu e outra colega achamos que era necessário colocar outras pessoas negras, a gente vai fazendo o trabalho e chega um momento em que automatiza. Já tinha todo um procedimento da Comissão, eu já tinha as perguntas, eu já tinha um encerramento. Senti que nesse momento ficou automático, chegou a hora de eu sair e dar uma outra visão. Acho que é importante, de tempos em tempos, que mude a comissão. Existem os regimentos, mas é importante que exista o lado humano. Nós pulamos de 3% para 6% de autodeclarados, isso mostra que valeu a pena. Mesmo tendo aqueles momentos em que, avaliando um candidato, pensamos: “o que essa pessoa está fazendo aqui? Está tirando o meu tempo, está tirando o lugar de outra pessoa que merecia estar aqui”. Infelizmente, porque é autodeclaração, abre porta para fraudes, são pessoas que fazem bronzeamento, pessoas que fazem alguma coisa no cabelo. Mesmo com isso, e com a tensão que isso gera, vale a pena, as cotas têm que ser mantidas. Porque a pessoa só é rejeitada por unanimidade. Se não tem unanimidade na rejeição, a pessoa está dentro. A gente tem essa limitação. Mas como quem recebe a crítica é a comissão, a gente está ali, dá a cara à tapa e tem que aceitar.

Trabalhar no Tribunal mudou minha vida em tudo. Absolutamente tudo que eu tenho na minha casa, a roupa que eu visto, tudo eu adquiri

depois do Tribunal. Eu não tenho nada anterior à minha vida aqui. O fato de eu poder dizer assim “eu sou um servidor público”, isso eleva a minha autoestima. Eu sei que eu estou em um cargo onde muita gente queria estar. Eu passei num concurso onde muita gente queria passar. Isso faz bem para a minha autoestima, como alguém que gosta de estudar. Eu não tenho nenhuma conta atrasada porque eu trabalho e recebo o meu salário de uma instituição que me respeita. Cheguei a ser acusado de roubo aqui, de roubar o celular de uma colega. Fui lá no setor dessa pessoa, ela não conversou comigo, mas a chefia dela conversou e disse: “Ah, pois é, tu me desculpa, é que é tudo parecido”. Ela estava dizendo “nós, negros, somos todos parecidos”. Abriram uma sindicância que não deu em nada. Eu fui ouvido, ela foi ouvida, foi arquivado porque não tinha nada. Comparando aquilo lá que aconteceu comigo, se tivesse acontecido hoje, teria sido diferente. Porque, em 2011, não tinha o Coletivo Negros. Eu me senti sozinho naquele momento. Hoje sei que o Tribunal teria agido de maneira diferente, não teria sido um caso arquivado. Porque foi um caso de racismo, uma pessoa disse que eu tinha entrado no setor dela e roubado um celular e que isso estava registrado nas filmagens. Eu não tive nem acesso à filmagem, não pude ver, ou seja, eu senti que houve uma certa proteção para essa colega. Hoje, com o trabalho do Comitê e do Coletivo, e com as administrações do Tribunal, que são receptivas, eu me sinto acolhido pela política de lidar com as questões raciais.

Eu tenho uma tendência a diminuir as coisas que eu conquisto, quando eu fui indicado para receber a comenda, muita gente mandava mensagem “parabéns, parabéns, parabéns” e eu, assim “ah, ganhei a comenda, tá”, é como se eu estivesse negando só para não dar esse valor, sabe, e aí, conversando com um colega da informática no elevador, ele me deu os parabéns porque ele também iria receber. Eu disse assim, “cara, sabe que eu até não estou muito ligado nisso?”, e ele disse, “eu estou muito feliz, porque eu sempre quis ganhar essa comenda, porque eu sempre me dediquei muito a este Tribunal e eu estou muito feliz de estar ganhando”, aí eu parei e pensei, “poxa vida”, todo mundo me dando parabéns e agora esse cara dizendo isso aí, eu parei para me dar conta que não é pouca coisa isso, não é pouca coisa estar recebendo essa comenda, é pelo reconhecimento do trabalho prestado ao Tribunal, pelo engrandecimento da Justiça do Trabalho e, de fato, tanto meu trabalho na SECOF, que são os últimos 10 anos, que a gente trabalha muito e faz tudo com excelência e o trabalho no teatro também, porque onde é necessário, onde chama a Oficina para representar o Tribunal, seja em eventos dentro ou fora, em escolas, teatro de rua em relação ao trabalho infantil, a gente faz e faz muito bem feito... Aí eu me dei conta, mas eu estou contribuindo para o engrandecimento da Justiça do Trabalho.

As minhas referências estão todas na minha família: a minha mãe, o

meu pai também, apesar de ter um distanciamento dele, hoje que sou pai compreendo algumas coisas do comportamento dele, os meus tios e tias, que ocuparam lugar de pai e mãe para mim, os pais e mães que eu tive. E eu tenho duas pessoas muito especiais, que são meu irmão e minha irmã.

Também, graças ao Tribunal, eu posso realizar aquele sonho que eu tinha lá na adolescência, quando eu dizia: eu vou ser livre. Hoje desfruto da minha liberdade viajando. Por isso a gente está aqui: para contar nossa história e servir de exemplo e estímulo para cada pessoa que nos ler, para que filhos, netos, amigos, possam saber da história de pessoas que passaram pelas mesmas coisas que nós, que têm uma história parecida, que tiveram de batalhar mas que conquistaram. Talvez não tenham conquistado tudo, é verdade. Mas a gente está aqui para dizer assim: não baixamos nossa cabeça, vamos reconhecer o nosso valor, nós somos grandes, vocês são grandes e todo espaço que nós ocupamos é porque nós merecemos. E vamos ocupar muito mais. Espero que isso que estamos fazendo seja um combustível para que mais negros e negras possam ocupar todos os espaços que há para serem ocupados.

NASCIMENTO: 22/05/1977
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 04/05/2015
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: GABINETE DE
DESEMBARGADORA



MILENA DE CÁSSIA SILVA DE OLIVEIRA

Meu nome é Milena de Cássia Silva de Oliveira, tenho 43 anos, uma mulher negra, pele escura, cabelo castanho. Nasci em Porto Alegre, no bairro Serraria, morei lá até os meus sete anos, depois fomos para Belém Novo, sou de uma família pobre, como a maioria dos negros em Porto Alegre. Tenho dois irmãos. Éramos eu, meu irmão, minha irmã, meu tio, que é sete anos mais velho que eu. Morávamos numa casa de um cômodo, dividido só pelo guarda-roupa. De um lado eram as camas, a gente não tinha banheiro dentro de casa. Minha mãe foi, durante muito tempo, empregada doméstica, minha avó também foi empregada doméstica. As minhas duas avós eram analfabetas, mas tiveram uma educação diferente. Embora as duas trabalhassem em casa, uma era na própria residência e a outra, na casa dos outros. Eu tenho elas como referência de mulheres fortes, cada uma na sua condição.

Eu entendo que toda minha família vem do matriarcado. A família do meu pai tinha muito essa questão, hoje em dia eu percebo que eles viviam aquilombados. Faz muito tempo que eu não volto a Belém Novo, gostaria de voltar para ter essa visão de adulto. Eles moravam na zona rural, toda a família, havia muito casamento entre familiares, meus avós paternos são primos. Eles se relacionavam na própria família. Pelo lado da minha mãe, a minha avó teve dois casamentos, ficou viúva casou de novo, ela era mais “pra frentex”. Quando a mãe tinha uns sete anos, a vó sofreu uma queimadura muito grave e não pôde mais trabalhar. Então, os filhos tiveram que trabalhar. Meu tio, vendendo verdura; o mais velho auxiliava em obra; e a minha mãe cuidava de criança, desde muito cedo foi à luta. Então, tenho essas duas perspectivas de vida.

A família do meu pai é preta, muito retinta. Todos eles são. A da minha mãe não, embora sejam todos negros. Isso é uma coisa que eu ia dizer, que não tem, na nossa família, relacionamentos inter-raciais, nem na família da minha mãe, nem na do meu pai. Mesmo os familiares da minha mãe, sendo de pele mais clara, não tiveram casamento inter-racial. Na família do meu pai, meu vô era muito machista, mulher não podia trabalhar e tinha que pedir dinheiro até para comprar cebola. E eles tinham banheiro em casa, então, quando eu ia para lá era uma alegria poder usar a descarga. A lembrança que tenho é da família do meu pai ter mais estrutura, tanto que eu tinha orgulho de dizer que meu pai tinha o segundo ano do ensino médio, aquilo era o auge. Minha mãe tinha até quarta série, ela voltou a estudar quando eu já estava no colégio, fez o primeiro e o segundo graus e depois fez um concurso público.

Estudei no colégio da Brigada Militar, tinha um tio e um primo brigadianos. Sempre tive a noção de que era negra, isso sempre foi trabalhado em casa. Nós morávamos numa casa pequena, do lado tinha um chiqueiro com córrego e, em cima, tinha a latrina. No verão meu pai colocava uma mangueira numa latinha de Nescau, furadinha, para fazer de chuveiro; o tanque de lavar roupa ele forrou com azulejo e a minha mãe enchia de manhã para a água ficar quentinha e, à noite, eu e a minha irmã tomássemos banho ali. Na casa da frente morava o meu tio. Uma vez a mãe estava lavando louça e eu falei pra ela “eu não quero ser pobre”, eu odiava fazer serviço de casa, odiava fazer cocô na patente, odiava dividir a cama com a minha irmã, e ela respondeu “então tu estuda”.

A partir daí eu me agarrei naquela frase com uma força que tudo que me moveu nessa vida foi isso. Acho muito injusto quando as pessoas falam basta querer pra ser. Eu abri mão de muitas coisas nessa vida. Para nós, mulheres negras, é três vezes mais difícil. Por isso eu sempre disse que só sairia da casa da minha mãe quando tivesse condições. Então, essa é a tal meritocracia: muito injusta. Mesmo eu tendo passado por tudo isso eu não acho justo que se exija das pessoas isso. Comecei a fazer arquitetura, fui até o terceiro ano, minha mãe sempre disse para eu fazer Direto, mas eu era insistente, até hoje acho que levava jeito. Mas é aquela coisa: quando se vai dar o primeiro passo, tem que ser alguma coisa que vai te dar retorno imediato. Eu não tinha pai nem mãe arquitetos para me abrir portas. Foi muito difícil conseguir emprego: consegui uma entrevista de emprego, usava tranças na época, e não me atenderam no *showroom* da loja, me atenderam na cozinha. Eu tinha uns 18 anos, estava até bem vestida, fui de saia longa e casquinho. No final, a dona falou para mim: “Procura vir bem arrumadinha porque aqui a gente atende pessoas de tudo que é classe social e eles notam muito isso”. Me mandaram embora menos de uma semana depois. O vendedor e a menina da limpeza me disseram: “Tu sabes por que estão te mandando embora, não é”. Sabia, sim.

Passei por várias experiências traumáticas como essa, mas sempre tive “autotutela”: falar e xingar, embora hoje eu ache que não faria isso. Desisti, ingressei no curso de Direito na UFRGS e comecei a trabalhar em banco, em 2008. Depois, tranquei a faculdade porque a minha sobrinha nasceu e encurtou o dinheiro, minha mãe se separou do meu pai e passei a trabalhar como recepcionista, mas sempre fazendo concurso e sempre com o racismo estrutural que a gente conhece, o negro é o último a ser contratado e o primeiro a ser demitido. Eu gosto de contar essa história: trabalhava no departamento pessoal de uma empresa de segurança, fiquei no lugar da minha chefe que se afastou para dar à luz. Um cliente perguntou pela minha chefe, eu expliquei a situação e ele me disse que não falava com “navio negreiro”. Minha reação foi xingar, hoje nem teria atendido ele. Passei por isso em vários lugares, tive vários sub empregos, odiava esses trabalhos. Trabalhei em telemarketing, acordava às cinco horas da manhã. Aquele cara que era tão pobre quanto eu, mas ele era branco, homem, então se deu ao direito de me ofender.

Quando ingressei no Tribunal, queriam que eu fosse para o Sindicato mas eu disse que queria fazer minha luta de outra forma. Porque já vi dirigente sindical chegar para o funcionário e dizer “tira lá os panfletos do porta-malas do meu carro”. Gente, o que é isso? Por que ele mesmo não tira? Eu instituí a semana de consciência negra no sindicato dos bancários, com a cooperação de muitos colegas e dirigentes brancos, briguei muito por isso, coloquei dinheiro do meu bolso. No Tribunal também passei por uma situação de colega gritar para mim: “Ô, morena, onde tu trabalha?” Eu disse que meu nome era Milena e ele insistiu, disse que trabalhava em gabinete e ele respondeu: “Achei que tu eras da limpeza”. Como eu digo sempre, não é nenhum problema ser da limpeza: a questão é nos enxergarem sempre como serviçais.

O negro reconhece o racismo no olhar das pessoas. Mesmo em 2021 as pessoas brancas querem nos ensinar quando é ou não é racismo. Nos espaços onde a gente vive, a maioria é de brancos. Tem negros, claro, mas dificilmente passa de um. Dois. Dificilmente tu conhece alguém que estudou contigo e esteja agora no mesmo lugar. Ou seja, as pessoas negras têm mais dificuldade de estabelecer uma vida estável, economicamente falando. Vejo isso claramente em relação a meus ex-colegas de infância. Os meus amigos brancos, portanto, vão ter que me ouvir e me engolir, porque os meus amigos de infância estão assim. É muito louco isso. E tu vê isso entre os brancos, amigos que estudaram juntos na infância e estão em outro patamar. Os teus laços vão se renovando o tempo inteiro e normalmente vão se embranquecendo, isso é muito triste.

Meu pai, que é negro retinto, sofreu racismo mais que a minha mãe. Meu pai cresceu em Belém Novo, que é praticamente uma cidade do interior em Porto Alegre, e ele e as minhas tias estudaram no único colégio

particular do bairro, um colégio de freiras, eram os únicos negros que estudavam lá. Por isso o meu pai, a visão de homem que eu tenho dele, é avesso a casamento inter-racial, eu acho que é esse ideal de homem que eu tenho. Ele sempre dizia que só negro sem vergonha é que anda com branca. Eu acho que se eu me relacionasse com um homem branco ele não iria ficar muito feliz.

Eu entrei no colégio sabendo as letras por causa do meu irmão mais velho. Eu sempre fui muito metida e gostava de ler. Na terceira série eu sempre levantava a mão, mas tinha uma professora nojenta que perguntava se eu tinha decorado o texto. Tem coisas assim, que me marcam. A gente tem sempre um pouco de subserviência, não tem nenhum momento que a gente não diga “por que nasci negro?” É dramático, tu passa por muitas situações. As crianças da Febem estudavam com a gente nesse colégio, traziam os guris na Kombi, passavam o dia com a gente e iam embora depois, crianças sem pai nem mãe. Tinha um deles, depois eu vim a descobrir, que gostava de mim, mas ele ficava o tempo todo implicando, chamava o meu pai de macaco. Uma vez a minha mãe nos deu duas camisetas, com duas bonecas loiras na camisa com o nome da gente. Fiquei com muita raiva daquilo. Esse colega dizia: “Como eu queria que tu fosses igual essas bonecas!” Bati muito nele.

Minha adolescência foi ótima. Minhas amizades são dessa época e foram importantes para minha formação, para me reconhecer negra, porque eu curtia festas negras. Fui forjada dentro das quadras das escolas de samba, dentro do Prontidão, dentro do Floresta Aurora. Todos os meus relacionamentos amorosos foram pretos. É importante porque a gente não é colocada de lado, do tipo “essa é só amiga”. Era todo mundo se pegando, foi muito legal essa adolescência. Depois eu fui para o Colégio da Brigada Militar e vivia em dois mundos, nesse mundo branco da escola, que a maioria era de branco, filhos de militares que não são soldados, é só major, capitão, coronel, brancos, obviamente. Eu tinha esse suporte psicológico preto na Cohab, com meus amigos pretos. Eu vivia aquele mundo durante o dia, mas nas férias eu resgatava minha negritude. A gente ia para os ensaios, tinha o Reveillon da Imperadores do Samba. No ginásio da Brigada tinha shows maravilhosos.

Isso faz parte de mim. Eu me criei ouvindo Alcione, Dona Ivone Lara, Almir Guineto. Meu tio era DJ, botava som e luz no salão de baile do bairro. Não tinha muito essa coisa do rap, essa música entrou na minha vida com Thaíde, Emicida, Racionais, Bob Marley, essa negrada aí. Muito MPB também, Fundo de Quintal, Emilio Santiago. A nossa família é muito musical. Gostava de Bezerra da Silva. As músicas do Bezerra é o que são Emicida e Racionais hoje em dia, era um protesto. Eu e a minha irmã até inventamos de fazer um rap, lembro de uma parte: “o negro quer falar, o negro quer viver, o negro tem o direito de sobreviver”. Então, todas as

memórias que eu tenho vêm muito da música, muito de saber eu sempre tive muita consciência e aí eu lembro desse rap que a gente fez, devia ter uns 12 ou 13 anos, olha só a consciência que já tínhamos. Muito por tudo o que a gente ouvia, pelas músicas que escutávamos, nessa época era só música que tu tinha, tu não tinha representatividade na TV, nas novelas negro só fazia papel de escravo, não tinha nenhuma paqueta negra. Essa representatividade não se tinha na TV, nos desenhos.

Mas aniquilaram nossas escolas de samba, não se tem mais sociedades e clubes negros, ficou só nessa coisa de baile de funk e não dão um lugar centralizado para que isso aconteça. Havia os bailes Charme, que desciam todas as comunidades, tu não precisava sair da tua para ir a outra, que é o que acontece hoje em dia. Eu não vou sair da Bonja [vila Bom Jesus] pra ir a Restinga curtir um baile funk porque a gente sabe que tem muitas rixas. Aniquilaram com os espaços negros de convivência que existiam nas comunidades. O Carnaval nem existe mais, é só a resistência que permanece.

Uma amiga minha colocou as filhas numa escola particular, porque a gente tem direito disso, o capital tem que servir para alguma coisa. Só que, ao mesmo tempo, acaba restringindo de algumas coisas: numa escola particular, a maior parte dos colegas é branca; elas já não moram num lugar onde há amigos negros e, os poucos que tem lá, já tem sua tribo, sua turma, então fica mais difícil, essas meninas não terão com quem se relacionar porque, como eu já disse, ela é sempre “a amiga”. Isso a [atriz] Taís Araújo relata muito bem, quando ela chegou na adolescência foi aniquilada dos relacionamentos amorosos, ninguém enxergava ela com desejo e isso eu não vivi. Agora eu passo por isso na fase adulta, essa solidão da mulher negra, mas na adolescência eu não vivi isso, dei muito beijo na boca, fiquei com muito preto e isso foi muito bom. Hoje eu tenho maturidade para entender, mas adolescente, com os hormônios à flor da pele, e ninguém te quer? Eu tive uma adolescência maravilhosa, principalmente depois que saí do colégio da Brigada, porque daí eu podia ir para os lugares que eu queria, fazer o que eu queria, foi o auge, foi muito bom.

Meu cabelo também sempre foi uma questão, ele é muito ralo e fino. Passei toda infância usando trança, mas aí tem uma hora que não dá mais, queria ser mulher. Então, comecei alisando o cabelo. Usei trança durante muito tempo por conta disso, mas a minha vontade era usar cabelo *black power*, tanto que até hoje eu tenho uma queimadura porque a pasta queimava, meu sonho era usar *black*. Mas, nos empregos que eu tinha, sempre fazia coque, do jeito mais embranquecido possível, e mesmo assim tinha essa dificuldade, mas eu sempre dizia, quando passar num concurso público vou tirar as tranças, foi o que aconteceu quando entrei no Banrisul, comecei a usar *black*. Teve um dia que eu fui com um vestido branco e usava um lenço, então chegou um cliente e falou para mim: “Que centro de macumba tu frequenta?” Eu respondi: “O mesmo que a

tua mãe”. Sempre tinha essas coisas, mas eu sabia que não perderia o emprego por estar usando aquele cabelo, então desde ali que nunca mais, me libertei. Passei pela fase de ter cabelão liso, mas depois dos meus 18 anos sempre tive essa coisa de não alisar mais.

Quando a gente fala de representatividade é isso, aprender usar a maquiagem. Se olhar para as minhas fotos de 15 anos, eu estava totalmente embranquecida. Porque a gente não tinha pó para pele negra, eu não usava batom, só aquele brilhos, não gostava do batom vermelho, não gostava de me associarem à Globeleza. Jamais colocava um batom rosa, uma sombra azul. Aprendi com 40 anos a usar o batom que quiser, a maquiagem que quiser, a saber que tem creme para o teu cabelo. As grandes marcas foram obrigadas a fazer, é certo que isso refletiu. Dizem que quando uma mulher se movimenta, ela muda o mundo; quando uma mulher negra se movimenta, ela muda tudo!

Eu sempre digo que eu acho linda, a minha vida é feita de trilha sonora, eu gosto muito da musica do Gonzaguinha, principalmente uma que é assim: “Ontem um menino que brincava me falou que hoje é a semente do amanhã. Para não ter medo que este tempo vai passar. Fé na vida Fé no homem, fé no que virá”. Para mim a parte mais importante dessa música é “nós podemos tudo, nós podemos mais”. Pode ser uma frase piegas, mas eu acho que isso é muito importante. Claro que precisa muito mais, mas eu acho que a cabeça da gente é o primeiro passo.

Meu sonho era ser Defensora Pública. Eu queria ser uma Sherlock Holmes. Entrei na faculdade querendo ser juíza, depois queria ser Defensora Pública. Só que nos primeiros anos de faculdade houve vários concursos, fiz para o TRT, TRF, MPF, MPU. No TRT fiz no início do segundo ano de faculdade, todo mundo fez, eu fiz, mas não era meu primeiro plano. Era Defensoria ou Justiça do Trabalho, aí fiz o concurso despretensiosamente, achei que tinha ido mal e fiquei sabendo que tinha passado. Me chamaram em fevereiro de 2015, tomei posse em abril. Aí fui para Erechim, eu estava morrendo de medo e quebrei minha cara porque me recepcionaram super bem. Imagina, vou ir para essa cidade, eu sindicalista, preta, cabelo para cima, imagina, ia ser horrível, mas foi ótimo, as pessoas foram maravilhosas. É uma cidade extremamente branca, que nunca teve muito contato com negros. Teve um colega uma vez que perguntou se eu era de Porto Alegre, eu falei que sim. Era esse tipo de coisa: meu chefe já colocou uma foto minha antes de eu chegar na Vara, nossa “Globeleza”, ele escreveu. Minha relação em Erechim foi ótima. Mas era muito longe, então fiquei apenas um mês lá. Vim fazer um teste para gabinete e depois me chamaram. Em Erechim tinha muito processo físico, eu ficava numerando os processos que subiam, ficava notificando as sentenças e fazia o Correio, achava um desperdício. Ainda tentei aprender mais coisas lá, mas não deu tempo.

O Tribunal mudou a minha vida financeiramente. Conhecer pessoas

é legal, é interessante, mas na minha vida mesmo o que o TRT me deu foi segurança financeira. Acho que ainda tem isso né mas não vejo como um fato específico do Tribunal. O judiciário como um todo ainda é um setor da sociedade extremamente elitista, machista, racista, homofóbico e todas essas coisas que a gente sabe. Reflete no Tribunal, tanto que a gente tem poucos juízes negros, tem poucos negros em cargos de chefia, poucos setores com mais de um negro. São pessoas perdidas dentro da instituição. Mas, como instituição, o TRT está avançado, está buscando melhorar pela atuação dos seus servidores, porque é feito de quem atua nele, é composto de pessoas, e eu acho que em muito de razão disso tem avançado. Não à toa somos o primeiro órgão a ter o Comitê de Equidade, que eu acho de extrema importância.

No momento em que só temos homens brancos e heterossexuais nos postos de poder, a troco de que se vai discutir negritude, feminismo, homossexualidade? Se não tem quem lance esse discurso? É preciso ocupar os espaços! Eu tenho uma teoria de que o crachá também faz essa distinção: o estagiário usa uma tarja verde. Ou seja, se sabe quem é servidor, quem é estagiário, quem é magistrado, quem é terceirizado. É uma forma de nos encaixotar, com quem eu devo ter mais respeito, com quem eu posso mais ou menos.

Eu acho importante a gente ter esses registros raciais, ter documentos, mas a gente sabe que a nossa história não é marcada por isso, é marcada pela oralidade. Aquela coisa de que quando morre um velho negro, morre uma biblioteca. A gente tem problema de registro fotográfico, inclusive. Eu tenho pouca foto de criança, eu não tenho foto saindo da maternidade, fotografia era uma coisa cara e as poucas que tinham se perdiam. E só eu tenho fotos de criança pequena, minha irmã e meu irmão não têm. Minha mãe tem foto de adolescente, meu pai tinha uma foto de pequeno, aquelas que botavam no olho, ele já estava no colégio. A gente não tem esses registros, primeiro dentre, quando caminhou, a negrada não tem isso. Assim como a gente não tem registro histórico. Quando acabou a escravidão, Rui Barbosa mandou queimar toda a documentação dos escravos, não tem nem como a gente buscar nossa origem. Para mim, as referências são meus ancestrais, minhas avós, minha bisavó, as mulheres na minha família. Minha mãe dizia: estuda. Eram todas feministas sem saber que o eram. Porque tiveram que trabalhar toda a vida, até para sustentar seus homens que, muitas vezes, não conseguiam emprego. Minha referência são essas mulheres.

Para mim foi maravilhoso a gente lotar o saguão de gente preta na nossa primeira Semana da Consciência Negra, no primeiro dia da exposição. Fizemos questão que os mestres de cerimônia fossem todos negros. Uma exposição de artistas negros, com modelos negros, com gente negra, dentro de um espaço de poder branco, para mim foi muito lindo.

Os laços entre os negros são importantíssimos. Porque eu, por exem-

plo, sou muito diferente quando estou só entre os meus, me sinto mais à vontade. É uma irmandade, uma proteção, porque nenhuma dessas pessoas vai achar que estou de mimimi, esse é o ponto. Também é importante ter essa frente junto à instituição, de provocar essa discussão. Forçar o debate, colocar na roda, eu acho que isso é fundamental. Penso que a instituição está caminhando muito em função dessa frente. O Coletivo Negros é uma força propulsora, inclusive do Comitê. A gente está sempre em movimento, de uma forma ou de outra, o Coletivo é uma coisa que faz o Comitê andar. O Coletivo foi criado em função do comitê e foi ótimo porque deu gás pra pessoas que estavam se sentindo cansadas. Veio pra dar fôlego pra essas pessoas.

Quando me dizem “mas tu conseguiu”, para mim isso é de uma crueldade sem tamanho. Eu me sinto uma privilegiada em comparação com algumas outras histórias, eu sou uma negra privilegiada, sim. Nunca me faltou comida, nunca tive que trabalhar cedo, sempre tive pai e mãe, casa pequena e pobre, mas sempre tive, não é a história de todo mundo, não é a história da maioria. Muitas pessoas que dizem isso, que eu consegui, não estariam aqui se passassem pela metade do que a gente passou. As pessoas dizem “por que tu não compra um carro, porque tu não tem uma casa, é só economizar”. Mas, como diz o Emicida, eu comi muito ovo frito, agora vou comer filé. Vou passar bem e quero que os meus passem bem. Deixei de comprar um apartamento para dar uma festa de 15 anos para minha sobrinha, porque eu achava que era muito importante a ela. Marcou a adolescência dela, ela merecia. Depois, veio meu apartamento.

É isso que quero deixar para as novas gerações: eu olho para minha sobrinha e, mesmo com as dificuldades que ela tem, vejo-a como uma pessoa boa e tão melhor que eu. Então, é possível. Minha mãe foi minha avó melhorada, eu sou a minha mãe melhorada e a minha sobrinha sou eu bem melhor. Então, é possível. Porque quando uma pessoa negra assume um status econômico, a tendência é se embranquecer. Eu, porém, faço questão de me enegrecer ainda mais. E todos eventos que eu vou fazer faço questão de marcar isso. Se a gente, que teve poucas referências, já é essa potência, imagina as novas gerações, tendo todos esses bons exemplos. Ninguém vai nos segurar. O futuro do mundo, sinto dizer, é preto.

NASCIMENTO: 17/01/1978
LOCAL: SALVADOR/BA
INGRESSO: 16/01/2017
ANALISTA JUDICIÁRIA, ÁREA
JUDICIÁRIA
LOTAÇÃO: GABINETE DE
DESEMBARGADOR



ELAINE LÍDIA DE SOUZA CRAUS

Nasci na cidade de Salvador, na Bahia, mas fui criada numa cidadezinha do interior chamada Santo Estevão, onde eu vivi até os meus 12 anos. Depois fui pra Feira de Santana, estudar junto com as minhas irmãs numa escola com bolsa parcial. Então, vivi em Feira de Santana até os 16 anos, quando eu terminei o segundo grau e fui morar em Aracaju, Sergipe, para cursar Direito na Universidade Federal do Sergipe (UFS). Me formei em 2002 e vivi em Aracaju até 2007 quando recebi uma proposta de trabalhar para dois sindicatos no interior de Minas Gerais: um em Congonhas e outro em Itabira, que são cidades onde a mineração é muito forte. Trabalhei no ramo até meados de 2012, quando comecei a estudar para concurso. Fui aprovada em 2016 e nomeada em janeiro de 2017. Desde então, estou morando em Canoas.

Santo Estevão ainda hoje é uma cidade pequena. As minhas memórias de lá são da família e dos colegas que eu tive na escola, era todo mundo muito parecido, não havia assim uma diferença de status social, cor, etnia, era todo mundo muito parecido. Na minha lembrança, era como se a cidade fosse um grande quilombo. A minha infância foi maravilhosa, eu cresci muito livre, na rua, brincando de tudo, a gente brincava menino com menina, subia em árvore, jogava bola, andava de bicicleta. Então, foi uma infância muito boa.

Minha mãe era a costureira que fazia roupa pra metade da cidade. Eu tenho três irmãs, além de um irmão por parte de pai, mais novo do que eu, mas não tive muita convivência com ele. No meu núcleo familiar éramos nós quatro. Meu pai era motorista dessas empresas que fazem terraplanagem, então durante a minha infância meu pai era muito pouco presente em casa porque ficava trabalhando a semana fora, dependendo da distância que fosse o canteiro de obra em que ele tivesse locado passava até um mês sem ir para casa.

A maior parte do orçamento familiar era provido por minha mãe, porque ela costurava e vendia tecido também. Na época era muito comum as cidades terem feiras livres durante a semana. Então, minha mãe fazia três feiras por semana: uma em Santo Estevão, que era onde a gente morava, no sábado; uma em Ipirá, que é relativamente próximo, que era na quarta-feira; e a última em Jordão, que era no domingo. A mãe saía de madrugada, eu lembro que chorava pra ir junto porque considerava uma aventura, minha mãe não gostava porque era de fato uma coisa bem precária, a viagem era em caminhões, por cima das mercadorias.

Minhas irmãs me alfabetizaram, com quatro anos eu já sabia ler algumas palavras simples, de duas sílabas, eu já conseguia identificar. Até a alfabetização frequentei uma escolinha que era de umas amigas da minha mãe, e em 1985 fui para a primeira série da escola estadual. Só que quando cheguei eu já lia tudo. Como foi uma confusão danada porque eu estava atrapalhando o aprendizado dos outros, me aplicaram um teste e fui pra sala da segunda série. Estudei em escola pública da 2ª à 6ª série. Em Feira de Santana já era uma escola particular.

Em Feira eu e minhas irmãs, que são mas velhas, morávamos em um bairro periférico porque meus pais continuavam em Santo Estevão. Minha mãe comprou uma casa, dessas de conjunto habitacional, porque minhas irmãs foram passando no vestibular e assim não tinha condição de ficar pagando pensionato nem nada. Aí minha mãe comprou essa casinha lá, era um bairro bem distante, eu lembro que quando eu fui estudar lá eu tinha que sair de casa uma hora antes, porque era o tempo do trajeto do ônibus para chegar até a escola. Então eu estudava em escola particular, com bolsa, e morava em um bairro bem pobre. Para mim era como se eu vivesse em dois mundos.

Os primeiros vestibulares eram cada um pra uma coisa, cada universidade era uma coisa. Eu me inscrevi para Enfermagem, Odontologia, Medicina, Administração, eu não sabia o que queria ser. Só que era aquela pressão, você tem que fazer um curso que compense o investimento. As opções, nesse sentido, eram Direito, Odontologia e Medicina. Quando eu passei no vestibular pra Direito da Universidade Tiradentes, que é particular, e todo mundo começou a dizer que eu deveria seguir. Mas minha família não tinha condição de me manter numa universidade particular, então continuei insistindo e aí acabei passando para a UFS em 1997. E eu lembro que eu tive uma dificuldade de relacionamento muito séria no curso porque primeiro que eu tinha pouco tempo em Aracaju, e o tempo que eu estava lá eu passei trancada, estudando, só conheci as pessoas que fizeram cursinho comigo.

Além de mim, na faculdade inteira tinha mais três colegas negros. Foi um período muito difícil e eu lembro que quando comecei a alisar o cabelo as pessoas me elogiavam, sabe? As pessoas começaram a me elogiar muito, quando comecei a fazer estágio, e aí tinha aquela coisa de alisar o cabelo

e fazer escova. E aí eu lembro que quando eu chegava na faculdade com aquele cabelo de índia do Paraguai o pessoal dizia que eu estava bonita, me dava parabéns. Uma coisa absurda. Se não fosse o medo que eu tinha de decepcionar os meus pais e minhas irmãs, que tinham segurado a onda tanto tempo pra mim, acho que eu teria abandonado o curso. Foi um sofrimento.

Para ir à escola, na infância, o cabelo era sempre bem preso com muito gel, para não ficar aqueles cabelinhos mais rebeldes. Na escola eu sempre andava com o cabelo preso, essa minha irmã que é professora falava que ia ficar parecendo a Maria Bethânia, não podia ficar com cabelo solto. E eu lembro que tinha uma menina lá nessa escola, que era muito branca, mas o cabelo dela era crespo, bem comprido e bem cheio. Ela só andava com o cabelo solto e todo mundo achava lindo! E aí já tive essa noção: é lindo na Melissa porque ela é branca e rica. Em mim, é horrível. As poucas pessoas meninas negras nessa escola eram todas alisadíssimas.

Quando fui para a faculdade que comecei a sentir essa pressão. Logo que entrei na UFS passei numa seleção temporária do IBGE pra recenseador e comecei a trabalhar lá. E como eu tinha uma rotina muito corrida, sempre estava com cabelo preso. Já no final da faculdade usei bem curtinho e cheguei a pensar que ia ter o cabelo do jeito que ele era. Mas não durou muito tempo porque um ano e meio depois, no primeiro estágio, já recomeçou aquela pressão toda de ter o cabelo bem escovado. Depois disso foi ladeira abaixo, porque eu fiquei muitos anos alisando absurdamente o cabelo. Cheguei a trabalhar em escritório que tinha no código de vestimenta até advertência para não deixar a raiz do cabelo alta.

Quando eu estava decidida a não continuar advogando, comecei a transição para a forma como eu uso hoje. Lembro que em uma audiência um juiz, que era negro, ficou debochando, perguntando quem era a preposta. Porque advogado senta mais próximo do juiz, depois vem a parte. A preposta, no caso, era uma senhora loira de uns 50 anos, loira, e o juiz ficou me zoando. Um juiz negro, como eu. Eu sabia que ele estava fazendo aquilo por causa do meu cabelo, e eu sabia que ele certamente poderia ter passado por situações similares, de terem lhe dito “olha, um negro de terno e gravata num carrão, deve ser o motorista”.

Nessa época em que parei de alisar o cabelo foi muito visível como o tratamento em relação a mim mudou nos ambientes institucionais. Quando eu usava cabelo alisado, entrava no fórum e ninguém pedia pra me identificar. Quando parei de alisar o cabelo, comecei a ser sistematicamente parada na entrada e colocada para preencher aquele cadastro que os usuários tinham que preencher. Os seguranças nem me pediam a carteirinha de identificação, eles me mandavam ir para a fila dos jurisdicionados. Para mim foi óbvio e muito marcante.

Quando as pessoas falam, e sempre fazem esse questionamento para os negros que têm a pele mais clara, que eu não sou negra mando pergunta-

rem pro porteiro. O porteiro vai saber. Pergunta pra quem tá na recepção, essa pessoa certamente vai saber. Então, a gente se torna “tolerado” pela sociedade a partir do momento em que se embranquece em alguns traços, como alisar o cabelo, a roupa. Nesse escritório que tinha as regras do cabelo, tinha também uma vedação à utilização de vestimentas étnicas. Como assim, eu me perguntava? Paletó e gravata não é uma vestimenta étnica, de europeu? É uma vestimenta étnica porque não é pro nosso clima, não é da nossa cultura. Até a vedação de usar estampa, de usar determinadas cores, tudo isso é um signo, é manifestação de racismo.

Eu me formei pensando no que ia fazer depois. Recebi a carteirinha da OAB em 2003. Me formei no final de 2002. Advoguei de 2003 até 2016, quando dei baixa na minha inscrição. Desde 2014 eu fazia só trabalhos eventuais, porque eu já estava estudando pros concursos, então eu fazia uns bicos pra complementar. Eu não tinha expediente, foi a minha libertação.

Para sindicato eu gostei mais de advogar. Porque gostar, eu não gostava. Mas no Direito você se forma e vai advogar ou fazer concurso, e eu não tinha meios materiais pra ficar estudando sem trabalhar. Com os sindicatos foi bem positivo porque eu via que eu ajudava a corrigir alguma distorção. As pessoas que estavam sem conseguir se aposentar, a gente ia lá e conseguia a prova que a pessoa tinha trabalhado naquelas condições. Tinha as ações coletivas que a gente fazia, de inspeção em mina, em que melhoramos as condições de trabalho de muita gente. Mas no final da carreira eu já estava trabalhando para empresa, não tinha muita escolha, tinha que trabalhar onde pagavam, e daí foi bem complicado pra mim.

Eu sempre tive esse viés do social, de pensar que a gente precisa alterar o formato das estruturas, e trabalhar para empresas era manter a estrutura que estava ali. Então, depois de tantos anos trabalhando com algo que poderia realmente trazer uma transformação, foi andar pra trás. Eu trabalhava para um escritório que se denominava como o segundo maior escritório da América Latina, mas que era na verdade uma senzala. Eu lembro que quando eu fui fazer a entrevista fiquei estarelecida com algumas perguntas, se eu era casada, se tinha filhos ou se eu pretendia ter filhos. Um horror.

Aí eu comecei a estudar sem saber direito o que eu queria, pensava na área trabalhista ou no máximo na previdenciária. Nessa época veio uma leva de concursos, do TRT entre eles, eu saí viajando Brasil a fora e pensei: agora vai ou racha. Acabou que minha nomeação saiu no dia 28 de dezembro de 2016. Para mim foi um presentão. E foi uma incerteza, vim pra cá sem conhecer ninguém, meu marido ficou no Espírito Santo um ano ainda antes de vir pra cá, então eu fiquei sozinha, foi um período atípico. Mas está compensando pois eu gosto da atividade que eu venho desempenhando, hoje eu trabalho com algo que faz diferença na vida das pessoas. Por mais que eu tenha ressalvas a esse modo de vida e de estru-

tura que a gente tem, a quem o direito serve, mesmo com todas as contradições ainda dá para operar algum tipo de transformação.

Fui nomeada pra 5ª Vara do Trabalho de Canoas. E foi uma experiência bem marcante. Quando eu cheguei, as pessoas sabiam que eu tinha entrado pelas cotas, e eu nunca neguei, inclusive ressalttei isso, porque acho muito importante. Acho que a gente tem que dizer o nome, porque é fruto de muita luta, a gente não pode apagar isso. Porque não é uma concessão, é fruto de muita luta daqueles que nos antecederam. E eu lembro que o pessoal cochichava pelos cantos, “que cota, que tem que entrar todo mundo igual”, e aí aos poucos eu fui levantando algumas discussões em outros momentos, propondo a discussão sobre como nossa sociedade é constituída, sobre como que a gente tem mais de 50% da população identificada como negra e as instituições são formadas majoritariamente por pessoas brancas. A gente tem que começar a se incomodar com isso, a gente não pode achar que isso é natural, que isso está bom, que as pessoas entraram ali porque mereceram.

Eu lembro que a chefe das terceirizadas, que é uma mulher preta, ela chegou e veio me abraçar, e falou: “Que bom que tá entrando gente que nem a gente aqui. Minha filha tá fazendo faculdade também, e espero que em breve seja ela”. E pra mim foi muito forte aquilo. Porque era uma coisa que eu sempre falava, e agora eu estava vivendo. E eu senti o reconhecimento de uma outra pessoa, que a minha permanência naquele espaço era a dela também. Foi uma coisa que eu, obviamente eu convivi com outros colegas que entraram pelas cotas, eu não sou a pessoa mais militante, tenho dificuldade em estar ocupando espaços e eu tento fazer alguma participação de alguma forma - que seja conversando com pessoas próximas a respeito, tendo aquela coisa da troca, mostrar pras pessoas que elas podem ser aliadas na nossa luta e na nossa caminhada.

A minha concepção do colorismo vem daí: é uma ferramenta branca pra desagregar o povo preto, já que você explora a discussão acerca de determinadas vantagens de alguns grupos. A gente vive em uma sociedade racista, então eu não vou dizer que tenho “privilégio” diante de uma mulher mais preta que eu. Eu tenho uma vantagem, porque em determinados espaços vou ser mais aceitável do que ela. Então, o colorismo chega ao ponto de você dizer que mulheres negras com a pele mais clara, como eu, não são negras. E isso é só para lançar a desagregação do movimento, porque a partir do momento que você coloca que fulana tem “privilégios” em relação a você, se cria uma discussão dentro daquele grupo que está enfrentando a mesma situação.

Basta ver como a gente é retratada na mídia: em uma novela, se tem uma mulher negra representando uma empregada doméstica, qualquer tonalidade de cor de pele vai ser utilizada. A gente vê produções em que essa mulher tem a pele mais clara, mas ainda se enquadra naquele este-

reótipo que foi relegado à gente. É aquilo que eu disse antes: o porteiro, o segurança do banco, todos eles vão saber que a gente é negro. Mesmo eu tendo a pele mais clara ou tendo a pele mais escura. A máquina da opressão vai ser a mesma sobre a gente.

Fiquei dois anos e meio em Canoas. Eu não me sentia capaz, achava que não tinha competência pra fazer algumas coisas. E aí eu tive uma licença saúde, precisei passar por uma cirurgia, e no período que eu estava de licença apareceu o anúncio de vaga para assistente. Pensei em ter outra experiência, fiz o teste e fui selecionada. É um trabalho bem árduo, porque a gente não tem aquela coisa da limitação de horário. Ter essa mobilidade, não ter que trabalhar no expediente físico, e sem ter de fazer atendimento ao público, compensa.

O TRT foi uma mudança muito grande na minha vida. Eu conheci pessoas maravilhosas no tribunal, que se tornaram amigas. Na época que eu advogava, tinha uma visão muito antipática em relação às pessoas que trabalhavam no judiciário porque as minhas experiências não foram tão boas. Foi uma quebra de paradigma. Eu acho muito bacana a forma como o TRT age para ser uma instituição melhor, mais inclusiva, o fato de a gente ter o Comitê de Equidade, de ter várias discussões, como o Círculo de Leituras. Porque a gente não é só aquele que presta serviço ao jurisdicionado, também somos humanos, nos construímos de vivências, temos amigos, família, dores. Então, eu acho muito bacana essa abordagem, no entanto sempre é possível melhorar.

Mas estamos numa instituição em que 96% das pessoas são brancas. É problemático, não é todo mundo que se dispõe a fazer essa discussão, a ouvir o que a gente tem para falar, ainda mais que se tem a tendência de “fulanizar” as coisas, de tratar pelo lado pessoal, individual, quando a gente tem que tratar esses temas de forma estrutural. E para você alterar uma estrutura tem que ter muita gente engajada na discussão. Infelizmente, a despeito das iniciativas que se propõem, ainda existe muita resistência por parte dos colegas, dos juízes também, sobre temas sensíveis.

A gente tem aqui uma réplica do que é a sociedade – somos uma instituição racista sem racistas, já que ninguém vai se colocar publicamente dessa forma. Existe uma apatia muito grande, principalmente porque as pessoas não se enxergam como parte do problema. Sendo que elas são parte considerável do problema! Não no sentido individual, é claro. Essa estrutura é que dá vantagem a determinado tipo de corpo em detrimento de outros.

Eu tenho certeza que em muitas unidades não há colegas negros. E que, mesmo com as cotas nos últimos concursos, essa representação ainda é muito pequena, ainda está em poucos espaços. Por isso é bom que as pessoas escutem o nosso relato, a partir das nossas vivências. E esse formato, que não é um evento presencial, permite que aquele colega lá do interior possa acompanhar, possa ter acesso onde estiver. O que é algo riquíssimo. As pessoas

não estão acostumadas a falar, nem a ouvir. Elas vão criar, a partir de agora, na subjetividade e no imaginário delas, qualquer coisa. É muito bacana os colegas saberem sobre a gente, sobre as nossas perspectivas.

No Fórum de Educação Antirracista foi muito emocionante ouvir os relatos, ver pessoas de diferentes espectros da sociedade, ver o tanto de gente jovem e gente preta que estava ali, participando do evento, fazendo o evento, e não servindo o cafezinho e limpando o banheiro como a gente costumeiramente vê. Eram pra ter mais colegas lá, que perderam uma experiência riquíssima.

Era muito rico ouvir outras perspectivas no Comitê de Equidade, que normalmente a gente acaba se restringindo. Eu tinha leituras sobre feminismo, sobre questões raciais, sobre diversidade; mas antes de participar do Comitê eu sabia que tinha que ser acessível pra todo mundo mas eu nunca tinha buscado uma leitura mais aprofundada sobre a questão do capacitismo. E as trocas de experiências, enfim.

A gente vem pavimentando um caminho para causar algum tipo de incômodo, para que as pessoas reflitam sobre diversos aspectos que elas, de forma geral, não fazem, porque vivem diante de uma construção que normaliza a figura delas como o ser neutro e universal. Então, obviamente, sempre que for possível trazer algo que confronte a estrutura, mesma da nossa instituição como reflexo da sociedade, que incluía as pessoas nesse debate, acho que é importante.

Porque eu posso ter vivido algumas experiências similares a outros colegas, mas vou contar de outra forma. Vou apresentar situações peculiares que também vão servir para a construção de uma perspectiva diferente diante de determinados fatos e situações. Não há nada que não possa ser mudado. E nós movemos só um pouquinho, só um tijolinho, e já estamos fazendo uma baita transformação. É que a gente mova muito mais. É que a gente construa algo verdadeiramente justo, que respeite todas as existências, que entenda todos os indivíduos como diferentes entre si, que cada um de nós é recortado por diversos fatores.

E que a partir do momento em que a gente está disponibilizando um serviço, temos que estar atentos a isso também. E, para estar atento, temos de nos transformarmos para representar aquele público a quem estamos “doando” nosso trabalho – em um sentido figurado, lógico. Que a gente continue essa reconstrução, essa modificação, para ter uma instituição que realmente tenha equidade e que respeite as várias existências.

NASCIMENTO: 07/12/1981
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 16/12/2015
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA APOIO
ESPECIALIZADO, INFORMÁTICA
LOTAÇÃO: SEÇÃO DE
ATENCIMENTO A USUÁRIOS



FABIANO MOREIRA CORRÊA

Meu nome é Fabiano, sou um homem negro, tenho barba negra grande, cabelos pretos grande, estilo *black power* preso com um coque em cima. Nasci na zona sul de Porto Alegre, meus pais também, mas meus avós vieram do interior, Alegrete, Dom Pedrito, Uruguaiana. A minha infância foi um pouco afastada dos grandes centros, mas também não foi na periferia. Sempre estudei em colégio particular, meus pais frequentavam clube, eram servidores públicos de um banco aqui do Rio Grande do Sul. Sempre buscaram me colocar onde eles consideravam os melhores lugares, onde a gente tinha que se “embranquecer”. Então, raspava a cabeça, não usava a barba, alisava o cabelo, não pegava muito sol para não escurecer demais. Tinha que tirar as melhores notas no colégio, porque eram só nós três negros, eu e meus irmãos.

Na minha percepção atual, como adulto, na vizinhança em que nascemos, na escola, nos clubes, em todos os espaços, até no trabalho dos meus pais, a gente tinha que se comportar, a gente era mais cobrado que as outras crianças. Revisitando minha infância, consigo perceber que não era tão feliz assim – principalmente até meus 10 anos. Eu percebo isso hoje quando eu vejo algumas referências dos anos 1980. Eu percebi o quão preso eu era, ou quão livre eu não era, prefiro dizer assim. Não tinha tanta liberdade para fazer as coisas por ser negro. E não era só a imposição dos meus pais, dos professores, era também algo que eu sentia, um entrave de não pertencer aos lugares. Hoje eu percebo bastante isso.

A minha vó me ensinava bastante coisa, mas ela não tinha a educação formal. Então eu via ela lendo o jornal, ela mal sabia ler e escrever, ela era evangélica, daquelas de usar terninho, camisa social por baixo, saia até o joelho, meia calça e Bíblia embaixo do braço, sempre. Cabelo preso sempre. Então a minha vó ensinava valores cristãos que ela entendia de bom

pra nós. Ela punia quando tinha que punir e valorizava quando tinha que valorizar no entendimento dela com as crianças. E ela me dava educação, a educação vinha de casa e ela cuidou da gente até os cinco anos onde eu comecei a ir pra escolinha.

O esporte foi muito importante para a minha formação pelos valores que aprendi, principalmente em relação ao coletivo. E dos valores do meu pai também, que levo comigo aonde eu vou, no trabalho, no Tribunal, para atender a um usuário, um cidadão que veio pegar uma informação ou meramente tratar alguém na rua, um vizinho. Meu pai tinha condições de me levar aos treinos, me levou a teste em clubes de basquete e de futebol, me levava na natação, artes marciais e esse acompanhamento foi muito importante na minha infância.

Depois veio a adolescência, que já foi outra história. Foi bem difícil a transição, quando a gente começa a andar mais sozinho ou em grupo e as pessoas querem se afirmar, se impor, foi um momento em que eu comecei a sentir a violência de várias maneiras. Violência de professores, me tratando com mais veemência sem eu saber por que, e eu reagindo passivamente por ser bem prestativo e respeitoso. Acho que, nesse momento, ficava me colocando numa condição de servidão, numa condição de subalternidade para me encaixar nos espaços. Mas comecei a ser opressor com outras pessoas; para ser aceito, eu comecei a usar o defeito de outras pessoas.

Lá em casa a gente não tem a mínima dúvida de que somos negros, todos. Os meus pais demoraram a se reconhecer, minha mãe sempre foi referência de mulher branca para mim, pele mais clara, ela tem o que chamam de “traços finos”, alisava cabelo e frequentava lugares que não eram de negros. E os lugares de negros que tinha na época, clubes só para negros, ela não frequentava. Isso fez com que eu me identificasse mais, eu dizia, com orgulho, inclusive, que a minha mãe era branca. Eu me lembro de sentir isso no peito. Meus pais eram servidores do Estado, tinham cargos diferentes. Minha mãe era digitadora e meu pai, gerente de contas. Os dois saíram para empreender com alimentação, virou o negócio da família. E a relação com o empreendedorismo, com os negócios, com o dinheiro, fez com que a gente não tivesse sucesso durante muito tempo.

Mas em algum momento nós chegamos a morar numa casa enorme e as minhas atividades, hoje eu percebo como eu era privilegiado, era cuidar do passarinho, passear com cachorro, cortar grama, limpar a piscina, lavar os dois carros, manter a casa arrumada para ver o meu filme com vídeo cassete, que em 1990 não era tão comum. Era uma casa grande, com privacidade, com as coisas básicas que meus pais não tiveram. Isso fez com que eles gastassem bastante, não pensassem nas reservas. O maior capital, o maior bem que se podia ter, para os meus pais, era intelectual. Eles não usaram pra acumular bens, comprar imóveis, fazer dinheiro, fizeram isso só para o que eles entendiam que era bom. Hoje eles vivem de

aposentadoria numa casa de duas peças, num terreno herdado da minha vó. Bem diferente da realidade que a gente tinha, acho que isso fala um pouco da nossa relação com o dinheiro.

Quando eu entrei na escola já fui com esse espírito de descoberta. Era uma escola católica, de freiras, e na segunda série, se não soubesse a tabuada, o aluno não entrava na sala, ficava em fila esperando a vez de acertar, isso era muito constrangedor, eu não estava acostumado. Foi bom porque eu tive contato com música, aula de canto, aula de piano, coisa que eu nunca tive. Essa estrutura, a organização de uma escola grande, com portões fechados e recreio onde se pudesse correr e se divertir, e ainda ter uma disciplina rígida, foi diferente para mim, me fez bem. Me treinou para o mundo, para o meio empresarial, para as escolas que viriam depois. Ao mesmo tempo, foi bem opressor. Lembro de colegas correndo atrás de mim e me ofendendo de formas racistas. E eu correndo pela escola no horário do recreio. Lembro de ter feito xixi nas calças porque não podia pedir para ir no banheiro, eu tinha seis anos de idade. Eu vi colegas que tinham vergonha de avisar que estavam mal e que vomitaram na classe. Então, apesar de ter sido bom, de me preparar para a vida, senti o quanto a escola foi opressora na minha infância. Eu tinha muita revolta, muita raiva dessas coisas que aconteceram na escola. Principalmente por ser escola particular.

Estudei metade do tempo fundamental e médio, metade particular e metade público, e o colégio particular foi muito mais violento. Na escola particular foi onde eu sofri mais violência. Tinha drogas, desrespeito com professor, coisa que na escola pública não tinha. O que para mim era estranho, comum era falar que a escola pública, nos anos 1990, era ruim. Era sinônimo de violência, baixa qualidade, mas eu não percebia isso, os professores faziam bem o seu trabalho com o que tinham. Essa é a lembrança que eu tenho das escolas, particulares e públicas. No último ano do ensino fundamental eu ganhei uma bolsa para jogar e estudar no IPA. Foi a pior experiência social: como eu era da zona sul, e preto, o pessoal brincava e eu aceitava, fingia que era do “gueto”, me diziam “e aí, negão, como são os teus amigos lá da vila, da boca?”, e eu fingia e eles riam, eu ria também, para ser aceito. Foi horrível a ponto de ter uma namorada e esconder dos pais dela que a gente namorava. Nesse momento, a gente se tocou de quanto foi opressor ter estudado como bolsista sendo preto.

Não trabalhei na adolescência. Eu tive uma infância e adolescência, comparadas com a média, muito privilegiadas. Mas, como meus pais tinham um negócio próprio, ajudava em casa. Eu precisei acordar de madrugada, sair para fazer entregas com meu pai, a gente abastecia restaurantes de jornaleiros. O jornal era produzido de madrugada para ser distribuído de manhã cedo, então a gente produzia pra entregar de madrugada. Muitas vezes trabalhei de madrugada com meu pai, produzindo, só ele e eu. Ficava com a mãe produzindo, quando ela ia dormir eu trabalhava com meu pai,

embalando e colocando carregamento para entregar, três, quatro da madrugada. Não precisei trabalhar fora, mas trabalhei bastante em casa.

Num grupo de basquete, os Panteras Negras, foi tudo muito parecido. Até aqui, todos conviviam com a autonegação, a negação dos familiares, da cultura negra, negar o samba, o pagode, a capoeira, a religião. A gente consegue perceber isso hoje, com 30, 40 anos. O padrão de beleza da minha infância e adolescência era o Tom Cruise. Era o tipo de homem construído para ser bonito. E era o que eu queria ser na época, queria ter aquele cabelo liso, queria ser aquele homem branco, querido e desejado, que era admirado pelos homens, desejado pelas mulheres. Todo mundo queria isso. Eu queria ser esse cara de muitas mulheres, branco, bonito. E coloca aí os atores de Hollywood: Brad Pitt, Leonardo di Caprio. E o meu corpo totalmente diferente. E ninguém para me dizer, nem meu pai e nem minha mãe, que aquilo era ruim.

Os Panteras Negras é uma formação de basquete cuja prioridade é ser negro. Começou com cinco, seis pessoas e hoje nós temos 22 membros no time. Uns são profissionais e jogam por times em suas cidades e pelo Brasil, uns são mais novos, outros mais velhos, tem gente branca também, gente preta na sua maioria, um time que tem esse pensamento da negritude. Com vivências plurais e diversas, nós temos políticos, empresários, servidores públicos, gente só com o ensino fundamental, atleta com doutorado, tem estrangeiro, irmãos que nasceram em Cuba, Moçambique e Angola. Irmãos que nasceram aqui, Caxias do Sul, Gravataí, Alvorada e Porto Alegre. É um time que é para ser plural. Primeiro time de Porto Alegre com atletas negros de basquete, que faz ações sociais também. O nosso time se organizou, claro, por causa do racismo. Porque a luta antirracista não é só dos pretos, é algo de toda a sociedade, que é racista.

Eu queria ser jogador de basquete profissional. Mas quando me dei conta de que não iria rolar, meu mundo acabou porque eu não sabia o que ia fazer da vida. Fiz o vestibular da UFRGS, não passei, fiz vestibular para jornalismo, achei que tinha mais a ver comigo, não tinha dinheiro, obviamente, não sabia que havia um sistema de bolsas e não ingressei. Eu gostava de robótica, gostava de videogames, de computadores. Fui gostando, entrei no curso técnico e consegui estágio. Só que a informática estava passando por uma época de “micreiro”, onde o técnico fazia de tudo, instalava rede, fazia programação. E eu perdido, queria ser especialista em tudo e não tinha noção de nada. Levei muito tempo pra me dar conta disso. Sem me qualificar, me tornei um profissional generalista, sem curso superior, sem inglês, sem o que o mercado exige. Não tinha lugar para mim no mercado.

Fui fazer um curso técnico de informática estimulado pela minha mãe, ela sempre falava bem dos analistas de sistema onde ela trabalhava. Eu sempre confiei nos meus pais, o que eles diziam eu não duvidava, eu não questionava, era uma relação de confiança. Na época eu aceitava e

compreendia. Eu aprendi o equilíbrio, que se eu cegamente acreditar naquilo eu posso me quebrar depois, e eles me ensinaram isso muito bem, e eu aceitei fazer o curso técnico de informática.

Depois eu ingressei no curso de Análises de Sistemas em uma universidade particular de São Leopoldo, com bolsa para jogar basquete. Mas a bolsa acabou e tive de sair para outra universidade, dessa vez em Canoas, Tecnólogo em Redes de Computadores. Era mais curto, mais barato também. Mas acabei não conseguindo, por ser longe e por ser caro também. Comecei a estudar sozinho para concurso, com a apostila, além de fazer um curso preparatório para o vestibular da UFRGS. Eu fiz e passei, minha redação foi muito boa, fiz para matemática que eu gostava muito e porque tinha a ver com informática e achava mais fácil de entrar. Eu queria entrar e depois estudar mais e depois tentar informática. Mas eu me apaixonei por matemática. Lá eu fiz três semestres. Tive oportunidade de jogar no time de basquete da UFRGS, ganhar o estadual com eles, depois ir a disputar o campeonato brasileiro. Ficamos em terceiro, foi uma experiência muito boa. Nesse período, tive filho, tinha que estudar de manhã e de tarde, arranjar estágios e bolsas para dar conta, então isso se tornou uma bagunça na minha vida, até que optei pelo concurso público.

Comecei a pegar uma apostila e a estudar lá em 2004. Mas só em 2007 eu resolvi focar mesmo nos estudos para concurso. Comprei livros, conversava bastante com as pessoas, assistia mais de uma vez as aulas para pegar professores diferentes, fui aprendendo a estudar. Em 2008 passei no meu primeiro concurso, depois passei em vários, em todos que fiz. Foi aí que me percebi como servidor, que a minha vocação era ser servidor público independente da área em que fosse atuar. E que a informática era o meio para isso. Quando saiu o edital do TRT, olhei a minha vida e pensei: vou passar em primeiro nesse concurso. Eu acordava às 4h30 e estudava até a hora do trabalho, almoçava uns 10 minutos, tinha uma hora e meia de intervalo, uma sala de reuniões só para mim, estudava todos os dias, final de semana e de madrugada. Abdi quei do basquete e de várias coisas. Foi muito rápido: em 30 dias, o resultado preliminar; mais 30 dias, o definitivo; três meses depois das provas, fui nomeado. Foi uma das maiores realizações da minha vida. Um sonho profissional de concurseiro.

Foram quatro meses de estudo focados no TRT, mas antes eu vinha estudando conteúdo comum de vários concursos. Eu tive que reduzir o tempo de lazer com os meus três filhos. Fazer a prova foi fácil, porque eu gosto de ser testado, gosto de desafios. Eu fazia provas de simulados em casa, então quando eu ia prestar os exames de concurso sabia que a prática me deixava mais calmo, mais tranquilo. Quando fui fazer a prova, fui feliz porque sabia que eu iria bem, eu tive uma certeza, 90% de certeza que eu tinha passado em primeiro lugar. Eu sempre vou para os desafios dando o melhor de mim porque, se eu dou o melhor de mim e perco, eu

dei o melhor de mim, não tinha o que fazer. Se eu dei o meu melhor e tirei primeiro, então deu tudo certo. Quando eu saí da prova, tinha alguma certeza que ia dar certo. A minha vida mudou, é como se eu tivesse com o meu corpo presente, mas a minha consciência habitando varias dimensões, parece meio místico isso, mas é realidade. Eu consigo viver a minha espiritualidade independente dos outros. Eu consigo habitar um espaço e me comportar para ser aceito, como um servidor público, sabendo que é uma demanda de convivência social e não quem eu sou de verdade. Isso faz toda diferença. É como se eu estivesse usando um *cap* de servidor público, mas sem deixar de ser eu mesmo. Para mim é transformador, é fascinante, saber que eu posso ser quem eu sou e mesmo assim habitar esses espaços. Jamais pude viver isso, nunca tive a oportunidade de ser quem eu sou. Só dentro de uma quadra de basquete.

Foi bastante intenso. Olhava as pessoas felizes, tomando posse comigo, comunicativas, cada um na sua individualidade, respeitando uns aos outros e o pessoal nos recebendo no Integrar-te, na Escola Judicial, foi maravilhoso. Quando me apresentei na seção em que trabalho até hoje, na seção de atendimento ao usuário, fui muito bem recepcionado. Com muito respeito e dignidade. Às vezes eu via um professor fazer isso comigo, meu pai, meu tio fazerem isso comigo. Algum pai fazendo com um filho amigo meu, mas eu não via isso nas minhas relações interpessoais fora de um lugar de educação ou familiar. E no Tribunal foi uma das poucas vezes que eu vi uma chefia imediata e um segundo nível hierárquico, num lugar de hierarquia, ter esse tratamento de dignidade que eu sempre busquei para mim durante a minha vida profissional. E quando entrei no Tribunal e tive contatos com essas chefias da informática, onde eu estou lotado até hoje, percebi que sim, eu sabia que um dia eu ia encontrar. E eu descobri que eu posso ser assim também, porque eu vi que pessoas fazem isso, não sou só eu. Isso é algo que eu aprendi dentro da terreira, dentro da minha família, dentro da roda de capoeira e é algo que, nos Panteras, nós tentamos implantar. Estou lotado desde o início na Sala de Atendimento aos Usuários (SAU).

Eu cresci acreditando que eu era uma coisa. E essa coisa era um ser que queria o melhor para si através dos meus próprios méritos. Eu queria ser aceito, eu queria fazer algo que os outros valorizassem. Então, a busca pelo ideal me afastava de quem eu era, que é muito melhor que o ideal imposto pelos outros. Só que eu não sabia disso. Eu buscava algo avesso ao que eu era. Isso foi naturalizado dentro da minha família. Isso é um fenômeno que acontece, essa negação, a ocidentalização das coisas dentro da família. Eu acumulo bens, a propriedade privada tem mais valor, a minha religião não presta, é coisa do demônio, eu vou vigiar e punir os meus semelhantes, eu nego os meus erros por um sentimento de culpa, me coloco de fora dele, eu crio um monstro para justificar os meus atos, não assumo isso para mim; então, eu não me observo e não melhora.

São valores que nos foram impostos pela colonização. E o inverso disso é que vem do nosso povo, justamente assumir a responsabilidade pelos nossos atos. Não tem a ver com culpa ou punição, tem a ver com reparação, com acolhimento, com afeto. Eu posso, sim, contestar. Eu não preciso atravessar a rua só porque aquela mulher vai achar que sou violento. Eu não sou o responsável por isso. Se aquele homem branco está vindo à minha frente, eu não preciso atravessar a rua para ele se sentir seguro. Eu cresci assim. A Polícia está vindo, mas eu não preciso apressar o passo, não preciso baixar a cabeça, que foi uma coisa que meus pais me ensinaram. Hoje eu entendo que não pode ser assim. Sei porque eu negava o racismo e foi só com 32, 33 anos que eu fui me dar conta de quanto isso existe.

O Otávio, meu segundo filho, nasceu em 2008. Ele tem menos de dois anos de diferença do Luther King, meu primogênito, que nasceu no início de 2007. A Lucy Maria nasceu no meio de 2010. Durante seis anos da minha vida eu passei trocando fralda, dando banho e dando comida na boca até eles aprenderem a ter autonomia. Até hoje eu dou uma fiscalizada. Sou pai solo, moro com ele há cinco anos.

A vida toda tive que correr atrás para ganhar tempo, me equiparar, enfim, ser aceito de alguma forma através do trabalho. Ali no Tribunal eu não precisei fazer isso, foi me dado o tempo necessário para que eu, dentro do meu tempo, começasse a assimilar o trabalho e assumir algumas responsabilidades. Isso foi muito importante porque me deu segurança. Me deu confiança, inclusive pra aprender outras coisas, coisas novas dentro da minha função no setor, buscar soluções. Sempre tive uma boa relação com os colegas porque o clima sempre foi esse na SAU, sempre foi muito bem, principalmente com os novos. Como éramos três, quatro, cinco servidores novos, a gente foi aprendendo com a gente mesmo, aprendendo com os mais antigos e isso criou um clima bom.

Quando eu me descobri negro, mudou tudo. Eu comecei assumir quem eu sou, entrei num processo de não ter vergonha do meu corpo, de não ter vergonha de quem eu sou, da minha história, eu estou no processo ainda. Como eu estava olhando para as cotas, que ainda hoje, em 2020, é tema de debate, as pessoas do nada, no meio de uma conversa, perguntam: “o que tu acha das cotas”? Eu já era concurseiro e me dei conta de que isso é um direito meu, eu preciso fazer isso. Se eu negar isso, eu estou negando todo um processo de quem veio antes e conseguiu esse direito.

Eu sinto que há uma disposição desse Tribunal pra fazer algo em relação à questão racial, não só para combate, enfrentamento, mas também para apoiar, para elevar, para fomentar. Porque isso é preciso também, isso faz parte do enfrentamento. Contudo, eu acredito que está muito aquém da capacidade do Tribunal, sobretudo da responsabilidade social. Eu acho que o Tribunal pode e deve fazer ações mais contundentes, mais expressivas, porque tem poder e dever para isso. É como “educar as crianças para não

precisar punir os homens”. Se a gente aprende que a desigualdade causa injustiça, e o desejo por desigualdade, a exploração do outro, causa a injustiça, então eu acho que o Tribunal poderia atuar de forma preventiva. Eu acredito que um Comitê de Equidade seja pequeno para a dimensão do que é o racismo estrutural, institucional e de todas as outras opressões. Eu tenho certeza que é algo que deveria ser mais amplo.

Eu tenho duas grandes referências e que são masculinas. Uma, que talvez seja a maior, é o meu pai, que hoje se apresenta como um preto velho para mim. Uma pessoa que já viveu bastante e que, por isso, sabe de coisas e que se coloca num lugar de humildade, de reconhecer os erros na minha educação, na juventude dele e de aceitar a minha ajuda com muita humildade. Meu pai me trouxe valores e me ensinou coisas através dos erros dele. Alguns valores que ele cultivava até hoje me ensinam a ser cada vez melhor. É a maior referência, mas também tem uma figura que eu gosto muito, me inspira muito, que é Luiz Gama, o rábula, o jurista. Quanto mais eu estudo sobre ele, tudo o que ele fazia e era capaz de fazer pelos seus iguais, então mais me inspiro. Ainda estou aprendendo sobre essa figura que é o Luiz Gama.

Então, eu acho que o Tribunal deveria buscar justiça e equidade, sobretudo e fundamentalmente dentro de casa, para seus servidores, principalmente para seus magistrados. O TRT deveria ser referência de justiça de equidade e eu não percebo isso. Eu sinto falta de ouvir falar sobre capacitismo e ações que promovam isso. Às vezes eu sinto colegas implorando para serem atendidos por terem alguma deficiência e eles não deveriam ser tratados assim, deveriam ser tratados como qualquer servidor. Assim como eu tenho um telefone para ligar, um e-mail para mandar, eles deveriam ter, no mínimo, acessibilidade ou alguma coisa que nos indique que este servidor está acessível pelo telefone tal ou pelo e-mail tal. O capacitismo é algo bem diferente das outras opressões, ele é plural e por si só, diverso. Um letramento antiopressão é algo que sinto falta, mas de forma mais contundente e obrigatória.

Para mim, está sendo fantástico eu poder falar de mim, de questões que me atravessam num ambiente de trabalho, coisa que eu jamais vi. O resultado de poder falar, de poder olhar, examinar e elaborar, isso é libertador, é confortável, é aconchegante, é acolhedor. É um diálogo com pessoas que querem entender mais como são as pessoas, o quanto elas são opressoras, o quanto o sistema é opressor, conhecer histórias que elas jamais imaginavam para, talvez, permitir um pouco mais de empatia. Ter empatia, na realidade, é decidir se importar. Quando eu decido me importar com outro, eu quero saber a história do outro para que eu saiba lidar com as pessoas. Não é algo imediato, é algo que demanda tempo, gerações, de acordo com o interesse do indivíduo, do Tribunal e dos magistrados. É um ato político, um ato de militância

porque eu estou trazendo questões falando sobre a minha vida, sobre a minha vida no Tribunal.

Aceitar como eu sou e como estou, pela minha história, independentemente dos outros, faz com que eu seja mais feliz e começou por eu ser negro. Estar dez quilos acima do peso não tem problema nenhum, eu me sinto mais bonito inclusive, por que eu me amo, hoje eu me amo. Deixar a barba crescer passando por um processo pra buscar referências masculinas pretas de barba, tendo que olhar pra minha sexualidade tudo isso parte de me descobrir negro. Vou dar um recado que eu gostaria de ter ouvido quando eu era novo: procurem ser vocês mesmos, busquem descobrir quem vocês são. Quando a gente busca dentro de si mesmo, vai descobrindo quem é, começamos a nos aceitar mais e a olhar para o outro de forma diferente, como indivíduo. Com isso, passa a aceitar mais, acolher mais e, obviamente, ser respeitado e ser acolhido. Eu acho que a partir disso, pode tudo.

NASCIMENTO: 09/09/1982
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
INGRESSO: 16/12/2011
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
LOTAÇÃO: 14ª VARA DO
TRABALHO DE PORTO ALEGRE



CARLOS ALEXSANDRO SILVA DA COSTA

Eu sou o Carlos. Sou negro, estatura baixa, estou com barba, cabelo raspado. Estou com uma blusa rosa e uma outra por cima, de cor jeans.

Nasci no bairro Partenon, zona leste de Porto Alegre, morávamos nos fundos da casa da minha vó: eu, meu pai, meu irmã, a minha vó, eram umas três ou quatro casas no mesmo terreno. Eu cresci ali. A minha vó teve nove filhos. Então, era uma casa com bastante criança, todos da família. Lá pelos sete ou oito anos é que me mudei, fui morar em Viamão, na Vila Augusta. Morávamos só eu, meu pai, minha mãe e meu irmão. Depois minha mãe acabou adotando uma outra filha. Meu irmão é cinco anos mais velho que eu.

A minha mãe se chama Iara e trabalhou como empregada doméstica. Ela conseguiu se aposentar há pouco tempo, mas continua trabalhando. Meu pai se chama Jorge e é técnico em prótese dentária. Também se aposentou recentemente, mas segue trabalhando. Minha vó por parte de pai era lavadeira. Acho interessante mencionar isso pois ela foi um dos maiores exemplos que vi na minha vida de força, de garra, de perseverança, porque ela conseguiu criar todos os nove filhos, já que meu avô não ajudava muito, e ela conseguiu.

Minha infância foi bem legal, a gente passava o tempo todo brincando, era um período em que eu ainda não estava na escola, só no último ano, por aí, eu entrei no jardim de infância, na pré-escola.

Então era basicamente isso, meus pais saíam para trabalhar, os pais dos meus primos também iam trabalhar e nós ficávamos por ali. A lembrança que eu tenho é de que era divertido, uma infância boa. Passava o tempo todo brincando. Eram casas independentes, cada família cuidava do seu sustento.

Eu lembro que fiz o jardim de infância numa escola que ficava ali próximo, Jerônimo de Albuquerque, mas quando entrei no primeiro ano nos

mudamos para Viamão. Como minha mãe trabalhava em Porto Alegre, ela conseguiu me matricular numa escola no mesmo bairro para ficar próximo dela. Então, ela conseguia me pegar quando saía do trabalho. Estudei nessa escola até o final, da primeira série até o final do ensino médio.

As duas eram escolas públicas, a primeira bem simples, acolhia basicamente o pessoal da comunidade, não era muito grande, mas as experiências que eu tive foram boas. Na outra escola foi um pouco diferente, pois só estudava quem morava no bairro, um bairro de classe média alta, então ali eu já comecei a sentir as diferenças, diferenças sociais, a questão racial.

Até então eu estudava também numa escola pública, mas que ficava dentro de um bairro de periferia onde eram todos iguais, não se percebia nenhum tipo de diferença ou desigualdade.

Lembro que percebia muito bem essas diferenças, especialmente depois das férias: um ia para o exterior, outro ia para uma praia, e então comecei a perceber que as roupas também eram diferentes. Foi nessa escola que percebi pela primeira vez o que era o preconceito, o racismo com quem vem da vila. Meus pais trabalhavam muito e eu lembro que um dia minha mãe comprou uma borracha pra mim, fez muito esforço para isso, e uma menina que estudava na mesma sala chegou para a professora e me acusou de ter roubado a borracha dela. A professora não pensou duas vezes: tirou a borracha de mim e deu para a colega. E ainda cobrou por que eu havia feito aquilo. Ali eu percebi, porque a professora não teve nenhuma dúvida: eu havia roubado a borracha. Claro, depois eu falei com a minha mãe, ela foi na escola, botou a boca na professora, um absurdo. Mas ali eu comecei a perceber, infelizmente, que eu era diferente. Que existia esse tipo de desigualdade. Talvez uma prévia de muitas coisas que iriam acontecer.

Morar em Viamão e estudar em Porto Alegre era bem cansativo. Nos primeiros anos, acho que até a oitava série, eu estudava à tarde. Aí eu ia junto com meu irmão, que também estudava lá. Na época eu lembro que não havia um ônibus que fizesse o trajeto direto da Vila Augusta, onde morávamos, até a avenida Protásio Alves, para o bairro Petrópolis, então tínhamos que fazer baldeação ou caminhar bastante. Mas foi bacana porque aumentou muito o círculo de pessoas, eu tinha muitos amigos na Vila Augusta, e muitos em Petrópolis também. Na escola, por parte dos alunos, não havia muita diferença, se era daqui ou era dali.

Também porque me afastei de muitas coisas, na periferia a gente acaba correndo risco de se envolver, fica mais suscetível a ir por outros caminhos, então por não estar muito tempo lá [na vila] eu consegui desviar de muitas coisas que aconteceram com amigos de infância. Dá para fazer um paralelo e ver a diferença que havia na perspectiva de vida das pessoas: quando eu estava com meus amigos na Vila Augusta, a ideia que o pessoal tinha, até mesmo eu tinha, era essa: quero terminar o segundo grau, arranjar um trabalho pra conseguir comprar um tênis e ir pra uma

festa, e era isso. Não tínhamos muita perspectiva de mudar a realidade onde a gente vivia, não tinha perspectiva de pensar em fazer faculdade, essas coisas. Na escola não, já havia essa influência, os amigos pensando no que iam ser quando crescessem, eram objetivos diferentes do que a gente tinha lá na Vila Augusta. Claro que meus pais me colocaram naquela escola já pensando que eu podia ter um futuro melhor, sempre me incentivaram, se esforçaram para que eu estudasse, nunca disseram que eu não conseguiria. Mas a diferença que eu via era essa: a perspectiva de vida mudava de um local para outro.

Eu pensava isso também, terminar o segundo grau, trabalhar, arrumar um emprego, me sustentar e era isso. Não pensava muito. Essa era a realidade. Claro que nunca ninguém me disse que eu não poderia fazer uma faculdade, mas acabava que era uma coisa que não faz parte do teu mundo.

Acabei o ensino médio pensando em arrumar um emprego, mas então entrei no Exército. Tive bastante facilidade porque lá em casa havia muita disciplina, meus pais eram bem rígidos com a escola, não podia faltar, se aparecesse uma falta no boletim já queriam saber o que era, então isso me ajudou muito no quartel. Disseram que se me esforçasse conseguiria ser promovido a sargento em um ano porque tinha uma vaga para militar temporário. Então pensei que era aquilo que eu ia fazer: entrei logo em seguida, comecei a me destacar e em um ano e meio fui promovido e fiquei lá por uns quatro ou cinco anos. Foi um período bem legal, tive dinheiro, conseguia comprar as coisas que eu queria, mas também foi um período que eu percebi a questão do racismo por parte da Polícia.

O que acontecia? Eu tinha carro, andava bem vestido, saía pra festas, andava de carro de noite e aí passei virar alvo da Polícia andando em outros ambientes. Acontecia assim: era parado sempre, revistado sempre, se parasse num blitz via que todo mundo ficava dentro do carro, só entregava o documento, mas eu tinha que descer, revistavam o carro, olhavam a numeração do chassi pra ver se não era roubado. E então me dei conta que, quando saísse do quartel, ia ter muita dificuldade para manter o padrão de vida que eu tinha na época: ganhava um salário bom e teria dificuldade pra manter o padrão da época porque só tinha ensino médio.

E nesse meio tempo eu tive uma filha. Comecei a perceber que ia ter de mudar a minha vida porque eu queria que ela tivesse um futuro melhor, não queria que passasse por muitas das dificuldades que passei na minha infância. E aí eu comecei a pensar no que eu ia fazer quando saísse do Exército: vou arrumar um emprego que não me faça passar por nenhum tipo de preconceito e vou conseguir ter direito a esse emprego. Foi quando comecei a estudar pra concurso.

Quando estava no Exército tive a minha filha e me casei. O nascimento dela começou a virar a minha chave para as responsabilidades. Inverti a ordem das coisas. É possível ser pai jovem e reverter a situação, mas

tudo é mais difícil. Quando ela nasceu eu ainda estava no Exército. Fiz uma casa em cima da casa da mãe e do pai, na Vila Augusta. Até ali não tinha tanta dificuldade financeira. Mas começou a ficar difícil quando saí do Exército em busca daquela estabilidade que já falei, tive que reduzir bastante meu salário. Eu perdi muita coisa da primeira infância da minha filha porque estava estudando, passava dentro de cursinhos. Trabalhava, estudava de noite, estudava finais de semana. Tive que começar do zero, não sabia nada. Tive que fazer muitos cursos. Então, não tive muito contato, não brinquei muito, a via mais quando estava dormindo. Mas sempre foi a minha bandeira. Foi a chave que mudou a minha vida e a força para seguir buscando mais e mais.

Também comecei a perceber quanto o estudo me fez falta, percebi o quanto eu ia ter que estudar pra conseguir passar num primeiro concurso. Fiz um cursinho e consegui passar no primeiro concurso, auxiliar de armazenagem na CEEE. Quando saí do quartel passei a ganhar três vezes menos do que eu ganhava, mas fui pela questão da estabilidade: tinha minha filha e precisava garantir o sustento dela. Primeiro isso, o sustento dela, e depois pensar em fazer uma faculdade, essa era a estratégia.

O trabalho na CEEE como auxiliar de armazenagem era bem cansativo, ficava carregando caixas o dia inteiro, foi a primeira turma de auxiliar da CEEE, antes era terceirizado, então o ambiente era bem complicado, muita poeira, frio e calor, o macacão saía no final do dia muito sujo. Era operador de empilhadeira. Era bem difícil de conciliar com estudo porque era trabalho braçal. Comia correndo para estudar um pouco ao meio-dia, o livro ficava muito sujo, estudava onde dava, e quando dava, e depois ia para o cursinho.

Da CEEE eu passei num concurso da prefeitura, assistente administrativo aqui em Porto Alegre. Foi nessa transição que conheci um colega que estava vindo trabalhar no TRT e pensei logo que era esse concurso que eu queria fazer. Então passou a ser meu foco porque eu sabia que chamavam bastante gente. Foi bem difícil, tive que estudar muito, fazer muitos cursos, questões de Direito que eu não tinha a mínima noção, tive que começar do zero, a entender o que significavam as palavras para depois o que cada artigo queria dizer. Então, foi bem difícil. Mas uma hora eu passei e acabou sendo minha realização pessoal. Eu tinha conseguido.

Quando eu entrei no TRT, fui para Nova Prata, na Serra, e pensei que quando voltasse para Porto Alegre eu ia fazer faculdade. Então, depois de Nova Prata fui para Caxias do Sul e depois de algum tempo voltei para Porto Alegre e fiz vestibular na UFRGS e passei.

Nunca fui de estudar muito, mas sempre me esforcei bastante. Principalmente quando chegava no final, quando precisava. Eu corria atrás e recuperava. Nunca fui reprovado de ano. Eu não percebia na época, mas tinha potencial. O livro te abre muitos caminhos que, infelizmente, na minha infância, eu acabei privado. Não tinha essa cultura na família, em casa.

E uma coisa que procuro fazer é resgatar o hábito da leitura com minha filha, ela está no primeiro ano do Ensino Médio e quando vão passando as leituras obrigatórias eu vou pegando justamente pra buscar esses clássicos.

Claro que li bastante para o vestibular, leituras obrigatórias. Mas quando tomei gosto pela leitura é que percebi como ajuda a entender o mundo em que a gente vive. Não lembro de ter tido esse contato na minha infância. Mas sempre é tempo. Por não ter o hábito, muitas pessoas não conseguem, embora saibam o quanto é importante. Isso aconteceu comigo. Eu tentava e não conseguia e pensava que não ia desistir, pois sabia que era importante. É uma ferramenta para viver melhor, para entender o mundo.

Não trabalhei durante a adolescência porque meu pai não deixou. Lembro que queria comprar roupas, queria ter coisas melhores e um dia falei para ele que queria trabalhar. Ele disse que não, que não precisava, que eu só estudasse. Depois dos 18 anos eu podia fazer o que quisesse, mas antes não. Quando ele fez o Ensino Médio já era casado, então sabia como seria difícil conciliar trabalho e estudo. Meu pai sempre foi autônomo e então trabalhava direto, de domingo a domingo. Era muito difícil, muitas vezes dormia na aula. E se eu fosse trabalhar, o risco de abandonar a escola era grande. Se dependesse de mim eu tinha trabalhado, isso era bem comum com meus colegas, muitos trabalhavam desde cedo para comprar bobagens. Mas nunca passei fome, apesar de sermos pobres. É possível que eu tivesse abandonado os estudos se tivesse trabalhado.

A minha filha não passou por necessidade, estudou em escola particular, estuda inglês e espanhol, é atleta, faz patinação, então não passou pelas mesmas dificuldades que eu. Sempre lembro a ela: se parar para analisar, minha tataravó era escrava, minha bisavó era praticamente escrava, minha vó era lavadeira, minha mãe, aos 14 anos, era empregada doméstica. Minha filha, com a mesma idade, estuda em escola particular, é atleta, faz cursos de línguas. É uma revolução. É possível mudar o destino, mas só com muito esforço. Por mais difícil que seja, tendo as oportunidades e tendo o suporte da família, a gente consegue.

Eu trabalhei no Conselho Tutelar e foi lá que percebi o quanto a estrutura familiar faz a diferença. Onde tem uma pessoa, muda. Às vezes era uma vó, uma mãe, um pai solteiro. Lembro que no quartel tinha um pai solteiro e o cara se matava para dar tudo pra filha dele. É isso que as pessoas não entendem. É mais difícil para quem é pobre porque muitas pessoas não têm essa estrutura. Não é só questão de ter dinheiro, de ser rico, mas de ter uma família que te auxilie.

No Conselho Tutelar consegui entender muitas coisas que acontecem no mundo, a origem das desigualdades. Logo que cheguei, no primeiro dia, veio uma criança da idade da minha filha na época, com frio, tinha sido resgatada da mãe. Passava por tudo. Também foi ali que percebi o quanto o ser humano pode ser ruim, gente que faz maldade contra crian-

ças, as pessoas não têm ideia do quanto isso é comum, é diário. Foi um período bem traumático. Como registrávamos as denúncias por telefone, sabíamos tudo em detalhes. Fiquei bem desesperançado. E passei a cuidar muito da minha filha, eu vi que as coisas acontecem quando menos a gente espera. Às vezes me deparava com crianças que não pareciam crianças pela maneira como foram criados, porque não tinham medo, se portavam como adultos. Ficava lembrando que minha filha, naquela idade, entraria em pânico se ficasse longe da família, se ficasse na rua. Entendi por que muitos adultos acabam fazendo barbaridades. Por que se tornavam abusadores no futuro.

Quando recebi o e-mail para a nomeação foi o máximo. Ingressei no TRT final de 2011, em dezembro. Foi onde consegui a minha tranquilidade, pois tinha o que precisava. Tinha dinheiro suficiente para me sustentar, para pagar a escola da minha filha, para fazer uma faculdade particular, se quisesse. Tinha que tomar posse no mesmo dia da demissão, fui correndo para a cidade, cheguei bem no final do expediente, não sabia o que tinha que fazer, não sabia nada, tinha que perguntar tudo. Mas era a realização profissional.

Fui para Nova Prata, mas a minha família ficou, tinha a escola, minha sogra precisava da minha esposa, ficamos no bate e volta, eu morava na frente do Fórum e voltava nos finais de semana para Porto Alegre. Foi um período bem difícil. O que ajudou é que a Vara de Nova Prata tinha bastante rotatividade, o pessoal entrava e ajudava pois ficavam pouco tempo, tinha muita gente de Porto Alegre, de outros lugares, então o pessoal se ajudava.

A gente está sempre aprendendo tudo, fazia de tudo. Fazia balcão, aprendi a fazer a juntada dos processos, imprimia protocolos. Quando estava saindo de lá comecei a fazer uns despachos mais simples e a fazer análise dos processos também. Até que passei a ser secretário de audiência. Foi bem traumático, pois me deixava nervoso. Depois surgiu a oportunidade de vir para Gravataí, mas a vaga não se confirmou porque precisava ter substituto. Consegui ir para Caxias do Sul numa troca de servidores. Mais próximo de vir para Porto Alegre. Fiz um curso de PJ-e, um dos primeiros, com a missão de passar para o pessoal de lá depois. Como eu gostei muito do sistema, aprendi muito e entendi bem como funcionava. Um dia bateu o desespero [para voltar a Porto Alegre] e comecei a fazer contatos até conseguir. Meu passaporte foi o PJ-e.

A oportunidade de cursar Direito surgiu quando eu estava nos cursinhos, comecei a entender e a gostar. Como fiz muitos cursos para Tribunal, consegui ter uma noção básica de todos – eleitoral, penal etc. Todas as relações são regidas pela Justiça, a gente tem que entender isso pois senão não tem nem como lutar pelos teus direitos. Ali eu já tinha entendido o que queria fazer. Mas imaginei que o vestibular para uma universidade pública seria muito difícil.

Fazer Direito na UFRGS é muito bom, tenho acesso a muitos professores de qualidade, muito material de qualidade disponível. Depois das políticas de cotas é possível perceber que muitos negros estão na universidade pública. As cotas permitem que a gente possa competir. Muitas dessas pessoas, se tivessem que disputar em igualdade de condições, teriam de fazer um esforço enorme e muitas certamente teriam que desistir, porque muita gente teria que estudar quatro, cinco, seis anos para passar.

Só pelo fato de entrar numa sala e ter negros, não um ou dois, mas vários, dá um alento. Já ouvi relatos de que 4% ou 5% apenas eram negros nas universidades públicas, isso na minha infância. Entrei em 2015, não é mais assim. Os Racionais MC é que deram essa estatística. Eu era pequeno e ouvia isso. Agora é bem diferente, conseguimos abrir o acesso. Falam que o objetivo tem que ser garantir escola pública para todo mundo desde pequeno, em todos os níveis, mas não me lembro desse argumento antes das cotas.

Na Universidade todo mundo é igual, muita gente [cotista] se sai muito bem, aproveita a oportunidade com unhas e dentes porque sabe que a oportunidade é rara. Quem está lá lutando sabe que, se não aproveitar, a vida quando sair dali será diferente, sabe o que é sair da Restinga, pegar um ônibus lotado pra fazer um cursinho e poder estudar. Ele sabe o que espera no futuro. Então, estudam para se superar. Às vezes têm dificuldades, mas correm atrás e conseguem. Não é porque entrou por cota que acha que vai ser mais fácil. A gente sabe que não pode desperdiçar oportunidades. Quem põe a cara a tapa pra sair da vila e estudar sabe que não pode perder. Entende a luta que houve pra aprovar as cotas.

Acho muito importante o Comitê de Equidade pra trazer o debate. Muitas vezes as pessoas fingem que não existe preconceito, que não existe discriminação racial. E muitas vezes esses grupos, essas iniciativas, servem justamente para isso: para que as pessoas possam falar, possam ser ouvidas. É um reconhecimento muito importante.

Só tive uma situação de racismo no Tribunal. Uma colega fez um comentário, uma colega que dá para perceber que não é racista, mas fez um comentário preconceituoso, sem perceber, falou que determinada ação era uma “negrice”, mas eu ouvi e não falei, não tinha muita certeza. Deixei para resolver com a chefia em outro momento. Porque uma das coisas que me fez fazer concurso foi a possibilidade de identificar essas situações e lutar, ir atrás. Talvez numa empresa privada eu ficasse com medo, mas ali eu conversei com a minha chefe, esperei acabar o expediente, contei o caso e pedi para dar um jeito.

Por mais que não tenha sido proposital, por mais que as pessoas não percebam, e nem a minha chefe tinha percebido mesmo, ela concordou que se tratava de um absurdo e disse que ia conversar e ia resolver. Sei que há esse canal no Tribunal. Eu não tenho medo porque não quero ter

função nenhuma, nada. Mas muitas vezes uma pessoa, por ser negra, por ser mulher, homossexual, pode sofrer preconceito e ficar com medo pela necessidade do cargo. Eu escolhi a via do concurso justamente para não ter medo de nada, para não ter medo de ser demitido, para nunca alguém me discriminar e eu não poder falar nada, eu sei que eu posso falar e foi o que fiz. Falei, resolveu, nunca mais ouvi nada.

Uma coisa boa que eu vi e vejo num Tribunal como o nosso, onde há esse meio de denúncia, é poder ir atrás, botar a boca no trombone e não deixar acontecer. Às vezes a pessoa fala até sem se dar conta. Mas não se trata de saber se a pessoa se sentiu ofendida ou não, não é essa a questão. A questão é que se trata de um crime. No ambiente em que eu cresci, ninguém falava em racismo, em machismo, bater em mulher, isso era comum, em sambas antigos isso é muito comum. Por eu ter falado, de repente essa pessoa se tocou sobre o comentário preconceituoso e que não pode mais falar assim.

Temos que aproveitar as oportunidades, mudar nosso meio e trazer mais gente para essa luta, ajudar mais pessoas, envolvê-las nos movimentos. Não tenho ligação com partidos, não posso me considerar nem de direita e nem de esquerda porque às vezes tem muitas opiniões da esquerda que eu não concordo. Tento ajudar da maneira que eu posso, tento pensar as coisas da maneira que eu posso. As pessoas procuram uma saída onde elas veem.

Gosto de Carnaval, fui criado ali. Na minha família sempre houve Carnaval, desde o meu avô, mas de certa forma isso foi determinante também para que minha vó tivesse que ter criado tantos filhos sozinha. Quando comecei a perceber que causava muitos problemas também, comecei a me afastar. Samba, pagode, hip-hop eu costumo observar mais pelas músicas, pelas letras. Nunca fui muito de ir a shows, mas costumo ler as letras e entender o que eles estão falando, o contexto. Às vezes as pessoas não entendem. A música tal fala de droga. Sim, fala: mas em que contexto? Por que o artista falou aquilo ali?

Nunca fui muito de ir ao cinema também, nem de ver novelas. Aliás, acho bem nociva a novela de TV para quem é negro, para quem é pobre, a novela representa que negro só serve para matar, para roubar, ou então quando tu é homem negro só serve pra reproduzir aqueles estereótipos de pagodeiro, pegador de mulher, ter um monte de filhos, tomar cerveja e não estar nem aí para nada. Infelizmente eles só reproduzem esse tipo de situação. Imagina uma criança de uma escola de elite, que não tem contato com negro em lugar nenhum, que só vê o negro que trabalha pra ela [pra família] ou no noticiário policial, ou nesse tipo de representação, de novela, como é que ela vai entender que não é assim? Que o negro não é só isso?

É claro que tem a questão da representatividade também, muitos artistas negros que estão ali são engajados. Mas pecam nesse sentido. Uma

coisa que eu percebi quando houve o assassinato do George Floyd, lá nos Estados Unidos: começou a chover comentaristas negros, gente negra falando, mas depois vai passando e tudo volta ao normal. Os economistas são todos brancos. Não tem epidemiologista negro? Não tem jurista negro? Passou a febre agora e vai voltar tudo ao normal. Dificilmente tu vê um médico negro falando, então é uma falsa inclusão.

Minha inspiração, por isso, são as três pessoas que eu comentei aqui: minha vó, que passou por tanta dificuldade, criou os filhos sozinha lavando roupa; meu pai, que se esforçou muito também e trabalha até hoje; e minha mãe, que passou a vida trabalhando como empregada doméstica para me sustentar. Exemplos de luta, de pessoas que conseguiram fazer o que estava ao alcance deles dentro das condições e conhecimento que tinham. Fizeram muito. Não tiveram oportunidade de estudar. Meu irmão hoje é empresário. Minha irmã adotada está na faculdade. Eles conseguiram encaminhar os filhos. Quando a gente mora em periferia, só conseguir encaminhar os filhos para o caminho correto te faz um herói. São meus exemplos de vida.

NASCIMENTO: 13/06/1986
LOCAL: CAMPO GRANDE/MS
TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA
ADMINISTRATIVA
INGRESSO: 23/11/2011
LOTAÇÃO: 3ª VARA DO TRABALHO
DE CAXIAS DO SUL



CESAR AUGUSTO DE ARRUDA REGIS

Estou com 34 anos. Nasci em 13 de junho de 1986 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A gente morava um pouco mais distante do centro, e eu nasci e vivi sempre na mesma casa. Minha mãe conta que tinha muito medo. Era uma casa bem distante, um terreno sem muro, uma casa com três cômodos, e a minha mãe ficava sozinha à noite porque meu pai ia estudar.

Ambos são concursados da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Eu tenho uma irmã um ano e três meses mais nova que eu. Depois que ela nasceu, meu pai fez faculdade de Administração e depois começou, dentro da própria Universidade, a carreira dele. Meu pai é branco e minha mãe é negra. Todos meus tios, por parte da minha mãe, são negros; os por parte de pai, são brancos. Tanto que eu sou negro e a minha irmã é branca. Eu e a minha irmã, vistos lado a lado, as pessoas dizem: vocês não são irmãos.

Meus pais eram técnicos administrativos da Universidade. Quando nós estávamos na faculdade, minha mãe cursou o ensino superior também, já com 50 anos, também o curso de Administração. O nome da minha mãe é Ledoína, mas chamamos ela de Leda, e meu pai se chama Celso. Meu pai nasceu no interior do Mato Grosso do Sul, na cidade de Rochedinho, viveu toda infância na fazenda que meu vô tinha e cuidava. Até que me avô perdeu tudo e eles vieram pra cidade.

Minha mãe nasceu no município de Porto Murtinho, na divisa do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Ela é a quarta ou quinta mais nova de uma família de doze irmãos. Também morava em fazenda. Minha avó, negra, é que cuidava desses doze filhos. Aquela mulher negra, forte. Meu avô trabalhava em várias fazendas, então ficava muito tempo fora. Era ela que cuidava de todos. E, apesar da minha avó ser negra, ela era uma das pessoas mais racistas que existia.

Ela era racista não porque ela queria ser racista. Eu sei pouco da história da minha avó, mas a minha bisavó ainda era da época da escravidão, então ela pegou um pouco desse sofrimento de ser escravo. Minha avó brigava com os filhos pra não namorarem negros ou negras como forma de clarear a família. É pesado se for pensar assim, que a avó era racista. Mas eu acho que na verdade era uma segurança pra ela. Eu não quero que os meus netos sejam negros como eu. Ela nunca disse isso, mas a gente percebia que era esse o objetivo. Que os netos não sofressem o que ela sofreu.

Minha mãe e minha tia também sofreram muito. Meus tios também, quando vieram do interior pra cidade grande. Então, tem essa história da minha avó querendo embranquecer a família. Voltando à minha mãe, ela veio pra cidade e trabalhou em inúmeros locais, principalmente na casa dos outros. Até que a UFMS foi ampliada e ela foi trabalhar lá. E na Universidade foi onde ela conheceu o meu pai.

Nós estudamos sempre em escola particular. Meu pai e minha mãe tinham condição de pagar, mas era bem longe, tinha que pegar estrada pra poder chegar mais rápido. De ônibus não tinha nem condições. A gente estudou nessa escola desde o ensino fundamental até o ensino médio. Meus pais sempre se empenharam muito, batalharam muito pra isso. Muito mesmo. Eu até hoje brinco com eles: vocês não gostavam de mim e da minha irmã? Porque a gente saía de casa às seis da manhã e voltava às nove da noite. Em casa, minha mãe sempre trabalhou fora e meu pai também, quem nos cuidava, e que foi minha segunda mãe, foi nossa tia. Ela cuidou da gente durante dez anos.

Então eu lembro que meu pai e minha mãe deixavam a gente na escola às seis e meia da manhã, saíamos meio dia e quarenta da aula e íamos almoçar na casa de uma amiga da minha mãe, que trabalhava com ela e que a filha estudava comigo. Uma e meia da tarde íamos pra aula de inglês, às três horas minha mãe saía correndo da Universidade, era um espacinho de tempo que ela conseguia ir lá pegar a gente, pois não dava tempo da gente pegar um ônibus pra voltar pra nossa escola de novo porque lá a gente ia fazer esporte, ou ia nadar, jogar vôlei... Nós dois fizemos natação, depois a gente não conseguiu dar conta dos dois esportes e começamos só a jogar vôlei. Então, por isso, nós tínhamos obrigação de chegar já com o dever pronto. Meu pai era bem rígido em relação a isso: chegava em casa, era só jantar e dormir porque no outro dia começava tudo novo.

Meu pai e minha mãe estavam sempre botando a gente em várias atividades para adquirirmos conhecimento. Eles batalharam muito para nos proporcionar aquilo que eles não tiveram. Só foram conseguir ter acesso depois de já adultos, trabalhando, com filhos. As pessoas acham que a gente recebia tudo de mão beijada, mas não é isso. Meu pai fazia várias reformas em casa, sozinho. Aumentou um quarto, fomos ficando mais velhos e ele conseguiu mais um quarto, conseguiu outro quarto e todos

cômodos da casa tinham uma cor de piso diferente porque a casa foi se “fazendo” aos puxadinhos. Era um puxadinho aqui, outro puxadinho ali.

Eu sou gay. Então, a minha personalidade se moldou a partir disso, quando comecei a perceber que tinha alguma coisa diferente na vida. Eu não compartilhava dos mesmos pensamentos dos meus amigos da escola. Já achava machista. Mas eu queria me inserir naquele grupo e ser bem aceito, e não demonstrar que eu sou gay. Como eu faria isso? Estudando muito, porque se eu estudo e sou o *nerd* da turma todo mundo me trata bem. Bem, é a partir desse conceito que começo a moldar meu futuro.

O estudo surgiu como defesa. A minha mãe até fala que eu era muito preocupado, ela queria me levar no psicólogo. Eu queria entrar no Instituto Rio Branco na época, queria ser diplomata. Então eu já pensei, vou me formar em Direito para entrar no Instituto Rio Branco, é o jeito mais fácil. E foi. Eu segui esse plano. Lembro que meus colegas estavam naquela fase de namorar as meninas e eu querendo ver como eu tinha que ser melhor pra entrar no Rio Branco.

Na época de escola, como eu tinha essa questão [da sexualidade] como não definida, tinha aquele dever machista de ficar com as meninas. Eu fugia, virava amigo das gurias. A primeira vez que eu fui dar um beijo em um homem eu tinha 19 anos e já estava na faculdade há dois anos. Foi ali que eu comecei a me libertar mais. E não fui eu que cheguei no pai e na mãe e disse “eu sou gay”. Eu nunca fiz isso. Se eu quero ser aceito do jeito que eu sou, não preciso dizer isso para os meus pais. Porque a minha irmã, que é heterossexual, nunca precisou chegar e dizer isso pra eles. Então, se eu quero ser visto da mesma maneira, por que eu tenho que agir diferente?

Do mesmo jeito com os meus amigos, que foram percebendo aos poucos. Então, durante o ensino médio eu fiquei com algumas gurias, mas namorar não tinha namorado ninguém. E os pais começaram a perceber isso, que até então nunca tinha levado nenhuma guria pra casa. Meu pai nunca perguntou, mas ele sabe. Hoje eu tenho um companheiro que mora comigo há quase 10 anos, que foi inserido naturalmente em casa, assim como um casal heterossexual. Levei em casa, meu pais conheceram, meus amigos foram conhecendo.

Mas o instituto Rio Branco acabou não acontecendo porque a faculdade, e o curso de Direito, te mudam tanto, te moldam de outra maneira, que me levaram pra outra área. Então, eu falo que a definição da minha sexualidade foi o que me moldou para o futuro. Eu lembro que na época da escola era difícil, porque eu queria manter o equilíbrio de ser amigo dos meninos, mas querendo estar com as meninas. Foi o tempo todo tendo que fazer esse exercício. Isso que me tornou muito racional. Na época meu apelido de escola sempre foi Nego ou Preto. Isso não me deixava ofendido porque me preocupava mais a questão da sexualidade, e não da cor da pele.

Sempre gostei de estudar. Meu pai também era sempre bem exigente comigo e com a minha irmã. Saí do ensino médio, da escola, e passei direto para Universidade Federal. Passei direto na UFMS, cursei Direito e no outro ano a minha irmã também passou no curso de Medicina Veterinária. Eu lembro que quando passamos nossa condição de vida já era bem melhor. Eu tinha 17 anos, faltavam seis meses pra fazer 18 anos, um guri. E eu lembro uma coisa que marcou até hoje: lá em 2004, só tinha colega filho de juiz, filho de promotor, coisa assim. Todos que estudaram comigo, até eu, vieram de escola particular, não tinha ninguém de escola pública.

Depois, já na graduação, comecei a fazer estágio, trabalhar. Meu pai tinha uma franquía dos Correios com um amigo dele. Então, depois da aula eu ia para o trabalho. Meu pai exigiu que a gente não tivesse momento algum de “vagabundagem” em casa, como ele dizia. Na graduação, eu sempre estudei e trabalhei. Depois a faculdade já começou a exigir estágios. Fiz estágio num escritório de advocacia, primeiro. Aí, depois do terceiro ano de faculdade, começam a aparecer os concursos de estágio. Aí você vai fazendo concurso pra fazer estágio. Lá você anda em todas as áreas do judiciário: Defensoria Pública, Judiciário Trabalhista, Judiciário Estadual, Ministério Público e acho que isso foi muito válido até para o meu conhecimento.

A formatura foi em 2008. E acho que esse é um dos piores momentos da vida, porque você deixa de ser estudante, deixa de pagar meia entrada no cinema, deixa de pagar meia entrada em tudo pra virar desempregado. Eu tinha um diploma de bacharel em Direito, mas o que faz um bacharel em Direito? Se não tiver OAB, não faz nada. Passei na prova da OAB e fui atrás de escritórios de advocacia pra trabalhar. Passei em alguns escritórios durante um ano e meio, mais ou menos. Até que no último escritório eu era o último advogado a ser sócio, então quando a situação apertou fui dispensado.

Eu já estava pensando em partir para o ramo de concurso, até porque quando fiz estágio, na época de estudante, fiz estágio durante dois anos na Justiça do Trabalho do Mato Grosso do Sul. Eu adorei ficar lá, adorei trabalhar lá. Mas estágio não tinha como passar de dois anos, então falei com meu pai: não vou trabalhar agora, não me chame de vagabundo, por favor. Mas eu preciso, não vou ter dinheiro pra nada, mas eu preciso de um tempo pra estudar para concurso. Pedi pra ele pra bancar um curso pra mim e fui estudar. E em menos de um ano eu comecei a passar nos concursos.

Eu escolhi a Justiça do Trabalho por que eu tinha feito um estágio durante dois anos e tinha gostado muito. Durante o meu tempo de faculdade, eu consegui trabalhar em várias frentes: Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário Estadual e escritório de advocacia. E o ambiente que tinha me dado mais satisfação de ver o trabalho terminado, de ver o fruto daquilo, foi ali. Uma vez, atendendo no balcão, eu entreguei um alvará e a pessoa estava com os olhos cheios de lágrimas, ali eu me vi fa-

zendo a diferença. Não vi essa diferença nos outros lugares. Tanto que eu só tentei concurso para Justiça do Trabalho.

Eu me lembro que houve um concurso em Mato Grosso do Sul uma semana antes do concurso daqui do Rio Grande do Sul. Era o concurso que eu queria, passar no meu estado, para trabalhar onde eu havia feito estágio. É o ambiente que eu quero, pensei. E eu acho que eu botei tanto compromisso pra passar nesse concurso, tanta pressão em mim mesmo, que foi o pior concurso que eu fiz na minha vida. Eu tremia na redação. Eu não consegui passar a limpo a redação. Eu lembro disso. Eu escrevi tudo a lápis, a letra milimetricamente a lápis pra não errar e aquilo ali me demorou quase duas horas. Quando eu saí da prova já saí acabado, meio querendo chorar, não passei, não passei. E na outra semana já tinha voo marcado pra fazer a prova aqui.

Fiz os exames bem relaxado, achando que não ia passar. Mas passei. Eu lembro que tinha um professor que dizia: concurso não é estudar para passar, é estudar até passar. Aí passei aqui, fiz outro concurso e passei em Rondônia, passei em Mato Grosso, mas aqui foi o primeiro lugar que me chamaram. Era 2011. Desde então, não voltei mais pra minha terra. Estou aqui ainda e sempre lotado em Caxias do Sul, uma cidade que eu adoro. Acho boa em termos de qualidade de vida, muito boa. As pessoas são muito diferentes, mas a gente se adapta.

Eu lembro do dia em que vim de Campo Grande para o Rio Grande do Sul, há mais de dez anos. Eu escolhi Caxias do Sul como a quinta opção porque eu queria morar perto do aeroporto. Porto Alegre era a primeira opção, Canoas, Gravataí logo em seguida. Aí tinha Caxias, uma vaga. Coloquei por último, mas fui nomeado justamente pra cá. Aquele baque. Tinha 30 dias para tomar posse, era fim de novembro. Mas quem me contatou disse logo em seguida: legalmente tem 30 dias, mas que seria bom estar na cidade já na segunda-feira. Eu estava advogando ainda, era uma quinta-feira à tarde, imagina, meu estômago veio na garganta. Não conseguia respirar mais. Passei quinta e sexta-feira arrumando minha mudança. Tive que substabelecer alguns processos que eu tinha, resolvi minha vida na sexta-feira, comprei passagem e, no domingo, estava no aeroporto para vir para Porto Alegre, onde eu nunca havia estado antes.

Cheguei em Porto Alegre umas dez horas da noite de um domingo. Na avenida Farrapos, dentro de um táxi, soluçando e dizendo para o motorista que estava tudo bem. Eu nunca tinha saído da casa dos meus pais. Eu morava na mesma casa desde quando eu nasci. Era o mesmo quarto, a mesma cobertura velha que me acompanhava a vida inteira. Em duas horas de voo eu deixava de ser adolescente pra virar um adulto. Quando eu vi eu estava em uma grande cidade em relação a Campo Grande, dentro de um táxi na avenida Farrapos. O hotel era no Centro. Parecia um retirante com duas malas pra assumir uma vaga numa repartição onde eu não conhecia ninguém.

Fui bem acolhido ao tomar posse. Assina um monte de papel e vai pra mesa do lado e assina plano de saúde e tira a foto do servidor, até hoje a mesma foto no “Localiza Servidor”. Eu só concordava, fui bem recebido. Só aí eu comecei a relaxar, a respirar. Foram três dias de curso e na segunda-feira já começava o exercício. Sábado fizemos a integração, antes de ir pra Caxias do Sul, com colegas que depois eu nunca mais vi, porque cada um foi pra um lado do Estado. Depois, entrei no ônibus e subi a serra. Na hora em que eu desci já senti aquele frio de Caxias, mesmo que fosse novembro. Com 24 anos de idade, uma malinha na mão, peguei um táxi e fui para o hotel.

O Tribunal mudou muito a minha vida. Além de proporcionar independência financeira, além de conhecer a pessoas que eu vivo junto hoje, me possibilitou conhecer um pouco mais de mim, me identificar como negro. Se não fosse o Tribunal Regional da 4ª região talvez até hoje eu não tivesse me identificado. Talvez eu tivesse ido pro Tribunal Regional da Bahia, talvez não tivesse me identificado como negro. Fez eu me reconhecer. Achar o meu lugar, o meu local na sociedade.

O teatro é uma paixão que eu conheci aqui. Conheci o Rui e conheci o teatro. Era uma coisa que eu sempre tive vontade de fazer mas nunca fiz lá em Campo Grande mas nunca teve ninguém pra me puxar eu não sabia nem o caminho. Então ele me falou, olha vai rolar um grupo de teatro aqui em Caxias, vamos fazer, eu disse vamos. Olha se eu pudesse, se tivesse a oportunidade, de largar o tribunal, de trabalhar só com o teatro, eu trabalharia só com arte.

Porque foi um lugar onde eu me senti muito completo no palco. Ainda tem uma plateia pra me bater palma no final. É uma forma de comunicação e de trazer a reflexão das pessoas e dar um tapa na cara das pessoas sem que elas percebam. De elas rirem de alguns casos que depois elas perguntam por que eu estou rindo disso, era uma coisa muito séria. Nós montamos um grupo de teatro. Fizemos aula por 5 anos e depois que acabou montamos um grupo pra termos as nossas peças. Montamos algumas peças, fizemos algumas administrações. A ultima era sobre o tema de idosos. Agora fomos convidados pra fazer uma web série de quatro capítulos. Então é uma paixão.

O que mais me deixava aflito era ser gay, e não negro. Acho que o fato de eu não ser tão retinto, né? Eu lembro que eu tinha uma colega negra, bem bonita, cabelo bem afro, e ela sofria. Eu olhava para ela sofrendo *bullying* e não reagia, talvez porque sentisse medo de que me chamassem de *veadinho*.

Porque se eu fosse negro e gay, mas a minha família fosse muito pobre, eu não estaria aqui hoje. Eu não conheço um negro pobre em uma condição muito boa. Meus pais não eram ricos, mas como eles tinham salário eles conseguiram fazer um planejamento para que nós tivéssemos uma vida boa. A grande maioria não teve a mesma condição que eu. As cotas têm que existir enquanto as diferenças raciais existirem. Inclusive, elas têm que aumentar. Até quando eu fiz o concurso para a magistratura, o último que

teve, e já existia cota, alguém perguntou se eu ia usar as cotas. Eu disse que não. Pelo fato de não ter sofrido com a questão racial, e por ter estudado em escola particular e faculdade federal, achei que seria injusto.

Só que o colega falou: mas você é negro! E eu decidi isso no último dia: acabei usando as cotas raciais. Ainda não sei te dizer seu sou merecedor das cotas, tenho uma prima que é bem parecida comigo, e que também estudou na mesma escola, que não foi aceita pelo sistema de oferta de vagas. Disseram que ela não era negra. Ela me relatou depois que não sabia mais que era, se branca ou negra. Não consegui responder pra ela. Mas pensei que é ruim não saber o seu local de origem, onde você se enquadra. Me remete à época do ensino médio em relação à minha sexualidade. Eu sou gay ou não sou gay, onde eu tenho que me enquadrar? Toda hora a gente tem que se enquadrar em alguma coisa. Isso é muito ruim.

Por isso penso que as cotas raciais são essenciais. Não tem como nós lutarmos hoje por igualdade se não houver as cotas. Lá na frente, enquanto não acabar com esse racismo que está dentro da sociedade, que faz com que os negros sejam tão preteridos, é essencial manter a cota racial e também a social.

Não tinha discussão racial nas nossas conversa de família. Tinha quando a gente falava da minha avó. Que ela era racista. Hoje nós falamos mais, hoje eu bato de frente. Na minha época de infância não tinha isso. Aumentou esse meu senso crítico na faculdade. A gente assistia TV juntos e meus pais faziam comentários tipo, “olha que neguinha bonita”. Naquela época passava, mas hoje me soa como uma facada. Já parte do pressuposto de que a negra é feia. Que mulher bonita é branca. Hoje isso não acontece mais. Tem aparecido umas reflexões maiores e eu vejo isso dentro da minha família também .

Eu me encaixo nesse discurso de pessoa “parda”, que se descobriu negra. Depois comecei a não gostar mais desse termo pardo. Já falei que sou pardo, hoje falo que sou negro. Comecei a perceber essa questão aqui em Caxias do Sul. Lá em Campo Grande as pessoas têm mais melanina que eu. Então eu não me via como negro. Sou menos negro, sou “moreno”. Eu lembro que uma vez, aqui no Tribunal, eu fui atender no balcão e uma pessoa falou: “você não é daqui, né?”. Eu nem tinha aberto minha boca pra ela saber meu sotaque. “Não, como você sabe?”, e ela me respondeu, “é porque você é escurinho”. Para ela, uma gringa loira, eu era preto.

Principalmente a Justiça do Trabalho, por ser uma justiça social, ela tem que ser mais receptiva. Se não tiver essa visão, essa sensibilidade com os homossexuais, com os negros, com os indígenas, como vai ser? Não vejo indígena no Tribunal, não tem. Eu sou de um estado onde tem muito indígena e lá eles são massacrados, são tratados como vagabundos. Se a Justiça do Trabalho não se pautar por essas questões sociais, podemos chegar ao clímax das decisões jurisdicionais estarem completamente

em discrepância com a realidade, do que é dito pelo Tribunal, do que está acontecendo na sociedade. Você pode ver, a Justiça do Trabalho é a única em que você vai numa sala de espera e tem um monte de gente esperando ser atendida. Não tem isso na Justiça Federal, por exemplo. Talvez na Cível, mas são relações mais privadas, que não envolvem a sociedade em si. Porque para mim, quando há uma violação trabalhista, você não está violando apenas aquela pessoa, e sim toda uma sociedade. E quando isso ainda está relacionado ao racismo, ao homossexualismo e ao preconceito, aí você atinge o mundo inteiro aí fora.

São poucas instituições, tanto públicas quanto privadas, que hoje têm a coragem de montar um Comitê de Equidade. De discutir sobre isso, principalmente na atualidade brasileira. Então, o TRT-4 teve coragem. É um passo inicial. Pode ser exemplo para os outros. Eu fico lisonjeado de partir disso de um Tribunal gaúcho, vindo de um estado considerado, isso eu ouço lá na minha terra, o mais racista do Brasil. E isso tem que acabar. Alguém tem que tomar a iniciativa.

A luta contra a discriminação, o racismo e a homofobia é daqueles que sofrem discriminação, racismo e que sofrem por causa da homofobia. Mas essa luta tem que ser abraçada por todos. É uma luta muito desigual se só esse núcleo estiver lutando. Não há um equilíbrio de armas aí. Toda uma sociedade contra essas minorias é muito desigual. É um massacre. É colocar no paredão e fuzilar. A luta é nossa, mas tem que ter a sociedade junto.

Ser negro pra mim é você reconhecer que faz parte de um grupo de pessoas que têm a cor da pele preta. Primeiramente, ter a pele negra. Você pode ter afinidade com as questões pretas, também. Mas o negro, para mim, é quem tem a cor negra da pele e não só as que sofrem preconceito por serem negras. Por que acho que existem pessoas que não sofreram por isso, mas essas pessoas não deixam de ser negras. Mesma coisa em relação à orientação sexual: o que é ser homem, o que é ser mulher? Homem é a pessoa que transa com mulher? Não, não é. Eu não transo com mulheres e sou homem. Então, não existe uma definição. Somos seres humanos. Nos aceitem assim.

NASCIMENTO: 10/05/1988
LOCAL: CAXIAS DO SUL/RS
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA
INGRESSO: 05/05/2017
LOTAÇÃO: GABINETE DE
DESEMBARGADOR



ROBERTA LIANA VIEIRA

Meu nome é Roberta Liana Vieira, eu sou uma mulher negra, não sou retinta, tenho a pele um pouco mais clara, cabelo preto, meus olhos são pequenos, pretos também, o meu cabelo é crespo, eu costumo usar *black power*. Sou filha do Ademar Soares Vieira e de Diná Maria Vieira. Nasci no hospital Pompeia, em Caxias do Sul. Sou a filha mais nova, antes de mim vem a Patrícia Luana Viera, que é nosso colega aqui do Tribunal. Morávamos Zona do Cemitério, do lado do estádio do Caxias, uma vila pequeninha, violenta. Cresci na rua, uma criança bem extrovertida, a minha mãe usava a palavra “metida” muitas vezes para se referir a mim, sempre foi assim. Além de negro, meu pai tem uma forte ascendência indígena; a minha mãe, asiática. A minha família é bem miscigenada. A minha avó por parte de pai era uma mulher branca, filha de uma indígena com um homem branco.

Os meus avós por parte de pai eram funcionários públicos. O meu avô era tratorista da Secretaria da Agricultura e a minha avó fazia serviços gerais na mesma secretaria. Já por parte da minha mãe todo mundo veio do campo, trabalhavam para um grande fazendeiro em Vacaria. A família do meu pai é de Bom Jesus. Na família do meu pai o meu tio foi o primeiro a ter curso superior, ele demorou mais de 10 anos e foi o único. Depois viemos nós, os primos, que começamos a entrar na Universidade. Eu fui a primeira a entrar em universidade federal e a minha mãe foi a primeira pessoa a ter curso superior na família, é enfermeira. Por isso a minha mãe trabalhava muito. Tinha uma época em que ela trabalhava em três lugares, de manhã, de tarde e de noite, então eu lembro da gente escolher se ia passar o Natal ou Ano Novo com ela porque no outro ela teria que trabalhar.

Estudávamos em colégio particular porque nossa salvação era o estudo, não tinha outra alternativa a não ser essa. A mãe era um exemplo para nós, de quem tinha estudado e dado certo. Então, a gente tinha que fazer isso. O meu pai tem o segundo grau e, na época, fez curso técnico de contabilidade. Na família dele, era o que tinha o segundo grau. A minha mãe trabalhava muito porque o meu pai, durante algum tempo, perdeu dois empregos importantes para ele e ficou deprimido, muito tempo desempregado também. O desemprego era uma coisa que eu lembro da gente conversar em casa e de ser um estímulo para nós estudarmos. Inclusive para escolher o curso, não podia ser qualquer curso.

A Zona do Cemitério começa num topo do morro que vai descendo; quanto mais para baixo se ia, mais as pessoas escureciam. Como minha mãe não deixava eu sair da nossa rua, conheci poucas meninas retintas que brincavam comigo. A maioria tinha a minha cor, um pouco mais escuras, um pouco mais indígenas também porque Caxias era conhecido como Campo dos Bugres.

Estudei a vida toda em colégio particular, no mesmo colégio, o São Carlos, desde os três anos. Isso era uma coisa boa. Eu me sentia dona da escola, eu conhecia todo mundo, eu vi a escola crescer. Não lembro de ter sofrido racismo por outros colegas. Eu era amiga de todo mundo e, como tirava boas notas, sempre, nunca estava sozinha. Eu era legal, fui oradora da turma, hoje vejo que eram mecanismos de defesa que criei para me proteger. Ao contrário dos professores: tinha uma que me mandava limpar as coisas porque eu terminava os temas ligeiro, não queria levar tarefa para casa porque queria ficar esse tempo com a minha mãe. Na minha casa não tinha um ambiente maravilhoso para fazer tema, então eu fazia na escola e essa professora mandava limpar. Eu achava aquilo legal, só depois de adulta que fui problematizar isso.

A única amiguinha negra que tive foi a Morgana. Eu lembro que ela foi minha primeira amiga, quando entrei na escola fiz amizade com ela. Era uma menina mais retinta do que eu, se não me engano a mãe dela também era da área da saúde, então a gente conversava bastante sobre isso. A Morgana passou umas boas comigo porque a gente era sempre ameaçada. Tinha um guri na escola que nos ameaçava muito, sempre. Nos xingava, nos ameaçava que ia nos pegar na saída. Por uma dessas que corria pra sala da minha irmã, bati na porta e pedi à professora para falar com a minha irmã, enquanto dizia “fulano fez isso, isso e isso”, mas quem é fulano? Tá. Isso era antes do recreio, aí no recreio a minha irmã ia lá e xingava eles, mas se fosse depois do recreio não dava, aí tinha que ligar pro meu pai e pedir pra ele ir lá me buscar e várias vezes isso aconteceu, era um saco porque várias vezes meu pai estava trabalhando, era complicado. Eu lembro quando esse guri saiu da escola, eram ele e mais dois.

Aprendi na escola que os imigrantes italianos tinham vindo para cá porque aqui não tinha gente, eu cresci ouvindo como foi difícil para eles virem, a promessa de um novo mundo, chega aqui e está tudo desse jeito. Mas eu sabia que os meus ancestrais haviam chegado muito antes, que a gente tinha feito muita coisa, construído muitos prédios, então aquilo era estranho para mim. Eu nunca fui de enfrentar os professores nem nada, até porque se tivesse alguma coisa marcada na agenda a minha mãe sempre colocava a culpa em mim e na minha irmã. A gente tinha que ser impecável, não podia arrumar confusão. Eu me lembro do Dia do Colono, comemoravam a chegada dos imigrantes em Caxias, a professora mandava perguntar em casa de quem a gente era descendente e a minha mãe dizia “a gente é descendente de negros”. Eu dizia na classe e era ignorada, como não se tivesse respondido. Nós aprendíamos sobre colonização alemã e italiana e era isso.

Eu era a feia. Sempre fui a feia da turma, a feia das amigas, era assim. Eu não me relacionava com as pessoas, eu era amiga delas. É diferente. Lembro das reuniões dançantes e dos amores. Porque era como se eu tivesse duas vidas: uma na Zona do Cemitério e outra no Colégio São Carlos. Era muito diferente porque na vila a gente só brincava, eu não lembro de fazer outra coisa. Eu lembro que tinha esse conflito, com 13 anos a gente brincava de boneca na rua, mas na escola eu já estava indo para as reuniões dançantes. Era diferente, na vila parecia que eu não tinha crescido, a gente só brincava, descia o morro com carrinho de rolimã. As reuniões dançantes era com o pessoal da escola, em algum salão de prédio de colega rico: ficava uma fila de cadeira de um lado, uma fila de cadeira de outro, os meninos e as meninas, começavam a tocar músicas românticas, Celine Dion e tal, e os meninos pegavam as meninas para dançar e era assim. Às vezes me chamavam, o meu melhor amigo e tal, mas não era sempre.

Com 13 anos saímos da vila, meus pais se separaram e minha mãe alugou um porão no bairro Rio Branco. Foi o que ela conseguiu pagar. A separação foi bem traumática, não só para os meus pais, mas principalmente para mim porque eu era muito apegada a ele. A minha adolescência já não foi na vila, foi bem diferente, foi no bairro. Foi na adolescência que eu conheci a militância, primeiro o anarquismo, os anarquistas, eles eram punks, eu admirava muito eles, usavam moicanos, hoje em dia a gente quase não vê, tinha os bailes undergrounds, só se usava preto e eu estava lá. Eu tinha uma amiga que tinha uma banda, foi um momento muito legal. Era uma vida na vila e outra no São Carlos, depois era uma vida no São Carlos e uma vida fora dele porque esses amigos anarquistas não eram do colégio, eram de escola pública.

Lembro que quando a minha mãe conseguiu alugar lá, porque a minha mãe ficou preparando a separação por um tempo, mas a gente não tinha mesa, ela tinha comprado algumas coisas que era o que dava pra ser na-

aquele momento. E daí quando ela apresentou o apartamento pra nós ela pegou uma das caixas da mudança e ela virou ao contrário, colocou um pano de prato em cima e a gente almoçou lá. Lembro até hoje, era batata frita, arroz, salada, não lembro se tinha carne, devia ter, a gente comeu lá e foi um dos dias mais felizes da minha vida porque a gente ia se mudar e mesmo que fosse daquele jeito, com caixa o importante era que a gente estava se mudando e começando uma nova vida.

Concurso público sempre esteve muito presente na nossa vida, eu lembro da minha mãe falando disso e eu lembro dela estudando de noite, muito: estudava das 4h às 7h da depois ia trabalhar. Ela passou para a prefeitura de Caxias, já estava aposentada, mas tinha mais de 50 anos e no edital dizia que não podia. Aí entrou na Justiça. Ela teve que estudar, passar no concurso, depois de passar entrar na Justiça e deu tudo certo. Aí ela passou e foi ótimo, não demorou muito ela parou de trabalhar de noite.

Ninguém falava sobre raça nesses lugares de militância. Na vila sim, tinha o futebol que nos unia. E o Carnaval. Mas o Carnaval em Caxias era sempre boicotado, acho que nem existe mais. Isso que acontece hoje em Porto Alegre aconteceu em Caxias há muito tempo. Eu sei que tem uma resistência muito grande em Caxias, os pretos de lá estão se reunindo, mas na minha época não tinha isso. Eu não tive esse contato com a minha negritude, eu militava, mas não pela questão racial, eu nem conhecia, nem sabia. É óbvio que eu sabia que era negra, sabia que tinha racismo, de vez em quando a gente sentia isso. Na minha família quase todo mundo casou com pessoas brancas, tirando meus pais, todos os irmãos deles casaram com pessoas brancas. Eu sou a mais escura dos primos.

A gente conhecia a nossa negritude fora da vila da pior maneira, pelo racismo, tanto dentro da nossa família quanto fora. Quem sofreu mais na nossa família foi a minha irmã. Mas o meu apelido, por exemplo, era “feijãozinho”. Um dia a minha avó negra, mãe da minha mãe, ligou lá em casa e perguntou quem era. Eu respondi: “É o feijão”. Ela ficou furiosa, me xingou muito. Meus tios me chamavam assim, mas eu gostava, não sei o que pensava, talvez que, pelo menos, tinha um apelido. Então, só fui ter contato com a militância negra quando vim para Porto Alegre.

Comecei trabalhar com 15 anos, meu primeiro emprego foi numa livraria. Não porque precisasse, mas porque eu queria ganhar o meu dinheiro e achava que isso ia deixar a minha mãe feliz também, foi na época em que minha irmã entrou na faculdade e começou a trabalhar também para pagar o curso. Vim morar sozinha em Porto Alegre com 17 anos. Não tinha máquina de lavar, o apartamento que a minha mãe havia comprado, quando tinha 25 anos, era na zona sul, tinha que pegar dois ônibus para ir ao cursinho, dois pra voltar. Eu lia todas as leituras obrigatórias da UFRGS no ônibus, mas não passei, faltaram alguns pontos para o Direito. Aí fui para Rio Grande, fiz a prova na FURG bem tranquila

e passei no listão, fiz a faculdade lá. A FURG é na praia, o Direito é junto com Oceanologia, eu lembro que fui pra aula toda arrumada e os colegas de chinelo, super tranquilos, tudo muito simples, diferente de Caxias.

Lá eu fui do Diretório Acadêmico, me filiei ao PT, me meti em tudo que podia me meter, mas de novo: ninguém falava de raça. Ninguém me perguntava. Eu tive um colega preto, o “Negão”, que era como a gente o chamava, que teve filho no meio do curso. Éramos só eu e duas meninas, no turno da noite, negras. Na faculdade eu via a diferença do preconceito entre o homem negro e a mulher negra. Por exemplo, o “Negão” foi barrado em muitas festas, inventavam qualquer coisa e ele não entrava. Eu nunca fui barrada em nenhuma festa. Isso dá dimensão da diferença do racismo para o homem negro e para a mulher negra. Não tinha negros, só eu.

Mas a faculdade fez muito bem pra minha autoestima, bem diferente do colégio, outro mundo, foi bem melhor. Lá fazia estágio. Quando saí da faculdade, voltei para Porto Alegre, para fazer cursinho e passar em concurso, não havia outra opção para nós. Eu ganhei uma bolsa da Defensoria Pública e enfrentei um episódio de racismo com uma colega. Foi horrível. Nesse dia eu decidi que a minha militância não estaria mais desvinculada da questão racial. Eu tinha que falar sobre aquilo, eu tinha que conversar, aprender, porque eu não podia mais ser pega de surpresa. Então, eu tinha que colocar a minha negritude na mesa antes que os outros a colocassem. Porque pessoas brancas iriam colocar da pior na maneira, quando elas quisessem, e sempre para me diminuir, embora eu soubesse que não era uma coisa ruim ser negra.

O episódio também me estimulou a fazer o concurso e a passar de uma vez, porque queria provar para as pessoas que eu era capaz. E é muito ruim ter que ficar provando esse tipo de coisa. O Emicida falou que o racismo é uma distração, porque alguém vem e diz que tu não é capaz e tu passa uma vida inteira provando que é, sendo que não precisa provar nada, temos que fazer as coisas por nós, não pelos outros. O racismo tira muito tempo da tua vida, tira energia, pensamento. Foi aí que eu comecei. Comecei a estudar um monte, procurar, ler, ir atrás, comecei a deixar meu cabelo natural. E quanto mais eu ia lendo, mais eu ia me identificando. Antes, o rap me ajudava muito porque o que me dizia como o mundo era lá fora. Porque se aprende na escola que somos iguais, que não há diferenças, que o Brasil é um país maravilhoso, com muitas raças que convivem tranquilamente, e aí vem o rap e mostra que não é assim, que existe racismo. O rap te diz que o negro precisa ser duas vezes melhor.

Os livros também te ajudam, te levam para outro mundo. Ajudam a sonhar. E, sem sonhos, não se consegue seguir. A minha mãe dizia que eu tinha que saber o que queria porque o universo conspirava para que isso acontecesse; se eu não soubesse, o universo ia ficar perdido, não ia saber para onde me levar. Entrei na Frente Quilombola, foi meu primeiro con-

tato com a militância orgânica. Fiquei cinco anos, a Frente Quilombola é um coletivo que luta pela demarcação das terras indígenas e quilombolas. Foi bem na época que eu estava estudando para concurso, então foi difícil porque eu gosto de me dedicar muito para as coisas que faço e não podia.

Advogar não dá dinheiro quando não se tem um pai ou um a mãe advogado, uma família, um escritório. Primeiro que ninguém me contratou. Eu fiz várias entrevistas, saí das entrevistas achando que eu tinha arrasado. Achava que ia bem, sou simpática, passei a vida inteira me relacionando com pessoas diferentes de mim, as pessoas vão poder me conhecer, vão gostar de mim. Não. Uma coisa que eu vi: eu tinha as melhores notas que outras candidatas, estudava em universidade federal, tínhamos o mesmo currículo, tinha passado na prova da OAB antes de todas, mas não fui chamada. Elas foram. Não quero desmerecê-las, de forma alguma, mas é um fato. Advoguei por conta própria durante um tempo e foi horrível, sofri muito preconceito nas audiências. Até entrar no Fórum era horrível, eu nunca era a advogada, sempre tinha que mostrar a minha carteirinha, por mais arrumada que fosse. Foi bem traumatizante.

Quando ia fazer o concurso para a Procuradoria do município de Ivoti surgiu o TRT. Minha irmã me ligou dizendo para fazer o TRT porque o salário era melhor e que tinha cotas. Nessa época a minha irmã tinha passado para Oficial Escrevente no Tribunal de Justiça e ia estudar comigo para fazer o concurso também. Antes do resultado, a minha amiga que tinha feito o concurso em Ivoti passou em primeiro lugar, ingressou como Procuradora do município e me chamou como advogada para um cargo de confiança. Viu como é bom ter quem indique? As pessoas brancas têm isso. Trabalhei como advogada do município de Ivoti. Apesar de ser uma colônia alemã, de ouvir piadinhas e tal, não tem comparação com Caxias. Foi muito bom, trabalhei lá até sair o resultado do TRT: a gente escolheu preferencialmente a cidade de Caxias do Sul porque achava que os negros não iam querer ir para lá. Passamos como técnico e analista, eu fui melhor para analista, ela para técnico.

O TRT chegou para mim num momento que eu tinha passado por uma grande decepção amorosa, eu estava bem mal. Eu era um pano de chão, havia fica muito mal, já tinha passado por outras decepções amorosas, mas nessa eu tinha ficado bem mal porque eu tinha investido tudo nesse relacionamento, então eu estava sem dinheiro, sem nada. Tinha saído da prefeitura de Ivoti, gastei minha rescisória e tudo, já estava quase fazendo concurso para serviços gerais e aí veio o e-mail: algumas cidades boas, outras nem tanto. E a minha irmã já estava no TRT, foi chamada em dezembro de 2016, ligava todo dia para saber se iam me chamar. Fui nomeada no dia 8 de maio de 2017 e meu primeiro dia de trabalho foi no dia 10. No dia do meu aniversário.

A minha recepção no Tribunal foi maravilhosa. Eu estava muito feliz

até para levar aquele monte de documento que tinha que levar, eu estava radiante. Era eu e mais uma pessoa negra. Assumi na 3ª Vara de Canoas.

Eu já falei que era cotista desde o início, falei que negra e dos movimentos e tudo. Não tinha ninguém da minha família no Direito, a minha irmã foi a primeira pessoa, mas ela nunca advogou, foi direto para concurso público. Eu advoguei e foi muito ruim, de 2013 até 2016. Nesses três anos eu tive cinco processos, três eram da minha família, uma era uma pensão alimentícia que eu resolvi em uma audiência e ganhei quinhentos reais e o outro eu nem lembro o que foi, mas também foi coisa simples. Então, eu estava com essa angústia de só fazer alvará em Canoas. Não era para isso que eu tinha estudado Direito, fazia muito rápido, aprendi os cálculos. Apareceu uma oportunidade de trabalhar em gabinete, fiz a prova, fiquei em segunda mas a primeira colocada não deu certo. Estava pegando um monte de coisa, Comitê de Equidade, coletivos, tudo que eu queria era voltar a Porto Alegre.

Nesse meio tempo me candidatei para uma vaga no Comitê de Equidade através do Coletivo Negros. Eu já estava ali trocando ideias, na Semana da Consciência Negra em 2017, foi muito legal, teve o Rafa do Rafuagi, teve o Orgulho Negro, teve a doutora Karen, o doutor Osvaldo, nunca tinha visto um advogado negro como ele, em Rio Grande meus professores não eram assim. Aquele dia foi histórico. Fui eleita sem dar chance para a concorrência. Foi um dos melhores dias da minha vida, fiz trezentos e tantos votos, fiquei muito feliz. Eu já estava integrada com o Coletivo Negros, com o coletivo Diversidade e com o Viva Voz, do sindicato, que foram os responsáveis pela minha eleição, porque as pessoas trabalharam pela minha candidatura.

O primeiro ano do Comitê foi muito legal, mas muito difícil. Eu estava muito empolgada, muito feliz e cheia de ideias. Foi difícil até pela forma como o Comitê se estruturou ali e, também, porque logo tivemos um caso de racismo por parte de um servidor. O colega postou em um grupo de WhatsApp do Tribunal falando mal do cabelo de um jogador negro, dizendo “onde esse negro pensa que vai com esse cabelo?”. Aquilo foi um negócio que nos afetou bastante. Ali a gente vê o início do racismo estrutural, porque acionamos a instituição e não tivemos o apoio que gostaria de ter tido num primeiro momento. No próprio Comitê teve muita gente dizendo que isso acontece, que tinha sido só uma brincadeira. O sindicato nos apoiou. A gente fez um debate, chamou várias pessoas para discutir e foram alguns juízes. Ali começamos a ver quem estava nos apoiando e quem não estava.

Acho que o Tribunal é um exemplo de como se pode lidar com as questões raciais, embora possa melhorar muito ainda. Vejo pessoas muito engajadas no Tribunal. Porque, pelos relatos que ouço, o Tribunal sempre lidou muito mal com os servidores que sofriam racismo. Eu percebi

quando um colega nosso xingou nossos cabelos no grupo de WhatsApp do Tribunal. Mas eu tenho muito orgulho dessa gestão e das mulheres do Tribunal, das desembargadoras e das juízas que estão mais à frente dessa questão agora. Com relação à formação, que é uma coisa muito importante, minha avaliação em relação ao TRT é 100%. O Tribunal ter feito o Comitê, ter feito a Escola Judicial. A gente só não pode esquecer que tudo isso, eu insisto, não é o Tribunal, são pessoas que estão dirigindo este Tribunal. Aí que vem o racismo estrutural, não é só a instituição que é racista, ela é comandada por pessoas. Essas pessoas que estão representando uma instituição é que têm que ter consciência de que estão representando uma instituição e que essa instituição tem que lidar com o seu racismo, que está além delas.

Porque as pessoas levam muito para o lado pessoal, quando precisam entender a estrutura e lidar com o seu racismo. A estrutura tem uma perna quebrada e as pessoas têm que lidar com essa perna, tratar essa perna até que possa voltar a andar, e isso sim eu acho muito revolucionário. Toda essa construção é coletiva, a gente realiza atividades como a primeira Semana da Consciência Negra, primeiro e segundo Fórum de Educação Anti-racista, quando é chamado no CNJ, quando vira referência, aí percebe que as coisas estão funcionando mesmo. E não foi o TRT, do nada, que deixou de ser um CNPJ racista. Foram as pessoas comprometidas com aquela causa. A minha nota para a instituição é 100, mas para as pessoas que, de fato, estão por trás dessa instituição, e de fato se comprometem com ela, é mil.

A live do Emicida foi um dos melhores momentos dentro do Tribunal que já vivenciei, orgulho, sabe, parece que ele era o nosso irmão mais velho que estava ali e que podia conversar com as outras pessoas e que elas estavam entendendo o que a gente estava falando há muito tempo e que tocou o coração das pessoas com amor. É isso que eu acho que ele está fazendo agora e que é tão revolucionário e que a Lélia Gonzalez [escritora] já nos dizia um pouco sobre isso. Se eles são violentos, a gente tem que ter amor; se eles são pelo individual, a gente tem que ser pelo coletivo; e, às vezes, é muito difícil por a gente está sendo violentado. Mas é isso, tem formas e formas de lidar com isso, agora com quem quer estar junto contigo, está disposto ali a construir é amor e o amor é revolucionário. Eu acho que ele trouxe isso, eu fiquei muito feliz, acho que a gente não poderia ter feito evento melhor. Agradeço muito a Instituição por ter propiciado o momento.

Outro momento importante foi quando o [Projeto] Pescar me chamou pra ser a professora homenageada, eu fico até assim de falar professora porque eu nunca fui professora. Eu fiquei muito emocionada por falar com eles e essa nova geração a gente pensa que eles tão lá viajando só querendo saber de tecnologia e eles estão voando e eles passaram e a gente nem viu.

A Justiça deveria acabar com a terceirização. Porque a gente vê onde

estão os negros no Tribunal, estão no serviço terceirizado. Isso está bem claro: a maioria dos negros e negras que são mais velhos aqui no TRT, entraram no Tribunal em concursos para cargos que, hoje, são terceirizados. Então, essas pessoas não estariam aqui se naquela época fosse assim. Porque a gente pode não ter curso superior, pode não ter os cursinhos, tudo que as pessoas brancas têm, mas temos outros conhecimentos. Precisamos ver as pessoas com todas as suas potencialidades. A partir das cotas, ingressaram aqui pessoas com outros discursos. Pessoas que entraram no concurso para serviços gerais, olha onde elas estão agora. E acho que as pessoas negras como um todo, por terem vindo de comunidade, por terem essa vivência coletiva muito forte, podem contribuir com o Tribunal.

Eu queria dizer uma coisa que aprendi com o Emicida: que a gente entra no Direito para mudar o mundo e nem sempre consegue. Mas, se a gente não pode mudar o mundo, pode mudar os mundos. Os seus mundos e os das suas famílias. Então, vamos focar no pequeno, nos mundos que a gente pode mudar e fazer isso. Lembrem que o racismo diz mais sobre quem é racista do que sobre vocês. Não fomos nós que criamos o racismo, não somos nós que nos beneficiamos do racismo, então não somos nós que temos que carregar sozinho esse peso, esse fardo. A gente tem que existir, muito antes de resistir.

NASCIMENTO: 20/02/1990
LOCAL: JUIZ DE FORA/MG
ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA
JUDICIÁRIA
INGRESSO: 29/05/2018
LOTAÇÃO: GABINETE DE
DESEMBARGADOR



DOUGLAS ANTÔNIO DA SILVA

Meu nome é Douglas Antônio da Silva, tenho 30 anos, pele negra. Estou vestindo uma camisa polo cinza com alguns detalhes em preto.

Tive uma infância rodeada de familiares, muitos primos. A família do meu pai é muito grande, a da minha mãe também, então tive uma infância com muitos familiares. Em Juiz de Fora (MG). Como bom brasileiro, gostava de jogar futebol. Como dizia minha mãe, eu era um moleque de rua, ficava muito tempo na rua, aproveitei bastante a minha infância. Morava num bairro tranquilo, com pouca violência, então brincava com meus colegas na rua mesmo. Eu tenho uma irmã mais nova, a gente se relaciona muito bem. Morávamos com meus pais, nós quatro.

Eu era uma criança muito agitada. Teve uma vez que minha mãe me pediu que eu tirasse o uniforme, que recém tinha comprado, para brincar na rua. Nisso eu fui descendo de carrinho rolimã, Juiz de fora é uma cidade com muitos morros. E a gente juntava os carrinhos de rolimã e ficava uma espécie de trem, e nessa vez, quando vimos, a gente se deparou com um caminhão, tivemos que jogar o carrinho para o lado e capotamos. Quando vi, minha bermuda estava rasgada. Foi difícil explicar em casa. Também tenho uma cicatriz no braço em razão dessas brincadeiras de rua.

Meu pai se chama Edivan e minha mãe, Lyllian. Meu pai é um homem muito trabalhador, uma pessoa que eu admiro bastante. Sempre foi uma pessoa que se preocupou bastante com a família e por isso sempre teve poucas oportunidades profissionais. Para que ele pudesse cuidar dos pais dele, abriu mão de ir embora para outras cidades, em busca de oportunidades mais interessantes. Sempre foi muito querido pela família dele. Atualmente ele é porteiro e tem formação de técnico em mecânica.

Quando eu era criança ele trabalhava em uma empresa que produzia

insumos para hospitais. Logo depois ele saiu e foi comerciante, dono de um bar. Em 2002 ele fechou o bar e virou porteiro noturno de um edifício-garagem em Juiz de Fora. Minha mãe também é muito trabalhadora. Na verdade, os dois se esforçaram muito para que tivéssemos a condição que nós temos hoje. Quando eu nasci minha mãe ainda não trabalhava. Quando o pai teve um bar, ela auxiliava. Depois, foi trabalhar de doméstica e se mantém até hoje na mesma casa, há 16 anos. Ela sempre foi muito presente em relação à nossa educação, sempre cobrando muito eu e minha irmã. Sempre fez tudo por nós. Meu pai tem ensino médio completo e minha mãe, ensino fundamental incompleto.

Sou de família simples. Nunca passamos dificuldades, de não ter o que comer, mas éramos simples. E a única herança que os pais podiam me dar era o estudo. Meu pai dizia que ele tinha que ser melhor que o meu avô e que eu deveria ser melhor que ele. Então ele me deu isso, essa benção que eu tive, de poder estudar. Ter tranquilidade para fazer isso. Tinha pessoas na família do meu pai que estavam em melhores condições e nos mostraram que o estudo era importante. E que poderíamos quebrar esse status social pelos estudos. Eu tinha um primo que me espelhei nele. Ele se formou em Medicina e, durante um tempo, moraram no mesmo prédio que a gente. Eu vi como as coisas deram certo porque ele se dedicou. Então, o estudo foi fundamental para eu mudar de história. Hoje eu agradeço por meu tio e meu pai terem me enchido a paciência sobre essa questão do estudo.

Eu tenho na minha história uma ligação com a religião e, na adolescência, comecei a questionar a religião, no meu caso a Adventista, se era uma coisa de tradição ou se eu de fato acreditava. Então, eu entendi que era algo que eu acreditava, mesmo que com uma certa dúvida. Mas então a minha adolescência sempre foi marcada por muitas atividades na igreja, sempre com amigos participando de eventos. Cantei por muitos anos no coral. Tinha ensaio, mas também era o momento de encontrar os amigos, de paquerar. Vivi momentos muito legais porque fui pra locais que talvez eu não tivesse conhecido se não fosse por causa do coral.

Eu sou casado com a Ingrid, moramos em Porto Alegre. Eu estudei em um colégio de aplicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, o João XXIII. As vagas eram por sorteio, 90 alunos eram sorteados todo ano. Quando entrei, o colégio era de muita referência. Teve uma vez que aprovou 85% dos alunos na universidade federal. Mas quando passei para o ensino médio, o nível de qualidade caiu devido às reformas que o governo fez. Então, no meu período da primeira série até o terceiro ano do ensino médio, eu convivi com seis greves. A greve que mais me marcou foi no primeiro ano do então segundo grau. Foram três meses de greve, ia fazer um processo seletivo para o vestibular. Eu lembro que, em matemática, estudamos apenas uma semana para fazer a prova. A escola era boa em relação às outras escolas públicas, eu não podia reclamar. Tinha

estrutura, tinha bons professores. Mas em relação aos colégios privados, ficava meio defasado por causa das greves. No primeiro ano minha nota foi muito ruim.

Eu entrei no João XXIII com sete anos e saí com 17. Não era perto da minha casa, eu pegava duas conduções para estudar. Ou eu ia de bicicleta ou ia de ônibus, a pé o restante, ou pegava carona com o pai de algum amigo. Foi um período de amizades que duram até hoje. Da primeira até oitava série a turma se manteve, então o laço foi aumentando. E no segundo ano foi uma nova experiência, eles mesclavam as três turmas por série. Foi o primeiro contato, por assim dizer, de você combater o sistema. Boa parte da minha vida eu não fui um bom aluno. Queria brincar e me divertir. Como o ensino era forte, tive muita dificuldade nos dois primeiros anos e estava sempre em reforço ou em recuperação, principalmente matemática ou português. Ao longo do ensino fundamental comecei a ficar mais estudioso porque entendi aquilo que meus pais falavam, de mudar a minha história pelo estudo. Fui muito bem na oitava série. No segundo ano eu engrenei. Sou uma pessoa muito esforçada, muito disciplinada. Eu comecei a entender que para ter um futuro melhor eu precisava estudar.

Eu sempre fui uma pessoa bem conservadora, sempre tive medo de mudanças. Se achar que uma coisa está boa, tenho dificuldade de mudar. A minha esposa fala assim: “deixa o cabelo crescer, deixa um *black*”, e eu tenho receio, dá trabalho cabelo grande, prefiro cabelo raspado, é mais fácil. Era uma criança magra mas, no início da adolescência, comecei a engordar e não me achava bonito ou atraente. Quando tinha 18 anos eu já pesava quase cem quilos, eu que tenho um metro e sessenta e oito. No início até não me incomodava, mas depois, com o julgamento das pessoas, me dizendo que eu estava gordo, aquilo foi entrando. E a pessoa só muda quando aquela coisa incomoda. Não adianta alguém falar, aquilo precisa de fato ter alguma relevância internamente. Ao longo da minha adolescência começou a me incomodar, ainda mais no início da paquera. Consegui emagrecer 26 quilos depois que comecei a fazer exercício físico. Isso foi uma coisa que ficou até hoje, gosto muito de praticar exercício, me ajudou a ter disciplina. Ajudou quando comecei a estudar para concurso público, saber que aquilo não era uma coisa imediata e sim para longo prazo. Foi nesse período que eu comecei a aprender isso. O emagrecimento, a reeducação alimentar, me ajudaram também na questão profissional. Quando eu estava na faculdade comecei esse processo de atividade física e emagreci. Eu me matriculei em uma academia, cuidei da minha alimentação, sem orientação profissional, e pratico exercício físico diariamente.

A escolha do curso para mim foi muito fácil. Desde os 15 anos eu queria fazer Direito, sempre muito influenciado pela minha família. Eu tinha um tio que falava que Direito era muito bom, que iria abrir um leque muito grande, que oferecia uma boa remuneração. Aquilo me encheu os

olhos, então desde cedo eu tinha essa convicção de querer fazer Direito. Mas fui reprovado no primeiro vestibular que fiz. Foi uma experiência bem difícil, eu chorei muito quando vi a minha nota. Fiquei bastante triste. Porque, de certa forma, já vinha sendo um bom aluno no colégio, com boas notas, há alguns anos, mas em virtude de todas aquelas greves no colégio eu não passei. Foi uma frustração e, ao mesmo tempo, um sonho muito grande conquistar aquele objetivo. Fui para um cursinho e, naquele ano, foi o período em que mais estudei na vida.

Foi muito gratificante ter aquela sensação de que o esforço valeu a pena também porque fui o primeiro da família a ter entrado em uma universidade. Foi em 2008. Meus pais sempre fizeram de tudo para dar o de melhor para mim e para minha irmã. Graças ao esforço deles hoje nós temos condições profissionais e financeiras muito boas. Minha irmã também é concursada pelo Tribunal Regional Eleitoral, ela também cursou Direito e estudou na mesma instituição que eu. Meu pai teve a sorte de conseguir a vaga no Colégio João XXIII, tanto para mim quanto para ela. Meu pai trabalha até hoje, das seis da tarde às seis da manhã. Naquela época já fazia isso, depois ainda voltava na garagem para lavar carros e complementar a nossa renda. Minha mãe saía cedo de casa e voltava para preparar comida e fazer outras coisas. Então, para nós, essas aprovações sempre foram conquistas muito grandes.

Na universidade, naquela época, já havia o sistema de cotas. Era para negros de escola pública ou para pardos e indígenas. Eu entrei utilizando esse benefício. Lembro da discussão muito grande, das reportagens criticando a política de cotas, que alguns não iriam acompanhar o ritmo desses cursos. Mas na faculdade nunca tive problemas de defasagem em matérias. Acredito que exista o merecimento, sim, mas também que as pessoas devem partir de pontos iguais ou ter as mesmas oportunidades. E naquele tempo eu não tinha. A maioria dos meus colegas vinha de escolas particulares, caras, renomadas. E não tinha comissão de avaliação, era auto declaração. Muitos que se declararam negros, na verdade não eram. Sei disso porque eu havia ficado em segundo lugar, por meio ponto, no sistema de cotas e queria conhecer quem tinha ficado na minha frente. Esperava conhecer alguém com a cor da minha pele ou até mesmo mais negro do que eu mas, na verdade, quando vi, não era nada disso. E eu nunca vi ninguém discutir a respeito disso. De certa forma eu tinha uma sensação de inferioridade socioeconômica, eu estava preocupado com o futuro, então ficava evitando esse tipo de conflito para não acarretar nenhum prejuízo pra mim. A faculdade pública de Direito era muito elitizada, eu dependia do transporte público e tinha colegas que pagavam no seguro do carro o mesmo que meus pais ganhavam no mês. Eu fui vendo que existia o racismo, mas aquilo não me abalava. Eu sabia da minha capacidade, ia em frente. Mas muitas vezes, na faculdade, deixei de fazer

uma coisa ou outra por me sentir inferiorizado.

Quando entrei na faculdade, eu tinha um sonho de ser juiz. Mas ao longo do curso eu falava que não era para mim, tinha que estudar muito. Fui desconstruindo certas coisas ao longo do tempo, só que essa desconstrução é recente. A minha experiência de concurso público me levou a entender que, para mim, foi o melhor caminho. Porque, como eu não tinha muitos recursos financeiros, a maneira como fui avançando, de maneira gradual, do mais fácil para o mais difícil, foi boa. Porque foi me dando confiança. Talvez se eu tivesse feito Direito, um concurso pra magistratura, e se não tivesse passado, pudesse ter perdido o rumo. Então, foi interessante o caminho que trilhei. Fui técnico durante dois anos no Rio de Janeiro. Depois consegui passar no concurso de analista. E quem sabe, no futuro, eu consiga chegar ao cargo que sonho.

Juiz de Fora é uma cidade muito próxima do Rio de Janeiro, mais do que Belo Horizonte. Na época eu comecei a focar na carreira trabalhista. Então, quando me formei, meu sonho era ser analista de um Tribunal do Trabalho. Comecei a estudar nesse período. Eu me formei em fevereiro de 2014 e os maiores tribunais haviam feito concurso em 2013, então havia uma escassez de certames na área trabalhista. Fiquei mais ou menos um ano e meio estudando. O primeiro concurso que eu fiz foi para o Tribunal Regional de Minas Gerais, um ano e meio depois de me formar. Eu estudava em tempo integral. Eu fiquei atento a outras provas. Eis que surgiu o concurso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para Ensino Médio e Ensino Superior. Saiu numa data para técnico e depois para Oficial de Justiça. Eu não queria para técnico. Qual foi a minha ideia? Eu vou estudar bastante para técnico, fazer a prova e ensaiar para a prova de Oficial, que ia ser uns dias depois. Mas eu não estava muito animado para fazer. Fui bem tranquilo na prova de técnico e focado na de Oficial Justiça. Aí acabei passando na de técnico e não passei para Oficial de Justiça. Comecei a trabalhar com 25 anos, passei em técnico judiciário no Rio de Janeiro, foi a primeira vez que saí de casa, meu primeiro emprego, muito melhor que da minha mãe, melhor que o do meu pai. Até essa idade nunca precisei trabalhar.

Demorei quase um ano para ser nomeado. Na verdade o dinheiro que eu tinha guardado durante o estágio na faculdade estava acabando e eu já estava ficando chateado. Até falei, “vou largar tudo e vou advogar”, até que meu pai disse para eu estudar mais um pouco e uma semana depois eu fui chamado e nomeado para o Tribunal de Justiça do Rio. E foi muito bom, porque foi o salário do TJ do Rio que me proporcionou estudar para esse concurso de analista daqui, foi esse salário que me manteve durante esses dois anos e meio.

Antes do Tribunal eu tive poucos trabalhos. Teve um projeto da faculdade, de correção de provas do ensino básico, em que eu participei nas férias, corrigindo esses testes. Antes, passei um período na fábrica de

sapatos do meu tio, ajudando. Então, era sempre assim, trabalhava nas férias, temporário. E também, antes do serviço público, eu fui estagiário da Advocacia Geral da União e do Ministério Público. Fiquei na AGU um tempo menor e, no MP, um pouco mais. Foram experiências muito boas. Eu confesso que até um pouco antes minha vontade era de ser procurador federal, por causa dessa experiência na AGU. Tive a oportunidade de trabalhar com dois procuradores federais. Todos dois eram muito bons profissionais, que me incentivaram, um deles estudava para ser juiz federal, me deu livros, compartilhava material de estudo. Foi muito legal. E pude conhecer uma área que, até conhecer o Direito do Trabalho, era a que eu queria seguir. Depois eu saí da AGU e fui chamado para o Ministério Público. Ali no MP fiquei até me formar.

Quando eu saí da faculdade tinha aquela vontade de ser juiz do trabalho. Saí com essa ideia, então eu tinha que fazer carreira trabalhista e o primeiro degrau era ser técnico ou analista. Mas eu queria analista porque precisava de um tempo maior, para ter estrutura. Eu precisava de uma carreira com um salário melhor, com uma estrutura melhor, para estudar. Aí veio a ideia. Eu só optava pelo analista no lugar do técnico porque era no mesmo horário. O primeiro concurso que eu fiz foi pro TRT de Juiz de Fora, o meu sonho era o TRT da minha cidade, mas eu não fui muito bem no português. E lá no concurso eu escolhi Belo Horizonte, onde teve a nota mais alta. Dois meses depois foi aqui no Rio Grande do Sul, aí eu passei. Fiz o concurso do TST em 2017, também e passei e disse “vou para Brasília”. Mas aí fui nomeado no TRT-4 em Tramandaí.

Quando eu fui nomeado foi o acontecimento “Top 5” da minha vida. Eu já estava esperando há dois anos e meio. Foi demais a reação da família. Eu tinha dado a notícia por telefone. Pai e mãe chorando, uma alegria total. Mesma coisa quando vim trabalhar gabinete de desembargador, ele também não deixava eu contar para as pessoas. No início foi complicado em relação à mudança e adaptação ao clima. Eu não tinha roupa quente. Depois foi muito bom. O ambiente de trabalho era tranquilo. A cidade também. A chefia me auxiliava no que precisava porque era o meu primeiro contato com processos trabalhistas. Quando eu cheguei lá, em virtude da minha experiência no Tribunal de Justiça no Rio, havia uma demanda para que fossem reduzidos os processos que estavam em execução, eu fique nessa função de despachos e execução. A minha vinda para Porto Alegre se deu por questões pessoais, porque eu estava bem adaptado no Litoral. A minha esposa é dentista e estava com dificuldade de arranjar trabalho por lá. Surgiram possibilidades em Porto Alegre, inclusive na clínica em que ela trabalhou no Rio. Havia possibilidade aqui. Ela também fazia algumas cadeiras do mestrado em Porto Alegre, duas ou três vezes por semana. Isso ficou cansativo. Ficamos em Tramandaí de maio de 2018 a outubro de 2019.

O ingresso pelas cotas foi uma experiência nova. Fiz uns cinco ou seis concursos para TRTs, até concurso para o TST, e a comissão era sempre formada no momento da nomeação. Depois eu percebi que mudaram isso, a comissão fazia a avaliação antes da homologação do concurso. Foi algo novo. Eu participei, tanto aqui no TRT quanto no TST, da análise fenotípica do candidato. Fiquei nervoso e curioso, mas foi bem tranquilo. Fizeram perguntas simples, de âmbito pessoal, de identificação. É estranho porque nunca tive problema de me identificar negro. É uma questão diferente quando as pessoas avaliam o quanto eu sou negro ou não. Foi intrigante no início, mas foi tranquilo.

Em virtude da minha família, sempre me vi como negro. Mas à medida que a gente vai amadurecendo, vai começando a perceber algumas coisas. Eu nunca tive experiências expressas em relação a isso. Talvez porque o racismo tenha estereótipo, não sei, eu nunca sofri muito com isso. Mas já senti muitas vezes um racismo velado. Na faculdade, por exemplo, ao perceber que alguns colegas me descreditavam pela cor da minha pele. Eu também tinha que trabalhar em algum projeto para ganhar uma bolsa de estudos, enquanto outros colegas não precisavam, tinham tempo de sobra para se dedicar à formação. Eu ficava um pouco com raiva dessa desigualdade. Sentia essa coisa, mas muito sutil. Hoje fico mesmo é com medo de algumas coisas, de sofrer racismo mesmo.

E quando eu vim para o Rio Grande do Sul fiquei muito com o pé atrás. Tinha ouvido muitas coisas. “Ah, você vai para um local muito racista, onde tem muitas pessoas de pele branca e as pessoas vão te discriminar por isso”. Eu fiquei temeroso quando cheguei. E existe uma peculiaridade na minha vida pessoal: a minha esposa é branca. Depois que a gente já estava casado, ela falou para mim de pessoas que foram até ela questionar: “por que você está namorando esse menino?” Ou que foram falar para o pai dela: “tua filha casou com um moreninho, com um escurinho, com um mulatinho”, esse tipo de coisa. Então, sempre foram os outros, eu sempre lidei bem com essa questão. Esse fato que a minha esposa me relatou atingiu ela também. Infelizmente isso existe, mas eu sou uma pessoa que, se falarem que eu não consigo, aí eu vou mostrar pra ela que eu consigo. Por vezes isso é o meu combustível. Tenho percebido também que a instituição se preocupa com essa questão. Não é à toa esse projeto. Isso é muito importante.

Por que esse debate precisa ser colocado em pauta. Somos muito preconceituosos, com muitas coisas. Um país muito machista, que discrimina as pessoas deficientes e também pela sua cor de pele. A gente sempre ouve que a região sul, pela colonização europeia, é mais racista e preconceituosa. Mas aqui no Tribunal há uma promoção maior sobre essas questões. Hoje me sinto confortável em trabalhar aqui. Me sinto protegido porque tem pessoas que estão lutando nessa causa. Meu desejo

é ver não só nessa, mas em todas as instituições mais pessoas negras à frente de cargos importantes porque isso, no Brasil, ainda é muito raro. Sofremos muito pela questão racial. Os dados da Covid-19, por exemplo, mostram que a maioria das vítimas fatais são negras. Queremos que haja igualdade. Que as pessoas não sejam julgadas pela cor da sua pele.

É difícil a gente ver negros em cargos importantes no Brasil. Quando vê, vira notícia. Fiz uma pesquisa informal em jornais de relevância do nosso país e descobri que 2% dos magistrados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul são negros. No Brasil, são 16%. Professores universitários são em torno de 13%, parlamentares em torno de 10%. Tirei esses dados de jornais conhecidos. Mas a população negra é superior a 50%. Então, o problema não é o racismo e sim dizer que não existe o racismo. Porque dessa forma a gente não enxerga o problema e não pode atacá-lo, sem que o vejamos. Em virtude dos meus estudos, hoje eu consigo perceber isso. Eu vejo onde estão os negros. Cadê os negros nos cargos mais importantes do país? Assim como as mulheres, que também não estão. É um ou outro, quando a gente vê vira matéria. É difícil romper com o sistema, o esforço tem que ser muito maior para romper nossa estrutural social.

Nosso país coloca nossa autoestima lá embaixo. Então, muitos desses pensamentos surgiram disso mesmo, de nos sentirmos inferiorizados, de nos sentirmos incapazes, de achar que não vamos conseguir porque é difícil demais. Muito em virtude desse sistema. Onde estão os alunos negros? Estudando em periferia, com professores de salários baixos. Eu tive o privilégio de estudar numa escola pública boa. Mas no bairro onde eu morava, a escola de trás da nossa rua era extremamente precária. Não tinha nem giz para os professores. Isso é uma violência. E o que ocorre é isso: os negros encontram ocupações profissionais muito abaixo do que a maioria das outras pessoas.

Eu acredito que haja total relação entre raça, classe e oportunidade no nosso país. A maioria das pessoas de baixo poder aquisitivo são negras. Muito em virtude da falta de oportunidade, do meio onde elas se encontram. Isso tem influencia. Nem todos conseguem romper essa estrutura. Quando eu estava na Universidade estudava Direito Penal e tinha um livro do Luigi Ferrajoli [jurista italiano] em que ele dizia que as pessoas eram penalizadas pela questão do estereótipo mesmo, é muito mais fácil um negro ir para a cadeia do que um branco. Então, quando me deparei com essas coisas foi um choque. A gente vê que as pessoas também são julgadas pela aparência. E nós estamos aí para romper com esses paradigmas, quebrar com essas lógicas.

Tenho me preocupado ultimamente com essas questões, de conscientizar as pessoas ao meu redor para que elas possam ver de maneira diferente o que acontece. O fato de eu estar ocupando um cargo público tem um pouco disso, sim: oportunidade. Ser servidor público é sinônimo de que alguma

coisa aconteceu na minha vida e isso me leva a algumas reflexões. A minha nomeação, por exemplo, me realizou pessoalmente. Mas a maioria das pessoas não tem essa possibilidade, de trabalhar com algo que gosta. Eu sou bem remunerado por isso. A gente tem um diferencial em relação à população brasileira e tenho consciência disso. Eu sei o que vivi. O que eu recebo por mês é praticamente o que a minha mãe recebe por ano. Então, eu não sei o quanto eu me sinto abençoado. E agradeço a meus pais por isso.

Foi uma surpresa muito positiva quando eu cheguei no TRT e eu vi que o Tribunal é engajado em muitas frentes. É bastante engajado na questão ambiental. O Comitê para mim é muito importante. É preciso dar oportunidade e respeito a negros, pessoas com deficiência, os LGBTQ+. Eu vejo muita ação do Comitê. E é preciso que a gente mostre. É preciso que a gente dê voz para as pessoas que ficaram muito tempo à margem. A gente fica feliz e orgulhoso de trabalhar num instituição assim.

Para os mais jovens, eu digo: se dedique, trabalhe, mostre o seu valor. Não se deixe intimidar por causa do seu tom de pele ou porque alguém falou alguma coisa. Acredite no seu potencial. A gente precisa acreditar no nosso potencial, saber que somos importantes para a instituição e para o trabalho em geral. Estamos todos no mesmo barco e precisamos nos orientar e caminhar para que cada vez mais tenhamos a presença marcante de servidores negros em postos importantes, tanto no Tribunal como no serviço público e em carreiras privadas do nosso país.

NASCIMENTO: 01/07/1991
LOCAL: PORTO ALEGRE/RS
TÉCNICA JUDICIÁRIA, ÁREA
ADMINISTRATIVA
INGRESSO: 07/01/2019
LOTAÇÃO: GABINETE DE
DESEMBARGADOR



PATRÍCIA ANTUNES FARIAS

Meu nome é Patrícia Antunes Farias, sou uma mulher negra, tenho cabelo crespo da cor preta, cacheado, eu diria que da altura do ombro, curto, e olhos pretos.

Eu nasci em Porto Alegre, minha mãe e meu pai são de Porto Alegre, meus avós são de cidades do interior do estado e meus pais se conheceram bem jovens, tiveram a minha irmã, lá pelos 18 anos – eles têm a mesma idade, e logo em seguida se casaram, meu pai entrou no serviço militar, minha mãe foi trabalhar em outras áreas, e um tempo depois meu pai foi transferido para o Pará, prestando serviço militar. A minha irmã já tinha uns cinco anos quando ele foi transferido para Marabá. O casamento não deu certo, minha mãe descobriu que estava grávida e optou por voltar para Porto Alegre, mesmo com uma filha pequena, esperando outra e sem trabalho e sem casa. Sempre moramos juntas, eu, minha mãe, minha avó e minha irmã. E meu pai, depois de um tempo, retornou a Porto Alegre também, já na minha adolescência.

Eu morava no bairro Jardim IPE. Não brincava na rua, sempre fui medrosa e caseira, até hoje sou. Brincava mais em casa, via muita televisão, desenho animado, é minha paixão até hoje – desenhos e heróis. Foi mais ou menos nessa época da infância que a gente se mudou para o apartamento que a minha mãe comprou, no Morro Santana. Ela quis uma casa própria e comprou um apartamento, sabia que ia ser difícil pagar, mas foi atrás e comprou. Hoje eu moro no mesmo bairro onde a mãe comprou o apartamento, ela mora no outro lado da rua. A escola era bem perto, talvez uns 15 minutos a pé, bem devagar. Era onde minha avó me levava quase todos os dias. Minha ligação com ela era bem de filha mesmo, não imagino uma outra ligação que não essa. Nós víamos programas de TV

juntas, a gente gostava dos mesmos programas, ela cozinhava e limpava a casa, me levava e buscava na escola, eu estava sempre com a minha avó.

Por um tempo a gente morou na casa de uma irmã da minha avó, que vivia sozinha na época. Então, até meus cinco anos a gente morou ali, “de favor”, e a minha avó cuidava da gente enquanto a minha mãe trabalhava. Ela trabalhou de digitadora, de ascensorista, depois passou a fazer um curso técnico de enfermagem e hoje ela ainda trabalha na área da saúde. Eu acho a minha mãe muito corajosa. Primeiro que é contra as estatísticas, querer se separar, ela já sabia que estava grávida, falou pro meu pai, particularmente eu não sei bem como foi isso, mas ela veio e detalhe, muitas das viagens levavam dias ou de ônibus ou avião, eu não sei como ela veio, mas a minha avó, quando foi lá visitar, foi de ônibus, e eram muitos dias de viagem.

Mas a minha mãe veio pra cá, ela é daquelas pessoas que sinceramente, só conhecendo. Ela chega num lugar ela já faz amigos, já tem melhor amigo, já vira anfitriã da festa, ela é muito corajosa. Ela já chegou pedindo pra trabalhar. Claro que ela estava grávida, mas ela sabia que precisava trabalhar e sempre trabalhou muito, acumulando três trabalhos diferentes, às vezes passando quase a semana fora, trabalhando de dia e de noite, ainda hoje. Então ela sempre foi muito batalhadora.

Ter a casa própria significa segurança, tem que ter estabilidade em algum ponto. Na tua moradia, no lugar em que vais ficar, algo nesse sentido, e eu acredito que é o que eu fui aprendendo. Porque eu lembro, quando a gente se mudou, eu não fazia a mínima ideia, quando nós vimos o condomínio pela primeira vez, ele ainda era barro, tinham poucas construções, e a minha mãe comemorava muito aquilo. E quando a gente foi visitar a casa, eu tenho uma vaga lembrança, eu era bem pequena, tinha alguma estrutura já assim, e ela estava muito feliz, fazendo planos. E quando a gente se mudou pro apartamento, nós não tínhamos todos os móveis. Na sala nós tínhamos cadeira de praia, uma cadeira alguém doou, outra era doada, era uma coisa assim, tinha uma cama de casal, dormíamos eu e minha avó, e minha mãe e minha irmã dormiam em um colchão.

Foi toda uma construção do momento em que nós fomos morar lá, desde a colocação do piso na casa, a compra dos móveis e o jeito que nós fomos construindo e adquirindo mais, minha mãe sempre trabalhando, então era tudo fruto de muito trabalho, e isso também me incentivou a querer um dia ter o meu lugar, hoje estou aqui no meu apartamento e da minha esposa, e eu fico muito feliz com isso.

A minha avó era servidora pública municipal aposentada e viúva, e ela cuidava da gente enquanto minha mãe trabalhava em dois ou três empregos. Eu tenho três irmãs mais novas, meu pai teve uma filha do segundo casamento, e depois mais duas do último casamento, filhas da minha madrasta. Todas mulheres.

Eu estudava em escola pública, uma escola municipal aqui de Porto Alegre, onde minha irmã estudou também. Prestei prova para o Colégio Militar aos 10 anos – eu diria que foi o primeiro concurso – mas não passei, tentei de novo e não passei de novo. Foi quando eu comecei a notar que havia diferença entre escolas particulares e escolas públicas porque, no curso preparatório, de uma turma de 30 alunos, só eu e outro rapaz estudávamos em escola pública. E os nossos colegas, apesar de estarem na mesma série, tinham muito mais conhecimento de matemática, redação (que era uma coisa que eu nunca tinha feito), português, geografia, história. Ali notei essa imensa diferença.

Cursei o ensino médio no Julinho e foi um choque, porque lá tinha muita gente, muitas turmas, pessoas de diversas vivências, alunos que já tinham tido contato com drogas, bebida, crime, coisas bem fora da minha realidade. Por conta fui estudar no Instituto de Educação, e ali eu tinha contato, pelo menos de vista, com estudantes da UFRGS, do Campus Central, ali perto, e eu via aquelas pessoas como se fizessem parte de outra realidade, eu queria fazer parte daquela realidade, mas não me imaginava ali, não me imaginava, pela lenda, pelo que todo mundo dizia, que era muito difícil estudar na UFRGS, era impossível ser aprovado e era coisa para gênios ou para quem tinha muito dinheiro.

Foi quando eu soube da política de cotas e as ações afirmativas, mas ainda sem muito conhecimento dos termos e tudo o mais. Nessa época também foi bem difícil porque no início do terceiro ano minha avó morreu. Ela me criava como uma filha, criou a mim e à minha irmã como filhas, nos chamava de filhas e tudo, e sempre cuidou da gente. E depois passamos a cuidar dela por causa da doença, dos meus 13 aos 16 anos nós enfrentamos a batalha contra o câncer dela que foi muito difícil. A minha vida ficou diferente a partir desse ponto. Também nessa época eu estava me descobrindo, descobrindo a minha sexualidade, estava enfrentando várias batalhas, pelo menos é assim que eu vejo. Estava deixando de ser estudante pra então me voltar para o mercado de trabalho. Além de não ter condições de fazer um cursinho, também não tinha certeza do que queria estudar. Minha mãe sugeriu que eu prestasse concurso público quando terminei o ensino médio e fiquei meio perdida, sem saber o que fazer.

Meu pai também sempre foi uma presença marcante. Tem ensinamentos da minha infância que eu trago até hoje. E quando eu conto para as pessoas todo mundo acha que meu pai é um cara genial. E eu também o acho genial, ele sempre gostou de ler, eu sempre vi meu pai lendo, ele lia para mim quando estava comigo, de noite. Às vezes ele vinha nos visitar e ficava até nos colocar na cama. Ele poderia não estar sempre ali, mas sempre que vinha era muito marcante. E meu pai me ensinou a pesquisar, quando eu era criança não tinha a internet como tem hoje, o pai me ensinava a fazer os trabalhos da escola pesquisando em enciclopédias. O

primeiro trabalho que eu fiz ele mandou apagar todo, porque eu tinha copiado. Eu tinha que colocar o que compreendia da leitura, não uma cópia. Ele nos puxava, eu e minha irmã, para o estudo. Mas depois foi transferido para o Amazonas e o contato ficou mais difícil.

Então, boa parte da minha vida éramos quatro mulheres em casa, as minhas principais referências são essas mulheres de luta, a minha vó, as irmãs dela, os pensamentos sobre a posição da mulher na sociedade. Quando eu era criança tinha muito contato com meus primos e eu já percebia que eles tinham mais liberdade do que eu, até no linguajar, no jeito de falar, e tudo o mais que eu não tinha, ou que eu não deveria ter. Esportes e jogos e tudo o mais, então fui notando algumas diferenças de tratamento, de comportamento. Nessa época eu também sofri muito *bullying* na escola preparatória ao Colégio Militar de Porto Alegre. Um guri tocava coisas no meu cabelo, eu deixava o cabelo amarrado pra trás, o cabelo crespo, então ele jogava coisas. E eu comecei a usar o cabelo só trançado, porque aquilo me incomodava, mas também eu não sabia com quem deveria falar, o que era. Só depois fui perceber que o *bullying* era com uma das pouquíssimas crianças negras daquela turma.

E terminado o ensino médio, alguns amigos já entraram na universidade, alguns foram estudar em faculdade particular, outros conseguiram bolsa. Eu, ao contrário, estava à deriva, não sabia o que fazer da vida. Até que minha mãe conversou comigo sobre essa ideia de concurso público, que eu podia ter uma boa remuneração, poderia financiar um curso superior, e eu achei uma ótima ideia, achei o máximo. Então, lá pelo fim desse ano ou meio do ano seguinte, ela me matriculou em um cursinho preparatório para um concurso que ia ter de oficial de justiça. O cargo ainda não exigia ensino superior, era uma remuneração muito atraente na época. Mas logo de cara eu vi, na turma do cursinho, vários colegas que já eram advogados. E aquilo me causou um espanto porque era um concurso pra ensino médio. A primeira aula foi de processo civil. Eu não fazia ideia do que era isso. Quando saiu o edital, eram quatro vagas. Aquilo foi um banho de água fria porque, só na minha turma, tinha muitos advogados, outros estudantes de Direito. No concurso, claro, eu não fui muito bem.

Nesse momento comecei a procurar trabalho na iniciativa privada. Procurei trabalho de recepcionista, entreguei currículo em vários lugares, em pizzeria, em lancheria, para trabalhar na chapa. Consegui numa boutique de shopping cuja gerente era amiga da minha mãe. Eu era funcionária fixa na loja, mas ao longo da semana meu horário era das 13h às 23h. Então, eu chegava em casa quase a uma da manhã – sendo que eu precisava sair muito cedo pra estar na loja de volta às 13h. Não dava. Então decidi fazer um curso técnico e tentei o Instituto Federal, fiz uma prova e passei em Administração. Mas não desisti da UFRGS. Fiz cursinho, estudei muito, conciliei com estágios, mas ainda estava na dúvida entre

Direito e Administração. Direito eu gostava pelo que eu tinha aprendido na época dos cursinhos pra concursos, eu achava que era algo que eu me identificava – Justiça, coisas assim. Mas o curso técnico que eu fazia era em Administração, então eu pensava que eu já tinha feito isso e gostei muito de várias áreas.

Acabei passando em Direito, meu único vestibular. Quando conferi a lista, comecei a chorar na frente do computador, em pleno expediente de trabalho. E meus colegas perguntando se eu estava bem, e eu falei que tinha passado e todo mundo comemorou e vibrou comigo, eles sabiam que eu estava estudando muito. No primeiro ano de faculdade todo mundo achou que eu ia trancar o curso técnico, já que eu tinha entrado na faculdade. Mas eu pensei que não, que eu tinha prestado prova para o curso técnico e ia continuar, era uma conquista minha e eu ia terminar. Não interessava se eu ia ser advogada ou técnica em administração, eu ia continuar o curso. Nos primeiros semestres eu tive que conciliar a faculdade de noite, o curso técnico de manhã e o estágio de Direito no turno da tarde. Estudava 14 disciplinas diferentes e trabalhava no meio desse tempo. Em alguns períodos de prova eu não saía de casa por semanas.

Eu entrei na UFRGS pelas cotas. Ainda havia alguns mitos, como que as pessoas negras estavam tirando vagas de pessoas brancas. Quando comecei a me inteirar do assunto, entendi que as cotas tinham chegado com 100 anos de atraso. Porque a gente vive em uma sociedade com o discurso de que todos são iguais, mas no momento em que se cria uma política como essa é que se percebe quanta desigualdade ainda temos. Nós não temos 500 anos de origem, nós temos milênios, e não sabemos das nossas origens. Então, parece que foi apagada toda a nossa história, a cultura, o idioma, a origem, e tudo começou aqui no Brasil. Algumas pessoas brancas conseguem resgatar sua origem, mas isso é muito difícil de fazer quando se é uma pessoa negra. Não há esse histórico, foi tudo perdido ou destruído, nós não temos todos a mesma origem, o mesmo país, a mesma cultura. A África tem várias culturas e etnias, não é um lugar só.

Muito tempo depois, numa visita ao Museu de Cultura Africana em São Paulo, vi uma exposição onde havia uma réplica do que seria um navio que trazia escravos. E aquilo me deu um arrepio só de ver, eu vi como as pessoas eram trazidas, que nem carga. E mais do que isso, ao redor dessa sala estavam desenhadas as características das pessoas negras conforme o país de origem. E eu nunca tinha visto aquilo. Eu achei aquilo uma loucura porque nós sabemos identificar nossa origem. E muitas pessoas também não se identificam como negras, e isso talvez seja porque não apareçam na televisão, ou talvez vivam nesse discurso de que todos são iguais, e não são. Boa parte da população brasileira, depois da abolição, tinha um lugar selecionado, que era a cadeia. Então, essas políticas de educação, as políticas sociais, deveriam ter sido feitas muito tempo atrás.

Para mim, portanto, foi muito tranquilo usar as cotas. Muitos amigos meus não quiseram se inscrever pelas cotas porque não queriam se identificar como negros, e eu acho que é um direito de cada um, essa é a ideia, você faz se quiser, é uma possibilidade, um direito. Mas é um fato que a maioria das pessoas que ingressavam nas universidades públicas vinham de boas escolas privadas. Antes das cotas, para entrar no Direito eram mais de 20 candidatos pessoas por vaga. Medicina mais que isso. Fora que quase não se vê um médico negro, um engenheiro negro. Então, como é que posso me imaginar sendo uma engenheira negra se nunca vi uma? As barreiras, elas não estão na lei, mas permanecem invisíveis ali na sociedade e todo mundo sabe disso. É impossível nunca ter notado. Mais da metade da população brasileira é negra – isso é um fato –, mas onde estão essas pessoas no mercado de trabalho?

Ao longo da faculdade eu procurei fazer estágios, para ter um encaminhamento profissional, já era a minha ideia prestar concurso público. Eu escolhi fazer Direito no dia da inscrição, segui meu coração porque eu tinha medo, Direito era mais concorrido e a nota necessária, mais alta. Mas decidi arriscar e fazer o que eu queria. O estágio na Defensoria Pública da União foi o que mais mexeu comigo, em diversos aspectos. Atendíamos muitos moradores de rua, catadores, pessoas que não tinham nenhum registro de identidade, pessoas completamente analfabetas. Eu atendi pessoas que não tinham renda. Ou que a renda era 50 reais por mês para família toda.

Depois desse estágio, nessa época, eu fiz uma prova para estagiar no Ministério Público do Trabalho (MPT). Também aí que eu comecei a ter mais contato com o direito trabalhista. E eu estava passando por uma situação pessoal, eu precisava ganhar mais dinheiro, eu já conhecia a minha esposa na época, a gente estava namorando, e a gente estava em dificuldade. O estágio no MPT era de quatro horas. Com a carga horária menor, eu pensei que era preciso passar em um concurso. Não era mais uma opção não passar. Eu já estava estudando pro TRT daqui, que ia sair. Eu pensei que eu fazia estágio, gostava de Direito do Trabalho, e comecei a estudar. A prova foi em setembro, o que coincidiu com meu TCC. Eu tinha estágio, o concurso, a prova da OAB, o TCC e a faculdade – que eu estava preocupada em não repetir, eu já não estava preocupada com nota. Fiz a prova para analista, mas não fiquei bem classificada. Então, saiu a notícia de que iria ter concursos do TRT em Santa Catarina e no Paraná. Prestei a prova em Curitiba oito dias antes de entregar meu TCC.

Fui aprovada. Quando houve a comissão para aferição étnico-racial, fiquei surpresa ao constatar que não só os membros da comissão eram negros, mas a desembargadora que coordenava a aferição também era negra. Eu fiquei espantada, feliz, lógico, e espantada. E eu achando que as pessoas estranhavam o fato de eu ser estudante de Direito naquela época, da universidade federal, imagina aquela desembargadora? Só de

ver a imagem dela, penso que se ela pode ser desembargadora eu posso ser desembargadora, promotora, professora, eu posso ser qualquer coisa. Foi a única desembargadora negra que eu vi na minha vida, e isso bastou para mim. Fui aprovada na aferição e, no meio do ano seguinte, em 2018, me telefonaram para perguntar se eu tinha interesse na vaga. A nomeação saiu para uma cidade que eu nunca ouvi falar: Porecatu, na divisa com São Paulo. Vim para Porto Alegre em dezembro de 2018, para a 9ª Vara do Trabalho, por meio de uma permuta.

Eu cheguei em um momento de mudanças aqui também. Estava havendo uma mudança na gestão, aos poucos, porque a magistrada titular foi nomeada desembargadora, então era uma mudança natural que acontece na Vara. E houve muitas aposentadorias também. Hoje eu trabalho no protocolo, então nós fazemos uma análise das petições que entram para mandar à conclusão do magistrado ou da magistrada. Acaba que assim a gente conhece vários tipos de petição, todos os dias eu aprendo uma coisa nova, trabalho com todas as fases do processo. Então eu acho que eu nunca vou saber tudo. Eu tive essa oportunidade de trabalhar com pessoas que tinham esse conhecimento há muito tempo, que trabalharam com processos do início ao fim, que já viram vários tipos de mudança na administração, nas varas, nos procedimentos. E agora, além da falta que as pessoas fazem, pessoas muito queridas, muito populares, que enchiam o ambiente - nas questões pessoais, também impacta muito o trabalho.

A gente conversa pouco sobre as questões de diversidade na Vara. Sobre as questões raciais, alguma coisa. Há muitos comentários, eventualmente alguma notícia que sai na mídia, a gente conversa. Às vezes até o próprio trabalho gera o debate, e as pessoas vão trazendo experiências. Sempre tem alguém que já ouviu alguma coisa.

Eu nunca pensei em uma hierarquia entre as questões de gênero, raça e sexualidade. Mas como eu analiso todas essas questões: eu acho que a questão de gênero está um pouco mais consolidada, e a questão da diversidade da orientação sexual, eu acho que, como diversas pessoas, seja a idade, seja a origem, a etnia, enfim, também são dessa luta - tem muitos homens brancos, por exemplo, também lutando pela igualdade e direitos LGBT, eu acho que o que me chama mais a atenção mesmo é a questão racial, de início. Porque, por exemplo, questão LGBT se eu não falar ninguém sabe, não é tão fácil de definir. Mas em qualquer lugar que eu vou eu sou uma mulher negra. Isso é fato. E nem entra a questão de eu ser lésbica ou não, eventualmente, conforme a pessoa vai me conhecendo, eu comento, mas não está escrito. Mas onde quer que eu vá, eu sempre sou uma mulher negra.

Então, essas duas questões me acompanham sempre e eu não tenho como saber como é não ser. Eu não sei como é o outro lado das pessoas que acham coisas sobre mim com base no que eles ouvem falar, com base

no que é reproduzido na mídia, com base no Carnaval, nos filmes. Eu não sei como é esse outro lado. Mas eu diria que nunca tinha pensado em estabelecer uma hierarquia entre todas essas questões, são todas muito fortes pra mim. Eu acho que o que mais me magoa, por exemplo, quando eu vejo alguma discriminação, o que é mais pesado para mim, é a questão racial. É algo muito estrutural, e tem muito debate, muita confusão. Até eu já ouvi de algumas pessoas negras que elas nunca sofreram racismo. Eu acho impossível. Não tenho como estar com essa pessoa pra saber exatamente, mas eu acho impossível porque ela está dentro dessa estrutura racista. Pode não estar escrito em uma placa que está proibida a entrada de uma pessoa negra, mas é só observar quantas pessoas negras estão atuando na novela, na bancada do jornal, para perceber. Às vezes aparece na tarja “o debate é racismo”, e não tem nenhum negro falando sobre aquilo.

Causou, por exemplo, muita comoção a morte do [ator] Chadwick Boseman, que fez o Pantera Negra. E as pessoas não entendem, ou não dão muita bola, porque morreu “um ator”, mas não morreu só “um ator”. Homem-Aranha tem vários, eu vi três artistas diferentes, Superman já perdi as contas, Batman também. Mas Pantera Negra teve um só, e ele morreu. Então, o que me fere mesmo, me machuca, me deixa muito triste – sempre me deixa triste – é a discriminação, tanto com mulher, com pessoas LGBT, transfobia, LGBTfobia etc. Eu tenho muitas pautas para lutar, eu preciso saber muitos assuntos ao mesmo tempo para me situar e me posicionar na sociedade. Mas me deixa mesmo muito chateada a questão racial. Porque está muito estruturada e, para algumas pessoas, é muito naturalizada a discriminação.

Porque eu acho que é indiscutível que existe machismo, e as pessoas – muitas – são assumidamente homofóbicas, não têm vergonha de assumir isso. Mas a questão do racismo, algumas pessoas acham que ainda está em discussão, relacionando muito com a abolição da escravidão. Falam que foi abolido, mas também não houve nenhuma política de integração dessas pessoas à sociedade. As pessoas confundem as coisas, acho que é uma confusão muito grande, e nisso entra a questão das cotas. Nós não fomos ensinados a falar sobre isso, deveríamos ter sido desde o início, e desde o início não houve integração dessas pessoas à sociedade, a estrutura continua a mesma. A pirâmide profissional é a mesma, com algumas exceções, e isso realmente me machuca, porque independentemente da pessoa, seja quem for, seja aonde for, não interessa como está vestido, não interessa se é idoso, se é mulher. Já ouvi muitos conselhos sobre “não dar bandeira” de minha orientação sexual como forma de me preservar.

Também o fato de estar em um cargo público me dá mais segurança para falar sobre isso. Inclusive quando eu estagiei no MPT eu pude participar de uma audiência que era sobre liberdade religiosa, que tinha uma empresa que “convidava” os membros a participarem do culto religioso

da religião do dono da empresa, que não necessariamente era a religião dos funcionários. E obviamente eram favorecidos aqueles que participavam, e aqueles que não eram pressionados. Então eu via como a minha melhor saída profissional o concurso público, por razões muito óbvias. E quanto mais eu pesquiso, mais eu me posiciono sobre isso. Então, a questão racial realmente me deixa chateada, frustrada, decepcionada em ver que muitas pessoas não entendem ou não querem entender, não fazem questão de perceber seus privilégios, que existem, mesmo quando já é provado, falado, não adianta.

Por isso acho muito importante esse diálogo. Eu realmente não me imaginava, eu queria muitas coisas quando era criança. Eu já quis de tudo, já quis ser um monte de coisas. Mas hoje eu acho, primeiro, que se eu pudesse falar com aquela Patrícia de antigamente, eu diria “isso aí, estuda, continua estudando, leia os teus livros, continue lendo, não importa o que digam, continue lendo sempre, vai dar certo, está dando certo”. Não sou uma Patrícia tão do futuro assim para dizer que tudo já deu certo, mas deu certo dentro das oportunidades que tive, das escolhas que fiz, eu diria que deu muito certo. E o que eu diria para pessoas nessa mesma situação em que eu estava – eu tenho quatro sobrinhos –, o que eu diria para essas crianças, atualmente, é que é possível.

POSFÁCIO

Chegamos no final deste livro com o desejo de que o segundo volume venha em breve e que o projeto seja multiplicado por diversos Tribunais do país. As 27 entrevistas trazidas nestas páginas visibilizaram as memórias e vivências de algumas pessoas negras que fizeram e fazem parte da história do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Aprendemos um pouco mais sobre esses sujeitos históricos únicos que tão generosamente compartilharam conosco um pouco de si e de suas importantes lembranças. Saltou aos olhos o poder da oralidade, tão comum em África, e que se reproduziu na fala de cada um/a dos/as entrevistados/as.

A diversidade também se fez presente, especialmente quando o conceito social de raça se colocou em intersecção com outros marcadores sociais como gênero, orientação sexual, deficiência e classe, mostrando que cada experiência é singular, embora se observe a repetição de elementos estruturais comuns na trajetória das pessoas negras no Brasil.

Sendo um projeto gestado dentro de um Tribunal Regional do Trabalho, não há como não destacar a centralidade do trabalho na trajetória dos/as entrevistados/as.

Não raro foram os relatos do/as entrevistado/as sobre o trabalho muito antes da idade permitida. Em inúmeras ocupações, a maioria delas destinadas a complementar a renda familiar. As histórias trazidas neste livro lembram que o trabalho infantil, que lança crianças e adolescentes na vida adulta antes dos 16 anos estabelecidos no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, tem maior incidência sobre a população negra.

A classe trabalhadora brasileira, assim como os indivíduos que a compõe, tem cor e não está imune às subjetividades humanas. É relevante notar que grande parte do/as entrevistado/as ingressou no Tribunal por cargos que hoje são ocupados por trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as. Muitas mulheres que apareceram nessas histórias eram trabalhadoras domésticas, o que nos faz perceber que são mulheres negras as principais responsáveis pelos trabalhos de cuidado, tão desvalorizados na nossa sociedade.

De forma tão didática quanto um livro teórico, este nos mostrou como o racismo nos empobrece enquanto nação. Evidenciou

ainda o patrimônio imaterial que perdemos com os apagamentos e as invisibilizações históricas e também com a ausência de reconhecimento das múltiplas fontes de saber.

Nestas páginas, percebemos que a violência racista e a estrutura de hierarquia racial impactam a existência de pessoas negras de forma objetiva e subjetiva, além de criar obstáculos no acesso a bens e direitos. No entanto, acima de qualquer opressão social, essas pessoas pulsam vida, distribuem sabedoria, jogam com o mundo e realizam sonhos.

Conta um itan do panteão africano que o Orixá Obatalá, pai de todos os orixás, certa vez provocou inveja em razão de sua formosa plantação e, atingido por uma pedra, foi feito em mil pedaços. O Orixá Exu, então, recolheu todos os pedaços de Obatalá que encontrou, mas não pôde encontrar todas as partes. Exu levou o que pôde a Olurum, o criador, que juntou os pedaços e de novo deu a vida a Obatalá. Mas Exu não pôde encontrar todas as partes, pois muitas delas se perderam muito longe. Por essa razão, Obatalá está espalhado pelo mundo inteiro. Está em todo o lugar¹.

A capa deste livro foi inspirada neste itan, que também é conhecido como “A soma de 100 é um”; por isso os fragmentos das folhas da árvore estão espalhadas por todo o livro e se encontram na parte da frente da obra, agrupando-se em uma copa. Esta é a responsável pela sustentação das folhas, que através da fotossíntese, se comunicam com o tronco e as raízes, dando vida à árvore. Raízes que sempre foram livres e fortes o suficiente para quebrar as correntes.

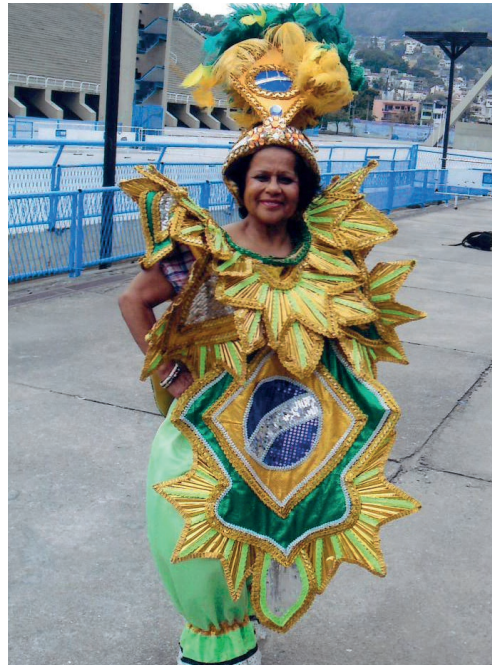
A espiritualidade africana, baseada na natureza, nos mostra que somos parte de um todo e que, unidos, somos energia vital. Esse livro, por sua vez, nos mostrou que as trajetórias de vida das pessoas, assim como as folhas de uma árvore, são pequenas partes da grande história de um povo, de um Tribunal e de um país.

Há mais de 500 anos tentaram quebrar o continente africano em mil pedaços; pessoas negras, individualmente, compulsoriamente e de forma violenta, deram a volta na árvore do esquecimento e em seu tronco deixaram um pouco de si. Agora, coletivamente, voluntariamente e com muito afeto, esse povo une seus pedaços, inverte as voltas e resgata vivências, histórias e memórias, que deixam de estar guardadas no tronco de uma árvore para, como folhas ao vento, se espalharem pelo mundo.

COMISSÃO ORGANIZADORA

1 PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 507.

CADERNO DE FOTOS



Selma Canabarro



Humberto Canabarro Neves, Selma Canabarro, Cíntia Canabarro Neves



Luiz Antônio Chagas da Silva, Eva Terezinha Almeida da Silva, André Colbert Almeida da Silva, Mikaelly Almeida da Silva, Deise Meireles da Silva, Luiz André Almeida da Silva, Adonias dos Santos Pereira e Carolina Almeida da Silva

Foto: Adonias Santos Pereira



Luiz Antonio Chagas da Silva e Abmael Silva Pereira



Luiz Antonio Chagas da Silva



Alan Carlos Dias da Silva

Mãe de Alan Carlos, Célia
Dias da Silva



Neta de Alan Carlos, Maria Eduarda
Silva da Luz



Ana Margarete Vitola Ribeiro – esposa



Jorge Cidade Pires

Foto: Dudu Salomão





Elga Francisca Ferreira e Celsa Ferreira de Souza





Luiz Antonio dos Santos Pinto



Marina Letícia Franco Pinto e
Luiz Antonio dos Santos Pinto



Leandro Madeira Oliveira, Rafael Madeira Oliveira, Marco Antonio Correa Oliveira, Adriano Madeira Oliveira, Marcos Vinicios Madeira Oliveira, Alessandra Madeira Oliveira, Vanessa Madeira Oliveira e Tatiana Madeira Oliveira



Marco Antonio Correa Oliveira



Selena Thomaz dos Santos Oliveira Madeira e Marco Antonio Correa Oliveira



Marco Aurélio Abenserrage



Jorge Cidade e Marco Aurélio Abenserrage



Márcia Souza dos Santos, Jussara Souza dos Santos Moreira, Gilberto Souza dos Santos, João Carlos Souza dos Santos, Roberto Souza dos Santos, Carlos Alberto Souza dos Santos, Suzana Souza dos Santos e Zuleica Souza dos Santos



Gilberto Souza dos Santos



Antônio Ferreira da Silva, Denise Ferreira da Silva,
Luísa Ferreira da Silva e Jesus Samuel Rocha da Silva



Jesus Samuel Rocha da Silva



Denise Ferreira da Silva e Jesus Samuel Rocha da Silva



Eliane Margarete Silva Abreu, Gladis Carita Marques e Milena de Cássia Silva de Oliveira



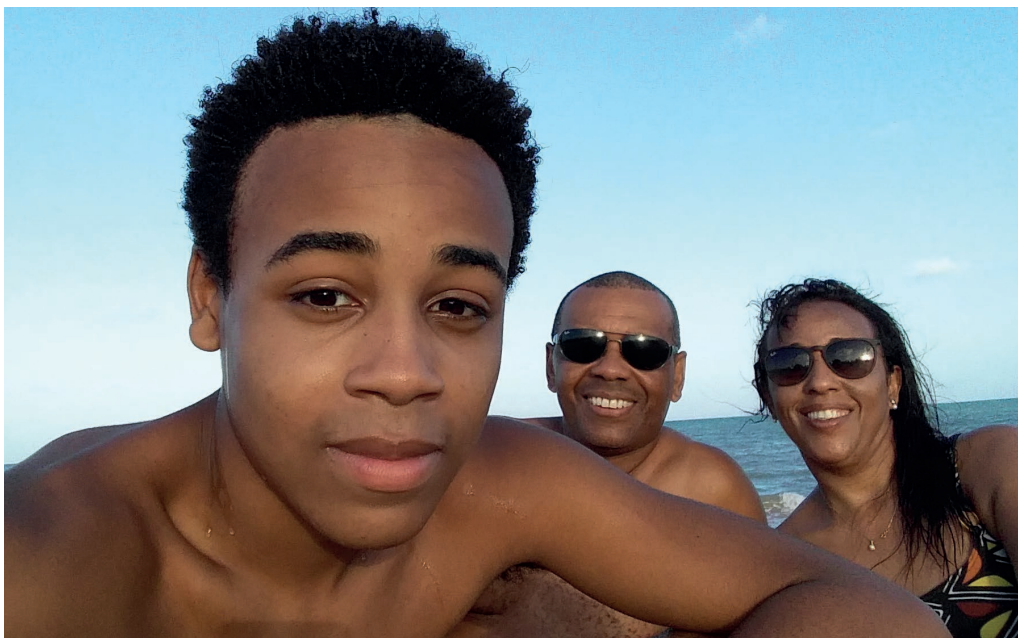
Eliane Margarete
da Silva Abreu



Luiz Cesar Correa de Souza, Gladis Carita Marques, Henrique Cesar Marques de Souza e Matheus Cesar Marques de Souza



Gladis
Cárita Marques



Felipe Sant'Ana Vargas, Paulo Rogério Barbosa Vargas e Rita de Cássia Sant'Ana Vargas



Paulo Rogério Barbosa Vargas



Paulo Rogério Barbosa Vargas
e Rita de Cássia Sant'Ana Vargas

Fotos: Lourdes Helena de Jesus Rosa e Maria Clara Lucena Adams



tantos uns

Vania Soutinho, Vinícius Soutinho e Reginaldo Soutinho



Nair Moreira (in memorian), Ana Lúcia Moreira e Orlando Roberto Oliveira Moreira (in memorian)



Ana Lúcia
Moreira



Gerson Morais da Silva
e Julia Artmann da Silva



Orvandil Correa da Silva, Eneida Maria Morais,
Gerson Morais da Silva, Elenice Morais da Silva,
Ricardo Morais da Silva e Reginaldo Morais da Silva



Julia Artmann da Silva, Gerson Morais da Silva, Victor Fontoura da Silva, Juliane Morais
da Silva Pereira, Biane da Silva Rodrigues, Isaac, Emanuel, Elenice Morais da Silva, Ricardo
Morais da Silva, Bruno Fontoura da Silva, Orvandil Correa da Silva, Eneida Maria Morais,
Cadine Morais da Silva Pereira e Reginaldo Morais da Silva



Vladimir do Nascimento Rodrigues, Oluyemi Barbosa Rodrigues e Toumani Barbosa Rodrigues



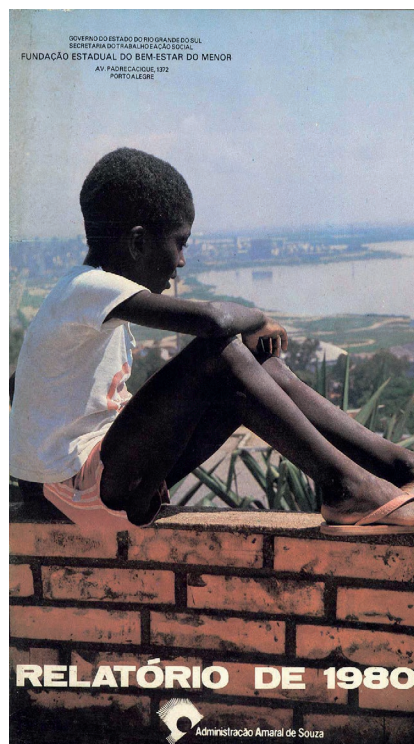
Vladimir do Nascimento Rodrigues



Vladimir do Nascimento Rodrigues na 30VT

Foto: Revista Fase/RS

Alexandre
Modesto Farias



Geraldo Aparecido Farias, Maria Helena Farias, Pedro Moraes Farias,
Clementina de Jesus Pio e Manoel Suzana Farias



Milena de Cássia Silva de Oliveira



Milena de Cássia Silva
de Oliveira



Lúcia Berenice da Silva, Alana de Oliveira Medeiros, Akin Oliveira da Rosa, Michele Carine Silva de Oliveira, Milena de Cássia Silva de Oliveira e Juareci Abreu de Oliveira



Elaine Lídia de Souza Craus



Expedito Souza, Antonia Souza,
Elaine Lídia de Souza Craus
e Evanilda de Souza Carvalho



Elaine Lídia de Souza
Craus, Dandara e Danglar
Craus

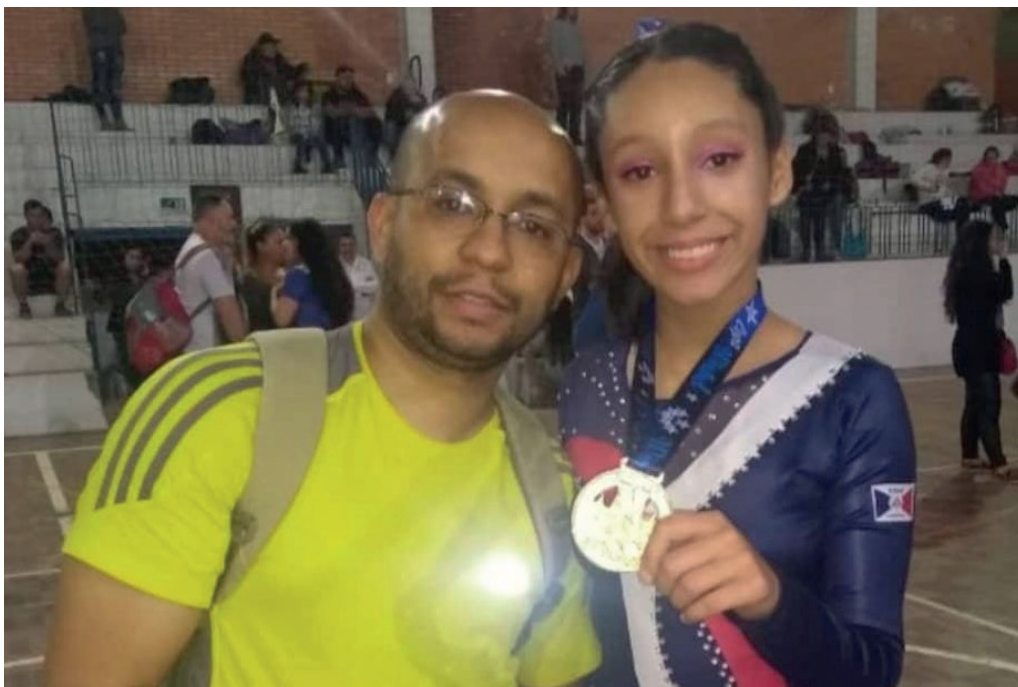


Fabiano Moreira Correa, Ana Paula Moreira Correa Guimarães da Silva, Marcelo Moreira Corrêa, Jorge Alberto da Cruz Correa e Iara Beatriz Moreira Correa



Com Laura Patrón

Lucy Maria Santos Correa,
Fabiano Moreira Correa,
Otavio Santos Correa e Luther
King Santos Correa



Carlos Alessandro Silva da Costa e Maria Luiza Garay da Costa

Jorge Vitor Goulart da
Costa, Carlos Alessandro
Silva da Costa e Jurema
Iara Silva da Costa



Carlos Alessandro
Silva da Costa





Cesar Augusto de Arruda Regis e Ruimar Jose Romanini



Cesar Augusto de
Arruda Regis



Celso Ramos Regis, Cesar
Augusto de Arruda Regis e
Ledoína de Arruda Regis

Diná Maria Vieira, Patrícia
Luana Vieira, Ademar Soares
Vieira e Roberta Liana Vieira



Eliane Margarete Silva Abreu,
Vania Soutinho, Milena Oliveira,
Alexandre Modesto, Vladimir
Nascimento, Roberta Vieira e
Gladis Marques



Marlene Abreu Antunes, Patrícia Antunes Farias e Jorge Luís Ávila Farias

Olina de Abreu
Antunes e Patrícia
Antunes Farias



Luzimara Ferreira
de Araújo e Patrícia
Antunes Farias



Ingrid Navarro Andrade e Douglas Antonio da Silva



Tamires Cristina da Silva, Lyllian Dioneia da Silva, Douglas Antonio da Silva
e Edivan da Silva (in memorian)

Cada um carrega consigo uma história de vida rica de significados, da qual se orgulha e dá sentido e valor ao ser o que é. A abordagem da trajetória dos servidores negros e negras do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região traz à luz narrativas repletas da mais genuína emoção, pois foram construídas a partir das perspectivas dos próprios personagens – pessoas que superaram toda a sorte de obstáculos inerentes à sua condição de raça, vivendo em um ambiente social que, em regra, lhes foi hostil – que encontraram no serviço público uma real oportunidade de romper a lógica da trama, cujo roteiro é bem conhecido no Brasil. Reavivar as memórias é um belo exercício de reencontro com a própria identidade, bem como de minimizar os efeitos nefastos das diásporas sofridas ao longo de gerações, que contribuíram para nos apartar da nossa ancestralidade e nos enfraquecer enquanto grupo social. Assim, tornar visíveis tais histórias de vida é uma linda forma de homenagem e fortalecimento de pessoas que dignificam e se orgulham de ser servidores públicos do Poder Judiciário Federal.

PAULO ROGÉRIO BARBOSA VARGAS

Membro do Coletivo Negros e Negras do TRT4



APOIO



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA